

COLEÇÃO PSICOLOGIA CLÍNICA
E CULTURA | UnB | VOLUME 6

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA

POSSIBILIDADES E AVANÇOS

Organizadores
ELIANE MARIA FLEURY SEIDL
ELIZABETH QUEIROZ
FABIO IGLESIAS
MAURÍCIO NEUBERN



Eliane Maria Fleury Seidl
Elizabeth Queiroz
Fabio Iglesias
Maurício Neubern
(Organizadores)

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DE
PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA:
possibilidades e avanços

COLEÇÃO PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA
UnB/VOLUME 6

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2021

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem de Capa: pch.vector/Freepik
Revisão: Os autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

ES79

Estratégias Metodológicas de Pesquisa em Psicologia Clínica: Possibilidades e Avanços /
Eliane Maria Fleury Seidl, Elizabeth Queiroz, Fabio Iglesias, Maurício Neubern (organizadores) –
Curitiba : CRV, 2021.
326 p. (Coleção Psicologia Clínica e Cultura – UnB, volume 6)

Bibliografia

ISBN Volume Digital 978-65-251-2468-1

DOI 10.24824/978652512468.1

1. Psicologia 2. Pesquisa em Psicologia Clínica 3. Métodos e Técnicas de Pesquisa
4. Questões Epistemológicas I. Seidl, Eliane Maria Fleury. org. II. Queiroz, Elizabeth. org.
III. Iglesias, Fabio. org. IV. Neubern, Mauricio. org. V. Título VI. Coleção Psicologia Clínica e
Cultura – UnB, volume 6.

2021-27095

CDD 150

CDU 15

Índice para catálogo sistemático

1. Psicologia – 150



2021

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracriv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracriv.com.br

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFES)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lidia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Andrea Vieira Zanella (UFSC)
Christiane Carrijo Eckhardt Mouammar (UNESP)
Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)
Edson Olivari de Castro (UNESP)
Érico Bruno Viana Campos (UNESP)
Fauston Negreiros (UFPI)
Francisco Nilton Gomes Oliveira (UFSM)
Helmuth Krüger (UCP)
Ilana Mountian (Manchester Metropolitan
University, MMU, Grã-Bretanha)
Jacqueline de Oliveira Moreira (PUC-SP)
Marcelo Porto (UEG)
Marcia Alves Tassinari (USU)
Maria Alves de Toledo Bruns (FFCLRP)
Mariana Lopez Teixeira (UFSC)
Monilly Ramos Araujo Melo (UFCG)
Olga Ceciliato Mattioli (ASSIS/UNESP)
Regina Célia Faria Amaro Giora (MACKENZIE)
Virginia Kastrup (UFRJ)

Pareceristas *Ad Hoc* (Avaliadores Externos):

Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco (Universidade de Brasília)

Claisy Marinho (Universidade de Brasília)

Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza (Universidade Federal de Goiás)

Emílio Peres Facas (Universidade de Brasília)

Josemberg Andrade (Universidade de Brasília)

Karine Wlasenko Nicolau (Universidade Federal de Mato Grosso)

Katerine da Cruz Leal Sonoda (Universidade Federal do Sul/Sudeste do Pará)

Lilian Maria Borges Gonzalez (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira (Universidade de Brasília)

Maura Carvalho (Psicóloga autônoma)

Morgana Queiroz (Centro Universitário de Brasília)

Priscilla Melo Ribeiro de Lima (Universidade Federal de Goiás)

Vithor Rosa Franco (Universidade São Francisco)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Eliane Maria Fleury Seidl</i>	
<i>Elizabeth Queiroz</i>	
<i>Fabio Iglesias</i>	
<i>Maurício Neubern</i>	

SEÇÃO I MÉTODOS E TÉCNICAS: aplicações

CAPÍTULO 1 PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA: 12 recomendações metodológicas.....	19
<i>Fabio Iglesias</i>	

CAPÍTULO 2 PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E A AVALIAÇÃO DE PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DE INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS	37
<i>Sérgio Eduardo Silva de Oliveira</i>	
<i>Dionne Rayssa Cardoso Corrêa</i>	
<i>Daniela Alcântara Almeida</i>	
<i>Lara Letícia Pinto Barbosa</i>	
<i>Cristiane Faiad</i>	

CAPÍTULO 3 ANÁLISE TEMÁTICA: como fazer análise qualitativa de dados qualitativos.....	67
<i>Maria Inês Gandolfo Conceição</i>	

CAPÍTULO 4 ANÁLISE QUALITATIVA: a utilização do discurso do sujeito coletivo em Psicologia da Saúde.....	87
<i>Izabella Rodrigues Melo</i>	
<i>Maria da Graça Corrêa Lopes Wohlgemuth</i>	
<i>Esther Almeida da Silva-Xavier</i>	
<i>Júlia de Paula Oliveira</i>	
<i>Débora Akemi Miura</i>	
<i>Larissa Polejack Brambatti</i>	

CAPÍTULO 5 OBSERVAÇÃO DA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ: método Bick e sua contribuição para a pesquisa em Psicanálise.....	107
<i>Andréa Leão Leonardo-Pereira de Freitas</i> <i>Eliana Rigotto Lazzarini</i> <i>Renata Alves Monteiro</i>	

CAPÍTULO 6 A METODOLOGIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO RORSCHACH SEGUNDO A ESCOLA DE PARIS.....	127
<i>Deise Matos do Amparo</i> <i>Bruno Cavaignac Campos Cardoso</i> <i>Teresa Rebelo</i> <i>Isabel Gonzalez Duarte</i>	

SEÇÃO II QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA

CAPÍTULO 7 USO DA INTERNET EM PESQUISAS CIENTÍFICAS: características, vantagens e desafios	151
<i>Eliane Maria Fleury Seidl</i> <i>Elizabeth Queiroz</i>	

CAPÍTULO 8 PESQUISA COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E EM CONTEXTO DE GRANDE COMPLEXIDADE	171
<i>Liana Fortunato Costa</i> <i>Silvia Renata Lordello</i>	

CAPÍTULO 9 RECHERCHE PSYCHANALYTIQUE ET DISPOSITIF DE GROUPE AVEC LES ENFANTS ET ADOLESCENTS VULNERABLES.....	193
<i>Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil</i> <i>Maeva Moreau</i> <i>Teresa Rebelo</i> <i>Fatimata Traoré</i> <i>Martine Chaumet</i> <i>Didier Drieu</i>	

CAPÍTULO 10	
REDES NACIONAIS	
E INTERNACIONAIS DE PESQUISA:	
a realização de estudos por equipes.....	211
<i>Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke</i>	
<i>Jonas Carvalho e Silva</i>	
<i>Simone Souza da Costa Silva</i>	
<i>Fernando Augusto Ramos Pontes</i>	
<i>Jacob Eduardo Xerinda</i>	
<i>Christoph de Oliveira K�ppler</i>	

SEÇÃO III

PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA: contribuições epistemológicas

CAPÍTULO 11	
EPISTEMOLOGIA, PESQUISA CLÍNICA	
E SUBJETIVIDADE: problemas de semiótica,	
hypnogênese e investigação	235
<i>Maurício Neubern</i>	

CAPÍTULO 12	
METODOLOGIA DE PESQUISA	
EM PSICANÁLISE: possíveis caminhos	
da Psicanálise na universidade.....	259
<i>Daniela Scheinkman Chatelard</i>	
<i>Eduardo Portela</i>	

CAPÍTULO 13	
CLÍNICA DO TRABALHO PARA QUEM?	
REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE	
A PSICODINÂMICA DO TRABALHO FEMININO	277
<i>Carla Sabrina Xavier Antloga</i>	
<i>Marina Maia do Carmo</i>	
<i>Beatriz Cunha Cardoso Rocha</i>	

CAPÍTULO 14	
O PEIXE DOURADO E O	
ESPETÁCULO DA CONSTITUIÇÃO	
DO SUJEITO DO INCONSCIENTE	299
<i>Beatriz Rodrigues Moutella</i>	
<i>Márcia Cristina Maesso</i>	

ÍNDICE REMISSIVO	315
------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES.....	319
-----------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Metodologia costuma ser apontada como o aspecto central do conhecimento científico, principalmente por permitir a demarcação quanto a outros campos do saber. É inevitável reconhecer sua relação quase sinérgica com o próprio desenvolvimento conceitual, com as estratégias de análise de dados e com as aplicações da pesquisa aos problemas do mundo real. Numa complementação da célebre frase de Kurt Lewin de que “não há nada mais prático do que uma boa teoria”, Anthony Greenwald mostrou também que “não há nada mais teórico do que um bom método”. Significa que o avanço teórico cria condições para novos métodos, mas o avanço metodológico gera novos dados, que por sua vez retroalimentam as teorias que precisam agora explicá-los.

Em psicologia clínica os métodos possuem um papel essencial: dado o teor complexo, por vezes elusivo e diáfano, que caracteriza o campo, uma boa fundamentação metodológica permite que a subjetividade seja diferenciada de mero subjetivismo. Permite ainda que os diferentes objetos de estudo sejam analisados e submetidos ao rigor de instrumentos, modos de interpretação e discussões públicas nas respectivas comunidades científicas. Se a diversidade de perspectivas teórico-metodológicas e a complexidade do campo fazem com que a psicologia clínica seja, muitas vezes, criticada e até questionada quanto à sua validade, o rigor metodológico e a condução da boa pesquisa favorecem a legitimidade de suas propostas. Isso garante a conquista de espaços importantes nas instituições científicas, fazendo frente a problemas contemporâneos da mais alta relevância, como o sofrimento psíquico, as populações vulneráveis, os desafios das práticas em saúde, o uso da internet como recurso para pesquisa, os dilemas no âmbito do trabalho, entre muitos outros.

Feita para atrair o interesse de pesquisadores e, sobretudo, estudantes de pós-graduação, a presente obra é desenvolvida por meio de capítulos de diferentes autores que aprofundam também uma ampla diversidade de estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica. Elas incluem abordagens quantitativas, qualitativas e mistas, além de problemas de epistemologia e da pesquisa teórica. Na primeira seção, o livro apresenta questões de grande relevância em capítulos que focam em aplicações de métodos e técnicas, de modo a destacar importantes ilustrações sobre a realização de pesquisas.

Considerando o desafio que os estudantes de graduação e pós-graduação enfrentam na tomada de decisão sobre o delineamento de seus projetos de pesquisa, Iglesias reúne, em um único capítulo, 12 recomendações com as tendências e critérios de qualidade de pesquisa que têm sido recorrentemente praticados nas publicações e entidades mais importantes da área. Uma vez que o principal objetivo dos estudos científicos, sobretudo daqueles realizados

nas universidades públicas, é divulgar os resultados encontrados, a existência de uma lista atualizada de questões a serem discutidas e consideradas é de grande utilidade, inclusive para os pesquisadores mais experientes.

Oliveira, Correia, Almeida, Barbosa e Faiad descrevem as propriedades psicométricas de instrumentos psicológicos na psicologia clínica, com recomendações para sua utilização, destacando os principais parâmetros para avaliação da qualidade dos resultados de pesquisas. A expectativa é que a leitura do capítulo possa instrumentalizar pesquisadores no uso adequado de testes e outros instrumentos psicológicos em seus delineamentos de pesquisa.

Conceição, ao abordar a análise temática, parte de fundamentos ontológicos e epistemológicos que sustentam delineamentos da pesquisa qualitativa, ressaltando diferentes etapas para a construção de um tema. Destaca ainda a importância da natureza interpretativa dessa forma de pesquisa que, rompendo com uma lógica de confirmação ou refutação de hipóteses, se propõe à construção de referenciais explicativos mais amplos diante do tema estudado.

Melo, Wohlgenuth, Polejack, Silva-Xavier, Oliveira e Miura apresentam, sob outra perspectiva, uma contribuição de grande relevância para a pesquisa qualitativa: o discurso do sujeito coletivo. Partindo da teoria das representações sociais, tal proposta procura ir além das significações individuais, de maneira a contemplar os aspectos coletivos e compartilhados que se expressam por meio de pessoas ou mesmo textos. Essa proposta é de grande impacto para trabalhos envolvendo comunidades e instituições, aproximando-se, em larga medida, da discussão contemporânea sobre uma clínica ampliada.

Outra proposta de grande valia é o capítulo de Freitas, Lazzarini e Monteiro ao destacar o método de observação de Bick para as relações entre mães e bebês. Além de resgatar conceitos freudianos importantes – como transferência e contratransferência – as autoras ressaltam esse método como estratégia de investigação, propondo sua aplicação em diferentes contextos. É curioso destacar que o método parece inovador em termos psicanalíticos por envolver um protagonista que não fala, como o bebê, ao lado da dimensão da observação, integrada a uma perspectiva mais ampla de escuta.

O célebre teste projetivo de Rorschach é aqui retomado por Amparo, Cardoso, Rebelo e Duarte sob o enfoque da escola de Paris. Ao se analisar diferentes modos interpretativos do teste, com suas respectivas singularidades, o trabalho é relacionado com metapsicologia freudiana e a própria psicopatologia, envolvendo neuroses, psicoses e estruturas narcísicas.

Além de seus métodos, técnicas e possibilidades de aplicação, as estratégias de pesquisa em psicologia clínica também necessitam se voltar para a reflexão de problemáticas contemporâneas, sob o risco de se tornar obsoletas. Algumas dessas questões compõem a segunda seção deste livro. Seidl e

Queiroz exploram um campo que tem crescido consideravelmente na atualidade – a pesquisa por meio da internet. Desenvolvendo uma abordagem panorâmica sobre o tema, as autoras refletem sobre questões-chave ligadas a pesquisas *on-line*, como sua viabilidade, os modos possíveis de realização, assim como suas vantagens e limitações. Ressaltam, por fim, a importância dos aspectos éticos, sobretudo por conta da consideração aos participantes, em um contexto ainda novo desse modo de se realizar pesquisa.

Costa e Lordello oferecem um trabalho importante para a atualidade ao destacar o papel das pesquisas com populações vulneráveis e a considerável complexidade de seus contextos sociais. Há uma lista de possíveis estratégias de pesquisa, como o estudo de caso, a etnografia, o diário de campo, o grupo focal, a história de vida e a pesquisa documental, que procuram fazer frente às realidades plurais e instáveis de populações que facilmente se colocam na obscuridade e se tornam dificilmente acessíveis à pesquisa. A ênfase na pluralidade de estratégias é concebida como um modo de se obter informações mais ricas e robustas, assim como a compreensão complexa necessária para integrá-las.

O trabalho de Brasil, Traomé, Rebelo, Chaumet e Drieu destaca as modalidades de grupo como dispositivo de pesquisa e intervenção em psicanálise com populações de crianças e adolescentes, tema também de grande relevância. Desenvolvido por pesquisadores brasileiros e franceses, o capítulo focaliza aspectos vulneráveis dessas populações e estabelece reflexões sobre sua realidade no Brasil e na França.

Bucher-Malunske, Silva, Costa Silva, Pontes Xerinda e Kaëppler ressaltam a importância das redes de pesquisa, tanto para enriquecer o trabalho desenvolvido, como para favorecer o aumento da produtividade. Partindo da experiência do caso de uma associação de pesquisa brasileira, os autores desenvolvem contribuições cruciais para uma compreensão teórica mais abrangente sobre a formação de redes. Ela inclui o desenvolvimento pessoal e social do pesquisador, a internacionalização no campo das ciências sociais e a contribuição dos países concebidos como “periféricos”. Sendo coerente com sua própria proposta, o artigo é desenvolvido por pesquisadores do Brasil (Universidade de Brasília e Universidade Federal do Pará), da Alemanha e de Moçambique, integrados em redes preexistentes de pesquisa.

Na terceira seção, ênfase é dada a fundamentos que proporcionam racionalidade e coerência lógica a diferentes abordagens exploradas neste livro. Neubern ressalta a epistemologia em discussão com a semiótica e a hipnose, distinguindo a subjetividade como sistema semiótico e os problemas de forma que remetem a modos de organização de tal realidade. Evidencia, nesse sentido, que as noções Peirceanas de abdução, dedução e indução favorecem a

construção de atitudes clínicas fundamentais para a pesquisa clínica como a do estar com, o interagir e o pensar sobre, de modo a privilegiar a construção de sentidos própria do universo estudado.

Sob outra perspectiva, Chatelard e Portela apresentam interessante discussão sobre as possibilidades de pesquisa a partir do referencial da psicanálise, no contexto da universidade. Realçam pesquisadores que se utilizam dos conceitos psicanalíticos, ligados ou não à clínica, e os problemas da definição do método, assim como de seus limites conceituais. Ressaltando aspectos históricos e epistemológicos da psicanálise, discutem o teor interdisciplinar de seus conceitos, assim como a necessidade de precisão, pois nem todo pesquisador que se utiliza de ideias psicanalíticas deve ser considerado psicanalista.

No capítulo de Antloga, Maia e Cunha, as autoras abordam a importância da psicodinâmica do trabalho como método de pesquisa, ao mesmo tempo em que promovem o trabalho feminino como foco de estudo. Ao preconizar a psicodinâmica do trabalho como um método clássico, criticam uma série de conceitos como sujeito e produtividade desenvolvidos sob uma ótica masculina, além de suas drásticas repercussões e consequências sobre o gênero feminino. As autoras recomendam princípios metodológicos importantes para a compreensão do tema, como surgimento da demanda, escuta qualificada, compreensão e anatomia do contexto de trabalho, mobilização de afetos e mudança de posição no discurso.

Em termos de fundamentos, Moutella e Maesso destacam a metapsíquica psicanalítica em paralelo com a construção do espetáculo de Peter Brook. Revelando o teor metafísico da psicanálise na proximidade com o teatro, as autoras aprofundam e discutem sobre a noção de sujeito do inconsciente. O capítulo é de alta relevância por tratar de ponto central para o delineamento de uma metodologia psicanalítica.

Cabe enfatizar que a diversidade se constitui como característica central do presente trabalho, o que parece representar uma contradição apenas na superfície. Numa ótica clássica, a hegemonia deveria atingir o nível de unidade observado nas chamadas ciências naturais. Entretanto, o que os pesquisadores em psicologia clínica, como os autores deste livro, defendem cada vez mais é que a própria realidade de seu campo – complexa e contraditória – parece exigir multiplicidade de olhares, assim como diálogos com outras disciplinas e saberes. De fato, a psicologia é uma das protagonistas na terceira onda metodológica que passou a integrar esforços qualitativos e quantitativos sob a égide de pesquisa mista ou pesquisa multimétodos; dessa forma, a psicologia clínica tem contribuído com o desenvolvimento significativo de estudos sobre o tema como o conteúdo tratado neste livro. Em suma, a hegemonia centrada em dogmas e hermetismos se torna, mais e mais, frágil diante dos dilemas de

campos tão complexos, como os inerentes às realidades sociais contemporâneas, particularmente neste momento mundial de pandemia. A diversidade de perspectivas, que outrora era motivo de desconfiança quanto à validade científica, atualmente parece se tornar a mais importante virtude desse campo.

Ainda que os autores tenham apresentado questões conceituais, aplicações diversificadas e atualizadas de forma a ampliar a compreensão sobre o tema, este livro não esgota o conteúdo relativo às estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica. Recomenda-se fortemente a incorporação em estudos futuros, daquilo que couber (o “Possibilidades” no título do livro), bem como consulta às referências de cada capítulo para aprimorar seu trabalho metodológico (o “Avanços”). Já que falamos de referências, embora estejam todas no formato da *American Psychological Association*, esclarecemos que por conveniências editoriais o livro não adota por completo esse sistema normativo.

Por fim, destaca-se que o volume 6 da Coleção Psicologia Clínica e Cultura teve uma novidade: os capítulos também foram apreciados por pareceristas ad hoc que atuaram como avaliadores externos. Agradecemos a leitura competente, cuidadosa e rigorosa dos professores, que contribuíram de forma ímpar com o aprimoramento dos capítulos que compõem a obra.

Eliane Maria Fleury Seidl
Elizabeth Queiroz
Fabio Iglesias
Maurício Neubern

SEÇÃO I
MÉTODOS E TÉCNICAS: aplicações

CAPÍTULO 1

PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA: 12 recomendações metodológicas

Fabio Iglesias

O objetivo deste capítulo é sumarizar 12 recomendações para pesquisadores da psicologia clínica, com base em uma seleção de problemas que parecem frequentemente desconhecidos ou mal compreendidos no Brasil. Assim, a lista está atualizada com as tendências e critérios de qualidade de pesquisa que têm sido recorrentemente praticados nas publicações e entidades mais importantes da área. Algumas das recomendações são mais diretas, porque praticamente consensuais ou porque já são exigências, enquanto outras apontam para metas ideais em metodologia, de mais difícil implementação. Portanto, uma recomendação sobre as recomendações: ao ler cada uma delas, imagine que são precedidas ou sucedidas pela frase “sempre que possível”.

Introduzir o(a) leitor(a) à lógica da pesquisa na área escapa aos objetivos deste capítulo. Para isso o mercado editorial brasileiro já dispõe de obras de referência em que se pode aprender sobre métodos e técnicas (p.ex., Shaughnessy et al., 2012), sobre como adotar diferentes tipos de delineamento na pesquisa (p.ex., Creswell & Creswell, 2021) ou mesmo sobre o processo de produção de relatórios, resumos, apresentações em congressos, artigos e capítulos (p.ex., Koller et al., 2014). Nos últimos anos também surgiram muitos recursos on-line, por meio de canais no YouTube, blogs e plataformas especializadas, pagas e gratuitas, que conferem não somente informação, como treinamento avançado. Assim, mais do que esse tipo de informação metodológica mais operacional, são revisadas aqui as recomendações que parecem mais transversais, independentemente das abordagens teórico-conceituais que se pode adotar.

1 – Fazer Pesquisa Multimétodos ou de Métodos Mistos

A história da psicologia mostra que, em sua formação como área acadêmica independente, adotar métodos das ciências naturais não era necessariamente o padrão ouro, tampouco único de cientificidade. Wertz (2014) examinou que durante as primeiras décadas de existência formal, desde os esforços seminiais de Willem Wundt e de outros pioneiros como William James

e Sigmund Freud, a psicologia valorizava tanto os aspectos qualitativos dos fenômenos quanto os quantitativos. No início do século XX, porém, uma série de fatores acabou por conferir aos testes de hipótese um papel central, aliado ao desenvolvimento conveniente da estatística aplicada, aos esforços de resolver problemas em larga escala e a se buscar uma linguagem comum. Somente a partir da década de 1960 é que uma segunda onda, a qualitativa, começou a ter uma força maior, mesmo que periféricamente. Os fatores relacionados ao seu desenvolvimento envolveram, por sua vez, uma base em posturas filosóficas do construtivismo, do pós-positivismo e da fenomenologia, entre outras. Esses fatores também incluíram movimentos sociais de minorias, de dar voz aos próprios participantes das pesquisas e, claro, de uma insatisfação com o raciocínio quantitativo para explicar, prever e solucionar problemas práticos.

Nas últimas décadas é que uma abordagem surgiu para conciliar o debate qualidade vs quantidade, portanto nomeada como abordagem mista segundo Teddlie e Tashakkori (2003), a terceira onda ou o terceiro movimento metodológico. Sofreu influência direta de autores que já advogavam a multimetodologia e a triangulação de dados, buscando somar as vantagens e compensar os vieses de cada método em um mesmo programa de pesquisa. Embora não seja ainda dominante, essa abordagem foi se capilarizando internacionalmente na psicologia por meio de associações científicas, mudanças curriculares nos programas de pós-graduação e periódicos (p.ex., *Journal of Mixed-Method Research*, criado em 2007). Hoje um número considerável de revistas científicas e agências de fomento já adota, pelo menos em parte, os fundamentos da metodologia mista, mesmo que se confundindo com multimetodologia (Anguera et al., 2018). Elas exigem que as pesquisas não utilizem um método único, que não se fundamentem apenas em amostras de conveniência, nem em uma única estratégia para analisar os dados.

Muitos métodos e técnicas de análise de dados ainda geram confusões conceituais e operacionais. Talvez isso reflita, justamente, seu caráter misto, mesmo que sem essa intenção. Note-se, por exemplo, o caso da análise de conteúdo, muito popular em subáreas relacionadas à psicologia clínica, quando se quer identificar categorias a partir de termos em um texto ou relato verbal. No Brasil ela parece ser promovida caracteristicamente como mais qualitativa (Castro et al., 2011), ainda que seja por vezes utilizada de modo indevido e limitado (Gondim & Bendassolli, 2014), mas é uma técnica que pode ser também quantitativa, a depender de uma postura mais indutiva ou dedutiva nas análises. Em contraste, há técnicas que são quantitativas em seu fundamento e admitem um uso bastante qualitativo. É o caso da análise fatorial, classicamente identificada como um recurso matemático para reduzir um número

grande de variáveis via correlações. Ela depende fundamentalmente de uma racional qualitativa – afinal é preciso nomear, decidir e interpretar as soluções obtidas. O debate quali-quantitativo parece, assim, estar muito mais baseado em preferências pessoais, treinamento ou familiaridade com a abordagem e nos embates da política acadêmica, do que em naturezas supostamente distintas e inconciliáveis dos fenômenos da psicologia. Como revisou Günther (2006), o *versus* da diferenciação quali/quantum é realmente a questão?

2 – Deixar que o Problema de Pesquisa Defina a Escolha do Método (não o contrário)

Um desdobramento, pelo menos indireto, das discussões sobre pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa e pesquisa mista, envolve a primazia que se deve dar ao objeto de estudo. Isto é, os métodos devem servir justamente ao seu propósito de ser ferramenta (o meio) para estudar os fenômenos (o fim), não algo que os precede. É compreensível que os pesquisadores tenham certas preferências metodológicas, em função do modo como foram treinados, por exemplo, em seus cursos de origem ou na formação de pós-graduação. Também é razoável que detenham maior experiência com certas demandas da pesquisa, como por exemplo alguém que tem habilidades sociais para melhor conduzir entrevistas. Ainda, por vezes suas áreas específicas tradicionalmente já aderem a certos métodos, como no caso do uso da observação em estudos de campo. No entanto, é frequente que os pesquisadores caiam no erro de selecionar fenômenos somente a partir de como já sabem produzir e analisar dados. Isso resulta em desconsiderar as demandas próprias da realidade, por conveniência ou por uma visão limitada do que é fazer pesquisa empírica.

Há casos notórios na psicologia, tanto nacional quanto internacional, de áreas, revistas e associações que se definem, por exemplo, pelo método experimental, pela abordagem qualitativa ou por métodos psicanalíticos, entre vários outros. Não significa, entretanto, que devem formatar necessariamente seus objetos de pesquisa nesses moldes, nem que fazem tal defesa de modo exclusivo (ou excludente). Ocorre que processos básicos em psicologia, por exemplo, são mais naturalmente sujeitos a delineamentos com manipulação de variáveis, portanto, experimentais. A psicologia clínica, por outro lado, admite um amplo repertório de métodos e técnicas, muitas vezes resumidos sumariamente na ideia de “método clínico” justamente pelo seu objeto de estudo. Já os métodos psicanalíticos supõem um paradigma teórico-conceitual específico, assim como na fenomenologia e em diversos campos, mas são também conciliáveis com outros métodos praticados por abordagens distintas.

3 – Usar o Manual da APA como Mais do que um Modelo para Fazer Referências

Parte cada vez maior das atividades na psicologia acadêmica brasileira adota o Manual de Publicação da *American Psychological Association* (APA, 2020), o que é uma tendência internacional. Embora ainda prevaleça em muitos contextos editoriais e institucionais o uso da padronização editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Manual da APA tem vantagens consideráveis, justamente por prever as demandas específicas da psicologia. É frequentemente adotado mesmo em outras áreas do conhecimento, como educação, economia, sociologia, subáreas da saúde e, notavelmente no Brasil, administração.

Uma das falsas concepções que se tem sobre o Manual da APA é que ele só precisa ser consultado no momento último de formatar as referências de um texto acadêmico ou profissional. O Manual não é somente um modelo para elaborar referências e inclui temáticas centrais ao processo todo de publicação, mesmo quando o objetivo não é necessariamente a publicação de um trabalho. Elas incluem os procedimentos operacionais para garantir ética em pesquisa, padrões de qualidade editorial, critérios para prevenir plágio (e autoplágio), como definir ordem de coautoria e roteiros sobre as etapas da avaliação cega por pares em periódicos, entre várias outras. Mais distintivamente, para os objetivos deste capítulo, o Manual detalha com modelos comentados a diferenciação entre artigos quantitativos, qualitativos, de métodos mistos, de replicação, de meta-análises, de revisão da literatura, teóricos e metodológicos, além de trabalhos de estudantes em disciplinas, teses de doutorado e dissertações de mestrado. A recomendação é que domine o Manual antes de sequer iniciar um processo de redação ou mesmo o planejamento da pesquisa.

Aliás, como os organizadores do livro do qual este capítulo faz parte já esclareceram na Apresentação, por razões de conveniência editorial as normas da APA não foram aqui adotadas por completo. As referências detalham estritamente o que é preconizado no Manual (assim como o estilo e a lógica geral de redação), mas o corpo do texto não segue a mesma diagramação para cabeçalhos, espaçamento e elementos visuais, entre outros.

4 – Não Confundir Método com Metodologia

Metodologia é o estudo dos métodos, não o seu sinônimo. Na sua origem etimológica, desde a Grécia antiga, método indica um processo (*meta*) para atingir um objetivo ou o caminho utilizado (*hodos*). É por isso, por exemplo, que o instrumento que mede a quilometragem dos automóveis se chama

hodômetro, pois mede o caminho percorrido com sensores nas rodas. Metodologia, em função do “logia”, é termo que deve ser usado apenas para se referir à área de estudo, o que faz sentido para nomear cursos, disciplinas ou o livro do qual este capítulo faz parte. Já o método específico que você utiliza em sua pesquisa é muito mais específico do que a metodologia de pesquisa. Mesmo que você utilize diferentes métodos, isso não qualifica a seção do seu trabalho como “metodologia”, a não ser que você tenha como objetivo principal discutir questões metodológicas como um todo.

Uma série de revistas, agências de fomento, congressos e até modelos para elaboração de trabalhos finais em instituições de ensino, no entanto, insistem em nomear como “Metodologia” a seção do texto que deve se chamar apenas “Método”. Como em muitos casos não é possível aos autores descumprir as normas específicas, acaba-se perpetuando, infelizmente, essa confusão de termos. Pior ainda, não é raro que o veículo de publicação informe, por exemplo, adotar o Manual da APA, mas ainda assim indique que entre as seções do texto se inclua uma nomeada como Metodologia (ao invés de Método). O que fazer então? Já que não queremos promover qualquer anarquia acadêmica, nem diminuir suas chances de boa avaliação por descumprir normas editoriais, recomendamos que adote o termo que for exigido (Metodologia, Método, Métodos, Materiais e Métodos). Quando se trata de formulários on-line, há muito menos flexibilidade para adaptar o termo, contudo, se possível, nomeie a seção corretamente como Método e argumente em prol da consistência de normas com o sistema que estiver sendo adotado (p.ex., APA, ABNT, Vancouver). Sobretudo, examine criticamente essa utilização e procure escolher os veículos de publicação mais qualificados para seu trabalho.

5 – Considerar Método em Psicologia Clínica como Mais do que o Tipo de Tratamento

Quando o que está em jogo na psicologia clínica é a prática terapêutica, o linguajar das diferentes abordagens faz uso dos termos “método” e “técnicas” quase como sinônimos de tipo de intervenção (ou, mais elegantemente, de conduta terapêutica). Tal é o caso da maneira como se nomeiam, entre muitos outros exemplos, associação livre x diretividade, psicoterapia individual x de grupo, dessensibilização sistemática x exposição abrupta, relaxamento x concentração, entrevista clínica estruturada x não estruturada, psicoterapia breve x longa. Obviamente esse é um uso menos preciso do termo, sobretudo por um critério de metodologia de pesquisa.

Um desafio fundamental para o psicólogo, independentemente da abordagem clínica, é conseguir mostrar que houve melhora do quadro (no caso da

psicoterapia, principalmente) ou que houve mudança de comportamento (no caso de aplicações mais gerais da psicologia clínica, como em programas de prevenção, por exemplo). Em termos objetivos de delineamento, isso é obtido por duas maneiras principais. Elas parecem quantitativas, embora valham de modo geral para a pesquisa qualitativa. No delineamento de medidas repetidas (ou intra-sujeito), há algum tipo de medida antes da intervenção (o pré-teste), comparada com o depois da intervenção (o pós-teste). Já no delineamento de medidas independentes (ou inter-sujeito), uma intervenção é utilizada com um grupo de participantes nomeado como condição experimental, enquanto um grupo nomeado como controle não recebe qualquer intervenção (confira Iglesias & Valentini, 2020, para uma revisão dessa lógica nas análises de dados quantitativos em psicologia clínica).

A despeito da complexidade do assunto, não se justifica o fato de muitos pesquisadores não identificarem ou não nomearem o desenho (sinônimo de delineamento) da pesquisa que utilizaram. Ainda mais preocupante são as pesquisas cujo delineamento indicado na descrição do método não corresponde ao realizado. Há críticas recorrentes, por exemplo, sobre a ausência de critérios e de descrições metodológicas mais completas quando se realizam estudos de caso em psicologia clínica (Serralta et al., 2011). Essas e outras ocorrências contribuem para que as pesquisas assumam uma expressiva fragilidade, especialmente devido à validade dos dados produzidos. Deve-se por isso se atentar sempre aos procedimentos metodológicos adotados, que são orientados sumariamente pelo delineamento do estudo. Uma revisão detalhada dos delineamentos em psicologia clínica, com ótimas recomendações, pode ser verificada em Marin et al. (2021). “Informar delineamento” acabou não sendo uma recomendação específica neste capítulo, contudo vale dizer que muitas revistas e agências de fomento fazem essa exigência indispensavelmente.

6 – Planejar Amostras não *WEIRD*

Há pouco mais de uma década, pesquisadores da University of British Columbia, no Canadá, especialistas em psicologia transcultural, qualificaram a pesquisa em psicologia e de ciências afins como *WEIRD* (Henrich et al., 2010). Trata-se de um trocadilho em inglês com a ideia de algo “estranho” ou “esquisito”, que sugeriram como o acrônimo de *Western, Educated, Industrialized, Rich e Democratic*. A publicação teve enorme impacto metodológico na psicologia, evidenciando um quase total domínio de estudos que de fato utilizam amostras coletadas em países ocidentais (W), com alto nível de escolaridade (E), em contexto industrializado (I), com abundância de recursos financeiros (R) e que vivem sob regimes democráticos de governo (D). Como

a maior parte do planeta Terra não inclui pessoas que vivem nessas circunstâncias, o alerta se tornou também um chamado para maior variabilidade amostral e de uma efetiva representatividade das pesquisas.

Na América Latina e em muitas outras regiões o destaque para populações não WEIRD é historicamente característico de diversas subáreas, escolas e abordagens. Elas ora questionam o chamado colonialismo acadêmico europeu/norte-americano, ora se identificam justamente pelo foco em fenômenos largamente ignorados no *mainstream* da psicologia (vide, p.ex., Parker, 2015). Ainda, para alguns autores isso justifica uma enorme relativização ou mesmo uma recusa radical em adotar os métodos psicológicos, sob o argumento de que não conseguem responder às perguntas que realmente fazem sentido em contextos como o latino-americano. Como no caso da pesquisa metodológica mista, o apelo tem se capilarizado pouco a pouco na psicologia como uma espécie de caminho do meio, mesmo em subáreas que investigam processos básicos que são menos sensíveis ao contexto cultural. É razoável especular que as facilidades cada vez maiores de acessar pessoas distantes dos centros urbanos, a promoção de redes inter-regionais de colaboração e o aprimoramento dos critérios de fomento e publicação acabem consolidando posturas não WEIRD no futuro.

7 – Considerar Níveis de Análise como Complementares, não como Concorrentes

Talvez pelas mesmas razões que geram preferências quanti ou quali entre pesquisadores, adotam-se também preferências por certos níveis de análise. A psicologia clínica é mais caracterizada por estudos que envolvem tipicamente os níveis intra e interpessoais de análise, espelhando as definições mais consensuais de que a psicologia, como um todo, é a ciência do comportamento e dos processos cognitivos. Assim, para muitos psicólogos clínicos a explicação oferecida por um colega neurocientista para um certo fenômeno pode ser vista como reducionista (já que em nível micro de análise), por ignorar o todo e focar apenas em partes bastantes específicas (p.ex., a ativação de uma área do córtex pré-frontal). Por outro lado, a explicação oferecida por um cientista social pode ser vista como demasiadamente holística (já que em nível macro), por não capturar os elementos específicos e focar demais no todo (p.ex., a manifestação cultural do fenômeno ao longo da história). Ocorre, no entanto, que não há critério objetivo para se avaliar se uma ou outra explicação estão mais corretas ou mais erradas. Elas operam em níveis potencialmente complementares, embora bastante distintos. Nas abordagens

mais quantitativas, falar em níveis de análise na psicologia clínica é quase sinônimo de modelagem multinível (Kenny & Hoyt, 2009), um conjunto específico de técnicas estatísticas que tem se desenvolvido exponencialmente. Já nas abordagens mais qualitativas, falar em níveis de análise é, no mínimo, dar o mesmo destaque ao contexto em que os fenômenos ocorrem, em contraste a uma visão meramente individual (Fowler & Todd, 2017).

Uma das maiores vantagens da pesquisa interdisciplinar é admitir justamente que diferentes níveis de análise sejam compatibilizados para identificar, explicar e gerenciar problemas de pesquisa. Em termos ideais, Wilson (1999) propôs que as ciências e as humanidades eliminem a distância que as separa, em direção a um conhecimento unificado, no que ficou conhecido pelo termo “consiliência”, já mais transdisciplinar. Em alguns campos esse esforço é mais notório, tanto no trabalho acadêmico quanto nas aplicações profissionais, como se observa em diversas áreas da saúde. A multiplicidade de paradigmas dentro da própria psicologia, no entanto, já configura um desafio considerável para garantir um diálogo maior com a produção fora dela. Como especularam Kendall e Comer (2016), conhecer os fatores mediadores (*como e porque*) e moderadores (*com quem e em quais circunstâncias*) dos processos de mudança de comportamento fará toda a diferença para o sucesso ou fracasso da psicologia clínica em sua vocação. Mais recentemente, a pandemia do novo coronavírus a partir de 2020 apontou essa necessidade urgente e inevitável da psicologia clínica lidar com múltiplos níveis de análise (Taylor, 2021).

8 – Consultar Publicações de Revisão na Psicologia Clínica

Um dos caminhos mais profícuos para conhecer o estado da arte em uma determinada área ou subárea é a consulta a trabalhos que tenham realizado uma revisão da literatura, que frequentemente se detém sobre um problema mais preciso. É o caso das revisões narrativas, sistemáticas, de escopo e outras modalidades, que muitas revistas científicas admitem como modalidade eventuais de publicação. Subsidiar a sua pesquisa, no entanto, com publicações de referência transversal, qualificadas por editores e editoras que são especializados nessa função de revisão é algo muito estratégico. Portanto, merecem atenção igual, ou por vezes maior, os periódicos que são inteiramente dedicados a revisões da literatura. Eles geralmente incluem o termo *review* (ou equivalente) no título, apontando o foco em elementos de revisão teórica, conceitual, metodológica, analítica ou mesmo aplicada.

Existem alguns exemplos de valor indispensável, que são altamente citados por autores que buscam uma atualização robusta. O mais tradicional é

o *Annual Review of Psychology*, que teve sua primeira edição publicada em 1950 e é o periódico de maior impacto na área. O primeiro *Annual Review*, de 1932, foi da área de bioquímica, com expansões que hoje alcançam 51 áreas do conhecimento, incluindo várias ciências sociais e humanas. É notório que em 2005 tenha-se criado, mais especificamente, um *Annual Review of Clinical Psychology*, também o periódico de maior impacto nessa área (a psicologia também conta agora com *Annual Reviews* específicos em psicologia do desenvolvimento e psicologia organizacional). Diferentemente da maior parte dos periódicos científicos, em que qualquer autor pode pleitear a publicação de seu manuscrito via avaliação cega por pares, no *Annual Review* os editores convidam nomes que constituem autoridades acadêmicas na área. Portanto, recomenda-se a consulta tanto aos artigos que tratam especificamente de determinado tema que lhe seja relevante, quanto aos que tratam de temas mais transversais, como ética na pesquisa, diferenças culturais e análise de dados, entre outros. Ainda, a depender do fenômeno, as meta-análises são também muito valorizadas para se começar a definir problemas de pesquisa de maneira atualizada. Obviamente uma série de *handbooks* especializados também cumprem essa função de revisão da literatura.

9 – Estruturar a Pesquisa com o 5W1H

Em diversas áreas se popularizou, como guia geral, o uso da sigla 5W1H em inglês para se descrever sumariamente, por meio de perguntas, os elementos principais de uma pesquisa. Embora tenha um uso bastante prático no jornalismo e na ciência moderna, suas origens remontam aos primeiros tratados sobre retórica e sobre ética na Grécia antiga, com destaque para Aristóteles, que promoveu a ideia do “*septem circumstantiae*” (seis circunstâncias, em latim). Primeiro, qualquer projeto ou relatório deve deixar claro o que será/foi feito (*What?*), depois o porquê da pesquisa ser feita (*Why?*), o onde (*Where?*), o quando (*When?*) e o quem (ou com quem) fará/fez (*Who?*). Deve informar claramente, ainda, o como será feita (*How?*). Ele inclui, idealmente, quanto custará (*How much?*), afinal o custo da pesquisa não é somente financeiro, mas temporal, pessoal, ético, social etc.

Uma vez mais, em processos seletivos, candidaturas em editais de fomento, de bolsas de estudo e pesquisa, sobretudo em etapas de avaliação acadêmica e editorial, o exame de um projeto ou relatório tende a ser bastante objetivo. Assim, a despeito das características próprias de cada abordagem ou tradição, guiar a escrita por recursos como o 5W1H pode ser uma vantagem considerável: quem avalia (pareceristas, membros de bancas, gestores etc)

terá clareza sobre o que se pretende realizar ou sobre o que foi realizado, permitindo avaliações justas e coerentes. As perguntas da sigla 5W1H são um recurso implícito, não necessariamente a maneira literal como as seções do trabalho! Note-se, ainda, que mesmo em trabalhos teóricos é preciso informar esses elementos, como destacamos na próxima recomendação.

10 – Relatar o Método quando Fizer Pesquisa Teórica

Como se verifica na experiência editorial de revistas, há uma falsa concepção, mais frequente entre estudantes, de que trabalhos teóricos não precisam detalhar seus métodos, justamente por não utilizar qualquer dado empírico. O Manual da APA, por exemplo, de fato prevê que a estrutura das seções de um trabalho teórico seja flexível, a critério do autor, diferentemente de um trabalho empírico em que a ordem “Introdução – Método – Resultados – Discussão” é geralmente seguida. A pesquisa teórica, no entanto, além de ser por si só uma postura metodológica, depende de critérios para garantir a qualidade, a legibilidade e a confiabilidade do que se escreve. Por isso é fundamental que o texto teórico deixe também claros os critérios adotados, seu escopo (e não escopo) e qual tipo de pesquisa efetivamente relata (revisão sistemática narrativa/sistemática/integrativa, estudo teórico, metanálise etc).

Zoltowski et al. (2014) mostraram que as revisões de literatura publicadas em periódicos brasileiros não costumam seguir diretrizes básicas para o que efetivamente deve constituir uma revisão. Pouca ou nenhuma atenção se dá ao que é preconizado por várias ferramentas consolidadas para esse fim, como *A Measurement Tool to Assess Systematic Reviews* (AMSTAR) (Shea et al., 2007). É promissor que agora existam recursos brasileiros, em português, para avaliar a qualidade desse tipo de publicação (vide Costa et al., 2015), o que pode guiar mais ainda o trabalho do pesquisador que está definindo seu projeto. Tão importante quanto isso, deve guiar seus próprios esforços de revisão da literatura na redação de uma dissertação, tese ou publicações.

11 – Considerar que Problemas de Medida não são Exclusividade da Psicometria

Os problemas de se medir os fenômenos psicológicos são tantos que a tentativa criada para os solucionar, a psicometria, acabou ganhando vida própria e virou item de exportação da área. O impacto que a psicometria tem fora da psicologia não parece encontrar equivalente, quando comparado com o impacto de outras “-metrias”. Econometria, antropometria, sociometria, telemetria, biometria, entre outros, são utilizados de forma mais circunscrita,

em função de seu nível de análise ou do objeto próprio de estudo. No caso da psicométrica o uso é bastante transversal, afinal medir como as pessoas pensam e se comportam também é desafio estratégico na saúde (p.ex., nutrição, medicina, enfermagem, fonoaudiologia, educação física), nas ciências sociais e sociais aplicadas (p.ex., administração, ciência política, relações internacionais, serviço social, pedagogia) e, ainda que menos marcadamente, nas humanidades e ciências exatas.

Ironicamente, no entanto, várias subáreas da própria psicologia não identificam relevância ou conveniência em se estudar psicométrica, mesmo que dependam fundamentalmente de algum tipo de mensuração. Uma visão bastante comum entre psicólogos clínicos é a de que a psicométrica é um conhecimento estratégico apenas para quem realiza avaliação psicológica, em especial a do tipo que usa testes, escalas, inventários e outros recursos padronizados. Em critério menos estereotipado, porém, qualquer tentativa de medir alguma coisa em psicologia é uma necessidade psicométrica, mesmo que apenas baseada em linguagem e não em números. Quando um psicoterapeuta pergunta a seu paciente algo como “Como está se sentindo hoje?”, esse é também um problema de psicométrica. Afinal, ele envolve a necessidade de se comparar respostas (entre diferentes sessões ou entre pacientes), de eliminar ao máximo o erro na mensuração e de garantir que seja válida, assim como fidedigna. Balsamo et al. (2019) indicaram, recentemente, como os modelos psicométricos têm sido cada vez mais usados em integração com os modelos clínicos, gerando soluções com significância clínica prática.

12 – Conduzir Estudo(s)-Piloto

A última recomendação é talvez a mais operacional de todas e que pode ser relativamente simples. De modo mais coloquial, pode ser expressa no ditado popular: “treino é treino, jogo é jogo”. Soa óbvia quando nomeada, mas na prática muitos pesquisadores com excelentes projetos não se dão a oportunidade de testar seus instrumentos, procedimentos, instruções, de coletar dados com alguns participantes somente como um teste inicial, nem de sequer estimar quanto tempo, por exemplo, isso pode demandar. Apostar todos os esforços diretamente na execução da pesquisa final é muito arriscado, porque mesmo os elementos mais bem planejados estão sujeitos a variáveis que não se pode controlar. Não à toa, estudos-piloto são muitas vezes nomeados como estudos de viabilidade.

Orsmond e Cohn (2015) examinaram cinco objetivos de um teste-piloto: a capacidade de recrutamento dos participantes que o pesquisador espera alcançar; o ajuste dos procedimentos e medidas; a aceitabilidade dos procedimentos pelos participantes; o exame dos recursos para viabilizar a pesquisa;

e uma avaliação preliminar das respostas que se pode obter. Já Lancaster et al. (2004) propuseram um excelente quadro de trabalho para planejar testes piloto, diferenciando estudos internos (que fazem parte da própria pesquisa, como uma coleta preliminar) e externos (mais independentes da coleta principal, que podem ser até objeto de publicação própria). Embora esses autores tenham focado em testes randomizados controlados e estudos de intervenção, suas recomendações se aplicam, por analogia, a muitos outros delineamentos de pesquisa. É o caso, portanto, de entrevistas, questionários, observações, análises qualitativas, tratamentos clínicos e até estudos de caso. Mesmo trabalhos teóricos ou de revisão da literatura também dependem desse tipo de recurso, guardadas as devidas características, porque exigem testes antes de sua execução. O que parece um trabalho adicional ao pesquisador e um complicador em seu cronograma é, na verdade, maior garantia de sucesso em seus projetos.

Considerações Finais

Neste capítulo foram apresentados, de forma unificada, 12 recomendações metodológicas que julgamos bastante estratégicas e atualizadas com a pesquisa avançada em psicologia clínica. Elas aparecem de maneira muito difusa na literatura ou sequer é possível encontrar uma referência para algumas delas, visto que fazem parte da prática de orientação cotidiana em programas de pós-graduação. Obviamente a lista não se pretendeu exaustiva, diante da existência de tantas outras questões relevantes, sendo talvez até uma escolha relativamente arbitrária. Tampouco a lista se pretendeu universal, diante da grande diversidade nas tradições de pesquisa em psicologia clínica.

O exame de uma série de manuais metodológicos em psicologia clínica publicados em inglês revela que, pelo menos nos recursos didáticos, a área ainda aparece como majoritariamente quantitativa. No *Handbook of Research Methods in Clinical Psychology* (Roberts & Ilardi, 2003) apenas um capítulo, entre 20, se dedicou explicitamente à pesquisa qualitativa. Na terceira edição do *Research Methods in Clinical Psychology: An Introduction for Students and Practitioners* (Barker et al., 2015) é que um equilíbrio de elementos quali e quanti ficou mais promovido, assim como uma maior diversidade metodológica. Independentemente da abordagem utilizada, entretanto, mesmo que bastante específica ou inovadora, certamente não faltam referências adequadas para guiar o trabalho do pesquisador em psicologia clínica. Seu uso é indispensável, sobretudo quando o pesquisador ainda não domina os recursos metodológicos de que precisa.

Como se sabe, muitas revisões de área mostram, por exemplo, que os bons efeitos da psicoterapia dependem mais das habilidades do clínico e menos do tipo utilizado (veja Wampold & Imel, 2015 para uma revisão desse problema). Além disso, a mera escuta de problemas já é em algum grau terapêutica, mesmo que não haja uma intervenção minimamente planejada. Por outro lado, uma série de alternativas, fora da psicologia, competem com as soluções por ela seriamente desenvolvidas. No espectro que inclui desde charlatões que podem causar mais problemas às pessoas, passando por soluções inócuas ou *nonsense*, até disputas de atividades oferecidas por outras profissões (ou “profissões”), as ameaças custam caro aos psicólogos e à sociedade. Somem-se a isso as críticas que a psicologia clínica frequentemente recebe por apresentar soluções demoradas ou com eficácia limitada (Leonardi & Meyer, 2015; Tackett et al., 2019). Assim, seja qual for a preferência de abordagem utilizada pelo pesquisador ou pelo profissional, seu sucesso depende em grande parte de um treinamento na metodologia de pesquisa em sua área específica, garantindo atualização, fundamentação e boa aplicação.

REFERÊNCIAS

American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/0000165-000>

Anguera, M. T., Blanco-Villaseñor, A., Losada, J. L., Sánchez-Algarra, P., & Onwuegbuzie, A. J. (2018). Revisiting the difference between mixed methods and multimethods: Is it all in the name? *Quality & Quantity*, *52*(6), 2757–2770. <https://doi.org/10.1007/s11135-018-0700-2>

Balsamo, M., Innamorati, M., & Lamis, D. A. (2019). Clinical psychometrics: Old issues and new perspectives. *Frontiers in Psychology*, *10*, 947. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.00947>

Barker, C., Pistrang, N., & Elliott, R. (2015). *Research methods in clinical psychology: An introduction for students and practitioners*. John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119154082>

Castro, T. G. D., Abs, D., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *31*, 814–825. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>

Costa, A. B., Zoltowski, A. P. C., Koller, S. H., & Teixeira, M. A. P. (2015). Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, *20*, 2441–2452. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.10762014>

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso.

Fowler, P. J., & Todd, N. R. (2017). Methods for multiple levels of analysis: Capturing context, change, and changing context. In M. A. Bond, I. Serrano-García, C. B. Keys, & M. Shinn (Eds.), *APA handbook of community psychology: Methods for community research and action for diverse groups and issues* (pp. 59–74). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14954-004>

Gondim, S. M. G., & Bendassolli, P. F. (2014). Uma crítica da utilização da análise de conteúdo qualitativa em psicologia. *Psicologia em Estudo*, *19*, 191–199. <https://doi.org/10.1590/1413-737220530002>

Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, 201–209. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>

Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world?. *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2–3), 61–83. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>

Iglesias, F., & Valentini, F. (2020). Análise de dados quantitativos em psicologia clínica: Fundamentos, conceitos e aplicações. In E. R. Lazzarini, M. C. Maesso, P. H. A. Costa, & S. E. S. Oliveira (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 5, pp. 165–184). CRV. <https://doi.org/10.24824/978655868899.0>

Kendall, P. C., & Comer, J. S. (2013). Decades not days: The research enterprise in clinical psychology. In J. S. Comer & P. C. Kendall (Eds.), *The Oxford handbook of research strategies for clinical psychology* (pp. 437–442). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199793549.001.0001>

Kenny, D. A., & Hoyt, W. T. (2009). Multiple levels of analysis in psychotherapy research. *Psychotherapy Research*, 19(4–5), 462–468. <https://doi.org/10.1080/10503300902806681>

Koller, S. H., de Paula Couto, M. C. P., & Von Hohendorff, J. (2014). *Manual de produção científica*. Penso.

Lancaster, G. A., Dodd, S., & Williamson, P. R. (2004). Design and analysis of pilot studies: Recommendations for good practice. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, 10(2), 307–312. <https://doi.org/10.1111/j.2002.384.doc.x>

Leonardi, J. L., & Meyer, S. B. (2015). Prática baseada em evidências em psicologia e a história da busca pelas provas empíricas da eficácia das psicoterapias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35, 1139–1156. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001552014>

Marin, A. H., Schaefer, M. P., Lima, M., Rolim, K. I., Fava, D. C., & Feijó, L. P. (2021). Delineamentos de pesquisa em psicologia clínica: Classificação e aplicabilidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221647, 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221647>

Orsmond, G. I., & Cohn, E. S. (2015). The distinctive features of a feasibility study: Objectives and guiding questions. *OTJR: Occupation, Participation and Health*, 35(3), 169–177. <https://doi.org/10.1177/1539449215578649>

Parker, I. (Ed.). (2015). *Handbook of critical psychology*. Routledge.

Roberts, M. C., & Ilardi, S. S. (Eds.). (2003). *Handbook of research methods in clinical psychology*. Wiley.

Serralta, F. B., Nunes, M. L. T., & Eizirik, C. L. (2011). Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28, 501–510. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400010>

Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. GrupoA.

Shea, B. J., Grimshaw, J. M., Wells, G. A., Boers, M., Andersson, N., Hamel, C., Porter, A. C., Tugwell, P., Moher, D., & Bouter, L. M. (2007). Development of AMSTAR: A measurement tool to assess the methodological quality of systematic reviews. *BMC Medical Research Methodology*, 7(10). <http://dx.doi.org/10.1186/1471-2288-7-10>

Tackett, J. L., Brandes, C. M., King, K. M., & Markon, K. E. (2019). Psychology's replication crisis and clinical psychological science. *Annual Review of Clinical Psychology*, 15, 579–604. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-050718-095710>

Taylor, S. (no prelo). The psychology of pandemics. *Annual Review of Clinical Psychology*, 18. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-072720-020131>

Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2003). Major issues and controversies in the use of mixed methods in the social and behavioral sciences. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social and behavioral research* (pp. 13–50). Sage. <https://doi.org/10.1177/2345678906293042>

Wampold, B. E., & Imel, Z. E. (2015). *The great psychotherapy debate: The evidence for what makes psychotherapy work*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203582015>

Wertz, F. J. (2014). Qualitative inquiry in the history of psychology. *Qualitative Psychology*, 1(1), 4. <https://doi.org/10.1037/qup0000007>

Wilson, E. O. (1999). *A unidade do conhecimento: Consiliência*. Campus.

Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30, 97–104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

CAPÍTULO 2

PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E A AVALIAÇÃO DE PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DE INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS

Sérgio Eduardo Silva de Oliveira

Dionne Rayssa Cardoso Corrêa

Daniela Alcântara Almeida

Lara Letícia Pinto Barbosa

Cristiane Faiad

As pesquisas científicas que envolvem o uso de instrumentos psicológicos como procedimento de coleta de dados têm que apresentar evidências de que os resultados obtidos são válidos e confiáveis. Para tanto, um aspecto fundamental nesse tipo de pesquisa é apresentar a qualidade das propriedades psicométricas dos instrumentos utilizados no estudo. Especificamente, no contexto de pesquisa em psicologia clínica, isso é importante para atestar que os achados do estudo representam a realidade investigada e não problemas no nível da mensuração das variáveis psicológicas. O presente capítulo tem por objetivo apresentar as possibilidades e recomendações do uso de instrumentos psicológicos em pesquisas no contexto da psicologia clínica. Para tanto, em um primeiro momento são feitas as definições dos diferentes tipos de instrumentos psicológicos. Em seguida, são feitas recomendações do uso de instrumentos psicológicos em pesquisas qualitativas e quantitativas no contexto da psicologia clínica. Por fim, são apresentados os principais parâmetros psicométricos que são relacionados à qualidade dos resultados de pesquisas que utilizam instrumentos psicológicos. Espera-se que a leitura deste capítulo possa instrumentalizar pesquisadores da área da psicologia clínica no uso adequado de testes e outros instrumentos psicológicos em seus delineamentos de pesquisa.

Definição de Instrumentos Psicológicos e Suas Especificidades

Instrumentos psicológicos podem ser entendidos, de modo geral, como todo e qualquer procedimento sistemático empregado para a avaliação de construtos psicológicos. Diferente de outras áreas de conhecimento que possuem

objetos de estudo físicos, o objeto de investigação da psicologia é imaterial, como estados de humor, padrões de comportamento, dentre outros. Desse modo, para auxiliar os profissionais da psicologia no progresso do estudo e dos conhecimentos relacionados aos processos psicológicos, surgiu a psicometria (Pasquali, 2011), como uma área de conhecimento voltada para a operacionalização e mensuração de processos e habilidades mentais.

Os procedimentos sistemáticos de coleta de dados para a mensuração de características mentais (ou seja, os instrumentos psicológicos) podem ser baseados em diferentes formatos, princípios e procedimentos. De forma geral, eles têm em comum a finalidade de estimar algum aspecto psicológico de um indivíduo ou de um grupo, em diferentes contextos. A seguir, são apresentados os principais modelos de mensuração de variáveis psicológicas descritos na literatura.

Escalas, Inventários e Questionários

Escalas, inventários e questionários são uns dos principais modelos de coleta de dados utilizados para mensuração de construtos psicológicos, no campo da psicologia. Por vezes são usados como sinônimos, porém há pequenas diferenças técnicas em suas definições. Um questionário é definido como um conjunto de questões predeterminadas para todos os respondentes e comumente é utilizado como o principal instrumento de pesquisa em um levantamento (Shaughnessy et al., 2012). Um inventário é um conjunto de itens ou *checklist* que coleta informações sobre as opiniões, interesses, atitudes, preferências, características da personalidade, motivações ou reações típicas em determinadas situações ou problemas (American Educational Research Association et al., [AERA], 2014). Ainda, a palavra escala pode ser utilizada de diversas formas: para designar o nível métrico da medida (escala nominal, ordinal, intervalar e razão); para designar um contínuo de números (escala numérica de cinco pontos); “para designar os próprios itens de um instrumento” (Pasquali, 2010a, p. 116) ou para nomear um instrumento psicológico. Embora possa ser entendida de muitas formas em psicologia, o termo escala, frequentemente, se refere a um conjunto de itens ou subtestes usados para medir uma característica psicológica específica (AERA et al., 2014).

Ressalta-se, que o objetivo desses instrumentos não é testar habilidades ou o desempenho de uma pessoa em determinadas tarefas, mas, sim, medir e coletar informações sobre opiniões, tendências de comportamentos, interesses, crenças, experiências emocionais e atitudes. Nesses tipos de medida, portanto, não há respostas certas ou erradas. O importante é identificar o perfil dos respondentes no construto avaliado, ou seja, em relação ao conceito ou característica psicológica que se pretende avaliar (AERA et al., 2014). Existem

diferentes instrumentos psicológicos dessa natureza no Brasil; alguns exemplos são a Bateria Fatorial de Personalidade (Nunes et al., 2010), o Inventário de Habilidades Sociais e Conjugais (Villa & Dell-Prette, 2012) e a Escala Baptista de Depressão (Baptista, 2012).

O processo de resposta a esses tipos de instrumentos tende a ser por meio de múltiplas escolhas. No caso dos questionários, especificamente, as perguntas podem ser abertas (de resposta livre e discursiva) e/ou fechadas (de escolha de opções). Para situações iniciais em que não se conhece a abrangência ou variabilidade das possíveis respostas, é necessária uma abordagem exploratória com perguntas abertas (Gunther, 2003). Em cenários nos quais os números de respondentes e de itens são grandes, as perguntas fechadas são as mais indicadas, pois facilitam os processos de resposta e de codificação. Frequentemente, escalas compostas por uma sequência de números dispostos em ordem crescente ou decrescente são usadas com o objetivo de se referir a algum aspecto da realidade, física ou mental, e indicar diferentes magnitudes de uma propriedade ou atributo da realidade (Pasquali, 2010a). A escala Likert é uma das mais conhecidas e busca verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressam algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico (Pasquali, 2010a). Nela, pede-se ao respondente que avalie um fenômeno em uma escala tipo likert de cinco ou mais pontos. Essa avaliação pode exigir que o respondente sinalize entre concordância ou discordância ou avalie entre bom ou ruim. Por exemplo, diante da afirmativa: “Eu gosto de acordar cedo” a pessoa indica em uma escala de um a cinco pontos, o quanto concorda com a sentença proposta, sendo 1 “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”.

Testes Psicológicos de Desempenho

Os testes psicológicos de desempenho requerem que a pessoa avaliada demonstre habilidades ao executar tarefas, geralmente, em ambientes que se assemelham muito às situações da vida real (AERA et al., 2014). Esse tipo de avaliação pode ser usado para avaliar conhecimentos, habilidades e funcionamento cognitivo. Nesse caso, diferente dos questionários, inventários e escalas, existem respostas certas e erradas e a tarefa dos respondentes é executar da melhor forma possível a tarefa proposta.

Nesse modelo de mensuração, o processo de resposta varia de acordo com a definição operacional do construto, sendo essa definição estabelecida a partir da teoria. A definição operacional é a expressão da representação comportamental do construto, ou seja, a tarefa que os sujeitos terão que executar para que se possa avaliar a característica psicológica (Pasquali, 2010b). Sendo

assim, cada teste pode demandar um comportamento específico, sendo que a emissão desse comportamento é avaliada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo modelo de mensuração subjacente à tarefa. Por exemplo, os testes de atenção, comumente, possuem tarefas de cancelamento, no qual a pessoa deve fazer uma inspeção visual e identificar os estímulos que são iguais aos de modelos predefinidos. A identificação dos estímulos é geralmente registrada por meio de um traço sobre o estímulo, daí a ideia de cancelamento. Os testes que avaliam a memória episódica visual geralmente requerem que a pessoa avaliada reproduza de memória, por meio de desenhos, uma determinada imagem que lhe foi apresentada anteriormente. Por sua vez, a avaliação da memória episódica auditiva requer que o avaliando reconheça e/ou verbalize uma lista de palavras que lhe foi apresentada. Alguns exemplos de testes de desempenho aprovados pelo Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (Satepsi) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) são: a Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (WAIS-III) (Nascimento, 2005), o Teste de Atenção Concentrada (TEACO-FF) (Rueda & Sisto, 2009) e o Teste Pictórico de Memória (TEPIC-M) (Rueda & Sisto, 2007).

Vale salientar que é possível que dois testes que avaliam um mesmo construto apresentem definições operacionais diferentes. Isso porque a estimação de uma habilidade psicológica pode ser feita por diferentes métodos. Por exemplo, a avaliação das funções executivas por meio do Teste dos Cinco Dígitos – FDT (Sedó et al., 2015) e do Teste Wisconsin de Classificação de Cartas – WCST (Heaton et al., 2005) compreendem atividades distintas. No FDT a pessoa, ao executar a tarefa, passa por quatro fases: leitura, contagem, escolha e alternância. Na fase da leitura são apresentados dígitos em quantidades que correspondem exatamente a seus valores e nela o indivíduo deve reconhecer e nomear um dos números. Na contagem são apresentados grupos de um a cinco asteriscos, e o indivíduo deve reconhecer o “conjunto” e contar o número de asteriscos existentes. Já na fase de escolha, o sujeito deve inibir a leitura dos números apresentados e dizer quantos números existem em cada estímulo. Por fim, na fase de alternância, um de cada cinco grupos de dígitos é delimitado por uma borda mais grossa. Nesses estímulos, é requerido ao indivíduo que alterne entre duas operações (Campos et al., 2016). Por sua vez, no WCST a pessoa deve classificar corretamente um conjunto de cartas com base em quatro cartas modelo (estímulos-padrão) sem, contudo, receber instruções prévias acerca de qual é a forma correta de classificação das cartas. De fato, a cada tentativa de classificação a pessoa recebe um *feedback* de “certo” ou “errado” do avaliador e, dessa forma, a pessoa precisa identificar o critério e adaptar suas estratégias com base no *feedback* fornecido pelo

avaliador (Silva et al., 2013). É importante que o pesquisador compreenda os métodos empregados em cada teste e avalie as vantagens e desvantagens de cada um, além de outros aspectos como tempo de aplicação, faixa etária indicada, evidências de validade e fidedignidade disponíveis, entre outros, para a tomada de decisão sobre qual utilizar em sua pesquisa.

Entrevistas Estruturadas

As entrevistas são instrumentos importantes para coleta de dados em psicologia. Por meio delas, o pesquisador pode aprofundar e explorar informações sobre o avaliando. Nas entrevistas estruturadas, as perguntas são abordadas a partir de um roteiro que deve ser seguido rigidamente (Serafini, 2016). Esse tipo de modelo é útil em contextos no qual seja necessário manter a padronização por meio de algum protocolo, como por exemplo, situações de pesquisa e quando as respostas às perguntas da entrevista geram escores.

As entrevistas estruturadas geralmente resultam em escores e podem envolver algum sistema de algoritmo padronizado. Dessa forma, a estrutura da entrevista deve ser mantida de modo a garantir a comparação dos resultados obtidos entre os participantes da pesquisa, ou mesmo com grupos normativos. Cabe ressaltar que os escores de entrevistas estruturadas são geralmente provenientes do pesquisador entrevistador e não direto da pessoa. As entrevistas estruturadas geralmente apresentam critérios e regras de pontuação para aumentar a confiabilidade dos escores. Assim, as respostas dos participantes às perguntas das entrevistas são codificadas e serão computadas ao final.

Um dos principais exemplos de entrevista estruturada no contexto da pesquisa em psicologia clínica é a Entrevista Clínica Estruturada para os Transtornos do DSM-5 (SCID-5) (First et al., 2017). Trata-se de um instrumento de investigação clínica que tem o objetivo de auxiliar no diagnóstico de transtornos mentais. A administração dessa entrevista deve ser feita por um profissional de saúde treinado, pois as classificações na SCID-5 são feitas a partir do julgamento do avaliador que sinaliza a presença ou a ausência dos critérios diagnósticos conforme descritos na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (American Psychiatric Association [APA], 2014). Outro exemplo, também disponível no Brasil, é a Entrevista Diagnóstica para os Transtornos da Personalidade – E-TRAP (Carvalho et al., 2020). A E-TRAP consiste em uma entrevista mediada por computador que tem por objetivo auxiliar no diagnóstico de transtornos da personalidade, de acordo com ambos os modelos categórico e híbrido descritos no DSM-5 (APA, 2014).

Técnicas Projetivas

Diferentemente dos instrumentos objetivos e das entrevistas estruturadas, as técnicas projetivas se constituem em outro grupo específico de métodos de avaliação, e chamam a atenção pela sua história na avaliação psicológica. Elas consistem em métodos de avaliação da personalidade com base em uma tarefa que envolve o fornecimento de algum tipo de estímulo não estruturado ou incompleto (Cohen et al., 2014). Ou seja, elas envolvem tarefas padronizadas com estímulos vagos ou ambíguos, com o objetivo de deixar que o examinando utilize suas próprias referências para organizar as informações fornecidas e desenvolver uma resposta. A forma como cada examinando emite sua resposta à tarefa proposta revela aspectos do funcionamento de sua personalidade. Dentre as vantagens das técnicas projetivas está o fato de elas serem menos suscetíveis à deselegibilidade social, porque o avaliando não consegue presumir qual seria a melhor resposta, e qualquer suposição impactaria mais o conteúdo de algumas respostas e não o conjunto de indicadores como um todo (Villemor-Amaral & Cardoso, 2019).

O precursor do termo de métodos projetivos foi Frank (1939), e ele argumenta que ao oferecer ao indivíduo um material e espaço com pouca estrutura e padrões culturais, sua personalidade pode projetar ali sua forma de ver a vida, seus significados, aquilo que dá importância, suas tendências e, especialmente, seus sentimentos. Segundo o autor, essa seria a forma de uma pessoa projetar o mundo privado da sua personalidade, pois é preciso organizar as informações, interpretar o material e reagir afetivamente a ele. Dessa forma, entende-se também a partir das ideias de Frank, que os métodos projetivos marcam algo que não se observa diretamente, mas revelam o desempenho típico de uma pessoa, seus comportamentos e as características que mostram sua singularidade (Villemor-Amaral & Cardoso, 2019).

Os testes projetivos receberam influências de duas grandes correntes teóricas, a gestáltica e a psicanalítica, e por muito tempo sofreram duras críticas devido às posições contrárias à aplicação do termo de técnicas projetivas, considerando que este estaria totalmente atrelado ao conceito de projeção estabelecido por Freud (Pinto, 2014). Porém, o conceito original formulado por Frank não possuía relações diretas com a psicanálise. Inspirado em conceitos da física à época, ele adotou o termo projetivo aludindo às respostas aos estímulos que carregam aspectos que não podem ser observados diretamente, o que se associa com o conceito do Método de Desempenho Típico do sistema mais recente de correção e interpretação do Rorschach (R-PAS). Nesse sentido, o típico é caracterizado por comportamentos e modos de agir que são próprios da pessoa e que marcam sua singularidade (Villemor-Amaral & Cardoso, 2019).

O teste das manchas de tinta de Rorschach é um exemplo de como um teste projetivo pode ser aplicado e interpretado com base em diferentes métodos e linhas teóricas. Ele consiste em dez manchas de tinta bilateralmente simétricas, impressas em pranchas separadas. Cinco pranchas possuem manchas acromáticas (preto e branco), duas são pretas, brancas e vermelhas e as três últimas são coloridas em tons pastéis. O objetivo da avaliação é conhecer a personalidade da pessoa com base na forma como ela percebe as manchas e responde às inquirições. A partir da categorização e interpretação das respostas da pessoa às 10 pranchas, pode-se inferir aspectos sobre a estrutura, funcionamento e dinâmica de sua personalidade.

O Rorschach possui atualmente quatro sistemas de correção aprovados para o uso no Brasil pelo Satepsi, que vão determinar seu modo de aplicação, codificação e interpretação. Um dos mais utilizados é o Sistema Compreensivo de Exner (1999), o qual foi derivado de um compilado de cinco sistemas de correção utilizados na década de 1970, os métodos de Klopfer, de Beck, de Piotrowski, de Hertz e de Rappaport (Nascimento & Semer, 2018). Outro mais recente é o Sistema de Avaliação por Performance – R-PAS (Meyer et al., 2011, 2017), caracterizado pela inclusão de indicadores que apresentam maior validade científica e de procedimentos que otimizam a validade do teste (Villemor-Amaral & Pianowski, 2019).

Outro exemplo de testes projetivos é o Teste de Apercepção Temática – TAT (Murray, 2019), que consiste no primeiro dos vários testes temáticos existentes atualmente. Murray foi o responsável pelo estabelecimento da ligação entre o conceito de projeção e as técnicas projetivas, utilizando também o termo apercepção, que se refere à carga subjetiva de conteúdos da experiência passada do indivíduo, a qual impregna a sua percepção atual (Cunha & Nunes, 2010). Esse processo é baseado no fato de que quando alguém interpreta uma situação social complexa, ela pode relatar ainda mais sobre si mesma e sobre os fenômenos nos quais sua atenção está focada (Morgan & Murray apud Lelé, 2018). O teste é composto por cartões com figuras em preto e branco que apresentam cenas ambíguas de variadas situações humanas, e a tarefa consiste em solicitar ao avaliando que conte uma história com começo, meio e fim com base nas imagens de cada um dos cartões. As narrativas e representações do respondente são analisadas qualitativa e quantitativamente, permitindo formular inferências acerca de aspectos da sua personalidade.

Técnicas Expressivas

Um grupo de instrumentos semelhante aos projetivos é conhecido como testes expressivos. Há quem inclua os testes expressivos na mesma

categoria das técnicas projetivas, contudo, teoricamente, esses dois grupos se diferenciam no que se refere basicamente à fundamentação teórica. Enquanto a teoria de base dos testes projetivos pressupõe que o avaliando projete seu mundo interno (simbolizações, representações, conteúdos importantes) por meio da realização da tarefa avaliativa (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006), nos testes expressivos (Cardoso et al., 2014) a teoria presume que o padrão comportamental apresentado na realização do teste reflete estados psicológicos (energia, vitalidade, ansiedade etc.). Desse modo, os testes expressivos não permitem uma avaliação dos conteúdos psicológicos importantes das pessoas, mas o quanto as respostas motoras delas indicam diferentes estados psicológicos. Allport (apud Silva & Rueda, 2016b) afirma que o comportamento expressivo é espontâneo, incontrolável, não intencional, além de refletir a estrutura mais profunda do indivíduo, por estar abaixo da consciência, sendo diferente do comportamento instrumental, que é mais intencional e consciente. Diante de uma tarefa, cada pessoa irá analisar e organizar a situação ou material de uma forma característica e pessoal. Sendo assim, a projeção está relacionada com o conteúdo da resposta, já a expressão, com a forma que essa resposta é dada, e assim, é comum os testes projetivos possuírem um estímulo vago e ambíguo, ao contrário dos expressivos, que avaliam apenas a execução da tarefa e a expressão da resposta (Esteves & Alves, 2018).

No Brasil, existem apenas dois testes psicológicos específicos para a avaliação expressiva da personalidade, a saber, o Palográfico e o Psicodiagnóstico Miocinético (PMK). O teste Palográfico (Alves & Esteves, 2004), no qual a tarefa consiste em reproduzir traços seguindo um modelo impresso, durante um intervalo de tempo específico, de forma rápida e com qualidade, se propõe a fazer estimativas de produtividade, estabilidade e ritmo de trabalho, organização, relacionamento interpessoal, autoestima, autoconfiança, rigidez, energia, agressividade, tendência à depressão, impulsividade, entre outras (Esteves & Alves, 2018). As análises são feitas com base nas características gráficas resultantes da expressão comportamental da pessoa avaliada ao realizar o teste. O PMK (Mira, 2014), por sua vez, envolve a realização de traçados que devem ser feitos com a mão direita e a mão esquerda (ora uma por vez, ora conjuntamente) e sem controle visual sobre sua produção. Esse teste se baseia na Teoria Motriz da Consciência, a qual considera que toda ação ou reação do sujeito é precedida por uma mudança do tônus postural. Assim, o PMK se propõe a avaliar as dimensões de tônus vital, agressividade, reação vivencial, dimensão tensional, predomínio tensional e emotividade (Silva & Rueda, 2016a).

Instrumentos de Observação Clínica ou de Registro de Comportamentos

Frequentemente, o pesquisador em psicologia clínica tem a necessidade de avaliar comportamentos específicos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Nesses casos, o método mais favorável para essa avaliação seria a observação no ambiente natural do cliente/paciente (Wielewicki et al., 2011). Desta forma, faz-se necessário o uso de instrumentos e técnicas que sejam alternativas ao relato verbal do avaliado. Os instrumentos de observação clínica ou de registros de comportamentos são importantes em contextos nos quais é preciso descrever e avaliar sistematicamente o comportamento como ocorre normalmente.

Dentre os procedimentos de registro clínico citam-se aqui dois que foram adaptados para o Brasil, a saber o Procedimento de Avaliação de Shedler-Westen (SWAP-200, que significa *Shedler-Westen Assessment Procedure*) e o Formulário Diagnóstico de Organização da Personalidade (PODF, que significa *Personality Organization Diagnostic Form*). O SWAP-200 (Westen & Shedler, 1999) é um instrumento psicométrico baseado na abordagem tipológica de diagnóstico dos transtornos da personalidade que se vale do método *Q-Sort*. Esse é um método de escolha forçada em que o clínico, com base nas observações e avaliações que ele tem de seu paciente, deve classificar 200 frases descritivas de personalidade em oito grupos (0 = Não descreve a 7 = Descreve totalmente), sendo que para cada grupo, o clínico deve obrigatoriamente classificar uma quantidade específica de frases (100 afirmativas devem ser classificadas na categoria 0, 22 afirmativas na categoria 1, 18 afirmativas na categoria 2, 16 afirmativas na categoria 3, 14 afirmativas na categoria 4, 12 afirmativas na categoria 5, 10 afirmativas na categoria 6 e oito afirmativas na categoria 7). Assim, entende-se que as oito afirmativas classificadas na categoria 7 são aquelas características de personalidade mais marcante da pessoa avaliada. Com base nessas classificações, o sistema informatizado analisa o grau de semelhança do perfil da pessoa avaliada com os perfis prototípicos de transtornos e síndromes da personalidade (Wellausen & Trentini, 2018).

O PODF (Gamache et al., 2009), por sua vez, se refere a um instrumento baseado na Teoria da Organização da Personalidade de Otto Kernberg o qual se propõe a avaliar quatro domínios da organização da personalidade. O primeiro domínio é da Difusão-Integração da identidade. Nesse domínio, o clínico, com base em suas percepções, conhecimentos e avaliações de seu paciente, avalia seis itens da identidade em uma escala que varia de -3 a +3, sendo que quanto menores os escores (-3) mais difusa a identidade e quanto maiores os escores (+3) mais integrada a identidade.

O segundo domínio, chamado de Mecanismos de Defesa, é composto por duas partes: a que avalia os mecanismos de defesa primitivos e a que avalia os mecanismos de defesa maduros. Ambas as partes possuem cinco itens e são avaliadas em uma escala de frequência de quatro pontos (0 = ausente e 3 = frequente). Uma especificidade nos itens que avaliam os mecanismos de defesa primitivos é que, além do escore quantitativo de frequência, o clínico pode ainda registrar tipos específicos de manifestações defensivas, adicionando informações qualitativas ao protocolo. O terceiro domínio, Teste de Realidade, consiste em quatro itens que são avaliados na mesma escala de frequência do domínio Mecanismos de Defesa. Por fim, o quarto domínio, Qualidade das Relações de Objeto, é avaliado em um único item com cinco opções de respostas, sendo que cada uma representa um nível de organização da personalidade, com possibilidade de marcação também de indicadores qualitativos. Após pontuar os 21 itens PODF, o clínico poderá identificar o nível de organização da personalidade do paciente (Oliveira & Bandeira, 2013).

Esses instrumentos têm em comum a sistematização do registro de dados e a produção de escores com base nos conhecimentos e observações do clínico acerca de seu paciente. Esse tipo de técnica de coleta de dados é livre dos vieses de respostas dos pacientes, mas estão sujeitos aos vieses dos observadores. Dessa forma, é sempre pertinente que a escolha dos instrumentos psicológicos nas pesquisas em psicologia clínica seja feita com base na correspondência entre os objetivos do estudo e o tipo de mensuração mais adequada. Existem diversos modelos de mensuração em psicologia, como descrito até aqui, sendo que cada modelo tem sua especificidade e indicação. Salienta-se que neste capítulo, o termo “instrumentos psicológicos”, é usado para se referir a todos os tipos apresentados de ferramentas para mensuração em psicologia.

A Pesquisa em Psicologia Clínica e o Uso de Instrumentos Psicológicos

As pesquisas clínicas em psicologia têm inúmeras finalidades ou objetivos. Elas podem, por exemplo, visar a identificação dos efeitos de uma intervenção sobre uma pessoa ou grupo de pessoas, assim como examinar os sinais e sintomas relacionados a uma condição psicopatológica. Esses são apenas dois exemplos comuns de pesquisa no contexto clínico. O que se quer salientar aqui é que uma parcela importante das pesquisas empíricas que envolvem a participação de uma ou mais pessoas no contexto da Psicologia Clínica utilizam instrumentos psicológicos como fonte de coleta de dados.

Independentemente do desenho de pesquisa, a decisão acerca das medidas a serem utilizadas sempre parte de uma etapa anterior: a definição dos construtos que se pretende avaliar (Goodwin & Goodwin, 2013). Nos casos em que os pesquisadores optam por utilizar instrumentos psicológicos, seja em pesquisa qualitativa ou quantitativa, faz-se necessário levar em consideração alguns aspectos no momento da escolha desses instrumentos. Tais aspectos assemelham-se, por exemplo, com os cuidados tomados também no processo de avaliação psicológica. De forma mais clara, é preciso considerar: o que se pretende avaliar; quais instrumentos disponíveis para este fim; se o próprio pesquisador sabe aplicá-los e fazer a sua devida correção (Trentini et al., 2016); se a medida a ser escolhida é para o contexto que se pretende aplicar e se possui normatização para aquela população-alvo (caso seja objetivo da pesquisa usar como base os dados normativos).

Em adição a esses cuidados, é igualmente importante levar em consideração as propriedades psicométricas dos instrumentos escolhidos. Objetiva-se com isso garantir que os resultados obtidos nessas pesquisas sejam válidos, ou seja, que eles representem adequadamente a realidade observada no estudo. Para tanto, os instrumentos utilizados devem atestar a validade e fidedignidade dos escores obtidos, de modo que os resultados e interpretações decorrentes do estudo possam refletir adequadamente as conclusões obtidas. Existem recomendações sobre como se garantir a qualidade dos dados coletados, tanto em pesquisas de base qualitativa, quanto aquelas de abordagem quantitativa. Essas recomendações são descritas a seguir.

Uso de Instrumentos Psicológicos na Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada pelo emprego de métodos voltados ao estudo “da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos” (Minayo, 2010, p. 57). Essa abordagem é aplicada, na maioria das vezes, por pesquisadores interessados nos sentidos, representações, experiências subjetivas e outras características individuais de uma pessoa ou grupo de pessoas. Assim, essas pesquisas geralmente contam com um número reduzido de participantes.

A maioria dos estudos com delineamentos qualitativos utilizam técnicas de entrevista e observação não sistemáticas para coletar os dados. Contudo, alguns estudos se valem de medidas psicológicas para a coleta de dados sistemáticos. Essa prática acontece principalmente em estudos clínicos na área da neuropsicologia (veja por exemplo: Chan et al., 2019; Jiménez-Jiménez

& Marques, 2018; Moore et al., 2020; Moore & Demeyere, 2020), mas não somente (veja exemplo de pesquisa na abordagem psicodinâmica em Laskoski et al., 2020). Nos casos de pesquisas qualitativas, quando o tamanho amostral é muito reduzido, não é possível examinar as propriedades psicométricas do(s) instrumento(s) utilizado(a) na amostra estudada. Nesses casos, é recomendado que o pesquisador apresente na seção de métodos o conjunto de evidências de validade e fidedignidade disponíveis na literatura científica que ateste a adequação psicométrica do instrumento. Ainda, é importante que o pesquisador indique, na seção de resultados, se houve qualquer evento durante a coleta de dados que poderia comprometer a qualidade do(s) escore(s) do(s) teste(s) utilizado(s). Nos casos de pesquisa qualitativa, o conceito de validade clínica (Tavares, 2003) se torna bastante útil.

Reduzir a validade de um instrumento psicológico apenas aos parâmetros estatísticos é dar à essa medida um poder que ela não possui: o de traduzir o escore como uma verdade absoluta da pessoa avaliada. Em outras palavras, as interpretações decorrentes dos escores de um teste psicológico são certificadas cientificamente, contudo, os escores de uma pessoa podem não refletir suas reais características. Isso porque a pessoa pode não ter se engajado na avaliação e respondido ao teste de maneira desmotivada, ou ainda pode ter compreendido erroneamente a tarefa. O resultado apresentado por um instrumento refere-se apenas a um dos indicadores a serem considerados na avaliação de uma pessoa. A pesquisa qualitativa usando testes psicológicos pode favorecer a compreensão desse aspecto. A eficácia de uma avaliação se encontra na articulação que se faz dos resultados dos testes com outros indicadores e informações coletadas por outras vias (Willig, 2013). Compreender esse conjunto de indicadores traduz-se no que é chamado de validade clínica, a qual avalia a pessoa por meio de inúmeras informações coletadas, sejam elas o resultado de diferentes testes, uma entrevista, o contexto de vida pessoal, um comportamento observado, entre outras (Tavares, 2003).

Portanto, a aplicação de um instrumento psicológico, em especial em uma pesquisa qualitativa, refere-se apenas a uma parte do processo. O emprego desse instrumento, em conjunto com as demais técnicas utilizadas, auxilia no estudo, em profundidade, de uma experiência ou fenômeno particular. Observa-se que nesse desenho de pesquisa não é usual a preocupação com a generalização dos resultados, como se vê, por exemplo, nas pesquisas quantitativas. Dessa forma, dá-se ainda mais enfoque às particularidades observadas no contexto ou no indivíduo em questão, o que torna a medida psicológica apenas um dos indicativos a serem considerados na análise do objeto de estudo (Willig, 2013).

Uso de Instrumentos Psicológicos na Pesquisa Quantitativa

A pesquisa quantitativa “refere-se a estudos cujos resultados são produto principalmente de síntese e análise estatísticas” (Shaughnessy et al., 2012, p. 59). Para tanto, o tamanho amostral é um fator importante a ser considerado nesses estudos. Em alguns casos, como nos das pesquisas experimentais e nos delineamentos quantitativos de estudos de caso, o tamanho amostral pode não ser muito grande, como geralmente são nas pesquisas de levantamento (*surveys*). Com isso, pode ser um desafio para o pesquisador apresentar dados referentes às propriedades psicométricas de instrumentos utilizados nesses tipos de delineamento quantitativo. Nesses casos, a recomendação é a mesma dada para a utilização de instrumentos psicológicos em pesquisas qualitativas.

Nos casos de estudos que possuem um tamanho amostral adequado para a investigação de propriedades psicométricas, é recomendado que o pesquisador apresente, no mínimo, os dados de confiabilidade dos escores dos instrumentos utilizados (Appelbaum et al., 2018). Para tanto, o pesquisador deve selecionar o método mais adequado para o tipo de instrumento utilizado (a seguir são apresentados os métodos de estimação de fidedignidade).

Antes de adentrar especificamente na investigação das propriedades psicométricas dos instrumentos, vale esclarecer que os termos “fidedignidade” e “validade” não são invariáveis para todas as amostras e interpretações. Tendo isso em mente, torna-se mais clara a importância de se estimar, quando possível, a confiabilidade e a validade dos instrumentos para a amostra estudada. Sugere-se também uma análise comparativa dos valores de confiabilidade ou coeficientes de validade de estudos já publicados (AERA et al., 2014; Appelbaum et al., 2018).

No que se refere às análises estatísticas (em especial, as inferenciais), pontua-se que essa é uma das características mais distintivas da pesquisa quantitativa e de suma importância para responder às perguntas de um estudo. Assim, faz parte do planejamento de uma pesquisa, além da escolha das medidas aplicadas, a identificação das análises estatísticas a serem utilizadas (Goodwin & Goodwin, 2013). Caso não se dê a devida atenção, principalmente pela complexidade que as análises apresentam, uma pesquisa pode ser invalidada ou, ainda mais temeroso, pode levantar inferências equivocadas diante de análises não adequadas para um conjunto de dados. Desse modo, a psicometria vem evoluindo e ocupando espaços importantes, implementando novos procedimentos e ferramentas de análise de dados. Prova disso, é a variedade de procedimentos de análise utilizados em pesquisas na área da psicologia. A título de exemplo, os tipos de procedimentos mais prevalentes em estudos recentes foram os testes paramétricos para comparação de médias e os modelos de regressão que tem por objetivo analisar preditores e as relações

existentes entre as variáveis estudadas. Quanto às análises mais realizadas, a ANOVA (Análise de Variância) foi a que apresentou maior prevalência, seguida da análise de regressão (Blanca et al., 2018).

Investigação das Propriedades Psicométricas de Instrumentos Psicológicos

A pesquisa em psicologia clínica de base quantitativa, por mais que não tenha o objetivo primário de apresentar evidências de validade de um instrumento psicológico, deve apresentar os parâmetros mínimos de validade e confiabilidade da medida utilizada, seja ela de qual natureza for (escalas, testes de desempenho, métodos projetivos etc.). Isso para se garantir que os escores que foram utilizados para as interpretações do estudo correspondam ao construto avaliado e com os níveis reais das pessoas avaliadas, lembrando que nenhuma medida psicológica é isenta de erros e esses precisam ser descritos e minimizados. Para tanto, diferentes técnicas e métodos de estimação da validade e da fidedignidade de instrumentos psicológicos podem ser empregados. São apresentados, a seguir, os tipos de evidências de validade e fidedignidade que um escore de um instrumento psicológico pode apresentar. Também são discutidas as implicações da padronização nos resultados obtidos, assim como os aspectos relacionados ao uso de normas para interpretações de resultados em pesquisas no contexto da psicologia clínica.

Tipos de Evidências de Validade

A literatura científica apresenta uma série de tipos de evidências de validade para instrumentos psicológicos. Contudo, antes de apresentar os principais tipos, faz-se necessária uma breve definição de validade. Evidência de validade refere-se a um conjunto de estudos científicos que contribuam para que as interpretações dos escores dos instrumentos, em diferentes contextos, sejam melhor sustentados (AERA et al., 2014). Dessa forma, a validade não se refere ao teste, mas ao uso dos escores do teste e a quantidade e qualidade de tais estudos apoiam a interpretação de tais escores (Ambiel & Carvalho, 2017). Uma análise detalhada dessa definição, salientando as palavras “grau”, “evidência e teoria”, “interpretações dos escores” e “determinado uso do teste” sugere que: 1) a validade não é uma propriedade dicotômica (como se dizia antigamente que um teste tem ou não validade), mas sim um fenômeno contínuo que varia em graus de evidências positivas (de validade) e negativas (de não validade); 2) a convergência entre teoria e dados empíricos é fundamental para indicar o grau de validade; se os dados empíricos mostram associações

que não são teoricamente adequadas, sugere-se evidências negativas de validade; 3) a validade diz respeito às interpretações dos escores do teste e não se trata de uma propriedade do teste; dessa forma, as proposições interpretativas dos escores de um teste precisam ter suportes teóricos e empíricos; e, por fim, 4) o “determinado uso do teste” indica que as evidências de validade devem considerar os contextos e condições específicos, tais como, cultura, sexo, idade, grupo específico a que o teste se destina (ex.: militares, refugiados, imigrantes etc.). Assim, é papel do pesquisador buscar constantes evidências de validade dos escores dos testes de modo a garantir que as interpretações propostas correspondam adequadamente àquilo a que estão se referindo e que se pretende medir.

Cada tipo de instrumento psicológico pode demandar um conjunto específico de fontes de evidências de validade. Por exemplo, os inventários e escalas geralmente são submetidos a estudos de validade fatorial, para busca de evidências de validade baseadas na estrutura interna, ao passo que esse método pode não ser pertinente para a maioria dos testes projetivos. Dessa forma, cabe ao pesquisador identificar o tipo de modelo de mensuração que está usando e as formas mais adequadas para demonstrar evidências de validade da medida utilizada. Os *standards* definem cinco evidências de validade: 1) evidência baseada no conteúdo (validade de conteúdo); 2) evidência baseada no processo de resposta (processo mental utilizado para solução da tarefa); 3) evidência baseada na estrutura interna; 4) evidência baseada nas relações com variáveis externas; e 5) evidências baseadas nas consequências da testagem (AERA et al., 2014). Os procedimentos mais comuns de evidências de validade para cada uma dessas cinco fontes de evidência são:

1) Validade de conteúdo. Refere-se ao grau de adequação que os estímulos do teste (itens, tarefas, afirmativas etc.) possuem para representar e cobrir de forma abrangente o construto. Para investigar a validade de conteúdo, o pesquisador pode consultar especialistas no tópico do construto e solicitar que eles analisem os estímulos e emitam indicadores qualitativos e quantitativos. Na abordagem quantitativa, o pesquisador pode pedir para os juízes classificarem os itens de um teste em seus respectivos fatores (em instrumentos multidimensionais), pode ainda solicitar que os juízes avaliem o grau de pertinência teórica dos estímulos em relação aos construtos, pode ainda requerer uma avaliação global do instrumento indicando o quão representativo é o conjunto de itens para abranger o construto. Com esses dados em mãos, o pesquisador pode calcular a porcentagem de concordância das avaliações dos juízes, pode também calcular a estatística Kappa (Fonseca et al., 2007) e ainda o Coeficiente de Validade de Conteúdo – CVC (Hernández-Nieto, 2002).

2) Validade baseada no processo de respostas. Refere-se ao grau de associação teórica e empírica entre os processos mentais envolvidos na resposta ao teste e o construto de interesse. Esse tipo de validade é mais investigado em testes de desempenho, projetivos e expressivos, isso porque os escores desses testes advêm de comportamentos frente às tarefas avaliativas (ver Barbosa & Azoni, 2021; Cunha et al., 2020). Por exemplo, para fazer uma investigação de evidências de validade baseada no processo de respostas de um teste de labirinto, elaborado para a mensuração da capacidade de planejamento mental, ao concluir a tarefa o pesquisador pode pedir para o participante descrever como ele resolveu o problema do labirinto. O resultado pode ser avaliado tanto qualitativa quanto quantitativamente, pois o pesquisador pode submeter as respostas dos participantes a juízes especialistas e eles podem quantificar o quanto a estratégia usada representa o construto avaliado. Estatísticas similares às da validade de conteúdo podem ser empregadas aqui.

3) Validade da estrutura interna. Esse tipo de validade busca, por meio de análises fatoriais (exploratórias e/ou confirmatórias), verificar se a estrutura teórica do construto psicológico avaliado pelo teste tem evidências empíricas. Essas análises permitem avaliar se os itens de um instrumento estão relacionados entre eles, formando diferentes categorias ou subconjuntos de itens que tratam sobre um mesmo tema. Tais grupos são chamados de fatores ou dimensões e juntos representam um traço latente, o construto estudado. Para tanto, caso o pesquisador opte por realizar uma análise fatorial exploratória (EFA), é importante examinar na matriz de covariância dos dados a possibilidade de se extrair fatores (podendo-se usar os testes de Kaiser-Meyer-Olkin – KMO – e o teste de esfericidade de Bartlett) e a quantidade de fatores ótima para ser extraída na matriz dos dados (usando para tanto, dentre outros métodos, a análise paralela, o teste de média mínima parcial e o teste de Hull). A partir de então, deve-se estabelecer o melhor método de rotação dos dados, com base nas duas classes: ortogonal (os fatores não são correlacionados entre si) ou oblíqua (os fatores são correlacionados entre si); e, por fim, estabelecer o método de estimação para a realização da análise (os quais existem vários, como o da máxima verossimilhança, mínimos quadrados ordinários, mínimos quadrados generalizados, dentre outros inúmeros). Com base nesses procedimentos, o pesquisador será capaz de examinar se a estrutura resultante da matriz dos dados converge com a estrutura teoricamente estabelecida para o instrumento. Para aprofundamento nos conhecimentos acerca desses procedimentos, recomenda-se a leitura de Laros (2004), Damásio (2012), Hauck (2014) e Damásio et al. (2021).

Na análise fatorial confirmatória (AFC), por sua vez, o pesquisador tem por objetivo testar a hipótese da adequação teórica da estrutura do construto nos dados empíricos. Para tanto, o pesquisador deve montar o modelo teórico

e submetê-lo à verificação empírica. Assim, quanto mais ajustados forem os dados empíricos ao modelo teórico, maior a validade do modelo de mensuração. Nessa perspectiva, a literatura apresenta uma série de indicadores que podem ser utilizados para análise de ajuste dos dados ao modelo, sendo os principais: os índices de ajuste absoluto (estatística qui-quadrado; *Standardized Root Mean Square Residual* – SRMR; *Root Mean Residual Square* – RMR); o índice de ajuste parcimonioso (*Root Mean Squared Error of Approximation* – RMSEA); e os índices de ajuste comparativo ou incremental (*comparative fit index* – CFI; *Tucker-Lewis index* – TLI). Quanto mais próximos os valores desses índices aos valores de referência convencionados na literatura, maior o ajuste dos dados ao modelo teórico, indicando evidências de validade fatorial (ou de estrutura interna). Para conhecer esses procedimentos, recomenda-se a leitura de Grace et al. (2012), Franco et al. (2017), Campos e Marôco (2017) e de Peixoto e Martins (2021) para um contato inicial com essa técnica.

4) Validade em relação a variáveis externas. Esse tipo inclui inúmeras formas de investigação, sendo que todas elas têm em comum a relação dos escores do teste com outras medidas e/ou variáveis. Um desses tipos de validade é a convergente/discriminante. A validade convergente diz respeito à associação entre os escores de duas medidas semelhantes, ao passo que a discriminante demonstra que o escore do teste não está relacionado indevidamente com outros construtos. Esse método de validação parte do pressuposto que os escores de duas medidas iguais ou semelhantes devem convergir entre si, e que os escores de construtos diferentes não devem estar relacionados ou devem apresentar relações mais fracas. Por exemplo, são observadas evidências de validade convergente quando os escores da Escala Baptista de Depressão (Baptista, 2012) apresentam uma forte correlação com os escores do fator depressão das Escalas de Depressão, Ansiedade e Estresse – DASS-21 (Lovibond & Lovibond, 1995; Vignola & Tucci, 2014). Ainda, para se obter evidências de validade discriminante, espera-se que as correlações dos escores da Escala Baptista de Depressão com os escores dos fatores Ansiedade e Estresse da DASS-21 sejam mais fracas, do que as correlações com os escores do fator Depressão da DASS-21. Para analisar esse tipo de validade, os pesquisadores podem usar métodos de análise de correlação (ex.: Pearson, Spearman etc.) e análises de regressão linear (simples ou múltipla). Para conhecer um pouco desses métodos, recomenda-se a leitura de Iglesias e Valentini (2020).

Outro tipo é o da validade concorrente. Esse tipo de validade é obtido quando os escores do teste para o qual se busca evidências de validade estão associados a critérios coletados no mesmo período da coleta dos dados do teste. Esses critérios podem ser, inclusive, os escores de outros testes cujos construtos são teoricamente relacionados. Por exemplo, caso o pesquisador

esteja validando os escores de um teste de personalidade que mede os fatores Neuroticismo e Extroversão, ele pode no momento da coleta de dados do teste também coletar as seguintes informações: sexo do respondente, quantidade de amigos no Facebook e de seguidores no Instagram e nível de ansiedade, estresse e depressão (DASS-21). Assim, evidências de validade concorrente seriam obtidas quando: 1) a média dos escores no fator Neuroticismo das mulheres fossem maiores do que a dos homens, tendo em vista que a literatura tem evidenciado essa diferença (Lynn & Martin, 1997); 2) os escores do fator Neuroticismo apresentassem correlações positivas com os escores dos fatores da DASS-21, tendo em vista a associação teórica e empírica entre esses construtos (Kim et al., 2021); e 3) os escores do fator Extroversão fossem capazes de prever a quantidade de amigos no Facebook e de seguidores no Instagram, considerando que há uma expectativa teórica de que pessoas extrovertidas tendem a estabelecer mais relações sociais (Chen, 2014). Aqui, análises de variância (teste *t* de Student, ANOVA), de regressão linear e logística, análises de curva ROC, modelagem por equação estrutural e outros procedimentos estatísticos podem ser empregados.

Por fim, destaca-se ainda a validade preditiva. Semelhante à validade concorrente, a validade preditiva se distingue apenas na variável tempo, isto é, a coleta da variável critério (isto é, a variável a ser predita) é feita um período após a coleta dos dados do teste alvo. Por exemplo, o pesquisador aplica o teste de inteligência que ele criou no começo do ano letivo e, no final do ano, ele coleta as notas de desempenho dos alunos. Assim, ele consegue examinar o quanto os escores do teste de inteligência são capazes de prever o desempenho acadêmico dos alunos (usando modelos de regressão linear), bem como prever quais alunos passaram de ano e quais foram reprovados (usando modelos de regressão logística e curva ROC). Vale salientar que existem outras inúmeras formas de buscar evidências de validade com base em variáveis externas, como por exemplo a validade incremental, tendo sido citadas aqui as mais comuns.

5) Validade consequencial. Essa fonte de evidências de validade busca conhecer as consequências práticas (desejáveis e indesejáveis) dos usos do instrumento. Em outras palavras, a questão aqui é identificar se o uso que as pessoas fazem do teste está de acordo com aquilo que foi projetado. Para tanto, o pesquisador deve buscar conhecer os usos que as pessoas têm feito da medida intencionalmente ou não, para identificar se o teste possui validade consequencial. Assim, estudos de revisão sistemática da literatura ou meta-análises podem ser úteis para esse fim. Por exemplo, suponha que um pesquisador desenvolveu um instrumento para a identificação de sintomas de despersonalização e desrealização, e por meio de uma revisão sistemática da literatura ele observou que este está sendo usado para diagnosticar a

esquizofrenia. Apesar de pacientes com o transtorno da esquizofrenia poderem apresentar sintomas de despersonalização e desrealização, o diagnóstico desse transtorno requer outros sintomas. Desse modo, os escores do instrumento não estão gerando a consequência desejada.

Tipos de Evidências de Fidedignidade

A fidedignidade de uma medida, também conhecida como precisão ou confiabilidade, se refere ao quanto o escore de um instrumento se mantém estável ou consistente, em diferentes momentos de aplicação da medida. Espera-se que não haja grande variação no escore de um mesmo instrumento, quando aplicado de forma repetida em um mesmo indivíduo. Contudo, as medidas em psicologia são muito complexas, então dificilmente se pode dizer que o escore de uma medida avalia exatamente uma característica. Isso ocorre porque existe o erro da medida, que pode ocorrer por diferentes motivos, imprevisíveis (sem controle por parte do pesquisador) ou previsíveis (sistemizados) (AERA et al., 2014). Assim, o que se espera é que um instrumento tenha uma baixa quantidade de erros (alta precisão), já que alta quantidade de erros (baixa precisão) indica que a medida não está relacionada ao construto que deveria (Ambiel & Carvalho, 2017).

As autoras Anastasi e Urbina (2000) propõem cinco diferentes procedimentos para diminuição das fontes de variância de erro. São eles: 1) Teste-reteste: amostragem de tempo, a estimativa do erro e do escore verdadeiro ocorre por meio da aplicação de um mesmo instrumento em momentos diferentes, a partir da análise de correlação entre os dois escores obtidos. Para analisar a estabilidade temporal, o pesquisador deve utilizar estatísticas que não presumem independência da amostra e nem da medida. Assim, ele pode aplicar um teste *t* para amostras pareadas e o coeficiente de correlação intraclass, por exemplo; 2) Forma-alternada: amostragem de conteúdo, pode ser imediata ou retardada, quando se aplica uma forma alternada de um mesmo instrumento em dois momentos diferentes. O pesquisador pode utilizar testes de correlação e de comparação de médias nesses tipos de delineamentos; 3) Método das metades ou *split-half*: amostragem de conteúdo, o instrumento é dividido em duas partes, aplicado em uma mesma amostra e a precisão é a análise de correlação entre elas. A fórmula de Spearman-Brown corrige a questão da independência; 4) Consistência interna: amostragem de conteúdo e heterogeneidade de conteúdo, avalia a covariância entre os itens e comumente faz uso de coeficientes que quanto mais altos – próximo de 1,0 – mais consistência indicam no instrumento. O Kuder-Richardson, utilizado para medidas dicotômicas (certo ou errado) e o Coeficiente Alpha de Cronbach, para medidas politômicas (três ou mais opções de respostas) são os mais utilizados.

Contudo, a literatura tem recomendado o uso de outras medidas como o Ômega de Macdonald e a avaliação da fidedignidade composta (Şimşek & Noyan, 2013); e 5) Consistência entre avaliadores: diferença entre avaliadores, comumente utilizado na avaliação de testes de desempenho, projetivos e expressivos, analisa o grau de concordância entre a correção independente de dois pesquisadores. Estatísticas Kappa e coeficiente de correlação intraclasse são usados aqui.

Cada um dos métodos possui pontos positivos e negativos, que podem ser influenciados pelo número de participantes da amostra, tamanho do instrumento, tipo de teste, entre outros fatores. Para saber mais sobre o assunto, sugere-se o estudo de alguns capítulos dos livros de Baptista et al. (2019) e de Hutz et al. (2015).

Padronização e Normatização e Suas Implicações nos Resultados

A padronização e a normatização afetam por completo toda a aplicação, correção e interpretação dos resultados de instrumentos psicológicos (Muniz & Freitas, 2017). A padronização diz respeito à uniformização dos procedimentos para aplicação, correção e avaliação de um instrumento, devendo ser observadas as regras predeterminadas e quais comportamentos o avaliador deve exibir ao aplicar e corrigir determinado instrumento psicológico (AERA et al., 2014).

A padronização pode ser considerada em três âmbitos: na aplicação, na correção e na interpretação dos escores (Muniz & Freitas, 2017). A padronização na aplicação envolve a determinação da aplicação individual ou coletiva, o tempo, o espaço físico e recursos necessários. A correção pode envolver os protocolos indicando valores e possíveis respostas. Já a interpretação dos escores deve ser baseada nos pressupostos teóricos do instrumento, que fundamentam e direcionam o possível uso do escore obtido.

A normatização, por sua vez, diz respeito à comparação dos escores brutos de um indivíduo com a população da qual ele foi retirado (Andrade & Valentini, 2018; Muniz & Freitas, 2017). Ela serve para que o clínico possa interpretar os escores utilizando um referencial padrão fundamentado em uma amostra normativa. As normas são fundamentais para a uniformização da interpretação dos escores, pois evita que cada psicólogo tenha um padrão diferente (Pacico, 2015) de comparação para cada indivíduo avaliado. Essas normas são desenvolvidas a partir de grupos com características sociodemográficas semelhantes às do público-alvo (Muniz & Freitas, 2017).

Os parâmetros de padronização e normatização devem ser observados pelos pesquisadores que usam instrumentos psicológicos em suas pesquisas. A padronização deve ser sempre alvo de atenção do pesquisador, ao passo que

a normatização vai depender dos objetivos do estudo. Em estudos de caso, ou outros tipos de delineamentos em que o pesquisador opte por converter os escores brutos em escores padronizados, o parâmetro de normatização deverá ser observado. Nesse contexto, o pesquisador deve dar especial atenção para identificar se a amostra do estudo está adequadamente representada na amostra normativa. Por exemplo, no caso da amostra do estudo ser pessoas de comunidades indígenas, a questão do uso das normas de referência deve ser muito bem pensada e justificada. Ainda, no caso de se usar um teste de desempenho, como um de atenção ou de inteligência, em um estudo com uma amostra de crianças, mas a padronização e normatização foi feita com adultos, há sérios problemas e riscos que precisam ser considerados pelo pesquisador. Salienta-se que no contexto da prática profissional é proibido e antiético utilizar normas incompatíveis com a pessoa avaliada, contudo, na pesquisa, não se tratam de proibições ou impedimentos, isso porque inúmeros objetivos e diversas abordagens metodológicas podem ser implementadas em estudos científicos. O objetivo aqui foi apenas fazer algumas ressalvas e riscos que o pesquisador precisa estar ciente ao utilizar essa estratégia.

Considerações Finais

O presente capítulo teve por objetivo apresentar as possibilidades e recomendações do uso de instrumentos psicológicos em pesquisas no contexto da psicologia clínica. Foram consideradas possibilidades técnicas para essa prática. O fim último deste capítulo é possibilitar aos leitores uma ampliação dos conhecimentos acerca do tema, bem como servir de um guia orientador para escolhas metodológicas. Espera-se que este capítulo possa auxiliar pesquisadores e psicólogos clínicos que fazem pesquisa com a utilização de instrumentos psicológicos a qualificarem a excelência de suas investigações científicas. Com isso, ganham a comunidade científica, profissional e a sociedade como um todo com dados válidos e confiáveis.

REFERÊNCIAS

Alves, I. C. B., & Esteves, C. (2004). *O teste palográfico na avaliação da personalidade: Manual técnico*. Vetor.

Ambiel, R. A. M., & Carvalho, L. F. (2017). Definições e papel das evidências de validade baseadas na estrutura interna em psicologia. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 85–100). Vetor.

American Educational Research Association (AERA), American Psychological Association (APA), & National Council on Measurement in Education (NCME). (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.

American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed.

Andrade, J. M., & Valentini, F. (2018). Diretrizes para a construção de testes psicológicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38 (núm. esp.), 28–39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208890>

Appelbaum, M., Cooper, H., Kline, R. B., Mayo-Wilson, E., Nezu, A. M., & Rao, S. M. (2018). Journal article reporting standards for quantitative research in psychology: The APA Publications and Communications Board task force report. *American Psychologist*, 73(1), 3–25. <http://dx.doi.org/10.1037/amp0000191>

Barbosa, A. L. A., & Azoni, C. A. S. (2021). Validade baseada nos processos de resposta do trilhar: Instrumento de triagem do vocabulário infantil. *CoDAS*, 33(1), 1–4. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019285>

Baptista, M. N. (2012). *Manual técnico da Escala Baptista de Depressão em Adultos (EBADEP-A)*. Vetor.

Baptista, M. N., Muniz, M., Reppold, C. T., Nunes, C. H. S. S., Carvalho, L. F., Primi, R., Noronha, A. P. P., Seabra, A. G., Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Pasquali, L. (2019). *Compêndio de avaliação psicológica*. Vozes.

Blanca, M. J., Alarcón, R., & Bono, R. (2018). Current practices in data analysis procedures in psychology: What has changed? *Frontiers in Psychology*, 9, 1–12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02558>

Campos, J. A. D. B., & Marôco, J. (2017). Modelagem de equações estruturais: Aplicações à validação de instrumentos psicológicos. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 323–345). Vetor.

Campos, M. C., Silva, M. L., Florêncio, N. C., & Paula, J. J. (2016). Confiabilidade do Teste dos Cinco Dígitos em adultos brasileiros. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 65(2), 135–139. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000114>

Cardoso, T., Esteves, C., Silva, F. C., Arsuffi, E. S., & Franzim Neto, L. (2014). Precisão do sistema de correção informatizada do teste palográfico – SKIP. *Boletim de Psicologia*, 64(141), 185–194. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432014000200007&lng=pt&tlng=pt

Carvalho, F. L., Oliveira, S. E. S., & Pianowski, G. (2020). *E-TRAP: Entrevista diagnóstica para transtornos de personalidade*. Vetor.

Chan, H. M., Loh, W. N. H., Yeo, T. T., & Teo, K. (2019). Awake craniotomy and excision of a diffuse low-grade glioma in a multilingual patient: Neuropsychology and language. *World Neurosurgery*, 128, 91–97. <https://doi.org/10.1016/j.wneu.2019.04.181>

Chen, G. M. (2014). Revisiting the social enhancement hypothesis: Extroversion indirectly predicts number of Facebook friends operating through Facebook usage. *Computers in Human Behavior*, 39, 263–269. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2014.07.015>

Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014). Métodos de avaliação da personalidade. In R. J. Cohen, M. E., Swerdlik, & E. D. Sturman (Eds.), *Testagem e avaliação psicológica: Introdução a testes e medidas* (pp. 441–488). AMGH.

Cunha, J. A., & Nunes, M. L. T. (2010). Medida projetiva. In L. Pasquali (Ed.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 357–375). Artmed.

Cunha, N. B., Lima, T. H., Santos, A. A. A., & Oliveira, K. L. (2020). Teste de Cloze: evidência de validade por processo de resposta. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, 1–10. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020191537>

Damáσιο, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213–228. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Damáσιο, B. F., Dutra, D. F., & Baptista, M. N. (2021). Análise fatorial exploratória (AFE) e teoria de resposta ao item via software Factor. In C. Faiad, M. N. Baptista, & R. Primi (Eds.), *Tutoriais em análise de dados aplicados à psicometria* (pp. 292–319). Vozes.

Esteves, C., & Alves, I. C. B. (2018). Teste Palográfico. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Eds.), *Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade* (pp. 431–446). Artmed.

Exner, J. E. (1999). *Manual de classificação do Rorschach para o sistema compreensivo*. Casa do Psicólogo.

First, M. B., Williams, J. B. W., Karg, R. S., & Spitzer, R. L. (2017). *Entrevista clínica estruturada para os transtornos do DSM-5: SCID-5-CV versão clínica*. Artmed.

Fonseca, R., Silva, P., & Silva, R. (2007). Acordo interjuízes: O caso do coeficiente kappa. *Laboratório de Psicologia*, 5(1), 81–90. <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/lp/article/viewFile/759/702>

Franco, V. R., Valentini, F., & Iglesias, F. (2017). Introdução à análise fatorial confirmatória. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 295–322). Vetor.

Frank, L. K. (1939). Projective methods for the study of personality. *The Journal of psychology*, 8(2), 389–413. <https://doi.org/10.1080/00223980.1939.9917671>

Gamache, D., Laverdière, O., Diguier, L., Hébert, É., Larochelle, S., & Descôteaux, J. (2009). The personality organization diagnostic form: Development of a revised version. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 197(5), 368–377. <https://doi.org/10.1097/NMD.0b013e3181a20897>

Goodwin, C. J., & Goodwin, K. A. (2013). Measurement and data analysis. In C. J. Goodwin & K. A. Goodwin (Eds.), *Research in psychology: Methods and design* (7ª ed., pp. 111–143). Wiley.

Grace, J. B., D. R. Schoolmaster Jr., G. R. Guntenspergen, A. M. Little, B. R. Mitchell, K. M. Miller, & E. W. Schweiger. (2012). Guidelines for a graph-theoretic implementation of structural equation modeling. *Ecosphere*, 3(8), 1–44. <http://dx.doi.org/10.1890/ES12-00048.1>

Gunther, H. (2003). *Como elaborar um questionário*. Série: Planejamento de pesquisa nas Ciências Sociais. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

Hauck, N., Filho. (2014). Medida psicológica: O debate entre as perspectivas conceituais representacionistas e realistas. *Avaliação Psicológica*, 13(3), 399–408. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Heaton, R. K., Chelune, G. J., Talley, J. L., Kay, G. G., & Curtiss, G. (2005). *Manual do Teste Wisconsin de Classificação de Cartas*. Casa do Psicólogo.

Hernández-Nieto, R. A. (2002). *Contributions to statistical analysis*. Universidad de Los Andes.

Hutz, C. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. M. (2015). *Psicometria*. Artmed.

Iglesias, F., & Valentini, F. (2020). Análise de dados quantitativos em psicologia clínica: Fundamentos, conceitos e aplicações. In E. R. Lazzarini, M. C. Maesso, P. H. A. Costa, & S. E. S. Oliveira (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 5, pp. 163–182). CRV.

Jiménez-Jiménez, S., & Marques, D. F. (2018). Impacto de la intervención neuropsicológica infantil en el desarrollo del sistema ejecutivo. Análisis de un caso. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(1), 11–28. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4150>

Kim, J. J., Gerrish, R., Gilbert, P., & Kirby, J. N. (2021). Stressed, depressed, and rank obsessed: Individual differences in compassion and neuroticism predispose towards rank-based depressive symptomatology. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 94(52), 188–211. <https://doi.org/10.1111/papt.12270>

Laros, J. A. (2012). O uso da análise fatorial: algumas diretrizes para pesquisadores. In L. Pasquali (Ed.), *Análise fatorial para pesquisadores* (pp. 163–193). Labpam Saber e Tecnologia.

Laskoski, P. B., Sanchez, L. F., Ruaro, C. K., Wellausen, R. S., Benetti, S. P. C., & Serralta, F. B. (2020). Conjugando métodos clínico e empírico no estudo de caso de interrupção precoce em psicoterapia psicanalítica. *Barbarói*, *56*, 208–222. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.9392>

Lelé, A. J. (2018). Teste de Apercepção Temática (TAT). In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Eds.), *Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade* (pp. 365–384). Artmed.

Lovibond, P. F., & Lovibond, S. H. (1995). Self-report scales (DASS) for the differentiation and measurement of depression, anxiety, and stress. *Behaviour Research and Therapy*, *33*, 335–343. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)00075-U](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-U)

Lynn, R., & Martin, T. (1997). Gender differences in extraversion, neuroticism, and psychoticism in 37 nations. *The Journal of social psychology*, *137*(3), 369–373. <https://doi.org/10.1080/00224549709595447>

Martins, G. H., Peixoto, E. M., & Ambiel, R. A. M. (2021). Contribuições da Esem para a verificação da estrutura fatorial de fenômenos psicológicos. In C. Faiad, M. N. Baptista, & R. Primi (Eds.), *Tutoriais em análise de dados aplicados à psicometria* (pp. 361–379). Vozes.

Meyer, G. J., Donald J. Viglione, D. J., Mihura, J. L., Erard, R. E., & Erdberg, P. (2017). *R-PAS: Sistema de avaliação por performance no Rorschach*. Hogrefe.

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (12^a ed.). Hucitec-Abrasco.

Mira, A. M. G. (2014). *PMK: Psicodiagnóstico miocinético*. Vetor.

Moore, A. L., Carpenter, D. M., James, R. L., Miller, T. M., Moore, J. J., Disbrow, E. A., & Ledbetter, C. R. (2020). Neuroimaging and neuropsychological outcomes following clinician-delivered cognitive training for six patients with mild brain injury: A multiple case study. *Frontiers in human neuroscience*, *14*, 229. <https://doi.org/10.3389/fnhum.2020.00229>

Moore, M. J., & Demeyere, N. (2020). Dissociating spatial attention from neglect dyslexia: A single case study. *Cortex*, *130*, 246–256. <https://doi.org/10.1016/j.cortex.2020.06.004>

Muniz, M., & Freitas, C. P. P. (2017). Padronização e normatização de instrumentos psicológicos. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 57–83). Vetor.

Murray, H. A. (2019). *TAT – Teste de Apercepção Temática*. Pearson Clinical.

Nascimento, E. (2005). *WAIS-III: Escala de Inteligência Wechsler para Adultos – manual técnico*. Casa do Psicólogo.

Nascimento, R. S. G. F., & Semer, N. L. (2018). O sistema compreensivo de Exner para avaliação pelo método de Rorschach. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Eds.), *Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade* (pp. 312–326). Artmed.

Nunes, C. H. S. S., Hutz C. S., & Nunes, M. F. O. (2010). *Bateria fatorial de personalidade (BFP): Manual técnico*. Casa do Psicólogo.

Oliveira, S. E. S., & Bandeira, D. R. (2013). O diagnóstico estrutural da personalidade segundo o modelo de Otto F. Kernberg. In L. F. Carvalho & R. Primi (Eds.), *Perspectivas em psicologia dos transtornos da personalidade: Implicações teóricas e práticas* (pp. 239–263). Casa do Psicólogo.

Pacico, J. C. (2015). Normas. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Eds.), *Psicometria* (pp. 45–54). Artmed.

Pasquali, L. (2010a). Escalas psicométricas. In L. Pasquali (Ed.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 116–135). Artmed.

Pasquali, L. (2010b). Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In L. Pasquali (Ed.), *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Artmed.

Pasquali, L. (2011). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Vozes.

Peixoto, E. M., & Martins, G. H. (2021). Contribuições da análise fatorial confirmatória para a validade de instrumentos psicológicos. In C. Faiad, M.

N. Baptista, & R. Primi (Eds.), *Tutoriais em análise de dados aplicados à psicometria* (pp. 143–160). Vozes.

Pinto, E. R. (2014). Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17, 135–153. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>

Rueda, F., & Sisto, F. (2007). *Teste Pictórico de Memória – (TEPIC-M): Manual*. Vetor.

Rueda, F. J. M., & Sisto, F. F. (2009). *Teste de Atenção Concentrada (TEACOFF)*. Casa do Psicólogo.

Sedó M., de Paula J. J., & Malloy-Diniz L. F. (2015). *O Teste dos Cinco Dígitos*. Hogrefe.

Serafini, A. J. (2016). Entrevista psicológica no psicodiagnóstico. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini, & J. S. Krug, (Eds.), *Psicodiagnóstico*. Artmed.

Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia* (9ª ed.). AMGH.

Silva, E. R., & Rueda, F. J. (2016a). Análise da estrutura interna do psicodiagnóstico miocinético-PMK. *Psico-USF*, 21, 497–512. <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210305>

Silva, E. R., & Rueda, F. J. (2016b). Psicodiagnóstico miocinético: Evidências de validade entre técnicas expressivas e técnicas de autorrelato. *Revista de Psicologia da IMED*, 8(2), 122–132. <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v8n2p122-132>

Silva, J. H., Pasian, S. R., & Barboza, L. L. (2013). Potencial informativo e desafios técnicos do Teste Wisconsin de classificação de cartas. *Revista da SPAGESP*, 14(2), 102–113. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000200008

Şimşek, G. G., & Noyan, F. (2013). McDonald's ω , Cronbach's α , and generalized θ for composite reliability of common factors structures. *Communications in Statistics-Simulation and Computation*, 42(9), 2008–2025. <https://doi.org/10.1080/03610918.2012.689062>

Tavares, M. (2003). Validade clínica. *Psico-USF*, 8(2), 125–136. <https://www.scielo.br/j/pusf/a/ZSGxDM9cbbt7SdCFMwjxQjG/?lang=pt>

Trentini, C. M., Bandeira, D. R., & Krug, J. S. (2016). Escolha dos instrumentos e das técnicas no psicodiagnóstico. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini, & J. S. Krug (Eds.), *Psicodiagnóstico* (pp. 68–72). Artmed.

Vignola, R. C., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104–109. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>

Villa, M. B., & Del Prette, Z. A. P. (2012). *Inventário de Habilidades Sociais Conjugais (IHSC): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Casa do Psicólogo.

Villemor-Amaral, A. E., & Cardoso, L. M. (2019). Avaliação da personalidade no Brasil utilizando métodos projetivos. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Eds.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 475–482). Vozes.

Villemor-Amaral, A. E. D., & Pasqualini-Casado, L. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Psico-USF*, 11(2), 185–193. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712006000200007>

Villemor-Amaral, A. E., & Pianowski, G. (2019). O teste de Rorschach e a personalidade em ação. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Eds.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 541–549). Vozes.

Wellausen, R. S., & Trentini, C. M. (2018). Modelos teórico-clínicos psicodinâmicos e o método Shedler-Westen Assessment Procedure (SWAP-200) de avaliação da personalidade. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Eds.), *Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade* (pp. 233–264). Artmed.

Westen, D. & Shedler, J. (1999). Revising and assessing Axis II, Part I: Developing a clinical and empirically valid assessment method. *American Journal of Psychiatry*, 156(2), 258–272. https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/ajp.156.2.258?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori%3Arid%3A-crossref.org&rfr_dat=cr_pub++0pubmed&

Wielewicki, A., Gallo, A. E., & Grossi, R. (2011). Instrumentos na prática clínica: CBCL como facilitador da análise funcional e do planejamento da intervenção. *Temas em Psicologia, 19*(2), 513–523. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751438014>

Willig, C. (2013). Qualitative research design and data collection. In C. Willig (Ed.), *Introducing qualitative research in psychology* (3^a ed., pp. 23–38). Open University Press.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE TEMÁTICA: como fazer análise qualitativa de dados qualitativos

Maria Inês Gandolfo Conceição

Neste capítulo, discutirei a utilização da análise temática em pesquisas qualitativas na área de psicologia à luz das ideias propostas pelas autoras Braun e Clarke, com especial ênfase para o que elas denominam de análise temática reflexiva. No texto, teço uma breve contextualização sobre a pesquisa qualitativa para, em seguida, apresentar a análise temática como forma legítima de produção de conhecimentos científicos, com base no paradigma interpretativo. Ainda, explico o que é tema, como ele é construído e os diferentes tipos de análise temática, tendo em vista a orientação epistemológica da pesquisa e o processo de codificação. Por fim, ofereço um esquema recursivo e flexível sobre as etapas envolvidas no processo de realização da análise temática reflexiva. O objetivo do capítulo, por conseguinte, é apresentar em que consiste e como tem sido utilizada diversas formas de análise temática, no intuito de oferecer um importante recurso metodológico para subsidiar, em especial, o repertório de pesquisadores interessados em realizar análises temáticas de dados qualitativos embasados no paradigma qualitativo.

A Pesquisa Qualitativa: Fazendo Ciência Na Contracorrente

O termo “pesquisa qualitativa” representa um conceito amplo que abrange muitas formas diferentes de investigação e de práticas metodológicas que enquadram a “realidade” e a ciência como sendo criticamente mediadas pela interpretação e significado humanos, pela linguagem e pelos discursos, por processos sociopolíticos, instituições e estruturas sociais e pela posição do pesquisador (Eakin, 2016). A pesquisa qualitativa visa a compreender e explicar os fenômenos e suas inter-relações em termos não numéricos e incorpora diversos métodos e técnicas de coleta e análise de dados, como observação, entrevistas individuais e em grupo, análise de dados textuais e visuais. Essa forma de investigação depende de questões de qualidade mais do que de quantidade como, por exemplo, uma compreensão profunda da forma e natureza de um fenômeno e não de sua frequência, regularidade ou distribuição (Conceição et al., 2019).

Podemos afirmar que há dois grandes tipos de pesquisa qualitativa: a pesquisa qualitativa positivista e a pesquisa qualitativa interpretativa (Eakin, 2016).

Ambas utilizam dados qualitativos em suas análises, mas o tratamento desses dados se dá de forma diferente em cada uma delas: a primeira analisa os dados quantitativamente, por meio de raciocínios estatísticos; e a segunda, qualitativamente, via interpretação. Além disso, a pesquisa qualitativa positivista utiliza o método dedutivo de análise dos dados para refutar ou confirmar teorias, ao passo que a pesquisa qualitativa interpretativa segue o método indutivo no intuito de construir conceitualizações e teorizações com base nos dados produzidos.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa possui uma série de modalidades, conforme paradigmas, teorias e posicionalidades em que se embasam, podendo ser: positivismo/pós-positivismo, construtivismo, teoria crítica, feminismo, estudos étnicos, marxismo, estudos culturais, e teoria *queer* (Denzin & Lincoln, 2006). O que estas pesquisas possuem em comum, excetuando-se as de base positivista ou pós-positivista, é que elas partilham de princípios tais como o de que a compreensão da realidade é mediada pela interpretação do pesquisador e que as informações, produzidas no contato intersubjetivo entre este e os participantes da pesquisa, são de ordem qualitativa e devem ser tratadas de igual maneira, ou seja, não são passíveis de serem reduzidas aos seus aspectos numéricos, muito menos consideradas numa perspectiva de causalidade linear.

Adotaremos aqui o termo paradigma qualitativo para nos referirmos ao universo de pesquisas qualitativas classificadas como interpretativas ou não positivistas. Nessa direção, o paradigma qualitativo assume que não existe apenas uma versão correta da realidade ou do conhecimento: argumenta que existem múltiplas versões da realidade e que estas estão intimamente ligadas ao contexto em que ocorrem. Defende o uso de métodos de coleta de dados que se aproximam do cotidiano da vida real, já que não podemos dar sentido aos dados fora de seu contexto. Além disso, rejeita a adoção das ciências naturais como modelo de pesquisa, bem como não abraça a ideia de objetividade e imparcialidade do cientista, na medida em que assume e reconhece que os pesquisadores trazem suas subjetividades – visões, perspectivas, estruturas, políticas, paixões – para o processo de pesquisa, o que é visto como uma força e não como uma fraqueza (Braun & Clarke, 2013).

As pesquisas embasadas no paradigma qualitativo, além de se oporem ao paradigma positivista, partilham das características acima descritas, mas diferem entre si quanto a suas posicionalidades. Nesse bojo, tem sido crescente a diversidade teórica derivada do paradigma participatório/emancipatório no rol de posicionalidades do paradigma qualitativo, em especial teorias com uma agenda política de estreito compromisso com a justiça e os direitos sociais, sobretudo de populações silenciadas e excluídas do processo de produção de conhecimento. São alguns exemplos de pesquisas contra-hegemônicas: estudos críticos e de-coloniais, pesquisas de gênero e linguagem, estudos étnicos, estudos feministas, teoria *queer*, pesquisa participativa de base comunitária, pesquisa-ação, dentre outras.

Na Tabela 1 apresentam-se os pressupostos filosóficos (ontológico, epistemológico, axiológico e metodológico), perguntas subjacentes, características e implicações na prática, que costumam estar presentes na construção de uma pesquisa. As etapas envolvidas na construção de um projeto de pesquisa pressupõem um exercício no qual é preciso estabelecer com clareza a constituição de cada um de seus componentes, quais sejam: os pressupostos filosóficos, o paradigma ou visão de mundo; a explicação do fenômeno, isto é, as teorias ou modelos conceituais que embasarão o estudo; as estratégias de pesquisa, se quantitativa, qualitativa ou mista; e os métodos de pesquisa, incluindo formas de coleta, análise e interpretação dos dados (Creswell, 2007). Note-se que o paradigma ou visão de mundo encontra-se na base de qualquer estudo e dá sustentação a todo o processo de pesquisa, devendo estar em consonância com as demais escolhas teóricas e metodológicas que derivam da pergunta de pesquisa (vide Figura 1).

Tabela 1
Pressupostos Filosóficos e Implicações na Prática

Suposição	Perguntas	Características	Implicações para a prática (exemplos)
Ontológico	Qual é a natureza da realidade?	A realidade é múltipla, vista através de múltiplas visões.	O pesquisador relata diferentes perspectivas conforme os temas se desenvolvem nas descobertas.
Epistemológico	O que conta como conhecimento? Como as afirmações de conhecimento são justificadas? Como é o relacionamento entre pesquisador e pesquisado?	A evidência subjetiva é obtida dos participantes; o pesquisador tenta diminuir a distância entre ele e o pesquisado.	O pesquisador confia em citações de participantes como evidência, bem como colabora em campo com estes e se torna "confidente".
Axiológico	Qual o papel dos valores?	O pesquisador reconhece que a pesquisa é carregada de valores e que vieses estão presentes em relação ao seu papel no contexto do estudo.	O pesquisador discute abertamente os valores que moldam a narrativa e inclui sua própria interpretação em conjunto com a dos participantes.
Metodológico	Qual é o processo da pesquisa? Qual é a linguagem da pesquisa?	O pesquisador usa lógica indutiva, estuda tópicos dentro de seu contexto e usa um <i>design</i> emergente.	O pesquisador trabalha com particularidades antes de generalizações, descreve em detalhes o contexto do estudo e continuamente revisa questões de experiências no campo.

Nota. Fonte: Creswell & Poth, 2018, p. 54-55.

Ao formular a pergunta de pesquisa, o pesquisador já deixa entrever sua perspectiva ontológica (por exemplo: “a realidade existe, é concreta e mensurável” ou “a realidade é dinâmica e socialmente construída”) e epistemológica

(por exemplo: “o conhecimento é baseado na observação e em medidas cuidadosas” ou “o conhecimento é uma coprodução e a reflexividade é necessária”). É comum que as pesquisas de cunho positivista busquem relações causais, na tentativa de explicar, controlar e replicar fenômenos, ao passo que as pesquisas sob o paradigma qualitativo se interessam em significados que os participantes atribuem a determinado fenômeno, no intuito de compreender e, em muitos casos, conferir protagonismo, sobretudo quando atrelada a uma agenda contra-hegemônica. É de extrema importância manter a consistência ao longo do projeto, desde a base epistemológica, a escolha teórica, o método de coleta, a análise e a interpretação de dados.

Há diversas formas de análise e interpretação de dados, sendo as mais conhecidas nas pesquisas qualitativas em psicologia clínica: análise de conteúdo, análise fenomenológica, teoria fundamentada (*grounded theory*), interpretação psicanalítica, hermenêutica de profundidade, análise de discurso, análise de narrativa, análise construtiva-interpretativa (Barbosa et al., 2016) e análise temática. Neste capítulo, trataremos de descrever exclusivamente a análise temática, tendo em vista sua crescente e rica contribuição na produção de pesquisas nas ciências humanas, sociais e da saúde, com a intenção principal de aumentar o repertório metodológico de pesquisadores da área de psicologia clínica, que têm se utilizado da análise de conteúdo de Bardin (2016) como método de análise de dados qualitativos, por vezes sem reconhecer que esta analisa os dados qualitativos numa lógica positivista.

Figura 1

Componentes de um Projeto de Pesquisa Conforme Creswell (2007)



Fonte: A autora.

Análise Temática e seus Amplos Espectros

A análise temática é um método para identificar, analisar e reportar padrões/temas em torno de dados qualitativos. Seu objetivo é identificar os aspectos latentes dos dados, ir além do seu conteúdo semântico e mapear as ideias, suposições, conceituações e ideologias subjacentes, que são teorizadas de tal forma a moldar ou informar o conteúdo semântico dos dados (Braun & Clarke, 2006). É um método acessível e flexível que fornece ao pesquisador o embasamento em habilidades básicas necessárias para o trabalho com outras abordagens de análise qualitativa de dados.

A análise temática não se filia, a priori, a nenhuma abordagem teórica de base, o que não significa que é a-teórica, e sim, que pode ser conjugada com várias delas, havendo, segundo Braun e Clarke (2006), mais de 30 abordagens diferentes para a análise temática, em termos de procedimentos e filosofia. Nesse sentido, o correto é entender a análise temática mais como uma modalidade “guarda-chuva”, que abarca a possibilidade de acolher uma diversidade de posturas teóricas e epistemológicas na análise de dados qualitativos, do que como uma metodologia única. Como veremos adiante, a orientação teórica confere diferentes nuances e especificidades ao trabalho da análise temática.

A análise temática tem sido cada vez mais utilizada no campo das pesquisas qualitativas e é, sem dúvida, uma modalidade de tratamento de dados qualitativos que responde aos requisitos de credibilidade e rigor científico (Braun & Clarke, 2013). Nessa esteira, convém salientar que o que confere a qualidade e a sofisticação à interpretação dos dados de uma pesquisa é muito mais o repertório, o preparo e a maturidade do pesquisador do que a ferramenta em si, sendo que isso se aplica a qualquer forma de construção do conhecimento (Eakin & Gladstone, 2020). Essa habilidade, em se tratando da pesquisa de dados qualitativos e epistemologia interpretativa, pode ser adquirida por meio de vasto investimento em estudos teóricos na área das ciências humanas e sociais; contínuo exercício de reflexividade e posicionalidade; e treino em realização de análises de dados, em estreito diálogo com a produção acadêmica (Gastaldo, 2018).

A origem da análise temática é antiga. Os primeiros registros de pesquisas com tal termo datam da década de 1930 e se referem ao estudo em musicologia sobre análise temática de escores musicais (Braun et al., 2019). Entretanto, foi somente nas últimas décadas que a análise temática tem capturado fortemente o interesse de pesquisadores de áreas diversas de conhecimento, tais como música, psicologia e psicanálise, literatura, bem como tem sido recorrente sua utilização no campo das ciências da saúde e sociais. Antes de a análise temática se tornar popular na cena da produção científica, prevalecia o domínio

da análise de conteúdo, quando se tratava de estudos que utilizavam dados de entrevistas, textos ou documentos e conteúdos de comunicação.

A análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto em dados qualitativos, interessando-se, em especial, pela frequência de ocorrência de determinados termos, referências e construções. Vale ressaltar que, embora distante do escopo da tradição do paradigma qualitativo, à análise de conteúdo coube a façanha de introduzir o debate sobre o valor heurístico de dados empíricos qualitativos na arena científica, ainda que sob o pesado manto da lógica positivista no tratamento dos dados, em um momento histórico muito rico e profícuo para a efervescência das ciências humanas e sociais, que foi a década de 1970. A influência da análise de conteúdo se faz sentir de forma contundente em determinados tipos de análise temática de base epistemológica positivista ou pós-positivista, nos quais os dados qualitativos são tratados de forma quantitativa. Por tal motivo, a conceituação de análise temática como uma abordagem para analisar padrões de significado pode refletir uma evolução metodológica da análise de conteúdo (Braun et al., 2019). Nesse sentido, podemos dizer que a análise temática é uma derivação da análise de conteúdo, ressalvadas algumas diferenças.

Na área da psicologia, destaca-se o árduo trabalho de sistematização da análise temática empreendido pelas autoras Virginia Braun e Victoria Clarke, da *University of Auckland*, Nova Zelândia, e da *University of the West of England*, Reino Unido, respectivamente, que rendeu a ambas o recorde de citação do artigo publicado por ambas em 2006 e intitulado *Using thematic analysis in psychology* (Clarke & Braun, 2017). A seguir serão sintetizadas as contribuições que as autoras fizeram sobre o que vem a ser a análise temática reflexiva por elas proposta, nas quais distinguem os tipos de análise temática e as etapas necessárias à sua execução.

Cabe aqui uma distinção entre categoria e tema, termos comumente confundidos. Segundo as palavras de Morse (2008), a diferença consiste em que:

Basicamente, uma categoria é uma coleção de dados semelhantes classificados no mesmo lugar, e este arranjo permite aos pesquisadores identificar e descrever as características da categoria. Isso, por sua vez, permite que a própria categoria seja definida e depois comparada e contrastada com outras categorias, ou se for ampla em escopo, ser dividida em categorias menores, e suas partes identificadas e descritas. Um tema, por outro lado, é uma “essência” significativa que percorre os dados. Tal como um tema na ópera ocorre repetidamente, às vezes em primeiro plano, às vezes em segundo plano e às vezes co-ocorrendo com outras músicas, o mesmo acontece com o tema em nosso pesquisar. É o tópico básico sobre o qual a narrativa trata (p. 727).

Como se Constrói um Tema: Balde ou Livro de Histórias?

A organização final da codificação dos dados na análise temática resulta na construção de temas. Coexistem duas formas distintas de conceitualização de temas na pesquisa de análise temática: a primeira trata de organizar os códigos em resumos de domínios e, a segunda, em organizá-los como padrões baseados em significados compartilhados. Para uma melhor compreensão dessa forma de conceitualizar os temas, Clarke e Braun (2006) apelidaram com a metáfora de “balde” a primeira forma de análise temática e de “livro de histórias” a segunda, de forma que, no primeiro caso, os códigos de determinado domínio são colocados em domínios ou baldes específicos sem considerar o significado compartilhado ou a diferença entre eles, e no segundo caso, são apresentados em forma de livro de histórias, refletindo um padrão de significado compartilhado, organizado em torno de um conceito ou ideia central.

A conceitualização de resumo de domínio ou balde sintetiza o que os participantes disseram em relação a um tópico ou questão, normalmente no nível semântico ou superficial de significado. Os temas são frequentemente derivados de instrumentos utilizados na coleta de dados, como respostas a uma determinada pergunta do roteiro de entrevista. Embora alguns pesquisadores vejam os resumos de domínio como uma conceitualização significativa e útil de um tema, outros os caracterizam como temas subdesenvolvidos, em razão de se aterem exclusivamente a uma análise descritiva dos dados. A abordagem de resumo de domínio corre o risco de conceituar a análise temática simplesmente como uma atividade de redução de dados, em que o propósito da análise é resumir sucintamente a diversidade de respostas obtidas na pesquisa (Braun & Clarke, 2019).

Na conceitualização de padrões baseados em significados compartilhados ou livro de histórias, os temas capturam a essência e propagam o significado, o que implica dizer que eles unem dados que poderiam parecer díspares ou significados que ocorrem em contextos múltiplos e variados; explicam grandes porções de um conjunto de dados; atuam como entidades ou ideias abstratas, capturando ideias implícitas “sob a superfície” dos dados, embora também possam capturar um significado mais explícito e concreto; e são construídos a partir de unidades de significado menor ou códigos (Braun & Clarke, 2019).

O objetivo da análise temática não é simplesmente resumir o conteúdo dos dados, mas identificar e interpretar padrões principais, orientado pela pergunta de pesquisa, embora na análise temática a pergunta de pesquisa não seja fixa, podendo evoluir ao longo da codificação e do desenvolvimento do tema. A análise produz a resposta a uma pergunta, mesmo que, como em algumas pesquisas qualitativas, a pergunta específica que está sendo respondida só se torne aparente por meio da análise (Braun & Clarke, 2012). A marca registrada dessa forma específica de análise é sua flexibilidade, não

simplesmente flexibilidade teórica, mas flexibilidade em termos de questão de pesquisa, tamanho e constituição da amostra, método de coleta de dados e abordagens para a geração de significado. Pode ser usada para analisar pequenos conjuntos de dados, como é o caso da pesquisa de estudo de caso com um ou dois participantes, ou grandes estudos, tais como entrevistas com 60 ou mais participantes, em amostras tanto homogêneas como heterogêneas. Praticamente quaisquer tipos de dado podem ser analisados, desde aqueles obtidos mediante técnicas qualitativas amplamente utilizadas, como entrevistas e grupos focais, até métodos emergentes.

Uma categorização mais ampla em pesquisa qualitativa distingue duas orientações: as “experienciais” e as “críticas” (Braun & Clarke, 2013). As orientações experienciais concentram-se no que os participantes pensam, sentem e fazem, sendo sustentadas pelo pressuposto teórico de que a linguagem reflete a realidade, seja uma realidade universal singular ou a realidade de um determinado participante. As orientações críticas procuram interrogar os padrões dominantes de significado e, teoricamente, compreender a linguagem como criadora, em vez de refletir a realidade (Terry et al., 2017).

A análise temática pode ser usada tanto para análises indutivas ou orientadas por dados, quanto dedutivas ou orientadas pela teoria, para capturar significado manifesto (explícito) e latente (subjacente). Isso não quer dizer que a análise temática seja um método adequado a toda e qualquer questão e desenho de pesquisa qualitativa. Porém, o que distingue a análise temática da maioria das outras abordagens analíticas qualitativas é a sua flexibilidade e acessibilidade, dada a sua ampla gama de aplicações, o que a torna atraente para pesquisadores qualitativos em psicologia clínica. Nessa esteira, a análise temática abarca um espectro de métodos, desde tipos que priorizam a precisão e a confiabilidade da codificação (Schlegel et al., 2021), até abordagens reflexivas como a proposta por Clarke e Braun (2017), que enfatizam a subjetividade inescapável da interpretação de dados. A ênfase está na produção de análises rigorosas que fazem parte dos procedimentos da análise temática de alta qualidade, como veremos a seguir.

Codificação dos Dados Qualitativos com “q” Minúscula ou “Q” Maiúscula

A análise temática fornece procedimentos acessíveis e sistemáticos para a geração de códigos e temas a partir de dados qualitativos. Os códigos são as menores unidades de análise que capturam características potencialmente relevantes dos dados para a pergunta de pesquisa. Os códigos são os blocos de construção de temas, padrões maiores de significado, sustentados por um conceito central de organização, uma ideia central compartilhada. Os temas

forneem uma estrutura para organizar e relatar as observações analíticas do pesquisador (Braun & Clarke, 2013).

Há duas abordagens básicas quanto à codificação dos dados: 1) uma abordagem definida por uma ênfase na confiabilidade da codificação; e 2) uma abordagem mais qualitativa que defende uma abordagem flexível para a codificação e desenvolvimento de temas, com ênfase na reflexividade. Abordagens de confiabilidade de codificação são frequentemente dedutivas e ecoam o método científico, passando da teoria (dedução) para hipótese/previsão (identificando temas), para coleta de evidências/hipóteses de teste (codificação). Isso significa que a análise passa da familiarização para alguma forma de desenvolvimento de tema e, em seguida, para a codificação. Os temas são frequentemente determinados e guiados pela teoria e refletidos nas perguntas da entrevista. O objetivo da codificação é encontrar a “evidência” para os temas. A distinção entre códigos e temas muitas vezes não é clara.

Na versão confiabilidade de codificação, o processo de codificação é projetado para testar e relatar a confiabilidade da codificação. Para tanto, constrói-se um livro de códigos ou estrutura de codificação, que consiste em uma lista definitiva de códigos que orienta o processo de codificação. Para cada código, há um rótulo, uma definição, instruções sobre como identificá-lo, critérios para exclusões e exemplos. Os códigos são determinados antecipadamente, com base na teoria preexistente (codificação dedutiva), indutivamente, com base na familiarização com os dados ou, às vezes, por uma combinação de ambos. O livro de código é usado por pelo menos dois codificadores independentes para codificar uma amostra dos dados. O nível de concordância entre os codificadores é calculado para dar uma pontuação de confiabilidade entre avaliadores usando o coeficiente Kappa. Este modelo baseia-se em uma concepção positivista de confiabilidade na qual o sucesso é determinado com base no alcance do mesmo resultado (codificação idêntica) por diferentes indivíduos mediante administração da mesma medida (o livro de códigos). No paradigma qualitativo, não existe uma maneira certa de analisar dados, porque não existe uma verdade única. A confiabilidade entre avaliadores pode apenas mostrar que dois codificadores foram treinados da mesma maneira, não que a codificação é precisa (Braun & Clarke, 2013).

Em contraste, na versão reflexiva da análise temática defendida por Braun e Clarke, a subjetividade do pesquisador é vista como parte integrante do processo de análise. Nessa versão, adota-se uma abordagem indutiva para codificação e desenvolvimento do tema. A análise começa com a familiarização, visto que a codificação requer um envolvimento detalhado com os dados. Por sua vez, a codificação é um processo orgânico e flexível que desenvolve profundidade e vai além do nível de superfície por meio da imersão ou

envolvimento repetido do pesquisador com os dados, conforme fases apresentadas na Tabela 2.

Os temas são desenvolvidos a partir da codificação e são o resultado do processo analítico, ao invés de um ponto de partida. A codificação e o desenvolvimento do tema são considerados processos subjetivos e interpretativos. A análise é criada pelo pesquisador no cruzamento dos dados, entrelaçados por seus arcabouços teóricos e conceituais, conhecimentos disciplinares e habilidades e experiências de pesquisa, e não é visto como algo esperando ser descoberto. Em suma, a análise temática reflexiva é um processo criativo e não meramente técnico, um resultado do envolvimento do pesquisador com o conjunto de dados e a aplicação de suas habilidades, experiências analíticas e pontos de vista pessoais e conceituais (Terry et al., 2017). Para distinguir esses modos de fazer análise temática, Clarke e Braun (2006) adotam a denominação de pesquisa qualitativa com “q” minúscula para nomear aquelas que empregam a confiabilidade da codificação como critério de qualidade, ao passo que denominam de pesquisa qualitativa com “Q” maiúscula aquelas que operam dentro do paradigma qualitativo e usam processos orgânicos reflexivos de codificação no desenvolvimento de temas.

As Seis Fases da Análise Temática

O processo de análise temática dá-se ao longo de um processo de seis fases (vide Tabela 2), sendo que algumas dessas fases se assemelham aos dos demais tipos de pesquisa qualitativa (Clarke & Braun, 2006). Ao empreender a atividade de codificação e construção dos temas previstos na análise temática, o pesquisador deve ter em mente que tal processo é flexível, recursivo e não linear, sendo esperado que ele retome etapas anteriores num movimento constante e reveja incansavelmente suas decisões. A escrita é parte integrante da análise e deve começar na primeira fase, com a anotação de ideias e esquemas de codificação em potencial, e continuar por todo o processo de codificação e análise.

Existem diferentes posições a respeito de quando o pesquisador deve se envolver com a literatura científica para proceder suas análises. As autoras acreditam que uma revisão detalhada prévia à análise, em determinados casos, pode estreitar o campo de visão analítico do pesquisador. Em outros casos, o prévio engajamento com a literatura incrementa a análise, ao sensibilizar o pesquisador para aspectos mais sutis dos dados. Não há forma correta de proceder com relação ao estudo da literatura, mas uma pesquisa de abordagem indutiva tem mais ganhos ao não se engajar demais na literatura antes da análise. A seguir, descreveremos cada uma das fases da análise dos dados, tal como propõem Braun e Clarke (2006, 2012).

1) **Familiarização com os dados.** É vital mergulhar nos dados até o ponto de estar familiarizado com a profundidade e a amplitude do conteúdo. A imersão geralmente envolve a leitura repetida e ativa dos dados, ou seja, a busca de significados, padrões e assim por diante. É ideal ler todo o conjunto de dados pelo menos uma vez antes de começar a codificação, pois as ideias e a identificação de possíveis padrões serão moldadas à medida que você lê. Durante esta fase, é recomendado tomar notas ou marcar ideias para codificação, às quais você voltará nas fases subsequentes. Depois de fazer isso, você está pronto para começar o processo de codificação mais formal. Em essência, a codificação continua a ser desenvolvida e definida ao longo de toda a análise. O processo de transcrição, embora possa ser demorado, frustrante e às vezes enfadonho, pode ser uma excelente maneira de começar a se familiarizar com os dados.

Tabela 2

Fases da Análise Temática

Fase	Descrição
1) Familiarização com os dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco de dados; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; realizar a última análise dos extratos escolhidos na relação com a pergunta de pesquisa e literatura; fazer o relato científico da análise.

Nota. Fonte: Braun & Clarke, 2006, p. 87.

2) **Gerando códigos iniciais.** Esta fase começa quando você leu e se familiarizou com os dados e gerou uma lista inicial de ideias sobre o que há de interessante nos dados. Dá-se início à produção de códigos iniciais a partir dos dados. Os códigos identificam uma característica dos dados – conteúdo semântico ou latente – que parece relevante ao analista e se referem às informações significativas sobre o fenômeno. O processo de codificação faz parte da análise, pois nela o pesquisador organiza os dados em grupos significativos. Os dados codificados diferem dos temas, que são mais amplos e que começam a ser desenvolvidos na etapa seguinte. A codificação dependerá, em certa medida, se os temas são mais

orientados por dados ou orientados pela teoria. A codificação pode ser realizada manualmente ou por meio de um programa de *software*. Há uma grande variedade de *softwares* destinados a tratar dados qualitativos, como Nvivo, Atlas Ti, MAXQDA, Alceste e Iramuteq. Tais programas auxiliam na organização do corpus empírico, mas cabe ao pesquisador compreender as informações produzidas pelo programa e realizar o trabalho de análise e interpretação dos dados.

Existem várias maneiras de codificar extratos. Se estiver codificando manualmente, você pode codificar seus dados escrevendo notas nos textos que você está analisando, usando marcadores ou canetas coloridas para indicar padrões potenciais, ou usar notas de *post-it* para identificar segmentos de dados. Você pode inicialmente identificar os códigos e, em seguida, combiná-los com as extrações de dados que ilustram esse código, mas, nesta fase, é importante garantir que todas as extrações de dados sejam codificadas e depois agrupadas dentro de cada código. Embora o texto deva ser lido e codificado em sua íntegra, nem toda e qualquer transcrição precisa necessariamente ser codificada, ou seja, há partes que ficarão de fora por não serem relevantes para o tema.

O importante nesta fase é: a) codificar temas potenciais; b) codificar extratos de dados com alguns dados a mais para não perder o contexto; e c) codificar extratos individuais de dados em tantos temas diferentes quanto eles se encaixarem, ou seja, um extrato pode ser codificado várias vezes, conforme seja relevante.

3) **Buscando temas.** Esta fase começa quando todos os dados foram inicialmente codificados e agrupados e redireciona a análise para o nível mais amplo de temas. Em vez de códigos, envolve a classificação dos diferentes códigos em temas potenciais e a comparação de todos os extratos de dados codificados que sejam relevantes dentro dos temas identificados. Essencialmente, aqui começa a análise dos códigos e se estuda a possível combinação destes para formar um tema abrangente. Pode ser útil usar tabelas ou mapas mentais, escrever o nome de cada código e uma breve descrição em uma folha de papel separada e brincar com a organização em pilhas temáticas. É quando você começa a pensar sobre a relação entre códigos, entre temas e entre diferentes níveis de temas. Alguns códigos iniciais podem passar a formar temas principais, enquanto outros podem formar subtemas e outros ainda podem ser descartados.

Esta fase termina com uma coleção de temas candidatos e subtemas, e todos os extratos de dados que foram codificados em relação a eles. Neste ponto, você começará a ter uma noção da importância de temas individuais. No entanto, não abandone nada neste estágio, pois sem olhar para todos os extratos em detalhe não terá certeza de se os temas permanecerão como estão, ou se alguns precisarão ser combinados, refinados e separados ou mesmo descartados.

4) **Revisando temas.** Esta fase envolve um processo recursivo no qual os temas em desenvolvimento são revisados em relação aos dados codificados e a todo o conjunto de dados. É essencialmente sobre verificação de qualidade. Durante esta fase, fica evidente que alguns temas candidatos não são realmente temas, quando não há dados suficientes para apoiá-los ou quando podem ser reagrupados em outros, por exemplo. Outros temas podem precisar ser subdivididos em temas separados. É preciso levar em consideração a homogeneidade interna nas categorias/temas e a heterogeneidade externa entre as categorias/temas, ou seja, os dados dentro dos temas devem ser coerentes de forma significativa, enquanto deve haver distinções claras e identificáveis entre os temas.

Aqui devem ocorrer dois níveis de revisão e refinamento, como mostra a Figura 2. O primeiro envolve a revisão no nível das extrações de dados codificados, que significa que você precisa ler todos os extratos agrupados para cada tema e considerar se eles formam um padrão coerente. Se seus temas candidatos formam um padrão coerente, você passa para o segundo nível desta fase. Mas se os seus temas candidatos não se encaixarem, você precisará avaliar se o tema em si é problemático ou se alguns dos extratos de dados simplesmente não cabem ali. Nesse caso, a orientação é você retrabalhar seu tema, criando um novo tema, encontrar um lar para aqueles trechos que não se encaixam em um tema já existente ou simplesmente os descartar da análise.

O segundo nível desta fase envolve um processo semelhante, mas em relação a todo o conjunto de dados. Neste nível, você considera a validade dos temas individuais em relação ao conjunto de dados, mas também verifica se o seu mapa temático reflete com precisão os significados evidentes no conjunto de dados como um todo. O que conta como precisão depende de sua abordagem teórica e analítica. Nesta fase, você relê todo o seu conjunto de dados para verificar se os temas funcionam em relação ao conjunto de dados e para codificar quaisquer dados adicionais dentro dos temas que foram perdidos nos estágios de codificação anteriores. A necessidade de recodificação do conjunto de dados é esperada, pois a codificação é um processo orgânico contínuo e recursivo.

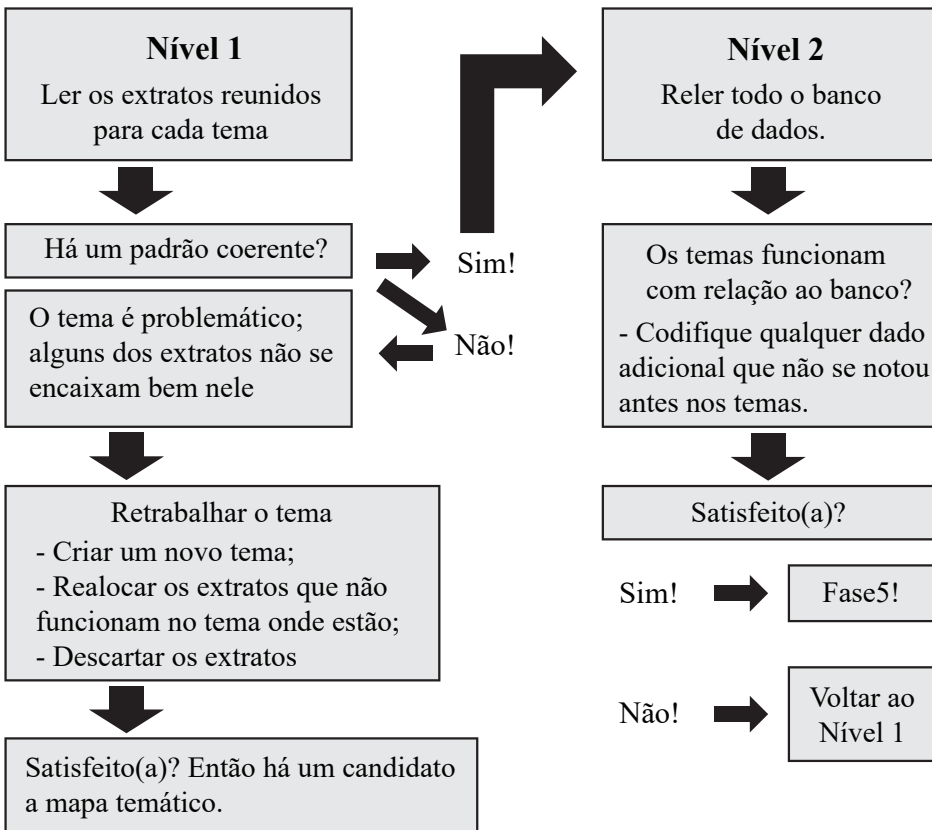
As principais perguntas a serem feitas nesta fase são as seguintes:

- Este é um tema ou pode ser apenas um código?
- Se for um tema, qual é a qualidade deste tema? Isso me diz algo útil sobre os dados e minha pergunta de pesquisa?
- Quais são os limites deste tema, o que inclui e exclui?
- Existem dados suficientes (significativos) para apoiar este tema?
- Os dados são muito diversos e abrangentes? Falta coerência ao tema?

Se o mapa temático funcionar, você passa para a próxima fase. No entanto, se o mapa não se ajusta ao conjunto de dados, você precisa voltar a revisar e a refinar sua codificação até que tenha elaborado um mapa temático satisfatório. Ao final desta fase, você deve ter uma boa ideia de quais são seus diferentes temas, como eles se encaixam e a história geral que contam sobre os dados.

Figura 2

Níveis da Fase 4 de Revisão de Temas



Nota. Fonte: Souza, 2019.

5) *Definindo e nomeando os temas.* Ao definir seus temas, você precisa ser capaz de ter clareza sobre o que é único e específico de cada um deles, se pode resumir a essência de cada tema em algumas frases. Uma boa análise temática terá temas que: a) têm um foco singular; b) estão relacionados, mas não sobrepostos, de modo que não são repetitivos; e c) abordam diretamente sua pergunta de pesquisa. Em alguns casos, você pode decidir ter subtemas dentro de um tema.

Esses subtemas são úteis nos casos em que há um ou dois padrões abrangentes nos dados em relação à sua pergunta, mas cada um é executado de maneiras diferentes.

Esta fase envolve o trabalho analítico profundo previsto na análise temática e a formação crucial da análise em seus detalhes refinados. Envolve selecionar e analisar extratos e apresentar a história de cada tema em torno desses extratos. O que torna os dados bons para citar e analisar? Idealmente, cada extrato deve fornecer um exemplo vívido e atraente que ilustra claramente os pontos analíticos que você está fazendo. É bom aproveitar extratos de seus itens de dados para mostrar a cobertura do tema, em vez de recorrer a apenas um item de dados.

Os trechos que você seleciona para citar e analisar fornecem a estrutura para a análise, ou seja, a narrativa de dados informando o leitor sobre sua interpretação dos dados e seu significado. Ao analisar os dados, você os usa para contar uma história dos dados. Os dados não falam por si mesmos, portanto você não deve simplesmente parafrasear o conteúdo correspondente. Sua narrativa analítica precisa dizer ao leitor o que é interessante sobre um extrato e por quê. Os dados devem ser interpretados e conectados às suas questões de pesquisa mais amplas e aos campos acadêmicos nos quais seu trabalho está situado. Algumas pesquisas qualitativas separam a seção “Resultados” de “Discussão”. Uma abordagem integrada funciona bem quando existem fortes conexões com dados oriundos de outras pesquisas e quando a análise é mais teórica ou interpretativa. Essa abordagem também pode evitar a repetição entre essas duas seções.

Quando há um entrelaçamento de análises detalhadas e específicas do que acontece em determinado extrato de dados e análises mais sumarizadas, que ilustram o conteúdo mais amplo do conjunto de dados em relação ao tema, isso reflete uma combinação de dois estilos amplos de análise temática: a) descritivo, em que os dados tendem a ser usados de forma ilustrativa, e b) conceitual e interpretativo, em que extratos tendem a ser analisados com mais detalhes, muitas vezes com os significados latentes em que eles se baseiam. Ambos os estilos oferecem análises importantes de dados e servem a propósitos diferentes. O estilo conceitual e interpretativo é uma forma de análise mais difícil de empreender porque se move de significados superficiais ou aparentes para significados latentes ou implícitos e requer necessária experiência para aprender a vê-los nos dados.

A análise sempre vai além dos dados. Ela não apenas relata palavras, ela as interpreta e as organiza dentro de uma estrutura conceitual abrangente mais ampla. A análise deve ser conduzida pela pergunta: E daí? O que é relevante ou útil aqui para responder à minha pergunta? Esse processo de contar uma narrativa analítica em torno de suas extrações de dados precisa ocorrer para todos os seus temas. Cada tema precisa ser desenvolvido não apenas em sua

relação a si próprio, mas também em relação à sua pergunta de pesquisa e em relação aos outros temas. As conclusões podem e devem ser tiradas de toda a análise. Portanto, uma análise precisa fazer interconexões entre os temas e dizer algo geral sobre o conjunto de dados.

Outro aspecto desta fase é definir como batizar cada tema. Um bom nome para um tema é informativo, conciso e cativante. O uso de citações nos títulos pode fornecer uma sensação imediata e vívida do que é um tema, ao mesmo tempo em que fica próximo da linguagem e dos conceitos dos participantes.

6) **Produzindo o relatório.** Embora a fase final da análise seja a produção de um relatório, como um artigo, dissertação ou tese, esta fase não começa apenas no final. Ao contrário da pesquisa quantitativa, não concluímos nossa análise dos dados e depois os redigimos. A redação e a análise estão profundamente entrelaçadas na pesquisa qualitativa – desde a redação informal de notas e memorandos aos processos mais formais de análise e redação de relatórios. O objetivo do relatório é fornecer uma história convincente sobre seus dados com base em sua análise.

Escolha exemplos particularmente vívidos ou extratos que capturem a essência do ponto que você está demonstrando. Além disso, seu texto precisa fazer mais do que apenas fornecer dados. Os trechos precisam ser incorporados a uma narrativa analítica que ilustre de maneira convincente a história que você está contando sobre seus dados, bem como sua narrativa analítica precisa ir além da descrição dos dados e apresentar um argumento em relação à sua pergunta de pesquisa. Mesmo a análise temática descritiva precisa ir além da descrição para fazer um argumento que responda à pergunta de pesquisa. Uma boa redação vem com a prática, mas na boa escrita evita-se a repetição, a paráfrase, a linguagem rebuscada e o fraseado passivo. Em geral, a pesquisa qualitativa é melhor relatada usando a voz ativa em primeira pessoa.

Considerações Finais

A vista do aqui exposto, ressalto que os métodos qualitativos de pesquisa entram na cena científica para permitir o acesso a mundos e significados subjetivos de pessoas e grupos, especialmente daqueles historicamente marginalizados e durante muitos séculos invisíveis e silenciados até mesmo pela ciência. O paradigma qualitativo é uma resposta crítica e consistente de inconformidade face à injustiça epistêmica, a qual ocorre quando excluimos a contribuição de pessoas ou grupos à produção, disseminação e manutenção do conhecimento. Nesse sentido, o uso do paradigma qualitativo se coloca muitas vezes como uma rejeição implícita e explícita aos valores, suposições e práticas da psicologia experimental quantitativa.

Sumarizando, vale lembrar que o que garante uma boa análise temática dos dados, além do repertório teórico e prático do pesquisador em pesquisas qualitativas, é o rigor com que se conduz o estudo. Trata-se de um procedimento criativo que valoriza o papel ativo e fundamental do pesquisador no processo de análise de dados, além de demonstrar que se trata, de fato, de um processo, com material em constante construção e transformação.

Ao optar pela análise temática, o pesquisador também precisa escolher qual a teoria subsidiará a realização de sua análise, tendo em vista que a análise temática requer essa conjugação com uma perspectiva teórica por ser independente de teorias ou epistemologias. Qualquer que seja a abordagem, a análise temática contribui com sua praticidade e ampla aplicabilidade, pois pode ser utilizada em quase qualquer tipo de análise qualitativa.

REFERÊNCIAS

Barbosa, A., Conceição, M. I. G., & Martines, A. M. (2016). Epistemología cualitativa de González Rey: Una forma diferente de análisis de “datos”. *Tecnia, 1*, 1–18.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic Analysis. In H. Cooper (Ed.), *APA handbook of research methods in psychology: Vol. 2. Research designs* (pp. 57–71). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13620-004>

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research. A practical guide for beginners*. Sage.

Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic analysis. In P. Liamputtong (Ed.), *Handbook of research methods in health social sciences* (pp. 843–860). Springer.

Clarke, V., & Braun, V. (2017). Thematic analysis. *The Journal of Positive Psychology, 12*(3), 297–298. <https://doi.org/10.1080/17439760.2016.1262613>

Conceição, M. I. G., Gastaldo, D., Fraga, A. B., Bosi, M. L. M., Magalhaes, L., Lago, R. R., Andrade, J. T., & Gladstone, B. (2019). Rede internacional de excelência no ensino da pesquisa qualitativa em saúde: estratégias iniciais e propostas de futuro. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. L. Santos, M. S. Neubern, & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 4, pp. 467–482). Technopolitik.

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed, Bookman.

Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry & research design. Choosing among five approaches* (4^a ed.). Sage.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Artmed.

Eakin, J. (2016). Educating critical qualitative health researchers in the land of the randomized controlled trial. *Qualitative Inquiry*, 22(2), 107–118. <https://doi.org/10.1177/1077800415617207>

Eakin, J., & Gladstone, D. (2020). “Value-adding” analysis: Doing more with qualitative data. *International Journal of Qualitative Methods*, 19, 1–13. <https://doi.org/10.1177%2F1609406920949333>

Gastaldo, D. (2018). *Video lecture: Epistemological congruence and rigour in qualitative health research* [Vídeo]. Centre for Critical Qualitative Health Research, University of Toronto. <https://www.youtube.com/watch?v=BpgyxPx0RC8>

Morse, J. M. (2008). Confusing categories and themes. Editorial. *Qualitative Health Research*, 18(6), 727–728. <https://doi.org/10.1177/1049732308314930>

Schlegel, E. C., Tate, J. A., Pickler, R. H., & Smith, L. H. (2021). Practical strategies for qualitative inquiry in a virtual world. *Journal of Advanced Nursing*, 77(10), 4035–4044. <https://doi.org/10.1111/jan.15000>

Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>

Terry, G., Hayfield, N., Clarke, V., & Braun, V. (2017). Thematic analysis. In C. Willig & W. S. Rogers (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research in psychology* (pp. 17–37). Sage.

Apêndice 1 – Sugestões de vídeos disponíveis na internet sobre pesquisa qualitativa e análise temática

Para mais informações sobre métodos de pesquisa qualitativa, além da literatura utilizada nas referências finais, também sugiro que o leitor visite o site: redequali.unb.br. Do mesmo modo, recomendo os seguintes vídeos com palestras ministradas por Braun e Clarke, disponíveis de forma gratuita na internet:

“What’s thematic analysis”

<https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVydc>

“Thematic analysis – an introduction”

<https://youtu.be/5zFcC10vOVY>

“Thematic analysis – Part 1”

<https://www.youtube.com/watch?v=Lor1A0kRIKU>

“Thematic analysis – Part 2”

<https://www.youtube.com/watch?v=DzMgUGP15S0>

“Thematic analysis – Part 4”

<https://www.youtube.com/watch?v=6uGDc9CQqLU&t=46s>

CAPÍTULO 4

ANÁLISE QUALITATIVA: a utilização do discurso do sujeito coletivo em Psicologia da Saúde

Izabella Rodrigues Melo

Maria da Graça Corrêa Lopes Wohlgemuth

Esther Almeida da Silva-Xavier

Júlia de Paula Oliveira

Débora Akemi Miura

Larissa Polejack Brambatti

Em uma jornada, há muitos caminhos que nos levam a algum destino. A escolha metodológica é um dos grandes e essenciais desafios para o pesquisador uma vez que, a partir desta definição, o percurso pode ser mais prazeroso, sem tantos percalços e mostrar uma bela paisagem que vai descortinando novos aprendizados até chegar no destino proposto...ou não!

Creswell (2010) delinea diferenças entre os projetos de pesquisa, sinalizando os planos que envolvem a adoção de um dos modelos, quer sejam eles qualitativos, quantitativos ou de métodos mistos. Para esse autor, a escolha de um projeto abrange múltiplos fatores, tais como a natureza do problema estudado, o objetivo do estudo, o cenário de coleta dos dados, bem como o público a quem se destina o trabalho. Além do contexto coletivo, há também as concepções e os paradigmas do pesquisador, que direcionam as orientações gerais sobre o mundo, sobre a natureza da pesquisa e sobre o percurso ou método adotado no trabalho.

Em estudos que visam à compreensão de significados, motivações, crenças, aspirações, valores e atitudes, a pesquisa qualitativa desponta como uma excelente opção às questões particulares, que nem sempre são completamente quantificáveis (Lefèvre & Lefèvre, 2003). Nessa perspectiva metodológica, a análise das informações é feita de forma indutiva, partindo de questões específicas que se tornam passíveis de aplicação a situações diversas. Para Vigorena e Battisti (2011, p. 98)

A pesquisa qualitativa, de maneira mais detalhada, é entendida como uma investigação que tem como preocupação central o exame dos dados em um tipo de profundidade que não é captada pelos números, tabelas e dados quantitativos, mesmo que não sejam eles representativos a outros casos

de estudo, ou seja, o que se pretende descobrir, muitas vezes, é particular àquela situação e, por isso, é examinado no detalhe para aquele caso, tendo em conta a perspectiva histórica e/ou social do momento em que se faz a análise.

O engajamento em pesquisa qualitativa demanda do pesquisador abertura e disponibilidade para a reflexão sobre si mesmo e suas ações, um olhar teórico para o processo de análise e construção de informações, assim como habilidades interpessoais para manejo de conflitos ou situações inusitadas. Como a pesquisa qualitativa discorre sobre a realidade experienciada tanto pelos participantes da pesquisa quanto pelo próprio pesquisador em campo, ela exige atenção interpretativa na investigação, correlacionando o estudo a partir do contexto político, social e cultural das partes envolvidas. Com isso, reflete-se também a presença do pesquisador nos relatos apresentados, desconstruindo assim o mito da neutralidade científica (Creswell, 2014; Silva-Xavier, 2020; Taquette & Minayo, 2015).

Frente ao exposto, este capítulo tem por objetivo apresentar o discurso do sujeito coletivo (DSC), um método criado por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, a partir da teoria das representações sociais. Como método de análise, o DSC agrega possibilidades no campo das pesquisas qualitativas, especialmente em pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais, permitindo assim conhecer os pensamentos, crenças e valores construídos socialmente por determinado grupo (Lefèvre & Lefèvre, 2003, 2010). Dessa forma, o capítulo apresenta seu uso, vantagens e possíveis limitações na aplicação em pesquisas qualitativas na psicologia e em políticas públicas de saúde.

Representações Sociais

Durkheim é considerado o primeiro a falar sobre a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual e para tanto criou o conceito de “representação coletiva” que ressaltava a importância de compreender de que forma a sociedade representa a si própria e ao mundo que a rodeia (Villas Bôas, 2004). Tanto as contribuições de Durkheim na sociologia quanto as de Lévy-Bruhl na Antropologia foram importantes para a compreensão do fenômeno resultante da expressão de uma coletividade e não de uma consciência individual. Dessa forma, Oliveira (2004) afirma que assim como a sociologia vislumbra os fatos sociais, a psicologia estuda os fenômenos que ocorrem na consciência dos indivíduos, denominados como psicológicos. A compreensão de consciência coletiva apresentada pela sociologia e pela antropologia inspiraram Serge Moscovici na busca da ampliação da perspectiva individualista que se encontrava instalada na psicologia social tradicional,

rompendo os paradigmas então existentes de manutenção da dicotomia indivíduo e sociedade (Rocha, 2014). Moscovici amplia a visão de Durkheim de um social estático e impermeável e apresenta um paradigma mais dinâmico, orientado em direção à explicação das mudanças e inovações sociais, ao invés do controle e manutenção de uma visão de mundo (Patriota, 2007).

De acordo com Moscovici (1978), a teoria das representações sociais é uma proposta teórica e metodológica que possibilita a construção do conhecimento, caracterizando-se por ser um processo que ocorre tanto no âmbito individual como coletivo. Assim sendo, ela busca uma manifestação que representem sujeitos e coletivos, além de oferecer a possibilidade de investigação da realidade, a partir do conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes constituídos na inter-relação entre o individual e o social. As representações sociais podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos do dia a dia, construído por uma coletividade a partir dos desafios e problemas do cotidiano vivenciados pelos sujeitos e dá visibilidade à forma de pensar, agir e sentir de um determinado grupo (Wohlgemuth, 2020).

A representação social tem a função de contribuir com o processo de formação de condutas, além de prestar orientação à população, tendo em vista que apresenta um sentido de saber e de identidade, permitindo que se busque compreender os costumes e valores de um determinado grupo (Patriota, 2007). A construção das representações sociais apresentada na obra de Moscovici (1978) aponta ainda dois processos formadores: (1) ancoragem, que tem o papel de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que lhe parece estranho; (2) objetivação, que externaliza o conhecimento, dando concretude a um determinado conceito na busca de conhecer como um determinado grupo se apresenta.

Segundo Loyola (2013) e Shimizu et al. (2015), as representações sociais influenciam atitudes, comportamentos e escolhas com relação à saúde nas diferentes representações que o indivíduo utiliza. Os conceitos de saúde e doença quando aplicados às representações sociais, estão diretamente relacionados ao contexto cultural, social, político e econômico e coadunam com a compreensão dos determinantes sociais da saúde (Scliar, 2007). Nessa premissa, é necessário considerar os valores de cada indivíduo, tendo em vista que saúde e doença podem não representar o mesmo significado para todas as pessoas devido os diferentes contextos sociais, culturais e históricos (Wohlgemuth, 2020). Nesse aspecto, Gomes et al. (2011) sugerem que se faz necessário que políticas públicas produzam transformações nas representações sociais, estimulando a participação dos usuários e reconhecendo seus direitos, a fim de prestar orientação à população.

A comunicação é aspecto de especial interesse para as pesquisas desenvolvidas em psicologia. As representações sociais constituem fenômenos

comunicacionais com potencial de aproximar membros de uma mesma comunidade, promovido no compartilhamento de concepções familiares, construídas continuamente nas interações desenvolvidas entre atores sociais (Melo, 2021). De acordo com Serge Moscovici, propositor da teoria das representações sociais no campo da psicologia, as pessoas constroem conhecimento quando interagem entre si e trocam sentimentos, desejos, julgamentos e necessidades (Daveen, 2003), interessando aos pesquisadores da área também o conhecimento de senso comum, que permeia o cotidiano de relações entre sujeitos sociais (Bertoni & Galinkin, 2017). A construção de conhecimento mediada por representações sociais permite trazer para campo de familiaridade conteúdos ainda desconhecidos, retratando como vivem as pessoas usuárias destas representações (Melo, 2021), de forma a associar a compreensão do mundo a ajustes cognitivos promovidos por categorias criadas e compartilhadas socialmente (Moscovici, 2003). Concebe-se, desta maneira, que não há acesso ao mundo social imune aos direcionamentos decorrentes das representações sociais (Bertoni & Galinkin, 2017; Moscovici, 2003).

Diante dessa abordagem, pode-se compreender as representações sociais a partir de dois construtos. O primeiro deles é o convencional, garante às representações sociais possibilidade de acomodação de novos conceitos a uma categoria preexistente, a partir da qual será desenvolvida a compreensão coletiva sobre tais conceitos (Moscovici, 2003). Aos pesquisadores de representações sociais cabe, então, a tarefa de compreender os contextos onde estas desenvolvem-se, a partir de pactuações coletivas efetivadas ao longo da história de dada comunidade (Bertoni & Galinkin, 2017). Sobre isso, Moscovici afirmou que “pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado [...] por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções” (p. 35), de forma a permitir a compreensão de convenções sociais (Moscovici, 2003).

O segundo construto das representações sociais é prescritivo. Os sujeitos sociais lidam, então, com as forças exercidas pelas representações, que atuam sobre atitudes e comportamentos de forma a autorizá-los ou desautorizá-los. Quanto mais duradoura for uma prescrição, do ponto de vista transgeracional, mais profundas serão suas raízes e influências sobre a sociedade (Moscovici, 2003).

Dessa forma, o discurso do sujeito coletivo (DSC) é um método de análise de dados qualitativos, baseado na teoria das representações sociais, criado no final dos anos 1990 pelos pesquisadores Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, que permite conhecer os pensamentos, crenças e valores construídos socialmente por determinado grupo (Lefèvre & Lefèvre, 2003, 2010). O método do DSC vem trazer a representatividade dos grupos

estudados, tendo em vista que ele permite compreender as representações sociais referentes a esse ou àquele grupo, a partir da qualidade das informações coletadas e não da quantidade de participantes das pesquisas. O DSC se apresenta como um meio de alcançar a compreensão, além de apresentar em dados, as diferentes representações sociais sobre temas e conceitos diversos e relevantes unindo as perspectivas individuais e sociais.

O Discurso do Sujeito Coletivo

O DSC tem como objetivo evidenciar como as pessoas pensam, sentem e se manifestam em determinadas situações e assuntos (Duarte et al., 2009). Dessa forma, trata-se de um compartilhamento de ideias dentro de um grupo social. Do ponto de vista metodológico, refere-se a uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos, que tenham sido obtidos por meio de depoimentos, cartas, artigos de jornais e revistas (Lefèvre, 2017).

É importante salientar que a proposta metodológica do DSC não tem como objetivo a análise do conteúdo das falas individuais, e sim o conjunto das falas dos participantes que formam a coletividade. Desse modo, o método científico utilizado preserva a identidade dos participantes, não os identificando pelos discursos individuais (Figueiredo et al., 2013). A utilização do método DSC viabiliza a análise da representação da coletividade por meio do conhecimento do sentido comum que é usado nas interações e comunicações do cotidiano (Costa-Marinho, 2015). Portanto, a análise do DSC apesar de observar os depoimentos individuais não se limita à análise particular, mas amplia o conteúdo discursivo, de modo a considerar o pensamento da coletividade que está sendo analisada (Bertoni & Galinkin, 2017). Para a formação dos discursos que irão reproduzir os pensamentos, crenças e valores de determinada coletividade, os discursos individuais de cada participante são agrupados em um discurso único e escrito na primeira pessoa do singular, contendo temáticas semelhantes e produção de um sentido único, como a voz da coletividade (Silva-Xavier, 2020).

A construção das informações proposta pelo DSC ocorre pela análise de dados levantados em expressões verbais como entrevistas, artigos e textos em jornais. As entrevistas são técnicas de pesquisa amplamente utilizada em investigações qualitativas por possibilitar, no encontro de pessoas e contextos, a emergência de posicionamentos sobre o assunto pesquisado além dos propostos pelo autor em seu projeto (Gaskel, 2000; Minayo, 2009b). O acesso às dimensões simbólicas de determinados temas é uma das maiores potencialidades da pesquisa qualitativa e, por isso, aos participantes de qualquer estudo, deve ser garantido espaço para livre expressão de suas percepções e sentimentos (Lefèvre et al., 2003). A entrevista pode ser um meio para reduzir

barreiras desenvolvidas quando se comunica posicionamentos pessoais, conferindo espontaneidade aos discursos posteriormente sistematizados como coletivos por esta via de tratamento de informações (Lefèvre, 2017).

A utilização da proposta do DSC para “organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal” (p. 68) permite ao pesquisador apresentar, aos leitores de seu estudo, seus achados na forma de discursos em primeira pessoa, evidenciando o posicionamento de uma comunidade sobre o tema pesquisado (Lefèvre et al., 2003). Não há hierarquização ou invisibilização das contribuições dos participantes da pesquisa. Pelo contrário, privilegia-se a representatividade destas pessoas em relação aos grupos de pertencimento (Polejack, 2007).

A relevância social dentro do grupo pesquisado é o principal critério para a escolha de quem participará da pesquisa. Além disso, quanto mais diversa for a composição dos participantes, maior será a diversidade de subjetividades que interagirão nos discursos dos sujeitos coletivos, contribuindo significativamente para o aumento da relevância. Desta forma, não há necessidade de ser acessada uma grande quantidade de participantes para a construção de discursos do sujeito coletivo e sim se deve resguardar a representatividade deste participante referente ao papel social ou ao grupo de interesse do estudo (Lefèvre, 2017). Melo (2021) acrescenta que cabe ao pesquisador a responsabilidade de atuar sobre os dados coletados de forma a garantir condições confortáveis aos colaboradores do estudo para manifestarem-se de forma espontânea, rica e verdadeira.

Passos para Elaboração do DSC

De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2003, 2005, 2010), o processo de análise dos dados se inicia com a extração das ideias centrais (IC) ou ancoragens (AC) e suas respectivas expressões chave (ECH) semelhantes a partir do material verbal coletado, produzindo, assim, um ou vários discursos-síntese. Consideram-se IC as descrições do núcleo de sentido presente nas respostas dos participantes, sendo reunidas de forma sintética para compor uma DSC, e estas não são as únicas interpretações do pesquisador. A AC busca indicar linguisticamente ideologias, teorias, crenças e valores dos indivíduos entrevistados. Já as ECH são fragmentos das narrativas selecionadas pelo pesquisador, que buscam exprimir as ideias e opiniões que estão relacionadas com a vivência de cada grupo pesquisado (Costa-Marinho, 2015). Estes são o produto final da análise e que são denominados de Discurso do Sujeito Coletivo, expressando uma representação de um grupo social. Ao ler as transcrições das entrevistas o pesquisador vai destacando (com cores ou outros símbolos) os trechos que lhe pareçam expressões-chave de ideias centrais ou ancoragens. A seguir, serão detalhadas as fases necessárias para a construção de uma análise com base no DSC.

Seguindo a metodologia do DSC, após análise individual das respostas dos participantes utiliza-se o Instrumento de Análise de Discurso (IAD) que ocorre em duas etapas: as análises de primeiro (IAD1) e de segundo nível (IAD2). A análise é realizada, de preferência por pergunta ou tema da entrevista, por meio do manuseio das figuras metodológicas do DSC, que são as ECH, as IC e as AC.

Sendo assim, após a leitura das entrevistas na íntegra e identificação das expressões-chave (ECH) por cores ou símbolos, o pesquisador utilizará o IAD1 para agrupar expressões-chave identificadas com a mesma cor e, portanto, correspondentes a uma mesma Ideia Central, independente do momento da entrevista onde as expressões foram identificadas. Após o preenchimento do IAD1 o pesquisador transfere as Ideias centrais para o IAD2 que tem como objetivo final construir os discursos do sujeito coletivo (Costa-Marinho, 2015).

Os pontos de partida para o tratamento das informações são a pergunta e o problema acessado nela. Seleciona-se, nas respostas transcritas e desenvolvidas a partir das reflexões suscitadas pela pergunta, as expressões-chave (ECH) identificadas a partir das contribuições do participante da pesquisa para a compreensão coletiva da problemática abordada (Lefèvre, 2017; Melo, 2021). Após a realização desta atividade, em todas as perguntas e com todas as respostas, delinea-se as ideias centrais (IC), identificadas com nomes sintéticos e representativos dos sentidos trazidos pelos participantes (Lefèvre, 2017; Melo, 2021).

Nesse sentido, o DSC será construído a partir do agrupamento de ICs e ACs de sentidos semelhantes, de forma a garantir a fidedignidade dos discursos. Para tal, aconselha-se que estes sejam elaborados pela equipe de pesquisa a partir do uso de uma mesma estratégia de codificação, por exemplo cores, ou números que agrupam expressões-chave semelhantes. O agrupamento das ICs e ACs ocorrerá retirando-se vícios de linguagem e fatores particularizantes que permitam identificação de pessoas e instituições e acrescentando-se conectores, de modo a assegurar o sentido semântico à fala escrita em primeira pessoa do singular (Lefèvre, 2017; Melo, 2021). O Instrumento de Análise de Discurso 2 (IAD 2) começa a ser elaborado a partir da compilação de todos os trechos de respostas de colaboradores da pesquisa que guardem similaridade temática, colocados sob o rótulo de uma mesma ideia central com poder de representatividade sobre o tema.

O Instrumento de Análise de Discurso 2 (IAD 2) começa a ser elaborado a partir da compilação de todos os trechos de respostas de colaboradores da pesquisa que guardem similaridade temática, colocados sob o rótulo de uma mesma ideia central (IC) com poder de representatividade sobre o tema. Em seguida, utiliza-se o resultado do IAD2 buscando organizar as falas de forma a garantir adequação à norma culta da gramática em língua portuguesa, adicionando conectores, ajustando conjugações verbais para que o discurso seja apresentado na primeira pessoa do singular. A Figura 1 permite a visualização do processamento dos dados pelo método do DSC.

Figura 1

Fluxograma Adaptado do Discurso do Sujeito Coletivo



Nota. Fonte: Melo (2021).

Normalmente os resultados são apresentados por pergunta ou temática e podem ser organizados mostrando todas as ideias centrais relacionadas com aquela pergunta em uma tabela-resumo e, em seguida, descrever os discursos do sujeito coletivo relativos e vinculados a cada ideia central, como por exemplo, na pesquisa realizada por Polejack (2007) sobre adesão ao tratamento antirretroviral em Moçambique, onde utilizou entrevistas individuais e também grupos focais com no máximo seis participantes. Apresentaremos, como forma de ilustração, a pergunta realizada em grupos focais “**Vocês gostariam de falar um pouco sobre o uso dos medicamentos antirretrovirais. Quando iniciaram a toma e como tem sido tomá-los?**” Após leitura de todas as entrevistas, a análise do DSC resultou nas seguintes ideias centrais e respectivos DSCs.

IDEIAS CENTRAIS

Para tomar é muito difícil

Estou a melhorar

Nunca tive problemas

IC1 – Para tomar é muito difícil

DSC1: *Primeiramente para tomar é muito difícil. Passei mal, tenho tido comichão, alergia e tive vômitos também e me não aguentei. Até agora estou a tomar e não passa. Às vezes e os comprimidos dão muito apetite, mas tem falta de comida e tenho problema de esquecimento. Estou a andar só, estou a tomar comprimidos, mas não tenho vida.*

IC2 – Estou a melhorar

DSC2: *Eu estava mal e acho que estou a melhorar. Estou a sentir bem, ando normal, não tenho aquela fraqueza que tinha há muito tempo e agora consigo ir trabalhar. Sinto-me mais recuperado, estou mais saudável e os comprimidos me caíram bem. Nunca faltei Faltar vir aqui no Hospital, na data marcada, é faltar 1 noite a dormir. Só tenho esperança de saber o CD4+.*

IC3 – Nunca tive problemas

DSC3: *Iniciei bem a medicação e nunca tive problemas. Meu maior medo eram os efeitos secundários e não tive nenhuma manifestação. Antes eu estava bem e continuo bem pois não tive nenhum efeito secundário. Nunca faltei com os medicamentos, não tive nenhuma reação.*

Outra possibilidade de apresentação dos resultados é em forma de tabela já contendo a Ideia Central e o respectivo discurso como no trabalho de Silva-Xavier (2020) sobre comunicação de notícias difíceis voltado para especialidades médicas.

Questão 3: Quais notícias você considera mais difíceis de serem comunicadas?		
Especialidade do participante	IC	DSC
Cirurgia Geral	Os casos de câncer são sempre diagnósticos muito ruins	<i>Os casos de câncer são sempre diagnósticos muito ruins e ainda mais quando se descobre que é inoperável.</i>
	Não tem mais opção terapêutica, só palição	<i>O pior é quando o tratamento já não vai ser modificador da doença. Isso é o mais difícil, até mais do que a notícia "você está com um câncer". Quando é aquele paciente que chega sempre muito animado com a esperança de uma tratamento e, de repente, a gente descobre que é situação paliativa e que não pode fazer mais nada pelo paciente, além de promover um certo conforto ou uma cirurgia para a realização de um cateter para quimioterapia... Às vezes, a gente dá alta para casa, porque é melhor falecer lá do que no hospital. Isso é muito ruim... Não ter mais opção terapêutica, só palição.</i>
	Óbito é mais difícil	<i>Óbito é mais difícil, principalmente para o paciente que não é paliativo exclusivo. Às vezes, o paciente vai morrer por tal coisa e você não teve tempo hábil de ter seu raciocínio clínico para tentar salvá-lo. Isso acontece e não é erro ou iatrogenia, às vezes, o paciente já chega praticamente morto. Isso é difícil e traz uma certa frustração para a gente. Querendo ou não, a gente é ser humano e vai carregar aquilo... Às vezes, de uma forma boa pensando "Eu poderia ter feito algo mais rápido ou pensado em algo mais rápido"... Ou, na forma ruim da coisa, quando você fica ali, tendo esse tipo de pensamento e gerando até uma certa ansiedade.</i>

Independente da escolha feita pelo pesquisador sobre a forma de apresentação dos resultados, deve-se respeitar a vinculação direta das Ideias Centrais (IC) com seu respectivo Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Exemplos de Aplicações em Pesquisas

O DSC pode ser utilizado como método de pesquisa nas ciências sociais, como foco em conhecer e descrever as opiniões e representações da comunidade que está sendo analisada, possibilitando aos pesquisadores promover ações e programas educativos, avaliar serviços que estão sendo ofertados e realizar campanhas de saúde, por exemplo (Costa-Marinho, 2015). Ademais,

compreendemos sua importância para pesquisas no campo da saúde pois o processo saúde-doença está intimamente relacionado com aspectos sociais e culturais.

Melo (2021) realizou estudo sobre as percepções de representantes do movimento LGBTQI+ do Distrito Federal relativas aos serviços de saúde públicos locais. A autora identificou, nos discursos dos sujeitos coletivos, a ênfase dada pelos participantes ao que eles identificavam como necessidade de mudanças nas representações sociais sobre a população LGBTQI+ que permeiam a cultura brasileira. Como consequência, tem-se a avaliação dos serviços de saúde como pouco acolhedores às subjetividades e necessidades LGBTQI+, sendo estes locais palcos para várias discriminações, desde a porta de entrada das unidades de saúde até os consultórios. Os participantes apontaram para a formação profissional como contexto de desenvolvimento para tais mudanças, iniciando-se na graduação e desenvolvendo-se continuamente por todo o percurso profissional. O investimento em formação continuada aumentaria a qualidade dos serviços prestados, possibilitando aos trabalhadores da saúde espaços e ferramentas para contextualizar suas práticas profissionais (Melo, 2021).

O método do DSC mostrou-se interessante para a realização da pesquisa de Melo (2021), realizada com amostra heterogênea entre si, pois havia representantes das várias subjetividades LGBTQI+. Foi possível tecer avaliação aprofundada das experiências destas pessoas nos serviços de saúde, entendidas como demanda coletiva, preservando suas individualidades. Pode-se, também, atestar opressões praticadas contra grupos historicamente marginalizados socialmente (Melo, 2021).

Adverte-se quanto ao uso do DSC, sob o risco de homogeneizar demandas que precisam ser vistas de forma singularizada, por isso o cuidado de realizar uma análise criteriosa das expressões-chave. A população trans, por exemplo, lida com dificuldades específicas não acolhidas pelo SUS (Melo, 2021). Sobre o assunto, Gaspodini e de Jesus (2020) sugerem o olhar contextualizado a estas pessoas, considerando variáveis sociais tais como renda, moradia e educação, com o intuito de conhecer as estratégias de bem-estar empenhadas por travestis, por exemplo.

Dentro do campo da educação e formação em saúde, o DSC foi aplicado por Silva-Xavier (2020) com o objetivo de compreender como ocorre o processo de preparação de médicos residentes para comunicar notícias difíceis em um hospital universitário, portanto tratando-se de um estudo descritivo-exploratório. Os participantes foram *staffs* e residentes (R1, R2 ou R3) de quatro programas de residência médica (Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Clínica Médica e Cirurgia Geral) em momentos distintos da profissão.

Quanto aos aspectos desfavoráveis para o ensino de notícias difíceis identificados por Silva-Xavier (2020), os R1 trouxeram como IC a falta de suporte emocional e o DSC formulado foi “*Não temos suporte emocional algum, de psicólogo nenhum. O máximo que eu faço é conversar com os outros residentes no corredor. Só isso*”. Os R2 e R3 também sinalizaram como IC a inexistência de suporte emocional, sendo o DSC deles:

De forma geral, não existe suporte emocional, não tem um espaço para isso com uma psicóloga, não tem algo institucionalizado de apoio psicológico. Recentemente, com alguns casos de colegas residentes que se suicidaram, parece que a instituição começou a tentar buscar alternativas e disponibilizar esse apoio psicológico para os residentes que quisessem procurar, mas não sei a que fim levou exatamente isso, nem sei se realmente chegou a acontecer. No máximo, a gente conversa entre si ou com algum colega de residência que está rodando junto e que é da mesma especialidade.

Já os *staffs* indicaram como IC o mal-estar sentido nas comunicações de notícias difíceis e o DSC foi:

Quando a pessoa chega com toda a esperança de que você vai dar uma solução para ela e você não tem o que fazer, isso traz uma angústia extrema para a gente, uma exaustão, ansiedade, cansaço, uma certa tristeza, dá vontade de chorar. Aquelas situações que acabam com o seu dia e, às vezes, você chega em casa meio mal. Mas a gente tem que ver também que não tem o que fazer. Somos humanos, não somos deuses, a gente não faz milagres. A gente fica ‘Por que o diagnóstico não foi feito antes?’, mas você tem que entender que, às vezes, não é culpa sua.

Quanto aos aspectos facilitadores para o ensino de notícias difíceis levantados por Silva-Xavier (2020), os R1 trouxeram a questão do apoio psicológico como IC e o DSC foi:

Depois de várias reuniões que a gente teve, a instituição colocou uma psicóloga, mas a gente não tem muito tempo, no final das contas. Acho que uma coisa que não fosse uma terapia pessoal, mas de tempos em tempos, vir uma psicóloga aqui para conversar com os residentes sobre as demandas e o que está ficando difícil. Porque eu espontaneamente não tenho nem tempo de ir lá procurar a psicóloga. São tantas coisas para fazer que na hora que eu tenho tempo livre, eu vou descansar.

Os R2 indicaram como IC os grupos mensais de conversa, de apoio e discussão, e o DSC foi:

Seria útil ter grupos mensais de conversa, de apoio e discussão para a gente conseguir discutir não só os casos, mas a nossa reação e dividir com os outros. Ter uma pessoa responsável justamente para a gente poder debater, discutir essa comunicação, definir estratégias emocionais para lidar com isso, seria importante, além de ver os professores fazendo e depois começar a fazer. Porque dividindo experiências, a gente consegue adquirir e incorporar uma experiência de outra pessoa. Às vezes, isso ajuda até no nosso controle emocional.

Já os *staffs* trouxeram a aula com as psicólogas como IC e o DSC: “A residência precisa de aula com as psicólogas para elas explicarem porque cada paciente é de um jeito, elas têm mais vivência com isso e conseguem ver isso na prática. Então, se elas dessem uma parte teórica seria importante também”.

A partir dos resultados, Silva-Xavier (2020) discutiu a crença da neutralidade na relação terapêutica e a aridez na formação quanto às questões subjetivas, as quais podem dificultar o pedido de ajuda por quem vivencia um sofrimento emocional associado ao trabalho em saúde. Os resultados encontrados apontaram também para a importância da abordagem psicológica em caráter de matriciamento (rodas de conversa, discussões em grupos e práticas de simulação) realizada por profissionais com experiência nos assuntos matriciais. No mais, esse estudo salientou a necessidade da educação interprofissional em saúde, fundamentada na Política Nacional de Educação Permanente, a PNEPS (Brasil, 2018), a fim de contribuir para a abordagem prática desse processo comunicacional tão essencial e presente na rotina dos profissionais médicos. Assim como Melo (2021), o grupo de entrevistados por Silva-Xavier (2020) foi constituído por uma heterogeneidade representada pelos diferentes momentos de formação dos profissionais, sendo possível apreender suas diferentes formas de vivenciar e compreender suas formações e os aspectos comunicacionais presentes em seus cotidianos de serviço.

Trazendo contribuições também na área de educação e saúde, Wohlgemuth (2020) realizou um estudo sobre os fatores de risco e proteção para infecção pelo HIV na perspectiva de estudantes universitários. A pesquisadora optou pela utilização do método de análise do discurso do sujeito coletivo, tendo em vista que o discurso da coletividade pode reproduzir o expresso individualmente pelos participantes. Essa pesquisa teve caráter qualitativo, que, de acordo com Terence e Filho (2006), é utilizada para interpretar fenômenos segundo a perspectiva dos participantes, além de buscar conhecer um dado grupo ou indivíduos em profundidade, sendo os significados mais importantes do que a representação numérica de dados.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem um papel de organizador, não a mera masterização mecânica ou automática do pensamento coletivo,

mas sim de produzir o sujeito social ou coletivo do discurso. O material produzido, representado pela expressão verbal dos estudantes, apresentou a ideia e o sentido do depoimento transcrito de cada manifestação sobre o tema proposto, refletindo sobre as possibilidades de expressar empiricamente a opinião ou o pensamento da população estudada (Wohlgemuth, 2020). Esse fato indica que, por meio do método do DSC, foi possível compreender a percepção dos estudantes em relação aos fatores de proteção e de risco de infecção pelo vírus HIV.

Nesse estudo (Wohlgemuth, 2020), o método do DSC proporcionou a elaboração de discursos que apresentaram a necessidade de haver ações de saúde constantes e que abrange todas as formas possíveis de realizar comunicação com a comunidade estudantil. Ademais, ele se mostrou um método relevante porque permitiu delinear, por meio da reunião de aspectos da fala de cada um, a realidade dos jovens, suas percepções e visões sobre o HIV/aids, bem como os contextos psicossociais que os envolvem, de maneira mais aprofundada, tanto no que se refere quanto aos fatores de proteção quanto aos de risco, demonstrando ao final, o conhecimento deles sobre o tema trabalhado, de maneira abrangente. Desse modo, trouxe à tona a representatividade desse grupo específico, os jovens universitários, que pertencem a uma faixa etária com vulnerabilidades acrescidas à infecção pelo vírus HIV no Brasil atualmente.

Considerações Finais

As representações sociais são vias de internalização do pensamento coletivo, mediadoras dos contatos feitos por pessoas e todo o mundo ao redor delas, criadas em dinâmicas de cooperação, inclusive a partir de outras representações, e, quando robustas o suficiente, passam a transitar de forma aparentemente independente. Dessa forma, entender uma representação social demanda dos pesquisadores compreender seus antecedentes sócio-históricos, somando à pesquisa investigação aprofundada sobre representações antecessoras, pois “quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna” (pp. 41–42), dificultando-se o aumento da consciência sobre ela e seus impactos sociais (Bertoni & Galinkin, 2017; Moscovici, 2003).

Diante do exposto, a proposta de pesquisa do DSC auxilia, inclusive, nos estudos sobre como se desenvolvem os processos de compreensão humana, já que, a partir deste enquadre epistemológico, entende-se que estes dão-se a partir da comunicação social. Os desafios encarados por grupos de pessoas decorrem das construções comunicacionais estabelecidas por elas mesmas.

Dessa forma, a metodologia do DSC permite expor pensamentos, crenças e valores em escala coletiva.

O DSC é o resultado das ECH presentes nos depoimentos que têm IC e AC de sentido semelhante ou complementar. A utilização desse método sistemático de tratamento e análise dos dados busca permitir uma maior confiabilidade no processo interpretativos dos dados de uma pesquisa qualitativa e contribui com a construção de discursos que representam as vozes do grupo de indivíduo que está sendo estudado, demonstrando grande relevância para as pesquisas na Psicologia e em áreas das ciências humanas e sociais que podem contribuir fortemente para fomento de políticas públicas em saúde mais comprometidas com o ideário do Sistema Único de Saúde (SUS) promovendo e garantindo a equidade, a integralidade e universalidade na atenção em saúde.

REFERÊNCIAS

Bertoni, L., & Galinkin, A. (2017). Teoria e métodos em representações sociais. In L. Mororó, M. Couto, & R. Assis (Eds.), *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* (pp. 101–122). Editus.

Brasil (2018). *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS): O que se tem produzido para o seu fortalecimento?* (1ª ed. rev.). Ministério da Saúde. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf

Caetano, D., Mendonça, V., Barbosa, A., Martins, S., & Lopes, K. (2007, outubro 31–novembro 3). *Representações sociais em saúde: A divergência na realidade* [Anais]. In XIV Encontro Nacional da ABRAPSO – trabalhos completos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Carroll, L. (2007). *Alice no país das maravilhas*. Martin Claret.

Costa, E. M., & Tuleski, S. C. (2017). Epistemologia pós-moderna e sua leitura de Vigotski. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(2), 158–167. <https://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i2.16811>

Costa-Marinho, M. L. (2015). O discurso do sujeito coletivo: Uma abordagem quali-quantitativa para a pesquisa social. *Trabajo Social Global*, 5(8), 90–115. <https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v5i8.3093>

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativo e misto* (3ª ed). Artmed.

Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens* (3ª ed). Artmed.

Daveen, G. (2003). Introdução. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 7–29). Vozes.

Duarte, S. J. H., Mamede, M. V., & Andrade, S. M. O. (2009). Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. *Saúde e Sociedade [online]*, 18(4), 620–626. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400006>.

Figueiredo, M. Z. A., Chiari, B. M., & Goulart, B. N. G. de (2013). Discurso do sujeito coletivo: Uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. *Distúrbios da Comunicação*, 25(1), 129–136.

Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Artmed.

Gaskell, G. (2000). Entrevistas individuais e grupais. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 64–89). Editora Vozes.

Gaspodini, I., & de Jesus, J. (2020). Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, 1(2), 33–51. <https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1371>

Gomes, A., Oliveira, D., & Sá, C. (2011). O Sistema Único de Saúde na representação social de usuários: Uma análise de sua estrutura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(4), 631–638. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000400002>

Lefèvre, A. M. C., Crestana, M. F., & Cornetta, V. K. (2003). A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU”, São Paulo-2002. *Saúde e Sociedade*, 12, 68–75. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000200007>

Lefèvre, F. (2017). *Discurso do sujeito coletivo: Nossos modos de pensar, nosso eu coletivo*. Andreoli.

Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2003). *O discurso do sujeito coletivo: Um novo enfoque em pesquisa qualitativa*. Educus.

Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2005). *Depoimentos e discursos*. Liberlivro.

Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2010). *Pesquisa de representação social*. Liberlivro.

Loyola, M. A. (2013). Representações sociais e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(8), 2176. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800001>

Melo, I. (2021). *A saúde vista pelas cores do arco-íris: Experiências de representantes do movimento LGBTQI+ no Distrito Federal* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

Minayo, M. (2009). Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In M. Minayo, S. Deslandes, & R. Gomes (Eds.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 61–77). Editora Vozes.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Zahar.

Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 29–111). Vozes.

Oliveira, M. S. S. (2004). Representações sociais e sociedades: A contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 180–186. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>

Patriota, L. M. (2007). Teoria das representações sociais: Contribuições para a apreensão da realidade. *Serviço Social em Revista*, 10(1). https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm

Polejack, L. (2007). *Compartilhando olhares, diálogos e caminhos: Aderção ao tratamento anti-retroviral e qualidade de vida em pessoas vivendo com HIV/AIDS em Maputo, Moçambique* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].

Rocha, L. F. (2014). Teoria das representações sociais: A ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 46–65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>

Scliar, M. (2007). História do conceito de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 29–41. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>

Shimizu, H., Silva, J., Moura, L., Bermúdez, X., & Odeh, M. (2015). A estrutura das representações sociais sobre saúde e doença entre membros de movimentos sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2899–2910. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.20592014>

Silva-Xavier, E. A. (2020). *Comunicação de notícias difíceis em um hospital universitário: Análise de processo de capacitação de médicos residentes*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].

Taquette, S. R., & Minayo, M. C. S. (2015). Ensino-aprendizagem da metodologia de pesquisa qualitativa em medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 39(1), 60–67. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e02112014>

Terence, A. C. F., & Filho, E. (2006, outubro 9–11). *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa ação nos estudos organizacionais* [Anais]. In Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XXVI ENEGEP, Fortaleza, CE, Brasil. http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf

Vigorena, D. L., & Battisti, P. S. (2011). Procedimentos de coleta de dados em trabalhos de conclusão do curso de Secretariado Executivo da Unioeste/PR. *Secretariado Executivo em Revist@*, 7, 95–111. <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/2329>

Villas Bôas, L. P. S. (2004). Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: Diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. *Psicologia da Educação*, 19, 143–166. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200008

Wohlgemuth, C. L. M. (2020). *Fatores de risco e proteção para infecção pelo HIV na perspectiva de estudantes universitários* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].

CAPÍTULO 5

OBSERVAÇÃO DA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ: método Bick e sua contribuição para a pesquisa em Psicanálise

Andréa Leão Leonardo-Pereira de Freitas

Eliana Rigotto Lazzarini

Renata Alves Monteiro

Este capítulo tem como objetivo discutir a possibilidade da aplicação do método Bick (1964), utilizado para a observação da relação mãe-bebê como método observacional psicanalítico aplicado à pesquisa no campo da clínica. Abordaremos, primeiramente, seus princípios epistemológicos e procedimentos metodológicos, resgatando os conceitos da clínica psicanalítica essenciais para a compreensão do método proposto, tais como *setting*, atenção flutuante, transferência e contratransferência. Posteriormente, apresentamos algumas possibilidades da aplicação do método Bick em diferentes contextos, bem como os possíveis benefícios terapêuticos oferecidos aos participantes na pesquisa.

Freud, ao propor a Psicanálise, assume um compromisso com uma proposta terapêutica para a clínica das neuroses, bem como com sua construção teórica e de pesquisa de seu objeto – o inconsciente (Freud, 1912/2010). A pesquisa psicanalítica se desenvolveu ao longo da história da Psicanálise, sendo caro, para diversos autores, o tema dos primórdios da constituição psíquica.

Para Esther Bick não foi diferente. Analista britânica, nascida em 1902 e contemporânea de Winnicott, se interessou pelo estudo da constituição psíquica infantil e desenvolveu um método psicanalítico de observação de bebês, que oferece uma possibilidade de observar as primeiríssimas interações do bebê com sua mãe, em seu ambiente natural – a família – desde o nascimento até os dois anos de idade.

O *infant observation* ou método Bick foi criado em 1948, na clínica Tavistock, em Londres (Bick, 1964). No Brasil, é conhecido como “observação da relação mãe-bebê”, considerando o caráter relacional do fenômeno observado (Oliveira-Menegotto et al., 2006). Esse método permite compreender as primeiras experiências e interações infantis, por meio do comportamento não verbal e do brincar da criança, bem como a conduta do bebê. Além disso, constitui um instrumento de formação do analista e pesquisador clínico para

lidar com as próprias ansiedades desencadeadas pelo trabalho com o emocional primitivo (Caron & Lopes, 2014).

Apesar de inicialmente ter sido criado para auxiliar na formação de psicoterapeutas infantis e ser aplicado na clínica contemporânea desde a avaliação a terapêutica (Sampaio et al., 2019), o método Bick tem sido aplicado na pesquisa psicanalítica devido ao seu potencial de gerar novos conhecimentos e referenciais teóricos sobre o desenvolvimento infantil, a relação do bebê e seus cuidadores e o ambiente familiar, dialogando com os campos da psicologia do desenvolvimento e da psicanálise (Costa, 2017; Lopes et al., 2007; Oliveira-Menegotto et al., 2006).

A idealizadora do método desenvolveu a teoria sobre a função primordial da pele no bebê, defendendo o desenvolvimento de uma “segunda pele” em situações psicopatológicas (Bick, 1968). No caso de haver falhas na adequação do aparelho psíquico da mãe, que cumpre a função de pele continente, angústias de tipo catastrófico, ligadas a não integração do *self* poderiam ser provocadas (Lourenço, 2005). Segundo a psicanalista Symington (1997), Bick experimentou essa sensação de perda de continência, quando era criança, devido ao nascimento de um bebê na família. Começou a sofrer de incontinência, quando já possuía o controle da bexiga e sentia “um enorme buraco, pelo qual tudo se esparramava” (p. 16). Utilizou essa situação pessoal para compreender os bebês. Em uma clínica em Manchester, durante a guerra, observou que as crianças eram angustiadas e agitadas. Propôs que elas enchessem e esvaziassem latas de conserva com pequenas pedrinhas e outros objetos, e percebeu que houve uma mudança de comportamento nas crianças, com a criação de uma situação de continência.

As reflexões teóricas apresentadas neste trabalho além de terem como base os pensamentos de autores clássicos da psicanálise como Freud, Bion, Winnicott e Bick, terão como base estudos de autores contemporâneos como Lopes et al. (2007). Segundo a revisão sistemática da produção científica brasileira sobre as aplicações do método Bick de observação, tais autoras estão dentre aquelas com o maior número de publicações científicas no Brasil sobre o referido método (Sampaio et al., 2019).

Método Bick: Princípios Epistemológicos, Procedimentos Metodológicos e Conceitos Essenciais

Como o objetivo desse capítulo é apresentar as especificidades de um método observacional de pesquisa em psicanálise, faz-se necessário destacar inicialmente a distinção epistemológica entre a observação neste contexto e aquela que ocorre em ambiente experimental ou em estudos epidemiológicos. Os princípios epistemológicos que sustentam a prática psicanalítica servem

de base teórica e metodológica para a observação na clínica e na pesquisa, tais como a associação livre, *setting*, transferência e as condições de escuta (Coelho & Cunha, 2021).

Segundo Houzel (1997a), não se trata de estabelecer uma hierarquia entre essas diferentes formas de observação, apenas distingui-las. A observação experimental tem como objetivo colocar em análise um fenômeno previsto por uma hipótese teórica que serve de referência ao estudo. Procura-se estabelecer uma relação de causa e efeito entre o fenômeno observado e as variáveis controladas no contexto experimental, tendo a preocupação da mensuração quantitativa para a comprovação da significância das relações testadas (Cozby, 2003). Algumas condições que parecem não interferir no fenômeno observado são negligenciadas, como os estados psíquicos internos do sujeito observado, bem como os do observador.

Já na pesquisa psicanalítica, na qual o método Bick está inserido, o impacto emocional da experiência de observação possui grande valor para a compreensão da situação analisada (Houzel, 1997b). A afetação do observador é um aspecto central do método, uma vez que a sua mera presença produz efeitos no campo observacional (Camarotti & Sampaio, 2017). Além disso, embora reconheça-se que o observador tem concepções e expectativas acerca da realidade observada, não há a intencionalidade de se comprovar uma hipótese teórica formulada *a priori*, ou seja, a observação não pode ser substituída por teorias e conceitos.

O método parte da premissa do não saber, sendo fundamental que o observador, deixe-se impregnar pela realidade a ele apresentada, sendo capaz de tolerar o desconhecido e a não compreensão (Oliveira-Menegotto et al., 2006). Segundo Bick (1964), o que irá sustentar a descoberta são as sucessivas observações de situações semelhantes, que permitirão o delineamento de padrões de conduta, ou invariâncias.

Outra diferença significativa é que a observação psicanalítica permite o aprofundamento qualitativo do fenômeno observado, sem propor avaliações comparativas. Para Silva (2013), como a Psicanálise leva em consideração o inconsciente, propõe a investigação de verdades contextuais, relativas e individualizadas. Portanto, a verdade é sempre relativa ao processo que a produziu e este processo é irreproduzível e singular (Figueiredo & Minerbo, 2006).

O procedimento metodológico proposto pelo método Bick pressupõe três tempos: a observação, o relato ou escrita da observação e a supervisão em grupo. O primeiro consiste na observação da relação mãe-bebê ancorada em um *setting* demarcado, ou seja, as observações são realizadas no mesmo local e na mesma hora da semana. À princípio, o método foi pensado para observar o desenvolvimento de bebês, desde o nascimento até o segundo ano de vida, em seu ambiente doméstico e como as relações familiares se

desenvolvem (Bick, 1964). Tradicionalmente o método Bick “é desenvolvido no lar de uma família comum (*‘ordinary’*), cujo bebê não apresenta problemas clínicos, com pais podendo desenvolver uma “parentalidade suficientemente boa” (Camarotti & Sampaio, 2017, p. 221).

Além do método Bick ser realizado no *setting* clássico de observação, ou seja, no ambiente familiar, ele também pode ser aplicado em outros contextos no qual esta relação se desenvolva. Vale ressaltar a importância do estabelecimento e da manutenção do *setting*, no qual se ancora a observação da emergência do psiquismo infantil em interação com seus cuidadores. Segundo Caron e Lopes (2014),

Este mostra o estreito vínculo com a psicanálise, ou seja, mesma frequência e tempo de duração das sessões, no mesmo lugar, atenção aos mínimos detalhes e ao todo, observação do contexto, tipo de contrato de trabalho, supervisão continuada – de preferência com analista experiente – compreensão dos conflitos e sentimentos com seus dinamismos (p. 18).

Por sua vez, o método resgata o sentido metapsicológico polissêmico do *setting*, no qual o enquadre vai muito além do nível manifesto (tempo, espaço e frequência) (Lisondo, 2019). Adaptações no *setting* clássico podem ser necessárias a depender da pergunta de pesquisa, como a mudança no local, na frequência e duração das observações. Em pesquisas realizadas em hospitais, por exemplo, é comum que o número de observações seja maior do que de uma visita semanal como preconizado no modelo clássico, uma vez que o tempo de internação, e consequentemente, de observação não corresponde a um período muito longo, bem como pode haver necessidade de adaptação da pesquisa à rotina hospitalar.

No primeiro tempo de observação, é importante que o observador mantenha uma atitude não intrusiva para não interferir na escuta baseada na atenção flutuante. Assim como no contexto analítico, o observador não realiza anotações durante as observações, nem trabalha com hipóteses ou categorias *a priori*. No método psicanalítico não se busca a comprovação de uma ideia, mas a partir de elementos observados ao longo da experiência, constrói-se o que França e Grunspun (2019), chamam de “conjecturas psicanalíticas” (p.165), que poderão ou não ser confirmadas. Lisondo (2019) nos alerta sobre os perigos das predeterminações, das posições rígidas, dogmáticas, unívocas e das certezas que colocam limites aos princípios psicanalíticos.

Como se destaca, o conceito de atenção flutuante é fundamental para a observação segundo o método Bick. Bevidas (2014) afirma que:

[...] a atenção flutuante não permite *deduções* sistematizantes, nem *indução*s fortemente coercitivas. Exige, ao invés conjecturas hipotéticas numerosas, um tanto vagas, certamente frágeis. E tal fragilidade, longe de apontar qualquer defeito de método, indica antes sua virtude: a de não se deixar aprisionar por qualquer “verdade” egóica, do ego do analista, mesmo se atento e precavido (p. 165).

No texto *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*, a primeira tarefa que Freud (1912/2010) recomenda ao analista é a de que ele não anote nada e ofereça a tudo que ouve a mesma “atenção flutuante” (p. 149). Esta expressão refere-se à regra de manter longe da observação do analista toda a influência consciente, entregando-se à sua “memória inconsciente” (p. 150). Nas palavras do autor, o analista deve “escutar e não se preocupar em notar alguma coisa” (p. 150), pois, caso contrário, corre-se o risco de falsear o que é possível perceber, fixando-se em alguns pontos, em detrimento de outros. Esta seleção do que é dito é prejudicial nessa etapa do trabalho, sendo recomendada por Freud apenas na interpretação do material. Assim como Freud, Bick (1964), destacou a importância de o observador não fazer anotações, para evitar que a atenção flutuante sofra interferências, e ele possa responder mais facilmente às demandas emocionais da mãe.

Outros conceitos relevantes para o método são o da transferência e da contratransferência (Costa, 2017). Enquanto o primeiro refere-se a uma repetição e reatualização de protótipos de relacionamentos infantis na figura do observador, o segundo diz respeito aos conflitos inconscientes que podem surgir na relação do observador com os pais do bebê e que tornam difícil a contenção. Neste sentido, por meio das supervisões, o observador poderá reconhecer e conter os sentimentos contratransferenciais (Lisondo et al., 2012). Segundo Caron e Lopes (2014) um dos desafios nesta etapa de observação, é a grande mobilização interna suscitada pela experiência da dupla mãe-bebê:

O observador é arremessado para um mundo de sensações, emoções e ansiedades primitivas que o atingem de diferentes graus e maneiras, conforme sua estrutura pessoal. Por sua postura não intervencionista, encontra-se numa posição privilegiada para captar as comunicações não verbais da mãe e do bebê, por intermédio de seu próprio corpo e de sua mente. O observador entra em contato com estados primitivos de desamparo, solidão, dependência, usualmente vivenciados como alheios ou estranhos (p. 19).

A função do observador é a de observar a interação familiar e, concomitantemente, observar os seus próprios sentimentos. De acordo com Lopes et al. (2007), ele “adquire uma visão binocular: observa o que se passa no exterior e se observa desde o interior” (p. 75). E o maior risco que o observador corre,

segundo os autores, é o de se impermeabilizar na tentativa de se proteger dos sentimentos despertados na observação, por meio de reações fóbicas ou paranoides.

É a partir do inconsciente do observador que um sentido será dado ao que se observa na interação mãe-bebê (Costa, 2017). No método Bick, o observador é convidado a despir-se de suas teorias e interpretações e somente observar, assim como recomendava Freud (1914/1969) “aprendi a controlar as tendências especulativas e a seguir o conselho não esquecido de meu mestre, Charcot: olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas” (p. 13). Segundo Lisondo (2019), as teorias guiam e saturam a observação e são más companheiras quando clamam por comprovação. Conforme as palavras da autora:

A teoria pode ser usada como um refúgio defensivo para evitar o verdadeiro encontro com o fogo explosivo do objeto analítico. Quando usada como uma ideologia, às vezes perto do fanatismo, forma, na mente do analista, uma esclerose que torna impossível a pesquisa e a descoberta do novo no paciente e no candidato (p. 53).

O observador é chamado a viver uma experiência junto com a mãe e o bebê como um observador participante e, portanto, privilegiado, interferindo o mínimo possível para captar o inesperado (Bick, 1964; Caron & Lopes, 2014; Lopes et al., 2007). De acordo com Houzel (1997a), para que o observador possa captar aquilo que lhe é comunicado, ele deve criar em si um espaço psíquico livre de *a priori*, despojando-se de preconceitos teóricos e pré-julgamentos morais.

O método Bick convoca o observador a olhar os detalhes, as trocas, os gestos, as sensações dos encontros e desencontros da dupla mãe-bebê, sem que haja aconselhamentos, interpretações e interferências (Lopes et al., 2007). Para Lisondo (2019), tal postura analítica “encoraja a receptividade emocional, a continência e a empatia” (p. 43).

Segundo Mélega e Tupinambá (2008), no contexto de observação, o observador não assume papéis sociais, como o de amigo, mãe, médico, etc, e isso deve ser explicado logo de início para a família observada. As autoras afirmam que:

Observador não dá conselhos, não é autoridade. Nem mesmo sabe o que fazer muitas vezes. Além disso, ele quer ver como a mãe “vai fazer” com o bebê. Se o observador não abandona uma postura de que sabe mais do que a mãe ou entende mais de bebês, fica condenado a dar conselho ou a manter sua postura rígida evitando a todo custo conversar com a mãe (p. 50).

De acordo com Lisondo (2019), “o observador psicanalítico é convocado a exercer a regra da abstinência no fogo das paixões” (p. 43). Ele deve ser discreto, atento, receptivo, delicado e não crítico, para que depois ele relate as suas observações detalhadamente, que é o próximo tempo do método (Camarotti & Sampaio, 2017; Lopes et al., 2007; Mélega, 2008; Oliveira-Menegotto et al., 2006). Mélega (2008) assinala que a atitude de comparar a relação observada com um modelo ideal na relação mãe-bebê, pode dificultar a manutenção de um estado de mente favorável para que o observador possa apresentar tais características. A autora relata que, em sua experiência, tem encontrado nos observadores uma postura hostil em relação à mãe, e tal atitude parece ter como origem o uso, por parte do observador, de um modelo idealizado mãe-bebê, mediante a situação observada. “E isto leva o observador tanto a querer ‘melhorar’ o desempenho materno como a *identificar-se* com os aspectos de descontentamento do B, ambas situações que podem fazê-lo desempenhar papéis inadequados à função que se propôs ter” (Mélega, 2008, p. 44). Neste sentido, Houzel (1997b) afirma que, para praticar o método Bick, é preciso que o observador renuncie as suas fantasias de genitor ideal e faça o luto de suas identificações com pais idealizados.

Assim como a mãe possui a capacidade de *rêverie*, mencionada por Bion (1962), isto é, é capaz de acolher as identificações projeções do bebê, sejam elas boas ou más, o observador deve arcar com as identificações projetivas da mãe sem atuá-las, reconhecendo os aspectos latentes de suas atitudes. Mélega e Tupinambá (2008) afirmam que o observador pode, por exemplo, se sentir invadido por emoções despertadas pela mãe, como hostilidade, dificultando a manutenção de um estado de mente no qual ele possa observar sem críticas nem desejos de mudança. Mélega (2008) relata que “a maior dificuldade é de estar no campo emocional onde se dá a relação M-B, mas sozinho, tendo que contar consigo mesmo, com sua própria mente, capaz de ser continente das emoções despertadas pela dupla” (p.40). Segundo a autora, caso esse estado de mente não possa ser atingido, é provável que o observador atue com seus aspectos infantis, fazendo dupla ou com a mãe ou com o bebê, deixando de observar a relação da díade.

O observador precisa permanecer só. Ele é o terceiro quando observa a dupla. Estar só – estado de mente favorável à observação da relação mãe-bebê, é difícil de ser alcançado... A tendência é de observar a mãe, ou observar o bebê... Portanto formando dupla com um, e deixando o outro de ‘fora’. Mas quem tem que ‘ficar de fora’ é o observador, para olhar a dupla mãe-bebê. Espera-se que o observador vá sendo capaz de conter suas próprias emoções despertadas pela observação, e que se sinta responsável por elas, pensando a respeito (Mélega & Tupinambá, 2008, p. 51).

O tempo seguinte é o do relato escrito ou escrita da observação. Ele permite uma distância temporal e espacial com o primeiro tempo (Lisondo, 2019). É importante para que o observador possa compartilhar posteriormente com o grupo de supervisão, por meio de uma linguagem simples, os detalhes de suas observações. Nesse momento, o observador não deve se concentrar em encontrar significados para a sua vivência, e sim relatar principalmente os afetos por ele experimentados, por meio de sensações corporais, sons, cheiros e imagens. Segundo Mélega (2008), “os relatos escritos são uma seleção do observador, mas que têm valor na medida em que são utilizados juntamente com o relato dos próprios sentimentos a cada visita e apresentados nos seminários” (p. 45).

O valor dado aos relatos de observação fortalece a importância da aplicação do método Bick no contexto de pesquisa em psicanálise. Para Lopes et al. (2007), “são descrições valiosas de sequências de comportamento do bebê, da mãe, do pai e da relação do bebê com seus familiares” (p. 85). Sendo assim, o estudo de caso, proveniente da observação em contexto de pesquisa, possui potencial de gerar novas ideias, reflexões e contribuir para a clínica psicanalítica.

Torna-se um desafio, no entanto, colocar em palavras as lembranças de intensas vivências que ficaram registradas na memória. Frente à impossibilidade de fazer anotações na frente do paciente, Freud (1905/2016) destaca a importância de escrever logo após a sessão, proporcionando um ponto de apoio seguro para as interpretações. Nesse tempo da escrita, há uma tendência de o observador, antes de apresentar o seu texto para o grupo de supervisão, tentar lapidá-lo, porém isso não é recomendado, uma vez que dificulta o acesso de seu conteúdo inconsciente.

Para Lisondo (2019), a experiência da escrita proveniente da observação proposta pelo método Bick é semelhante à escrita da sessão analítica, e a riqueza desse registro é que ele constitui uma narrativa elaborada pelo autor sobre a sua experiência no campo observacional da pesquisa. Portanto, consiste em uma criação, uma obra sempre imperfeita em sua essência, e nunca uma fotocópia exata daquilo que foi vivido.

Esse tempo, de escrita do observado, faz-se necessário não apenas para o observador relatar ao grupo de supervisão a sua experiência, mas evidencia um caráter evacuativo e criativo importante, “é como uma experiência de parto, de dar à luz. Produzir um relato traz alívio, funciona como descarga, põe fim à angústia de não saber, de ficar no caos para sempre” (Caron & Lopes, 2014, p. 22). No entanto, vale acrescentar que a psicanálise afirma ser impossível preencher a falta com o saber. Conforme Diniz (2018), “sempre haverá um resto como impossível de ser alcançado” (p. 126), e esse não saber,

esse resto, é primordial para o pesquisador, pois é ele que o move pela busca interminável do conhecimento.

No tempo da escrita, o observador deixa o seu lugar de receptor das projeções advindas da observação para ser um agente ativo, colocando-as para fora em seu relato, o qual se tornará o receptor dessas vivências. E no contexto da pesquisa clínica essa etapa é fundamental, apesar de todos os desafios e riscos que o observador corre ao expor, no registro de sua observação, sua implicação enquanto pesquisador (Sampaio et al., 2019).

Segundo Lisondo (2019), a escrita “é um antídoto para a possível contaminação da mente do observador, pelas fortes emoções vivenciadas durante a observação” (p. 41). Desse modo, a folha em branco ou a tela do computador se tornam continentes potenciais da experiência. Além disso, conforme a autora, por meio da narrativa escrita, novas ideias e conjecturas podem emergir, uma vez que esse tempo possibilita ao observador ordenar e dar inteligibilidade à experiência observada e vivenciada. Nos casos em que o observador não consegue escrever, isso pode indicar o uso excessivo de defesas que dificultam metabolizar e narrar aquilo que foi experienciado no campo observacional. Tal impedimento poderá ser apontado pelos membros da supervisão, para que o observador, em sua análise pessoal, possa entrar em contato com dimensões desconhecidas da sua mente, que estão desviando a sua capacidade de observação.

Freud (1912/2010), assim como Bick (1961/1990), ressaltam a importância da análise pessoal do analista. No contexto da pesquisa científica, que utiliza o método de observação psicanalítica, podemos pensar que a análise pessoal é fundamental para que o observador possa tomar conhecimento e lidar com as suas próprias resistências, que são capazes de introduzir na observação uma seleção ou distorção daquilo que está sendo observado. Para Lisondo (2019), a análise pessoal, durante a observação de bebês, pode configurar um trabalho promissor, na medida em que auxilia o observador a alcançar estados primitivos da mente. No caso dos observadores pesquisadores que são pais, a análise pessoal pode auxiliá-los a identificar e conter intensas emoções despertadas pela experiência da observação. A mobilização emocional pode evocar nos observadores uma revisão das suas funções parentais, reavivando emoções que dificultem o trabalho a partir da atenção flutuante.

O terceiro tempo do método Bick é marcado pela supervisão ou seminário. Ele tem como objetivo revelar o trabalho árduo e solitário do observador, auxiliando-o a aprofundar o conhecimento sobre a relação mãe-bebê, por meio da compreensão do material escrito. Lopes et al. (2007) afirmam que a supervisão irá ajudar o observador a colocar em palavras as “experiências cruas e concretas” (p. 84) vividas durante a observação, além de ser feito um trabalho de decodificação das comunicações primitivas do texto.

Bick (1964) afirma que na supervisão ou seminário muitos conflitos internos tanto por parte do observador como da família poderão ser decodificados. Apesar de tais conflitos possam ser trabalhados na análise pessoal do observador, a supervisão “pode pelo menos desvendar algumas projeções pessoais que estão a ocorrer e as quais intensificam os seus próprios conflitos internos” (p. 560). Segundo Caron e Lopes (2014), “este movimento ajuda o observador emergir, depois de ter submergido nas profundezas da observação. [...] A compreensão dos conteúdos deixa o observador novamente livre, “vazio”, e receptivo para voltar ao seu campo de observação” (p. 23). Esse processo permite que surja um novo sentido.

O trabalho do grupo na supervisão serve de continente para que o observador possa compartilhar a sua experiência emocional e permanecer em sua posição analítica, que consiste em manter a atenção flutuante em relação ao observado, sem dar conselhos, julgar, censurar ou opinar. Além disso, “é um espaço privilegiado e aberto para indagação, investigação, formulação de conjecturas, validação ou o abandono de tendências vislumbradas nas invariâncias” (Lisondo, 2019, p. 43).

Apesar de o método Bick preconizar os três tempos, vale notar que Caron et al. (2012) sugerem um quarto tempo, que, embora seja opcional, é de suma relevância para a pesquisa no campo da clínica: a publicação científica do material de observação. Ao mesmo tempo em que compartilhar fragmentos de lembranças de fortes sentimentos vividos no campo observacional pode trazer satisfação, devido ao caráter criativo inerente na construção do caso clínico, por outro lado, pode provocar muitas resistências, dificultando o registro e a tradução de tais emoções. Segundo as autoras, o grande desafio da escrita é a tradução de uma experiência baseada em sensações, com uma linguagem não verbal, para uma linguagem verbal.

No segundo tempo proposto pelo método Bick, o observador/pesquisador também se depara com o desafio de transmitir a sua experiência clínica de forma escrita para o grupo de supervisão, porém, neste quarto tempo, ele irá aprofundar alguns aspectos, dando contornos teóricos naquilo que ele considera mais relevante. O observador/pesquisador assumirá o compromisso de conduzir o leitor a experienciar parte das suas vivências emocionais, assim como compartilhar algumas considerações teórico-práticas.

Segundo Caron et al. (2012), o desafio na escrita do material para fins de publicação é encontrar o equilíbrio entre, por um lado, atender a necessidade acadêmica de ser objetivo e conclusivo, que coloca em risco a geração de novos questionamentos nos relatos clínicos, e, por outro lado, expor em detalhes uma experiência intensa, que pode tornar o material escrito tão subjetivo que o deixa interminável e incompreensível para um público maior.

O quarto tempo, portanto, consiste na construção pessoal do observador/pesquisador de um texto, com suas potencialidades e limitações. Tal tarefa desafia o autor a se expor e receber possíveis críticas dos seus pares/leitores. No entanto, apesar das dificuldades e desafios que este tempo impõe ao observador/pesquisador, ele é primordial para o avanço da teoria e da técnica psicanalítica.

Possibilidades de Aplicação do Método Bick em Diferentes Contextos

O método Bick pode ser aplicado em contextos institucionais de saúde e educação, como em hospitais e creches (Oliveira-Menegotto et al., 2006). O relevante trabalho de Druon (1997) no Instituto de Puericultura da Maternidade de *Cochin Port Royal*, em Paris, utiliza a observação psicanalítica com recém-nascidos prematuros em UTI neonatal.

A pesquisa de Cresti e Lapi (1997) no ambiente hospitalar, assim como a de Druon (1997), permitiu constatar que as observações possibilitaram à equipe tornar-se mais atenta aos aspectos mentais e relacionais de sua intervenção. Wirth (2000), desenvolveu um trabalho na UTI Neonatal no Hospital São Rafael, em Novo Hamburgo – RS, com a aplicação do método de observação de bebês, segundo o método Bick. O trabalho de Wirth baseou-se na proposta de Druon, cujo objetivo era ajudar na comunicação mãe-bebê, pais-equipe e equipe-bebê.

O estudo de Donelli (2005) também é um exemplo da aplicação do método Bick em instituição hospitalar, no acompanhamento de 112 parturientes na sala de parto e a equipe de assistência (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, estagiários e pessoal de apoio), durante o período de dezoito meses, em um centro de obstetrícia. O uso do método Bick permitiu desvelar a vivência feminina do parto, bem como contribuiu para a reflexão de questões relacionadas à assistência prestada em um momento de intensa mobilização psíquica.

Por outro lado, Jardim et al. (1997) apresentam a experiência do emprego do método Bick em duas instituições: a creche e o setor de Psiquiatria Infantil. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar e prioriza o cuidado precoce da criança pequena e o apoio da função parental. Tal proposta mostra a utilização da observação como meio terapêutico dentro da creche. Lejderman e Kompinsky (2000) relatam a aplicação do método Bick em uma creche, que funciona em uma escola estadual de Porto Alegre e atende crianças de 4 meses aos 3 anos, filhos de professores, funcionários ou alunos da escola. A expectativa era que a presença do observador possibilitaria uma maior percepção da vida emocional da criança, permitindo que, caso alguma dificuldade da

relação do bebê com o seu meio fosse identificada, uma abordagem preventiva e terapêutica precoce pudesse ser oportunizada.

Além dos trabalhos desenvolvidos nas instituições de saúde e educação, o método Bick de observação da relação mãe-bebê também pode ser aplicado em outros contextos. Houzel (1997b) aplicou o método Bick de observação no tratamento de crianças pequenas que sofriam de transtornos graves do desenvolvimento psíquico, como autismo e psicose infantil. Na dissertação de mestrado de Santos (2017), o método Bick foi aplicado no contexto de cárcere, com três díades, cujos bebês nasceram na prisão feminina. O estudo longitudinal de observação psicanalítica, segundo o método Bick, de Caron e Lopes (2014), foi inspirado no trabalho precursor de Piontelli (1995), que teve início no período pré-natal. O objetivo do estudo era acompanhar o desenvolvimento do bebê e da relação mãe-bebê desde a décima segunda semana de gestação até os três anos de idade da criança. A observação dos bebês foi realizada em três momentos e contextos diferentes: na gestação, no parto e pós-parto imediato e no pós-nascimento (contexto familiar).

Funções Terapêuticas para os Participantes da Pesquisa Científica

Para Lisondo (2007), apesar de o modelo clássico do Método Bick pressupor um observador que não faça intervenções interpretativas, pelo fato de não ter como objetivo o aspecto terapêutico, a sua implicação pode alcançar tal finalidade. Segundo Camarotti e Sampaio (2017), apesar de o método Bick não ter sido criado com a intenção de se tornar um instrumento de intervenção preventiva e terapêutica, pôde-se notar que por meio da presença, do olhar e da escuta do observador, era possível oferecer aos pais um suporte psíquico, que trazia benefícios ao bebê.

A própria Bick (1964) admite que o método criado por ela traz benefícios para as mães e seus bebês. Conforme a autora, “muitas mães demonstraram explícita e implicitamente que estavam contentes de receber regularmente uma pessoa para poder falar sobre o bebê e seu desenvolvimento e sobre seus próprios sentimentos para com ele” (p. 559). Entretanto, ao contrário da clínica psicanalítica, cuja meta é terapêutica, na pesquisa observacional, o observador é chamado a renunciar ao *furor curandi* (Lisondo, 2007).

No que se refere à implicação do método Bick com as mães, o observador desempenha um papel de sustentação da relação do bebê com seus cuidadores, parecido com a função de *holding*, desempenhada pela mãe suficientemente boa em Winnicott (1960/1983). Segundo Oliveira-Menegotto et al. (2006), “a observação abre um espaço no qual a mãe tem a possibilidade de se aliviar e descarregar, já que conta com um observador empático e não intrusivo” (p. 82).

Semelhante à função de *holding*, Bion se refere à função continente exercida tanto pela mãe quanto pelo analista. No caso do método Bick, o observador desempenha uma função continente importante. Segundo Lopes et al. (2007), ele ajuda a conter as angústias da mãe, o seu desamparo, à medida que acompanha o processo de separação e vinculação mãe-bebê. A simples presença empática do observador, que olha sem julgar, parece exercer uma função tranquilizadora ou continente de angústias (p. 83).

Assim, por meio da empatia e da identificação, o observador como terceiro participante faz continência a desorganização familiar, podendo servir de matriz de apoio favorecendo a sua reorganização.

Retomando o efeito terapêutico que a observação pode causar na mãe, Mélega (2008) afirma que à medida que o observador psicanalítico possa ficar livre de estabelecer críticas ou interferências, e permanecer receptivo e atento à relação que está observando, verá muitas vezes que a M se sente agradecida por ter sido ouvida, pela atenção e interesse em ser visitada, ou por manter a presença contínua e discreta fazendo-lhe notar a importância da relação dela com seu B (p. 40).

Houzel (1997b) identificou quatro funções terapêuticas da aplicação desse método em relação aos pais do bebê: a primeira é a função de receptáculo do sofrimento parental. O observador que escuta as angústias e as dúvidas dos pais da criança, contém o sofrimento de quem fala. Para o autor, “um sofrimento expresso e compartilhado perde grande parte de sua toxicidade psíquica” (p. 202). Além disso, na falta desse terceiro para receber o sofrimento parental, é a criança quem poderá ocupar esse lugar, com todos os riscos que isso comporta para o seu desenvolvimento mental.

A segunda é a função de requalificação dos pais, que ocorre quando a mãe consegue recuperar a confiança em si mesma, sendo capaz de seguir a sua intuição para responder às necessidades e demandas do bebê. Isso ocorrerá dependendo do tipo de relação que será estabelecida com o observador, que deverá conter as projeções maternas endereçadas a ele. Caso ele se identifique com a instância desqualificante projetada, o observador irá agir inadequadamente, dando conselhos e opiniões sobre como a mãe deve agir com o filho. Neste sentido, Mélega (2008) enfatiza a importância de o observador permitir que a mãe se mantenha “sozinha” na sua função materna (p. 40), ou seja, deve garantir a privacidade e autonomia da mãe, por meio da sua postura de abstenção.

A terceira consiste na função de triagem das confusões de gerações. Houzel (1997b) chama de confusão de gerações quando um genitor se sente como uma criança em rivalidade com o filho. Nesse movimento regressivo, ele pode se identificar com as suas próprias partes infantis e entrar em rivalidade com o bebê, dificultando o relacionamento entre eles. Contudo, a função do

observador de receptáculo do sofrimento dos pais, permite que eles encontrem, no papel do observador, um continente psíquico que pode reduzir tal regressão parental, diminuindo o risco de confusão de gerações. Por fim, a quarta e última função a qual Houzel comenta é a identificação com a função observante, onde os pais desenvolvem a função de observadores e demonstram cada vez mais interesse pelo desenvolvimento da vida psíquica do filho.

Considerações Finais

A aplicação do método Bick, embora tenha sido utilizada em diversos contextos, como saúde, educação e atenção psicossocial, precisa ser mais bem divulgada no meio acadêmico (Lopes et al., 2007), principalmente no contexto da pesquisa (Sampaio et al., 2019). O pesquisador, por meio do estudo de caso e da observação, tem a possibilidade de aprofundar qualitativamente a compreensão da relação mãe-bebê e o seu entorno. Segundo Oliveira-Menegotto et al. (2006), o método Bick deixou de ser visto apenas como auxiliar na formação clínica de psicoterapeutas e psicanalistas infantis, passando a ser reconhecido também por seu potencial na pesquisa no campo da clínica.

Vimos a importância de o pesquisador estabelecer um *setting*, que não necessariamente corresponde ao *setting* clássico, proposto inicialmente para observação da relação mãe-bebê por Bick (1964). Além disso, pudemos notar que apesar de o método Bick não privilegiar o agir ou intervir terapêutico, busca a compreensão da situação observada, analisando os sentimentos contratransferenciais do observador. Essa análise da interação psicodinâmica do observador na situação de observação é, segundo Donelli e Lopes (2013) um dos grandes desafios do método Bick, uma vez que “a mobilização interna do pesquisador pode interferir negativamente com o curso do processo de observação, impedindo o acesso a dados relevantes em função das limitações do próprio observador/pesquisador” (p. 295). Por essa razão, ressaltamos o papel primordial da supervisão (terceiro tempo do método) e da análise pessoal do observador/pesquisador, durante a sua experiência no campo observacional (CO).

Apesar de o método não ter sido criado com o objetivo de produzir efeitos terapêuticos naqueles que estão sendo observados, a presença de um observador empático e não intrusivo possibilita o alívio de angústias e uma atmosfera de sustentação psíquica entre a mãe e o bebê, bem como “estimula a mãe a encontrar seu jeito próprio de entender e lidar com as necessidades do filho” (Camarotti & Sampaio, p. 221). Ademais, segundo diversos estudos (Druon, 1997; Lisondo et al., 2007; Lourenço, 2005), o método Bick possui potencial diagnóstico e preventivo, podendo ser interrompido, caso as observações de

invariâncias indiquem a hipótese de um diagnóstico de transtorno do desenvolvimento infantil.

Vale acrescentar a importância de o pesquisador respeitar os três tempos do método Bick (observação, escrita e supervisão). No primeiro tempo, ele deve basear a sua escuta na atenção flutuante, sem fazer anotações, preservando a sua postura analítica, ou seja, interferindo minimamente no contexto observado. No segundo tempo, relatar a situação com o máximo de detalhes, para que a narrativa possibilite a compreensão daquilo que foi experienciado no campo observacional, sem deixar de levar em consideração os próprios sentimentos detectados durante a observação. E no terceiro tempo, compartilhar com o supervisor e/ou grupo as dificuldades e deslizes na postura analítica, as dúvidas e incertezas levantadas a partir da interação com as famílias observadas, para que ele possa retornar ao campo observacional capaz de sustentar as transferências e projeções que lhes serão dirigidas.

Como o objetivo deste capítulo foi apresentar o método Bick, ressaltando a possibilidade da sua aplicação em pesquisas observacionais psicanalíticas, o respeito pelos três tempos metodológicos exigidos, bem como discutir os efeitos terapêuticos decorrentes do seu uso, não poderíamos deixar de destacar a importância de o observador/pesquisador publicar o material de observação, que consiste no quarto tempo proposto por Caron et al. (2012). Para as autoras, apesar de a experiência da escrita ser desafiadora, tanto no segundo quanto no quarto tempo do método Bick, a publicação do material de observação envolve um elemento de tradução de uma experiência íntima que deve ser ao mesmo tempo reconhecida como pessoal, mas validada como comunicável, auxiliando na formulação de novas ideias e de novos construtos teóricos.

Finalizamos com o convite para que os leitores/pesquisadores utilizem o método Bick em suas pesquisas acadêmicas e compartilhem a riqueza de suas experienciais emocionais primitivas decorrentes da observação da interação mãe-bebê e o seu ambiente.

REFERÊNCIAS

- Beividas, W. (2014). *Inconsciente e sentido: ensaios de interface entre psicanálise, linguística e semiótica* (2ª ed.). Annablume.
- Bick, E. (1964). Notes on infant observation in psychoanalytic training. *International Journal of Psychoanalysis*, 45, 558–566.
- Bick, E. (1968). The experience of the skin in early object relations. *International Journal of Psychoanalysis*, 49, 484–486.
- Bick, E. (1990). Análise de crianças hoje. In E. B. Spillius (Ed.), *Melanie Klein hoje: Desenvolvimento da teoria e da técnica. Volume 2: Artigos predominantemente técnicos* (pp. 186–195). Imago. (Trabalho original publicado em 1961)
- Bion, W. (1991). *O aprender com a experiência*. Imago. (Trabalho original publicado em 1962)
- Camarotti, M. C., & Sampaio, M. (2017). Observação Bick: Do setting clássico a uma observação terapêutica de um bebê de pais psicóticos. In E. Parlato-Oliveira & D. Cohen (Eds.), *O bebê e o outro: Seu entorno e suas interações* (pp. 219–231). Langage.
- Caron, N. A., & Lopes, R. C. S. (2014). *Aprendendo com as mães e os bebês sobre a natureza humana e a técnica analítica*. Dublinense.
- Caron, N. A., Lopes, R. C. S., Steibel, D., & Donelli, T. S. (2012). Writing as a challenge in the observer's journey through the Bick method of infant observation. *Infant Observation: International Journal of Infant Observation and Its Applications*, 15(3), 221–230. <https://doi.org/10.1080/13698036.2012.726519>
- Coelho, D., & Cunha, E. L. (2021). Quatro condições para a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 32, 1–9. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190162>
- Costa, M. V. (2017). As aplicações do método Esther Bick. In M. V. Costa (Ed.), *Método de observação de bebês modelo Esther Bick: O ensino da contratransferência para psicanalistas e psicólogos* (pp. 71–102). Juruá.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. Atlas.

Cresti, L., & Lapi, I. O esboço da relação mãe/bebê e a instituição hospitalar: Díade ou tríade? In M. B. Lacroix, & M. Monmayrant (Eds.), *Observação de bebês: Laços do encantamento* (pp. 149–162). Artes Médicas.

Diniz, M. (2018). O(a) pesquisador(a), o método clínico e sua utilização na pesquisa. In T. Ferreira, & A. Vorcaro (Eds.). *Pesquisa e psicanálise: Do campo à escrita* (pp. 111–128). Autêntica Editora.

Donelli, T. M. S. (2005). Descortinando a vivência emocional do parto através do método Bick. *Psico-USF*, 18(2), 289–298. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200012>

Donelli, T. M. S. (2005). *O parto e o tornar-se mãe: Aplicação do método Bick de observação da relação mãe-bebê* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Druon, C. (1997). Como o espírito vêm ao corpo das crianças em UTI neonatal. In M. B. Lacroix, & M. Monmayrant (Eds.), *Observação de bebês: Laços do encantamento* (pp. 139–147). Artes Médicas.

Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257–278. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&tlng=pt

França, N. R. A. F., & Grunspun, S. (2019). Observação de bebês (método Bick) como instrumento de formação. In N. R. A. F. França (Ed.), *Observação de bebês: Método e aplicações* (pp. 163–174). Blucher.

Freud, S. (1969). A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, pp. 12–82). Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1914)

Freud, S. (2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 10, pp. 147–162). Companhia das Letras. (Original publicado em 1912)

Freud, S. (2016). Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”, 1905 [1901]). In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 6, pp. 173–320). Companhia das Letras. (Original publicado em 1905).

Houzel, D. (1997a). Observação de bebês e psicanálise, ponto de vista epistemológico. In M. B. Lacroix & M. Monmayrant (Eds.), *Os laços do encantamento: A observação de bebês, segundo Esther Bick e suas aplicações* (pp. 87–94). Artes Médicas.

Houzel, D. (1997b). Uma aplicação terapêutica da observação dos lactentes. In M. B. Lacroix, & M. Monmayrant (Eds.), *Os laços do encantamento: A observação de bebês, segundo Esther Bick e suas aplicações* (pp. 193–207). Artes Médicas.

Lejderman, A. T., & Kompinsky, E. Caráter preventivo da aplicação da observação da relação mãe-bebê em uma creche. In A. Caron (Ed.), *A relação pais-bebê: Da observação à clínica* (pp. 268–290). Casa do Psicólogo.

Lisondo, A. B. D. (2007). O método de observação de bebês Esther Bick, a psicanálise de crianças e adolescentes: Ateliê privilegiado para a psicanálise contemporânea. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, 9(2), 321–340. <http://sbpdepa.org.br/site/wp-content/uploads/2017/03/O-M%C3%A9todo-de-Observa%C3%A7%C3%A3o-de-Beb%C3%AAs-Esther-Bick-a-Psican%C3%A1lise-de-Crian%C3%A7as-e.pdf>

Lisondo, A. B. D. (2019). A observação psicanalítica: Instrumento privilegiado na construção da identidade analítica. Os vértices de Bick, Bion e Meltzer. In N. R. A. F. França (Ed.), *Observação de bebês: Método e aplicações* (pp. 33–61). Blucher.

Lisondo, A. B. D., Spessoto, L. B., & Mattos, L. T. L. (2012). O método de observação de bebês de Esther Bick: Seu potencial diagnóstico e preventivo. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, 19(3), 543–563 <http://revista.sppa.org.br/index.php/RPdaSPPA/article/view/6>

Lopes, R. C. S., Vivian, A. G., Oliveira-Menegotto, L. M., Donelli, T. S., & Caron, N. A. (2007). A observação da relação mãe-bebê através do método Bick. In C. A. Piccinni & M. L. S. Moura (Eds.), *Observando a interação pais-bebê-criança: Diferentes abordagens teóricas e metodológicas* (pp. 73–101). Casa do Psicólogo.

Lourenço, L. (2005). Esther Bick: O método de observação de bebês. In L. Lourenço (Ed.), *O bebê no divã: Desenvolvimento emocional precoce: Amar e pensar com o bebê e seus pais* (pp. 69–82). Almedina.

Mélega, M. P. (2008). Metodologia da observação da relação mãe-bebê na família. In M. P. Mélega & M. C. Sonzogno (Eds.), *O olhar e a escuta para compreender a primeira infância* (pp. 39–45). Casa do Psicólogo.

Mélega, M. P., & Tupinambá, B. (2008). A prática da observação da relação mãe-bebê e sua contribuição à formação analítica. In M. P. Mélega & M. C. Sonzogno (Eds.), *O olhar e a escuta para compreender a primeira infância* (pp. 47–51). Casa do Psicólogo.

Oliveira-Menegotto, L. M., Menezes, C. C., Caron, N. A., & Lopes, R. C. S. (2006). O método Bick de observação de bebês como método de pesquisa. *Psicologia Clínica*, 18(2), 77–96. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200007>

Piontelli, A. (1995). *De feto a criança: Um estudo observacional e psicanalítico*. Imago.

Sampaio, M. A., Amazonas, M. C. L. A., & Queiroz, E. F. (2019). Aplicações do método Bick de observação: Revisão sistemática da produção científica brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(2), 1–11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35414>

Santos, A. C. S. L. (2017). *Relação mãe-bebê em contexto de cárcere: Um estudo psicanalítico* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará].

Silva, D. Q. (2013). A pesquisa em psicanálise: O método de construção do caso psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, 39, 37–46. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004

Symington, J. (1997). Esther Bick. In M. B. Lacroix, & M. Monmayrant (Eds.), *Os laços do encantamento: A observação de bebês, segundo Esther Bick e suas aplicações* (pp. 15–16). Artes Médicas.

Winnicott, D. W. (1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott (Ed.), *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38–54). Artmed. (Originalmente publicado em 1960)

Wirth, A. F. (2000). Aplicação do método de observação de bebês em uma UTI neonatal. In N. A. Caron (Ed.), *A relação pais-bebê: Da observação à clínica* (pp. 207–230). Casa do Psicólogo.

CAPÍTULO 6

A METODOLOGIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO RORSCHACH SEGUNDO A ESCOLA DE PARIS

Deise Matos do Amparo

Bruno Cavaignac Campos Cardoso

Teresa Rebelo

Isabel Gonzalez Duarte

O presente capítulo trata dos grandes eixos de análise e interpretação do Método de Rorschach segundo o sistema da Escola de Paris. Busca-se articular esta proposta de interpretação do método à tradição da psicopatologia e metapsicologia psicanalítica. Não abordaremos os temas da técnica de aplicação e dos critérios de codificação das respostas segundo a localização, determinante e conteúdo, pois julgamos que já existem trabalhos disponíveis que tratam sobre estes assuntos, tal como Rausch de Traubenberg (1970/1998); Anzieu (1961/1979), Chabert (1983/1998), Roman (2015) e Chabert et al. (2020).

A Escola de Paris é um modelo de inspiração psicanalítica, que se utiliza da metapsicologia freudiana e pós freudiana. Trata-se de uma “psicanálise aplicada” ou de uma “psicanálise impura”, para usar o termo de Chabert (1983/1998), que diferencia esta “clínica projetiva” de uma psicanálise. A Escola de Paris era conhecida como “Abordagem Francesa” até o “XIII Congresso Internacional de Rorschach e Métodos Projetivos” em 1990, quando foi rebatizada de Escola de Paris, para diferenciá-la de outros sistemas de aplicação, codificação e análise do Rorschach que eram correntes na França. Embora o nome faça uma referência à cidade de Paris, cidade na qual ocorreu o referido congresso e onde se encontram importantes autores, o modelo da Escola de Paris é utilizado em outras regiões da França, em outros países de língua francesa, assim como por pesquisadores e práticos suíços, belgas e togolezes, e mesmo em países falantes de outras línguas, como ocorre na Argélia, Argentina, Itália, Líbano, Turquia e Brasil (Chagnon, 2013; Pasian & Amparo, 2018). No Brasil, foram realizados estudos normativos (Augras, 1969/2008; Freitas, 2016; Jardim-Maran, 2011; Pasian, 2010) tendo sido o sistema da Escola de Paris oficialmente reconhecido pelo SATEPSI/CFP em 2005 (Pasian & Amparo, 2018).

Trata-se de uma sistematização metodológica que surgiu nos anos 1950 a partir da criação do Grupo Francês de Rorschach. Daniel Lagache foi o

primeiro presidente de tal associação, tendo também sido responsável por trazer esta técnica para o campo da psicologia clínica na universidade. Além disso, ele estendeu a interpretação psicanalítica dos protocolos de Rorschach para além da análise simbólica de conteúdo, a outras dimensões de formação da resposta, sendo esta proposta uma marca inovadora de seu trabalho (Chagnon, 2013). Foram de grande importância para a criação, sistematização e desenvolvimento do modelo, autores como Loosli-Usteri, V. Shentoub, Cecile Beizmann, Nella Canivet, Andre Ombredame, que obtiveram dados clínicos e empíricos e estabeleceram procedimentos padronizados que foram posteriormente organizados por outro grande influenciador do método, Anzieu (1961/1979).

Não poderíamos deixar de citar Nina Rausch de Traubenberg e seu trabalho *A prática do Rorschach* (1970/1998) na França e o trabalho pioneiro no Brasil feito pela psicóloga francesa Monique Augras (1969/2008), cuja obra resultou em um atlas e dicionário construído a partir de uma amostra brasileira, fornecendo dados normativos importantes para os pesquisadores e psicólogos brasileiros que se utilizavam, da até então denominada “Abordagem Francesa” ou como ela denominou, “Sistema de Obredane e Canivet” (Augras, 1969/2008). As contribuições de Catherine Chabert (1987/1993, 1983/1998), aluna de Nina Rausch de Traubenberg e Anzieu, são metodologicamente rigorosas, originais e profundas, e, portanto, obras fundamentais.

Aspectos Gerais da Análise do Rorschach Segundo a Escola de Paris

Na Escola de Paris ao final da fase de codificação, os elementos da análise quantitativa são reunidos em um “psicograma”, onde os dados da codificação são agrupados e reorganizados em formato de indicadores. A partir disso, serão feitas as comparações com os dados normativos. O psicograma na Escola Francesa é estabelecido pela classificação das variáveis apresentadas. Trata-se de uma grade (Vide Tabela 1) que agrupa aspectos gerais da produção (produtividade, número de respostas, tempo); o conjunto das cotações como o tipo de apreensão, determinantes (formais, cinestésicos e sensoriais); conteúdo das respostas; fórmulas relativas ao funcionamento afetivo (tipo de ressonância íntima, tendências latentes, índice de reatividade afetiva (IRA; RC%); fórmula da angústia (F.A); controles gerais (interno e externo); elementos qualitativos das respostas (Rausch de Traubenberg, 1970/1998). Como informam alguns autores, Chabert et al. (2020) “Os resultados de certos cálculos permitem uma comparação com os dados normativos, sendo um passo útil para trazer as primeiras hipóteses clínicas” (p. 132).

Tabela 1

Nomenclatura Francesa do Rorschach Fonte para Elaboração do Psicograma

Aspectos Gerais	Localização	Determinantes	Conteúdos	Funcionamento Afetivo	Respostas Banais
<p>A: Posição normal</p> <p>V: Posição invertida.</p> <p>< : Posição lateral esquerda</p> <p>> : Posição lateral direita</p> <p>@: Rotação</p> <p>R: Número total de respostas efetivas em todos os cartões.</p> <p>RA: Respostas adicionais</p> <p>Dadas espontaneamente no momento da investigação.</p> <p>Rec: Recusas ao cartão.</p> <p>Den – Denegação, respostas dadas espontaneamente no momento da associação são negadas posteriormente no inquérito.</p> <p>T.L.: Tempo de latência (em segundos) decorrido entre a apresentação da prancha e a primeira resposta efetiva do respondente.</p> <p>T.L.m: Tempo de latência médio (em segundos); soma dos tempos de latência onde houve resposta, dividido pelo número de cartões onde houve interpretação.</p>	<p>G: Resposta global, implica o todo da mancha, o mais aparente e superficial.</p> <p>G% = 100 x ΣG/R.</p> <p>GDbi: respostas G integradas com detalhe branco (Dbi); são contadas como G% e Dbi%.</p> <p>D: Resposta de grande detalhe, critério estatístico.</p> <p>D% = 100 x ΣD/R.</p> <p>DDbi: Detalhe + Branco, são contadas como D% e Dbi%.</p> <p>Dd: Resposta pequeno detalhe, referente as minúcias, áreas incomuns.</p> <p>Dd% = 100 x Σ Dd/R.</p> <p>DdDbi: São contadas como Dd.</p> <p>Dbi – Grande detalhe branco: considerada somente a percepção é de vácuo naquela área, o branco.</p>	<p>F: Forma pura, determinada apenas pelo contorno.</p> <p>F+: respostas com forma bem vista, respeitam o parecer forma de um grupo de referência, a partir de critérios estatísticos ou de boa forma.</p> <p>F+: Forma imprecisa ou em área pouco específica do cartão.</p> <p>F- Resposta que não corresponde à área interpretada do cartão, segundo o critério estatístico e da boa forma.</p> <p>F% = 100 x ΣF/R.</p> <p>F+% = 100 F + 0,5 F+ / ΣF</p> <p>F+ext% = Todos os determinantes de boa qualidade formal/R x 100.</p> <p>K: Cinestesia humana, movimento ou posição de pessoas inteiras.</p> <p>kp: Parte humana vista em movimento ou ação. Posição não conta neste caso.</p> <p>kan: Cinestesia animal: movimento animal, que precisa estar inteiro e de fato em ação.</p>	<p>A: Resposta de conteúdo animal inteiro.</p> <p>(A): Personagem animal, animal mitológico ou de fantasia.</p> <p>Ad / (Ad) –Resposta de detalhe (parte) animal ou personagem animal respectivamente.</p> <p>A% = 100x [A+(A)+Ad+(Ad)]/R</p> <p>H: Resposta de conteúdo humano inteiro.</p> <p>(H): Personagem humano, humano mitológico ou de fantasia.</p> <p>Hd / (Hd): Resposta de detalhe (parte) humano ou personagem de fantasia.</p> <p>H% = 100x [H+ (H)+Hd+(Hd)]/R</p> <p>Outros conteúdos: Anat, Sg, Sex, Obj, Vest, Masc, Art, Arq, Simb, Abs, Bot, Ciência, Elem, Frag.</p>	<p>T.R.I.: Tipo de Ressonância Intima (forma habitual do indivíduo vivenciar sua afetividade) – Fórmula que exprime a relação entre as cinestias humanas e as respostas-cor ponderadas: T.R.I. = K/ ΣC –Proporção entre movimentos humanos (K) sobre a somatória de repostas-cor ΣC, onde: ΣC = (0,5x FC) + (0,5x FC') + CF + C'F + (1,5x C) + (1,5x C').</p> <p>Extraintensivo Puro: 0 K para < y ΣC</p> <p>Extraintensivo Dilatado: x K para < y ΣC</p> <p>Introversivo Puro: x K > 0 ΣC</p> <p>Introversivo Dilatado: x K > y ΣC</p> <p>Ambigual: x K = y ΣC</p> <p>Coartativo: x K = y ΣC = 1</p> <p>Coartado: x K = y ΣC = 0</p>	<p>Ban: Resposta banal – respostas de mesma localização e conteúdo que aparecem com determinada frequência em certo grupo populacional.</p> <p>Ban%: Percentagem das repostas banais em relação ao número total de repostas: Ban% = 100x Ban / R.</p> <p>Orig. Resposta original, dadas uma vez em cem por sujeitos considerados "normais" (com funcionamento típico). São repostas de boa qualidade formal (bem vistas).</p>

continuação

Aspectos Gerais	Localização	Determinantes	Conteúdos	Funcionamento Afetivo	Respostas Banais
<p>T.T.: Tempo total (em minutos e segundos); tempo total da aplicação da prova (inquirido não é incluído).</p> <p>T.R.m: Tempo de reação médio (em segundos); tempo médio por resposta; tempo total divi- dido pelo número total de respostas.</p>	<p>Db1% - $100 \times \Sigma Db1/R$.</p> <p>Do: Detalhe oligofrênico ou inibitório (Di); Recorte dado a uma área onde muito frequentemente é produzida uma interpretação de caráter mais geral, que inclui o detalhe atualmente nomeado.</p> <p>Do% - $100 \times \Sigma Do/R$</p>	<p>kob: Cinestesia objeto ou forças da natureza.</p> <p>$\Sigma k = \Sigma kan + \Sigma kob + \Sigma kp$.</p> <p>FC: Forma-cor; forma é o determinante primário, cor é secundária. Predomínio da forma sobre a cor.</p> <p>CF: Cor-forma, quando há predomínio da cor cromática sobre a forma.</p> <p>C: Resposta de cor cromática pura; determinação exclusiva da cor na resposta</p> <p>C': indica a utilização do preto, cinza e branco, cor acromática. O FC'; C' F e C' seguem a lógica explicitada logo acima.</p> <p>E: Determinante de diferença de tonalidade. FE'; EF e E seguem a mesma lógica acima.</p> <p>Clob: Massa escura com conotação disfórica. FClob; ClobF seguem a lógica explicada acima.</p>	<p>F.T.L.: Fórmula das tendências latentes (recursos afetivos em potencial, não manifestos, mas, possíveis de serem desenvolvidos futuramente)</p> <p>-Exprime a relação entre as cinestias não humanas e as respostas estompage:</p> <p>F.T.L. = $(kan + kob + kp)$; ΣE</p> <p>3ª. Fórmula (I.R.A.): índice de Reatividade Afetiva (índice de sensibilidade do indivíduo a situações afetivas) –</p> <p>I.R.A. = $100 \times \text{Número de respostas VIII} + \text{IX} + \text{X} / R$.</p> <p>*Chabert denomina I.R.A de RC%</p> <p>FA: Fórmula da angústia</p> <p>–Elementos de ansiedade e/ ou angústia demonstrados:</p> <p>FA = Hd + (Hd) + Anat + Sg + Elem fog + Sex X 100 / R</p>		

Nota. Fonte: Rausch de Traubenberg (1970/1998), vide Anexo 1 e Anexo 2.

A Escola de Paris tem vários estudos nacionais e internacionais sobre os dados normativos, dentre eles podemos citar pesquisas brasileiras feitas por Pasian (2010), Fernandes (2010), Raspantini et al. (2011), Cury-Jacquemin (2012), Jardim-Maran (2011) e Freitas (2016). Na França, pesquisas normativas com adultos foram dirigidas por Azoulay et al. (2007) e de Tychev et al. (2012), enquanto na Suíça, há estudos com crianças de Baumann et al. (2012), ao passo que na Turquia, estão disponíveis os estudos para elaboração de normas para grupos de adolescentes e adultos realizados por Ikiz et al. (2013).

Um dos aspectos característicos do sistema da Escola de Paris é a grande valia atribuída aos aspectos qualitativos do protocolo. Assim, o clínico deve levar em consideração os aspectos “fora do protocolo”, como a transferência com o psicólogo, com o material das pranchas e com a situação projetiva; atentando-se também a linguagem verbal e não verbal utilizada pelo sujeito avaliado. Sobretudo, a análise qualitativa considera a dimensão manifesta e latente própria a cada uma das pranchas com manchas de tinta, que impõem diferentes temáticas à capacidade de simbolização do sujeito. Assim, o clínico atenta-se a reação do sujeito a cada um dos estímulos e observa a passagem e a produção fornecida pelo sujeito em cada uma das pranchas, para, ao final, tentar rastrear as diferenças quantitativas e simbólicas da produção em cada prancha, o que permite que se esbocem possíveis interpretações a partir deste “fio associativo” (Chabert, 1983/1998; Roman, 2015).

Esta dimensão qualitativa permite uma apreciação do protocolo a partir de uma perspectiva contemplativa à luz da metapsicologia e psicopatologia psicanalítica, auxiliando o clínico a situar o caso quanto aos conflitos, angústias e defesas que configuram cada uma das estruturas de personalidade: neuroses, psicoses e estados limite. Isto não significa, no entanto, um menor valor dos aspectos quantitativos, sendo a separação rígida entre análise quantitativa e qualitativa mais didática do que prática, haja vista que se objetiva a integração destas informações de naturezas distintas.

A discussão sobre o lugar da avaliação quantitativa e comparação dos dados do protocolo com a “norma” repousa sobre dois aspectos. Primeiramente, segundo a tradição psicanalítica, há de se considerar que a normalidade não necessariamente se resume à normalidade estatística, no sentido de que, nem sempre, o que é frequente numa população coincide com o “normal” do ponto de vista psicopatológico (Canguilhem, 1966/2009).

A psicopatologia psicanalítica concebe a normalidade a partir de critérios mais dinâmicos que formais, que não se resumem a alta frequência de uma dada característica na população geral e que não se encerram pela redução do problema da normalidade a uma questão de “adaptação”. Neste sentido, almeja-se apreciar a flexibilidade das pulsões frente às proibições e possibilidades, entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, e a análise

da estrutura, cujo equilíbrio repousa sobre a flexibilidade da dinâmica entre conflito, angústia e defesas (Bergeret, 2000). A saúde está mais relacionada à maleabilidade, considerando o “Princípio do Cristal”, cuja metáfora do mineral deixa subentendida a ideia de fragilidade diretamente relacionada à rigidez, visto que o cristal tende mais a se quebrar, quanto maior for a sua rigidez, e a partir de suas linhas de clivagem que revelam a estrutura latente (Bergeret, 2000; Freud, 1933/1996). Neste sentido, certa capacidade de jogo, de se ocupar o espaço transicional (Winnicott, 1975) e de simbolizar a experiência (Roussillon, 2019) são mais valorizadas como sinais de “saúde” do que a coincidência de um traço ou comportamento com a alta frequência estatística dele na população amostral ou mesmo com a pertinência de uma característica com a adaptação “*per ipsum*” (Bergeret, 2000).

A integração dos dados qualitativos e quantitativos na interpretação, confere uma alta complexidade a interpretação do protocolo de Rorschach. Para análise e avaliação dos protocolos de Rorschach na escola Francesa tem sido utilizados dois modelos interpretativos, um influenciado por Traubenberg e outro pelas contribuições da Chabert. Esses modelos são apresentados em Pasian e Amparo (2018) com a discussão de um estudo de caso.

Modelos Interpretativos do Rorschach Escola de Paris

Esquema 1: Modelo interpretativo organizado sob influência de Rausch de Traubenberg (1970/1998) e Anzieu (1961/1979)

Aspectos gerais: produção no Rorschach compara com a norma (total de R, e demais indicadores de produção, Trm e TLm), relacionado com a escolaridade e contexto de aplicação.

Avaliação da Inteligência

Por funcionamento intelectual, entende-se a eficácia dos processos de pensamento e a dinâmica entre os processos de percepção e projeção, que indicam o peso do mundo interno e do mundo externo sobre a percepção da realidade, e que resultaram no bloqueio ou na ampla capacidade da inteligência como um recurso para a adaptação criativa. No caso de ausência de bloqueios da capacidade intelectual, pode-se apreciar se o estilo de inteligência é Teórico Prático; Prático, Técnico ou Criativo (Pasian & Amparo, 2018). Do ponto de vista quantitativo, avalia-se R, Ban, Orig., A%, H:Hd e A:Ad; G%; D%; Dd%; Dbl% e modos de sucessão dos modos de apreensão, F%; F+%; F+% ext; determinante de movimento e qualidade, especialmente K; G: K, além

TMR e TMD, estes elementos temporais que são comparados com a norma, e o tempo transcorrido em cada prancha com média apresentada pelo sujeito.

Do ponto de vista qualitativo, observa-se a flexibilidade/rigidez da produção e do uso da linguagem, a articulação dos movimentos projetivos com a adaptação perceptiva, o grau de distorção das (F-), a dinâmica das cinestésias e simbologia dos conteúdos associados (K; kan; kp; kob), a natureza das respostas globais, que podem ser simples, secundárias, impressionistas, vagas, G cortadas, DG; e qualidade formal associada. No caso de não haverem indícios de distúrbios do pensamento no protocolo, considera-se a inteligência como “normal ou superior”, embora não seja possível por meio deste método precisar a inteligência quantitativamente, mas de forma dinâmica, pela apreciação dos processos de pensamento e de sua qualidade ao longo da passagem por cada uma das dez pranchas, o que permite entender algo a mais sobre natureza da inteligência. Segundo Pasian e Amparo (2018), no caso da inteligência acima da média verificar se o tipo de inteligência é teórico-prático; prático; técnico; imaginação criadora; no caso de nível intelectual abaixo da média deve-se considerar se há inibição intelectual; déficit intelectual; deficiência adquirida de inteligência.

Avaliação da Afetividade

Avalia a natureza da afetividade e controle racional sobre ela. Considera-se o controle geral, o tipo de ressonância íntima, tipo de tendência latente e reatividade a cor, o controle externo, o controle interno e a fórmula da angústia (FA). É possível avaliar se o controle geral, o controle interno e o controle externo são suficientes; se estão inadequados, ou se o controle é de natureza restritivo inibitório. São indícios de controle geral suficiente, F%; F+; F+%ext próximos a média; controle externo suficiente é indicado por $FC > CF + C$; $FE > EF + E$ e controle interno tende a ser suficiente quando $K > k$. O controle geral inadequado é marcado por F%; F+; F+%ext muito abaixo da média; o controle externo insuficiente é indicado por $FC < CF + C$; $FE < EF + E$ e controle interno insuficiente é manifesto por $K < k$. O controle restritivo inibitório é indicado por F%; F+; F+%ext muito elevados em relação à média e por pouco uso de determinantes sensoriais e cinestésicos.

Avaliação da Adaptação Social

Trata-se aqui de avaliar se os dois fatores anteriormente analisados aumentam ou diminuem a probabilidade de adaptação social. Por isso, subdivide-se esta análise em duas partes: uma delas versa sobre possíveis desdobramentos

do funcionamento intelectual sobre a adaptação social, enquanto a outra é feita pela articulação entre a afetividade e adaptabilidade social.

Quanto à adaptação social intelectual, avalia-se o Ban, A%; D%; F+; F+% para avaliar se o funcionamento intelectual predispõe ou não a adaptação social, o que ocorre quando estes indicadores estão próximos a média. Se muitos elevados, o funcionamento intelectual tende a ser rígido, crítico e demasiadamente lógico racional (D%; F+%; F+%ext) ou demasiadamente estereotipado (Ban e A% muito elevados), o que pode predispor a desadaptação. Se os indicadores estiverem demasiadamente rebaixados, um estilo pouco convencional (A% rebaixo com presença de Ban) pode dificultar o compartilhar de interesses e predispor a desadaptação, ou ainda, o prejuízo do juízo da realidade (F+%; F+%ext; Ban% baixo) pode predispor a desadaptação.

Quanto a adaptação social afetiva, avalia-se o TRI, FC: CF+C; K e H% (Pasian & Amparo, 2018). Pode-se ainda avaliar o H: Hd e H: (H) onde a maior frequência de H em relação aos demais elementos indica maior tendência a adaptação social. $H > H_d$, indicaria uma capacidade de perceber o todo sobre as partes nas relações humanas. Se caso $H > (H)$, há a tendência de haver expectativas sociais mais realistas que fantasiadas nos relacionamentos interpessoais. Se a proporção estiver invertida, a interpretação contrária é válida.

Pontos Nevralgicos

Considerando os elementos anteriores, esta parte trata dos indícios que indicam os pontos de maior sofrimento psíquico do sujeito.

Interpretação dinâmica

Consideram-se aqui os aspectos qualitativos e simbólicos, analisados a partir de do referencial psicanalítico. Esta análise será aprofundada no modelo interpretativo proposto no Esquema 2, apresentado a seguir.

Síntese

Integração das seções anteriores, deve conter: 1. Produtividade 2. Potencial e estilo de inteligência 3. Forma de pensar e teste do real 4. Afetividade, sua intensidade, tipo de vivência e formas de coordenação 4. Adaptação social intelectual e afetiva 5. Pontos nevralgicos e formas de utilização dos recursos para que estes pontos críticos possam ser amenizados 6. Interpretação psicodinâmica com avaliação da estrutura egoica e suas funções e funcionamento psíquico em relação a realidade e contexto sociocultural.

Esquema 2: Modelo interpretativo organizado sob influência de Chatherine Chabert na Université Paris Descartes (Chabert et al., 2020; Emmanuelli et al., 2001)

Clínica de Aplicação

Considera-se aqui a dinâmica e clima da aplicação da técnica, as impressões causadas no clínico, a tonalidade afetiva, relação com o clínico (examinador), verbalização, reatividade específica a cada uma das pranchas e manifestações comportamentais, como a agitação, mímicas, perguntas feitas ao clínico. No estabelecimento do psicograma e comparação das fórmulas com os dados normativos, deve-se atentar-se a congruências ou contradições indicadas. Considerando a demanda, inicia-se um trabalho de formulação de hipóteses clínicas.

Processos de Pensamento (processos mentais)

Busca-se avaliar, primeiramente, as modalidades de investimento do pensamento. Para tanto, deve-se observar a qualidade dos modos de apreensão: Globais simples; Globais Secundárias; Globais Vagas, Globais Impressionistas, além do D e Dd, considerando a qualidade formal associada a eles, avaliando se há certo padrão quanto a qualidade da forma em relação aos modos de apreensão. Ainda, atenta-se ao aparecimento e qualidade das cinesesias; principalmente as K, avaliando se ocorre a mobilização de registros diversificados ou se estes são rígidos. Isto pode ser verificado pela variação dos modos de apreensão, determinantes e conteúdos.

Depois, devem-se considerar as modalidades de investimento na realidade externa: G simples, F+% e F+%ext, com especial atenção à análise dos F-, considerando as Ban% que tende a diminuir se R for muito elevado. Ainda, avalia-se o H%, A% do ponto de vista quantitativo e em relação ao aspecto qualitativo e simbólico destes conteúdos, as respostas humanas e animais podem ser reveladoras. Outros conteúdos podem revelar interesses e preocupações do sujeito.

Por último, avalia-se a articulação entre modalidades de investimento da atividade mental e da realidade externa, o que pode ser feito pela consideração do F% em relação à norma, e a partir de uma avaliação qualitativa do protocolo, que observa a capacidade de se operar dentro da transicionalidade, com flexibilidade entre o investimento no mundo interno e externo. Quando isto ocorre, o sujeito atenderia a instrução “o que isto poderia ser?”, sem que a ênfase seja demasiada no plano perceptivo, e sem que os processos projetivos se sobreponham aos processos perceptivos.

Tratamento dos Conflitos: Representações/Afetos

Neste ponto, avalia-se o narcisismo, por um lado, e as relações de objeto, por outro. Quanto ao Eixo Narcísico, considera-se a representação de si e identidade, quanto à integridade das representações humanas, grau de realidade ou vitalidade (qualidade das F, K, H, Hd, Anat); integridade da representação animal e capacidade de compreendê-la como um todo, seu grau de realidade e vitalidade (qualidade das F, kan, A, Ad, Anat). As pranchas unitárias (IV; V; VI), organizadas em eixo central (I; IV; V VI) são de grande importância para esta análise, pois a continuidade delas e sua organização em torno de um eixo facilitam que se forneça uma resposta relativa a imagem de corpo, representação de si e identidade. Isto se aplica especialmente a prancha V, devido a seu caráter contínuo e organizado em torno do eixo central, com cor preta mais compacta, que facilita a percepção de um percepto íntegro e contínuo, mas cujas pontas e imperfeições dos contornos podem afetar os indivíduos com questões narcísicas latentes. Avalia-se ainda qualidade dos limites dentro-fora considerando eficácia da delimitação dos contornos, o que é indicado pelo F%, F+%, em articulação aos modos de apreensão e conteúdos associados. Ainda, as respostas dadas nas pranchas de simbolismo sexual (IV, VI, VII) podem indicar elementos em relação a identificação sexual e ajudar no diagnóstico das neuroses em relação as demais estruturas e patologias.

Quanto ao Eixo Objetal, avalia-se as representações das relações de objeto. A análise é centrada sobre o dinamismo das respostas de movimento, principalmente as K. As pranchas bilaterais (II, III, VII) e a prancha IX são de grande valor, visto que o conteúdo manifesto, marcado pela bilateralidade, induz representações das relações: “*Dois lutadores de sumô*”, por exemplo, na prancha II. A não consideração da bilateralidade, a descrição da simetria, assim como os desdobramentos (respostas Par e Reflexo), podem estar à serviço da negação da alteridade e indicam tendências ao centramento narcísico e a diminuição da capacidade de identificação.

Quanto ao tratamento dos afetos, devem-se analisar as respostas sensoriais: aprecia-se a reatividade as diferentes tonalidades sensoriais e considera-se também os choques, aumentos e diminuição de tempo, melhora ou piora na qualidade nas pranchas com tonalidades sensoriais distintas. As pranchas vermelhas podem ajudar a avaliar a presença da angústia vermelha e, portanto, podem reativar problemática da castração Green (1988), ou ainda revelar uma elevada ou diminuída reatividade e busca à sensorialidade mais intensa, apontando para a impulsividade ou excesso de controle. Já as manchas negras (I; IV; V), podem ser valiosas em apontar uma afetividade depressiva (C') ou ansiosa (E), assim como reatividade ao cinza, mais comum nas pranchas VI e VII. A sensibilidade ao branco pode indicar a presença da angústia branca

(Green, 1988) e sensibilidade ao vazio (Roman, 2015), enquanto a reatividade às cores pastéis, das pranchas VIII; IX e X, indicada pelo I.R.A (ou RC%), ou qualitativamente pelos comentários, pode indicar uma busca por afetos mais socializáveis ou mesmo um conforto com a regressão propostas por elas: “*Gostei dessa, um aquário bonito, mas também me lembra a pequena sereia*” Pr. X. Ainda, devem-se considerar prova de escolha (pranchas preferidas e preteridas) e levar a justificativa pelas escolhas delas em consideração. Deve-se analisar a qualidade do investimento das representações de relações em relação à vivência dos afetos.

É pela análise qualitativa e também pela frequência do aparecimento de determinantes que se pode avaliar a prevalência das representações sobre os afetos (FC; FE; FC'; KC; K; F% igual ou superior à média) ou dos afetos sobre as representações (CF; EF; C'F; CK; F% diminuído). A natureza da angústia e o tipo de conflito, assim como a análise das defesas, são úteis para precisar o tipo de estrutura, neurótico, psicótico ou limite, conforme será tratado adiante.

Avaliação da Organização Defensiva: Modalidades, Eficácia

Os protocolos, nas diferentes estruturas; neurótica, psicótica e limite, podem se destacar pela rigidez das defesas, pela labilidade afetiva ou pela inibição da produção. A rigidez das defesas é observada nos protocolos excessivamente formais, com F% e F+% elevados nas neuroses obsessivas e nas organizações narcísicas, não sendo raro que o F+%ext seja menor que o F+%, o que indicaria uma maior dificuldade de manejo dos afetos, daí a necessidade do rigor defensivo. Observa-se ainda o Dd% ou D% elevado e com flexibilidade e diversidade dos diferentes registros de apreensão, determinantes e conteúdos. Os protocolos lábeis, por sua vez, são mais típicos da histeria, das psicoses afetivas e dos casos limites, apresentam tipicamente o F% rebaixado, com algum prejuízo do F+%. Nas neuroses históricas, o F+% tende a não estar tão comprometido, embora a tendência seja de que apareça menor que a média, e não é um indicador tão comprometedor, pois as F-, apesar de numerosas, são dinâmicas, conforme será descrito adiante na seção destinadas a histeria. Nos protocolos inibidos, observa-se uma diminuição do R, T.R.I cortado ou coartativo são comuns, com poucos K e determinantes sensoriais, o que eleva o F%, e indica a pobreza da fantasia e do contato com a afetividade, o que é mais comum nas neuroses fóbicas e nos sujeitos resistentes a situação de “testagem”. Nas psicoses, os protocolos inibidos são característicos da esquizofrenia com sintomas negativos.

A emergência dos processos primários é mais comum nas psicoses e organizações limite mais graves, muito embora se possa observá-las também nas neuroses, inclusive nas neuroses obsessivas (Chabert, 1987/1993).

A apreciação da frequência dos processos primários, a apreciação de seu grau de bizarria/adequação a realidade (Chabert, 1987/1993), e o rastreamento do fio projetivo (Roman, 2015) nos ajuda a compreender se estamos diante de um traço psicótico, de um processo de clivagem radical ou de um retorno do recalçado, resultante da flexibilização das defesas, isto no caso do aparecimento de um C puro nos protocolos rígidos dos neuróticos obsessivos, por exemplo, ou dos notáveis F- dos protocolos de sujeitos de estrutura histórica (Chabert, 1987/1993). Nas neuroses, a apreciação do fio projetivo nos mostra que os processos primários são superados por uma retomada dos processos secundários. Nestes casos, trata-se de descargas, cuja ocorrência permite a reorganização do processo de simbolização segundo os processos secundários, o que indica que as “catástrofes de simbolização” (Roman, 2015) foram reorganizadoras. Já nas psicoses, pode-se observar castástrofes de outra natureza, mais ligadas a uma espécie de descarrilamento, nos quais os processos primários se acentuam, sem, no entanto, diminuir a tensão, de modo que não se observa nestes casos “melhora” na qualidade das respostas.

Como veremos a seguir, a avaliação da organização defensiva, em articulação a apreciação do tipo de conflito e natureza da angústia, permite situar um protocolo obtido pela técnica a partir do registro neurótico, limite ou psicótico (Chabert, 1987/1993).

Síntese dos Dados Projetivos do Rorschach nas Psicopatologias

As Neuroses no Rorschach

Em relação a qualidade da apreensão da realidade, nota-se tipicamente um F+% superior ou igual a 70%, presença de banalidades, modo de verbalização permeado por referências simbólicas (“*uma espada fincada numa pedra*” Pr. VI, simbolismo sexual), a capacidade transicional, a flexibilidade entre percepção e projeção (“*isso poderia ser um morcego*”) e a dúvida (“*poderíamos imaginar um elefante talvez*”).

As respostas F- dos protocolos neuróticos são dinâmicas, e não são bizarras, como nas psicoses e casos limite graves. As respostas F- são consideradas dinâmicas, quando remetem mais ao fracasso do controle formal sobre a produção fantasmática e o excesso pulsional, do que a falência de adaptação à realidade ou ameaça de desintegração identitária. “*O continente africano*” (detalhe lateral da Prancha I. D lateral F- Geo), seguido de “*Um cachorro, tipo um pinscher*” (detalhe lateral da Prancha I D F+ A) revela um erro perceptivo e de assimilação entre a representação mental referente a um objeto da realidade que não é adequada ao contorno da área da mancha utilizada nesta primeira resposta. Entretanto, este exemplo ilustra a superação deste “erro”

pela sucessão de uma resposta de boa qualidade formal logo em seguida. Este seria um exemplo de F- dinâmico, que é relativo ao retorno do recalçado, certa flexibilização temporária das defesas e até mesmo uma capacidade de jogo e articulação entre interno e externo, e isto pode ser avaliado a partir do grau de distorção e bizarria da resposta fornecida em relação a área da mancha e a realidade (Chabert, 1987/1993).

Assim, certas respostas F- são dinâmicas, reveladoras de uma dinâmica psíquica e de problemáticas inconscientes. Nem sempre os F- são produtos da confusão dos registros do pensamento, nem da dificuldade de se delimitar o dentro/fora, nem necessariamente revelam a fragilidade da identidade. Porém, uma resposta como “*Pessoas com cabeça de pássaro*” (D lateral da Prancha III. D F- H-Ad), evidencia uma confusão dos registros do pensamento e da identidade. Ainda, os F- dinâmicos não necessariamente refletem a confusão continente/conteúdo, substantivo/adjetivo, que é típica das psicoses. Por outro lado, esta confusão pode ser evidenciada em uma resposta como “*Um voador*” (Prancha V: G F- A). Assim, devem-se avaliar os F- quanto ao grau de bizarria/adequação a mancha e a realidade, para julgar se é um erro perceptivo, uma falha transitória da racionalidade lógica que revela uma dinâmica psíquica. As F- dinâmicas remetem, a depender da quantidade no teste, a uma maior flexibilidade das defesas e a uma articulação dos processos perceptivos e projetivos.

Nas neuroses, as evidências do conflito edipiano são implícitas em um protocolo de Rorschach. Será por meio da problemática sexual e da angústia de castração, que o conflito edipiano poderá ser inferido. A angústia de castração pode aparecer no cartão II, por exemplo, no qual a angústia de castração pode ser reativada pelo vermelho ou mesmo pelo branco central, assim como também pode comparecer nas respostas de conteúdo humano e animal, onde a problemática da diferença sexual pode se fazer presente. A prancha III também pode indicar a angústia de castração e a problemática relativa a diferença dos sexos, visto que os detalhes pretos laterais podem ser percebidos como humanos (a resposta banal), o que induz aos neuróticos a questão do masculino/feminino, homens/mulheres. Pode ser que a solução de compromisso encontrada seja a neutralidade dos personagens, “*Pessoas*”, por exemplo, (Chabert, 1987/1993). Mais reveladora que a neutralidade, o superinvestimento quase exclusivo de sobre um polo identificatório feminino ou masculino pode testemunhar uma problemática de identificação sexual, mais marcada pela ambivalência e conflitos inerentes à escolha de objeto e a identificação sexual.

Os neuróticos demonstram boa capacidade de simbolização na maior parte das respostas. O neurótico é sensível ao simbolismo sexual latente das pranchas IV e VI, sendo capaz de dar respostas cujo simbolização secundária envolve a obtenção de alívio pela realização disfarçada do desejo sexual:

Alguns exemplos, na Prancha IV, “*um homem que anda de moto*” (moto no detalhe fálico central, G K H,Obj); “*uma espada fincada numa pedra*” (Prancha VI G F+) ou “*um foguete lançado ao espaço*” (Prancha II DDbI kob Obj), ou ainda “*um vaso de alças estilizadas*” (Prancha VII, GDbl F+ Obj)/ “*a entrada de uma gruta*” (Prancha VI. D F+ Nat).

Especificidades de Neurose Histérica: Sobreinvestimento dos Afetos

Nas neuroses históricas, a verbalização tende a ser lábil e rica em adjetivos, sendo possível de se observar uma visão imatura e infantil. É comum que as faltas (falhas) de conhecimento, dramatização da situação, impacto emocional sejam enfatizados pelo sujeito nestes casos. Os modos de apreensão G vagas e impressionistas podem estar presentes, e nos ajudam a apreciar a natureza do fluxo de representações, e da primazia do afeto sobre a representação; da “*impressão*” sobre a constatação mais metódica. Recalque das representações pode ser inferido a partir dos comentários e pausas, mas também nas respostas, pelo excesso de CF, que é indicador característico do recalque: a forma (representação) é secundária a cor (o afeto), o que indica o esquecimento da representação e conseqüente labilidade do afeto. O F% tende a ser diminuído, com fraca proporção de G secundário e de K (cinestésias humanas inteiras): inibição intelectual é devido a uma luta contra a atividade de representação; o excesso de afeto é sinal de que o recalque operou contra as representações. Portanto, também é comum se obter, nas neuroses históricas, o TRI e TTL extratensivos, com I.R.A >33%.

Observa-se comumente a presença frequente de conteúdos regressivos (Elementos, Natureza, Paisagem, Plantas) nas neuroses histórica. Assim como, também estão presentes conteúdos que revelam a oralidade e dependência dos objetos (conteúdos de alimento), embora não se trate aqui de um anaclitismo nas relações, visto que as relações são genitais. Por fim, o F+% tende a ser normativo, embora possa aparecer diminuído em alguns casos, e/ou ausência de F- patológicos: adaptação de base à realidade externa e grande expressividade de afetos.

Especificidades da Neurose Obsessiva: Sobreinvestimento do Pensamento

Esta é uma estrutura marcada pelo sobreinvestimento da razão e pensamento, com condutas ativas de construção e elaboração intelectual: em comparação com a histeria, a verbalização é mais controlada, cautelosa, hesitante, permeada por dúvidas e ruminações, com tendência a intelectualização, racionalização e denegação. O investimento das D e/ou Dd são mais frequentes e remetem a tentativas de controle sobre o material (Chabert, 1987/1993).

Pode ocorrer o sobreinvestimento de modos de apreensão do tipo G, geralmente associadas às respostas F+ que revelam a mesma conduta psíquica rigorosa, já as G secundárias associadas a K indicam maior flexibilidade. O F% pode estar elevado, o que indica neste caso a busca de objetividade, principalmente quando a resposta mais típica é a D F+. A interiorização dos conflitos é indicada pelo TRI e T.T.L introversivo. Se os kan, kob, kp forem numerosos, pode ser em razão de movimentos pulsionais que se encontram fortemente reprimidos, retornam violentamente, geralmente comprometendo o controle interno. Considerando que o isolamento é o mecanismo de defesa privilegiado do funcionamento obsessivo, isto pode se traduzir no Rorschach pelo TRI (K: $\sum C$) e Formula Complementar Introversiva com F% elevado e fragilidade de respostas nas pranchas de cores pasteis, com I.R.A <33% (Chabert, 1987/1993). Nota-se certa distância entre afeto e representação, a representação comparece desafetada (repressão), e também se observa uma separação entre representações, por incidência do isolamento e de contrainvestimentos: “1. *Uma pessoa* 2. *Balões de festa* e 3. *Uma mesa*” (prancha III). O isolamento e o contrainvestimento permitem afastar o risco envolvido no contato com os objetos e anular o retorno do recalco (Bergeret, 2000). Quanto aos conteúdos, são comuns os Conteúdos Intelectualizados: Anat, Geo, Bot, Ciência, Símb, Arte, Arq. Estes indicam tentativas de processos defensivos de intelectualização e racionalização, cuja eficácia pode ser verificada pela qualidade da forma e pelo rastreamento do fio associativo, eficaz quando associado ao F+ e, falho quando associada à F-. Por fim, o F+% é normativo, havendo a ausência do F- patológico o que indica uma adaptação de base à realidade externa.

As Psicoses no Rorschach

É esperado que o protocolo dos sujeitos de estrutura psicótica, principalmente nas psicoses agudas, seja permeado pela perturbação ou desinvestimento da realidade externa, o que aparece pelo F+% sempre inferior a 70% e geralmente menor que 50%. As respostas F- dos protocolos evidenciam as falhas de adaptação, e mesmo compreensão, da realidade socializada, sendo comum o estabelecimento de uma neo-realidade hermética ao senso comum, no caso da paranoia. Isto indica considerável prejuízo do juízo de realidade e a incidência dos mecanismos primários. Nota-se a rejeição da realidade, apoiada pela dissociação (cisão, clivagem) do Eu na esquizofrenia, e pela projeção maciça sobre a realidade rejeitada na paranoia. A fantasia é empobrecida, criando-se aquilo que Chabert (1987/1993) denominou de deserto psicótico. A indistinção entre dentro e fora, entre fantasia e realidade, testemunha o triunfo da projeção sobre a percepção e é atestada no Rorschach pelo F+% rebaixado,

com a presença de K- em alguns casos, como nas psicoses maníacas. A imagem do corpo é fragmentada, marcada pela indistinção entre o dentro e fora (F+% rebaixado, F- bizarros, H% baixo, H<Hd; A<Ad).

Sobretudo na esquizofrenia, observa-se uma pobreza dos afetos, que pode aparecer no Rorschach pela pouca utilização das características sensoriais da mancha e também pela perseveração de conteúdo, que pode indicar uma desconsideração da realidade: frente a diferentes manchas, com conteúdos manifestos e latentes distintos, diferentes formatos e características sensoriais, o sujeito insiste na mesma resposta. É comum a presença numerosa de contaminações e desvios verbais bizarros. Estão presentes os DG acompanhadas de F-, sendo que os Di (Detalhe oligofrênico), com exceção das personalidades fóbicas, são praticamente exclusivas de psicoses.

Por exemplo, “*Ratos que comem seus corpos*” (G kan- A, Prancha VIII), revela uma confusão identitária entre sujeito e objeto (Chabert, 1987/1993), além da desconsideração da proporção e da realidade na construção da resposta. Alteração profunda da identidade, caracterizada pela perda de unidade corporal, pode resultar em respostas cuja tônica é o despedaçamento e a dissociação. É frequente que se encontre respostas de despedaçamento, o que pode ser mais discreto, como um personagem ou animal (exterior ao corpo) junto a um órgão ou parte interna do corpo (coração, fígado, rins, cérebro, o que evidencia a confusão entre o dentro e fora. Por exemplo: “*Morcego, aqui estão as patas, as asas, o cérebro, o corpo*” (Prancha V). A fragmentação da imagem do corpo na psicose é correlata da fragmentação do pensamento, como pode ser visto nos relatos e exemplos de casos clínico de pacientes psicóticos (Amparo, 1996; Amparo, 2002).

As confabulações tendem a ser bizarras e acompanhadas de F-. Por exemplo, “*Uma colmeia*” Inquérito: “*Ah, talvez houvesse um pouco de laranja (D rosa/dourado)? Às abelhas, à partir da cor, mas foi em tudo que eu vi a colmeia*” exemplifica uma DG acompanhada de F- (Chabert, 1987/1993).

Como se trata de uma estrutura muito marcada por distúrbios do pensamento e alterações do contato com a realidade, com grande confusão dentro e fora, com despedaçamento da imagem de corpo (angústia de fragmentação), as fórmulas F%; F+%; F+% ext tendem a acompanhar este comprometimento pelo rebaixamento da frequência em relação à norma.

A ativação pulsional nas pranchas vermelhas, e mesmo o apelo às pranchas cor pastel podem ser vividas como invasões corporais destruidoras que podem esmagar o Eu do sujeito, o que pode ser identificável pelos choques às cores. Outros fatores comuns nas psicoses são os K delirantes (K-, ou seja, movimento humano associado a um F- bizarro “*Um homem que voa e carrega sua cabeça*” a Pr. I. Às vezes a confusão comparece pelo investimento confuso e fragmentado dos modos de apreensão: numa área D ou Dd quase

que incompreensível surge uma resposta ligada F- ou kp-. Como já havia identificado H. Rorschach (1921/1967), é comum que haja a “diminuição da consciência de interpretação” nas psicoses: Pr V: “*um morcego que se prepara para me atacar*”, ou seja, principalmente nas psicoses agudas, o sujeito pode perder a consciência da dimensão interpretativa do teste, passando de fato a alucinar a partir do estímulo. Por fim, são típicas das psicoses, as contaminações bizarras e auto referência.

As Organizações Narcísicas e Limites no Rorschach

Nas organizações narcísicas, aqui entendidas segundo Anzieu (1985/1988), há maior ênfase sobre a experiência subjetiva, referência às lembranças pessoais, com destaque sobre o caráter subjetivo, pouca atenção aos aspectos interpessoais do que se observa nos casos limite (Chabert, 1987/1993). Nesses modos de funcionamento, nota-se uso demasiado da simetria, o excesso numérico de respostas duplo (“*dois cachorros*”, prancha II) e respostas reflexo (“*Um anjo se olhando no espelho*”, prancha VII). O excesso de referência à simetria é mais induzido pelas pranchas bilaterais (II; III; VII; IX), mas diferentemente da neurose obsessiva, trata-se, nas organizações narcísicas, de respostas cuja ênfase é sobre a dimensão especular, onde a mobilização pulsional é “congelada”, sendo negada a dimensão conflitual (Chabert, 1987/1993). Alguns estudos clínicos com exemplos de casos no Rorschach demonstram especificidades desses modos de funcionamento: limite e narcísicos (Amparo & Cardoso, 2016; Wolff, Amparo, Oliveira & Chagnon, 2016; Roman & Amparo, 2021).

O anaclitismo é mais típico dos casos limite, embora seja presente em algumas organizações narcísicas. No Rorschach, nota-se uma constante busca de um objeto de apoio seja nas respostas de ligação, por exemplo: “*Dois elefantes com focinhos grudados*” (Pr. II), no uso do eixo mediano (nas pranchas unilaterais) para criar uma união centrípeta, que é indicadora de um importante centramento sobre si mesmo, ou ainda se buscando o apoio do clínico durante a aplicação.

A idealização é mais típica das organizações narcísicas em relação aos casos limite. Pode-se utilizar uma escala de idealização para se medir a incidência dela: Idealização (I+) e desidealização (I-), considerando 5 os níveis de idealização/desidealização de Lerner (Chabert, 1987/1993): No primeiro nível temos a atribuição de qualidade positiva ou negativa, mas manutenção da qualidade formal positiva: “*um belo morcego*” (pr. V). No segundo nível, observa-se a atribuição de uma qualidade positiva ou negativa exagerada com manutenção da qualidade formal positiva: “*um pavão que faz a corte, a plumagem é simplesmente soberba*” (prancha V). Quanto ao terceiro nível consideram-se as distorções perceptivas (F-) e adjetivos, positivas ou negativas,

expressos de modo ainda moderado, “*um carneiro, ele é chifrudo*” (Prancha V), “*gato esfolado*” (prancha VI, D superior). Quarto nível: distorção perceptiva (F-) com excesso do qualificativo positivo ou negativo “*Uma aranha vestida magnificamente para a noite de gala com um laço em nó de borboleta*” ou “*Cabeça de coelho com olhos sangrentos, seus olhos sangram, não eles choram, olhando bem, eles sangram mesmo*”. No nível quinto, observamos uma maior incidência da idealização. O critério envolve haver uma distorção perceptiva com excesso do qualificativo positivo ou negativo, com a perda da característica humana ou animal que é substituída pelo para-humano ou para-animal (personagens): “*Dois patos que dançam com seus chapéus sobre a cabeça, eles têm dentes*” (Chabert, 1987/1993, p. 134-135).

Considerando a tendência das organizações limite em “congelar” a fonte interna da pulsão, para atender ao Ideal do Eu, as desvitalizações podem ilustrar esta dinâmica no Rorschach: “*Duas estátuas*” Pr. VII, “*Marionetes*” Pr. III. Quanto ao investimento nos modos de apreensão observa-se G-; G impressionistas e G vagas. Isto também ocorre nas neuroses históricas, sendo necessário utilizar outras técnicas, como o TAT, parece diferenciar estes funcionamentos (Chabert, 1987/1993). Diferentemente das psicoses, o F+% e F+%ext. não tende a aparecer tão comprometido, visto que a idealização/desidealização incide muitas vezes sem o comprometimento da qualidade formal. Os conteúdos tendem a ser idealizados ou desidealizados, exagero quanto a bondade ou quanto a maldade “*um anjo*”; “*feiticeiras*”; “*seres malignos*”. Às vezes, o contraditório da dissociação pode aparecer numa mesma imagem “*um gigante, sua parte inferior anuncia perigo, sua parte superior é amigável*” (Pr. IV). Estas últimas são chamadas de respostas *splitting* (S, de dissociação na língua inglesa). São também respostas de *splitting* aquelas com sobreposição de duas imagens claramente distintas em uma só, “*pessoas com cabeça de pássaro*” prancha III, e aquelas cuja idealização é seguida de depreciação “*uma linda estátua sem cabeça, que pena*” (Chabert, 1987/1993).

A identificação projetiva e clivagem de objeto aparecem no Rorschach pela petrificação dos movimentos pulsionais: imagem imóvel e enrijecida i “*uma fada congelada*” (Pr. V), necessidade de controle da identificação projetiva (M.Klein) e elementos clivados projetados tais como “*dentes*”; “*aranhas, são malvadas*”, “*seres malignos adorando algo*”, esta última na Prancha X, parte superior, com presença de kp.

O sobreinvestimento ou fragilidade dos limites nos casos limite pode ser um indicador para um possível diagnóstico diferencial. Nos funcionamentos narcísicos observa-se F% aumentado associado a F+% satisfatório, às vezes acima da média. O F% elevado traduz uma atitude defensiva de sobreinvestimento dos limites. São comuns respostas de barreira, como “*um guerreiro com armadura*”, “*um escaravelho*”, estando as respostas de penetração marcadas

por F-, como “*Gato esfolado*” (Pr. VI). Nos casos limite, o F% aparece quase sempre rebaixado sem prejuízo do julgamento da realidade F+% satisfatório ou um pouco abaixo. Anzieu (1985/1988) considera que as barreiras nos casos limites se organizam como um Anel de Moebius, no qual a torção entre os limites internos e externos acaba por impossibilitar a definição do que é dentro e do que é fora. Já as estruturas narcísicas são marcadas pelo sobreinvestimento da dupla barreira, que distancia o Ego de outras partes de si, e também da estimulação externa (Anzieu, 1988).

Angústia branca e depressão narcísica estão presentes no funcionamento limite. A angústia de abandono deixa “buracos psíquicos” (Green, 1988). Aparece no Rorschach pelo excesso de sensibilidade ao branco, e também ao cinza e ao negro. Dbl% aumentado, pode estar ligado a experiência da falta, relativa a sensibilidade ao abandono e ao vazio. “*Uma luz ofuscante*” detalhe branco central da prancha II: Dbl C’. Pode ocorrer C’ em pranchas de temática materna evidente, como a prancha VII: “*Lobos brancos*” parte externa Dbl da prancha VII ou “*gelos de cavernas*”, Detalhe comum da prancha VII. Já nos funcionamentos narcísicos é comum o tema da “morte pulsional”, relacionado a temática do frio e da imobilidade, Prancha I: “*nos buracos o vazio*”, “*Casa que desaba*”, “*Bandeira rasgada*”.

Considerações Finais

Após essa breve síntese sobre os principais eixos de interpretação do Rorschach pode-se constatar a importância desse método para investigação da personalidade e das psicopatologias e sua contribuição fundamental para o campo da clínica. É importante ressaltar que para além da contribuição para a clínica, o método de Rorschach também é utilizado em outras áreas de intervenção do psicólogo, como a jurídica, organizacional, saúde dentre outros campos de aplicação e pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Anzieu, D. (1979). *Os métodos projetivos* (2ª ed.). Campus. (Obra originalmente publicada em 1961)
- Anzieu, D. (1988). *O eu-pele*. Casa do Psicólogo. (Obra Originalmente publicada em 1985)
- Amparo, D. (1996). *A imagem do corpo e a simbolização na esquizofrenia: Um estudo teórico-clínico com o método de Rorschach* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
- Amparo, D. M (2002). *A simbolização na esquizofrenia: Um estudo fenômeno-estrutural com o método de Rorschach* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].
- Amparo, D. M., & Cardoso, B. C. C (2016). L'automutilation chez l'adolescent: Le corps et la médiation du Moi-peau. In M. Roques & C. Hurvy (Eds.), *Épreuves projectives et recherche en psychologie clinique* (pp. 215–232). Editions in Press.
- Azoulay, C., Emmanuelli, M., Rausch de Traunemberg, N., Corroyer, D., Rozencwajg, P., & Savina, Y. (2007). Les données normatives françaises du Rorschach à l'adolescence et chez le jeune adulte. *Psychologie Clinique et Projective*, 13, 371–409. <https://doi.org/10.3917/pcp.013.0371>
- Augras, M. (2008). *Teste de Rorschach: Atlas e dicionário* (11ª ed.). Editora FGV. (Obra originalmente publicada em 1969)
- Baumann, N., Quartier, V., & Antonietti, J. P. (2012). Contribution à une étude normative de l'épreuve de Rorschach auprès d'un groupe d'enfants de 8 à 14 ans non consultants. *Psychologie Clinique et Projective*, 18, 235–260. <https://doi.org/10.3917/pcp.018.0235>
- Bergeret, J. (2000). *A personalidade normal e patológica*. Editora Climepsi.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Editora Forense Universitária. (Obra originalmente publicada em 1966)
- Chabert, C. (1993). *A psicopatologia no exame do Rorschach*. Casa do Psicólogo. (Obra originalmente publicada em 1987)

Chabert, C. (1998). *O Rorschach na clínica do adulto*. Climepsi. (Obra originalmente publicada em 1983)

Chabert, C., Louët, E., Azoulay, C., & Verdon, B. (2020). *Manuel du Rorschach et du TAT: Interprétation psychanalytique*. Dunod.

Chagnon, J. (2013). L'École de Paris: bref historique. *Le Carnet PSY*, 169, 27–29. <https://doi.org/10.3917/lcp.169.0027>

Cury-Jacquemin, R. C. P. (2012). *Padrões normativos do Psicodiagnóstico de Rorschach em adolescentes de 12 a 14 anos* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-10072013-161031/publico/Cury_Jacquemin.pdf

Emmanuelli, M., Azoulay, C., Bailly-Salin, M.-J., & Martin, M. (2001). Contribution du Rorschach au diagnostic d'état-limite. *Psychologie Clinique et Projective*, 1(7), 101–122. <https://doi.org/10.3917/pcp.007.0101>

Freud, S. (1996). Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. X, pp. 61–84). Imago. (Obra originalmente publicada em 1933)

Fernandes, S. (2010). *Normas de Rorschach em crianças de seis a oito anos* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/90581/normas-de-rorschach-em-criancas-de-seis-a-oito-anos>

Freitas, F. R. (2016). *Método de Rorschach em adultos: Evidências psicométricas da Escola Francesa* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11052016-110211/publico/DoutoradoFabiana_resumida.pdf

Green, A. (1988). A mãe morta. In A. Green (Ed.), *Narcisismo de vida, narcisismo de morte* (pp. 247–282). Editora Escuta.

Ikiz, T., Zabcı, N., Pirim Dusgor, B., Erdem Atak, İ., & Kalem, E. (2013). Normative study on the Rorschach responses of Turkish adults. *Psychologie Clinique et Projective*, 19, 303–319. <https://doi.org/10.3917/pcp.019.0303>

Jardim-Maran, M. L. S. (2011). *O psicodiagnóstico de Rorschach em adolescentes: Normas e evidências de validade* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/16_01_2012__16_18_56__61.pdf

Pasian, S (2010). *O psicodiagnóstico de Rorschach em adultos: Atlas, normas e reflexões*. Casa do Psicólogo.

Pasian, S., & Amparo, D. (2018). O método de Rorschach na perspectiva da Escola de Paris. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Avaliação psicológica da inteligência e personalidade* (pp. 339–353). Artmed.

Raspantini, R. L., Fernandes, S., & Pasian, S. R. (2011). The Rorschach in Brazilian children: Normative data from a 9- to 11-year-old nonpatient sample. *Rorschachiana*, 32(2), 199–222. <https://doi.org/10.1027/1192-5604/a000022>

Rausch de Traunemberg, N. (1998). *A prática do Rorschach*. Vetor. (Originalmente publicado em 1970)

Roman, P. (2015). *Le Rorschach en clinique de l'enfant et de l'adolescent*. Dunod.

Roman, P., & Amparo, D. M. (2021). Traces du travail de symbolisation dans les protocoles de Rorschach d'adolescents engagés dans des violences sexuelles au Brésil et en Suisse. *Revue Québécoise de Psychologie*, 42, 97–121. <https://doi.org/10.7202/1078919ar>

Roussilon, R. (2019). *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. Blucher.

Rorschach, H. (1967). *Psicodiagnóstico: Método e resultados de uma experiência diagnóstica de percepção*. Editora Mestre Jou. (Obra originalmente publicada em 1921)

Tychey, C., Huckel, C., Rivat, M., & Claudon, P. (2012). A discussion about new adult norms on the Rorschach in France and social change. *Bulletin de Psychologie*, 521, 453–466. <https://doi.org/10.3917/bupsy.521.0453>

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago.

Wolff, L. S., Amparo, D. M., Oliveira, R. M., & Chagnon, J. Y. (2016). Problema-tica narcísica-identitária em adolescentes abusadores sexuais: Contribuições do Rorschach Escola de Paris. *Avaliação Psicológica*, 15(3), 318–326. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2016.1503.04>

SEÇÃO II

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA
PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA

CAPÍTULO 7

USO DA INTERNET EM PESQUISAS CIENTÍFICAS: características, vantagens e desafios

*Eliane Maria Fleury Seidl
Elizabeth Queiroz*

Pesquisas na internet, tais como levantamentos *on-line*, uso de ferramentas digitais para coleta de dados quantitativos e qualitativos, observação de comunidades virtuais e de redes sociais, bem como estudo documental em sítios específicos, têm se desenvolvido de forma exponencial nas últimas três décadas. Assim é que diferentes áreas de conhecimento se beneficiam dessa ferramenta, em especial nas ciências sociais, humanas e da saúde (Benfield & Szlemko, 2006; Hewson et al., 2016).

Com o advento da pandemia da Covid-19, acompanhado da adoção de medidas para prevenir a propagação de novas infecções – como *lockdown*, isolamento e distanciamento sociais –, desde o final de 2019 e ao longo dos anos de 2020 e 2021, pesquisadores do mundo todo se depararam com dificuldades imensas para acessar participantes. Em especial, ficou mais desafiador coletar dados em estudos empíricos com dados primários que lançavam mão de métodos tradicionais presenciais. Esse fato ocasionou a maior aceleração do uso da internet como ferramenta de pesquisa, em especial de investigações sobre a própria pandemia em diversas áreas do conhecimento (Bezerra et al., 2020; Geldsetzer, 2020; Torres et al., 2020).

O presente capítulo visa delinear um panorama acerca do estado da arte do uso da internet em pesquisa, incluindo suas características, vantagens e desafios – bem como estratégias para superá-los –, a partir de uma visão abrangente acerca das possibilidades desse campo. Tendo em vista o âmbito de atuação das autoras – a psicologia – e a temática do presente livro, a ciência psicológica será o foco do capítulo, ainda que o conteúdo a ser abordado possa ser útil para estudos de ciências humanas, sociais e da saúde.

Há evidências que realizar pesquisa mediante o uso da internet é menos oneroso e o processo de coleta é mais rápido, se comparado aos métodos presenciais. Os instrumentos (quantitativos ou qualitativos) podem ser enviados a uma amostra de pessoas, de modo que elas podem participar e responder pela rede mundial de computadores. Os participantes em potencial podem receber

ou acessar as pesquisas por vários meios: e-mail, instrumento incorporado a um sítio, por mídia social, entre outros. Dessa forma, a coleta de dados pode favorecer o alcance de um número maior de participantes, em curto espaço de tempo, se comparado às amostras obtidas com métodos tradicionais. Ademais, as respostas são armazenadas em bancos de dados hospedados na web, facilitando o processo de análise posterior à coleta.

Ainda que pesquisas com delineamentos quantitativos predominem (De Boni, 2020), notadamente os levantamentos (chamados de *web-based surveys*, *e-surveys* e *on-line surveys*), estudos qualitativos e multimétodos têm sido realizados de forma crescente. Eles incluem estudos etnográficos de comunidades virtuais, por exemplo (Salvador et al., 2020), ampliando a diversidade de delineamentos possíveis a partir da *world wide web* (www). Para Markham e Buchanan (2012) a internet deve ser compreendida como um fenômeno social, uma ferramenta e também um campo de pesquisa. Isso porque essas modalidades de pesquisas abrangem estudos que a utilizam para coletar dados ou informações, mas também para identificar como as pessoas usam e acessam a internet, para compreender processos de processamento de dados, análise ou armazenamento de bancos de dados e/ou repositórios disponíveis. Pode ser usada também para examinar *softwares*, códigos, projetos ou estruturas de sistemas, interfaces, páginas e seus elementos, emprego de análise visual e textual, análise semiótica e de conteúdo, além de outros métodos analíticos para estudar a web e/ou imagens, textos e formas de mídia facilitados pela internet, bem como seu uso e a regulamentação por governos, indústrias, corporações e forças militares.

Mas muito distante de ser uma panaceia, a primeira pergunta que deve ser respondida é: qual pesquisa pode ser feita pela internet? Neste capítulo, além de responder a essa pergunta serão apresentados os tipos de estudo que podem ser feitos pela internet, bem como as vantagens e limitações de pesquisas mediadas pela internet. Espera-se que o leitor se beneficie das informações aqui registradas para o planejamento de suas pesquisas.

Uma Pergunta Inicial: Minha Pesquisa Pode Ser Feita pela Internet?

Apesar de pessoas mais jovens terem índices mais altos de uso da internet, nota-se maior adesão de pessoas de faixas etárias mais elevadas ao manejo e utilização desta ferramenta nos últimos anos. Esse crescimento sofreu forte impacto da pandemia por SARS-CoV-2, já que as medidas de distanciamento físico atingiram grande parte dos países e ampliaram fortemente o uso da internet, de ferramentas digitais e de redes sociais. A utilização desses recursos se deu para realização de *homeoffice*, eventos científicos, *lives* e webnários sobre

temas diversos, comunicação cotidiana entre familiares e amigos, realização de compras em geral, lazer (peças de teatro, shows musicais), entre outras atividades, fato que acelerou o aprendizado desse recurso por pessoas idosas como também daquelas com menor escolaridade e menor acesso à ferramenta. Nessa perspectiva, o uso crescente da internet em todas as faixas etárias e segmentos sociais tem estimulado os pesquisadores a desenvolverem instrumentos de coleta de dados para ambientes virtuais, como um método factível para a obtenção de dados em pesquisas científicas (Faleiros et al., 2016).

A despeito de tais constatações, uma pergunta deve ser prioritária quando pensamos em pesquisa: tendo em vista os objetivos, o delineamento, os participantes, os instrumentos e recursos metodológicos, é viável e factível o uso da internet? Ou seja, a identificação da possibilidade de uso ou não da internet como recurso para realização de pesquisa é dependente das etapas que devem ser cumpridas no delineamento de todo o projeto: identificação do tipo de estudo, questões norteadoras, objetivo, composição da amostra, critérios de inclusão e de exclusão, coleta e análise de dados.

Essas questões devem levar em conta eventuais prejuízos/perdas e benefícios/ganhos na realização de pesquisa mediada pela internet. Estudos tipo *surveys* têm sido os mais frequentes, com o uso de questionários com itens fechados, com opções de resposta tipo múltipla escolha ou medidas por escala Likert (Menon & Muraleedharan, 2020). No entanto, perguntas abertas, em que o participante deve redigir sua resposta ou verbalizar (como nos casos de entrevistas ou grupos focais *on-line* síncronos, por exemplo) podem fazer parte dos instrumentos de pesquisa, de modo que técnicas qualitativas de análise de dados sejam aplicadas (Salvador et al., 2020).

Tal como assinalado, a coleta de dados quantitativos por meio da internet já é bem difundida, mas a discussão sobre como a internet pode gerar dados qualitativos ainda é menos explorada. Em estudo de revisão de escopo investigando 12 bases de dados, a análise de 121 pesquisas qualitativas da área da saúde que utilizaram o contexto digital como mecanismo de coleta de dados evidenciou que a Psicologia aparece com destaque na realização de estudos *on-line* (28,1%), seguida pela Medicina (25,6%) e Enfermagem (12,4%) (Salvador et al., 2020). Os autores identificaram a utilização de 10 estratégias de coleta de dados: questionário *on-line* (27,3%); fórum *on-line* (27,3%); Facebook (14,9%); *sites* (9,9%); blogs (9,1%); e-mail (8,3%); grupo focal *on-line* (5,8%); Twitter (4,1%); chat (2,5%); e YouTube (0,8%), além do uso de *softwares* de apoio à análise de dados qualitativos: Nvivo (18,2%), Atlas.ti (1,7%), Dedoose (0,8%) e CQPweb *software* (0,8%). Ainda que tenha havido um predomínio das pesquisas que utilizaram apenas estratégias de coleta de dados *on-line* (83,5%), ocorreu também a combinação com outras estratégias como entrevista presencial (10,8%), grupo focal presencial (5,0%), entrevista

por telefone (3,3%), análise documental (1,7%) e observação (0,8%). A maior parte dos estudos utilizou pessoas como objeto de análise (63,6%), enquanto 33,1% analisaram postagens, 2,5% grupos e *sites* e 0,8% vídeos. Segundo os autores, os estudos que utilizaram *chats*, fóruns e grupos focais *on-line* apontaram como benefício ímpar deste tipo de estratégia de coleta de dados a possibilidade de investigar temas sensíveis, que envolvem questões privadas das pessoas e que, por vezes, são difíceis de serem avaliados presencialmente.

Um aspecto que merece destaque é o fato de as amostras acessadas pela internet serem, em geral, de conveniência, já que é muito complexa a seleção de amostras randomizadas ou aleatórias, pois o controle do pesquisador no que tange à seleção e captação de participantes é mínima, devido às estratégias de divulgação habitualmente usadas em estudos pela internet. Outro aspecto digno de nota é que estudos transversais são mais fáceis de serem realizados pela internet, com coleta em um momento único, diferente de estudos longitudinais ou que preveem algum seguimento (*follow up*), por exemplo. No que tange aos participantes, em geral os estudos voltam-se mais para pessoas adultas, alfabetizadas, que saibam manejar computadores, *tablets* ou celulares e que tenham acesso à rede de internet. Esses requisitos levam à dificuldade de acessar, portanto, participantes em potencial que não se enquadrem nessas condições.

Que Tipo de Estudo Pode Ser Feito pela Internet?

Em revisão sobre o tema, Hewson et al. (2016) identificaram que diferentes estudos apontam a necessidade de considerar como os métodos existentes podem ser adaptados para a mediação por internet de forma a fornecer dados comparáveis, fidedignos e válidos, principalmente pelo impacto das possibilidades tecnológicas que têm viabilizado o desenvolvimento de metodologias inovadoras. Para os autores, a questão principal é identificar de que maneira “os diferentes métodos, delineamentos ou características do ambiente virtual impactam na validade, qualidade e integridade dos dados obtidos e nas conclusões alcançadas” (Hewson et al., 2016, p. 38).

Ainda que os levantamentos (*surveys*), quantitativos e transversais, predominem no leque de pesquisas mediadas pela internet, tem havido uma diversificação dos delineamentos, instrumentos e estratégias de coleta de dados possíveis. A Figura 1 sintetiza essas possibilidades, sobre as quais indicar-se-á algumas características. Nesse ponto é importante ressaltar que o delineamento do estudo guarda uma relação direta com seu objetivo, o que traz implicações tanto para o participante quanto para o pesquisador. Por esse motivo, é preciso que o objetivo esteja claramente definido, viabilizando a análise do tipo de estudo mais apropriado, conforme a Figura 1.

Figura 1
Pesquisas em Ambientes Virtuais



Nota. Retirado de Comitê de Ética em Pesquisa. Escola Nacional de Saúde Pública.

Fonte: Sergio Arouca (2020), p. 3.

Uma das características interessantes da internet é a sua capacidade de facilitar níveis sofisticados de interação, recurso que se revela particularmente relevante para a realização de entrevistas *on-line*, tanto individuais como em grupo, favorecendo estudos qualitativos. Hewson et al. (2016) destacam que entrevistas realizadas pela internet, em tempo real de forma síncrona (em *software* de bate-papo ou via plataformas para reunião *on-line*), podem ser conduzidas respeitando preceitos de sigilo e confidencialidade. Os autores assinalam ainda que as formas de comunicação *on-line* podem encorajar a franqueza e reduzir as inibições, sem prejudicar os níveis de *rappor*t, profundidade e reflexividade em entrevistas individuais e em grupos focais em contexto de pesquisa, por exemplo. Benfield e Szlemko (2006) concordam com Hewson et al. (2016) mas alertam que:

O impacto de tal relacionamento (virtual) pode ser imprevisível. Para alguns entrevistados, a carta assinada que acompanha um formato de papel e lápis pode ser mais persuasiva do que um e-mail de um estranho, normalmente

enviado em formato eletrônico. É incerto se a interação face a face com uma pessoa ou o relativo anonimato da internet produziria respostas mais autênticas (p. 3).

Outra vantagem é o acesso a grupos de difícil alcance, como fez Barratt (2012) ao pesquisar jovens australianos usuários de drogas em festas (estimulantes e alucinógenos), visando avaliar a eficácia da realização de entrevistas *on-line* com esses jovens. Estratégias como uso de estilo linguístico apropriado ao grupo, revelação pessoal e humor facilitaram o desenvolvimento de *rapport* e possibilitaram a produção de dados mais detalhados e aprofundados. A pesquisadora concluiu que usuários experientes de drogas estavam mais propensos a se voluntariar para serem entrevistados, se comparados aos novatos; ademais, aqueles que já usavam a internet para conversar sobre drogas consideraram a entrevista *on-line* uma forma aceitável e conveniente para contribuir com pesquisadores da área de álcool e outras drogas.

Outro eixo se refere ao ambiente virtual como campo de pesquisa, com estudos observacionais e documentais. Hewson et al. (2016) esclarecem que:

A distinção entre métodos de observação e análise documental pode, às vezes, ficar confusa em estudos pela internet, mas uma definição útil é que a observação envolve olhar para comportamentos e interações (sejam arquivos de grupos de discussão ou grupos ao vivo, em tempo real) e análise documental envolve olhar para documentos publicados, estáticos, e mídias colocadas na internet como um produto final, por exemplo uma página, blog ou um álbum fotográfico (pp. 52–53).

Nos dias atuais, evidenciam-se diversos grupos de pessoas que interagem com mediação por celulares, *tablets*, computadores, lançando mão de ferramentas diversas: *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *WhatsApp*, blogs, entre outras, gerando grande volume de informações e dados disponibilizados em ambientes virtuais. Hewson et al. (2016) abordam algumas possibilidades de estudos observacionais, dos quais destacam-se as seguintes categorias: arquivos de grupos de discussão; grupos de discussão ao vivo assíncronos; e grupos de discussão síncronos.

Nos arquivos de grupos de discussão ocorre a observação pelo pesquisador de fontes baseadas em texto usando uma abordagem não participante, em delineamento menos intrusivo. Quanto aos grupos de discussão ao vivo assíncronos, trata-se de uma alternativa para acessar arquivos armazenados seguindo discussões assíncronas que acontecem em tempo real, fazendo *logon* regularmente e coletando postagens à medida que aparecem.

Considerando que comunicações assíncronas *on-line* ocorrem durante um longo período de tempo, e não é factível para um pesquisador estar constantemente monitorando uma discussão *on-line*, informações sobre data e hora são

úteis para indicar o período em que qualquer postagem individual foi realizada, por exemplo. Um exemplo de pesquisa que se enquadra nessa categoria, foi a de Aho et al. (citado por Hewson et al., 2016) que realizaram um estudo qualitativo longitudinal, por mais de cinco anos, de relatos de experiências de mães após a morte de um filho, por meio da coleta de mensagens trocadas em sítio de um grupo de suporte privado da internet. Os autores adotaram uma observação não participante, mas divulgaram suas intenções como pesquisadores e obtiveram consentimento dos membros do grupo.

Nos grupos de discussões síncronas ocorrem observações ao vivo, sincronizadas no tempo; e incluem também estudos etnográficos mediados pela internet, chamados de etnografia virtual, em que o pesquisador tem como objetivo ficar imerso em determinada comunidade-alvo, observando interações de forma síncrona. Esses casos, ocorrem, portanto, quando há interação entre pesquisador e participantes, e o primeiro se identifica perante o grupo. São situações que levam à revelação do objetivo do pesquisador, pois é improvável que ocorra a espreita despercebida pelos participantes. Hewson et al. (2016) informam, contudo, que pesquisadores têm relatado observações sem proceder à divulgação explícita ou realização de procedimentos de consentimento no grupo.

O documento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Nacional de Saúde Pública (2020) orienta que estudos de observação (participante ou não), sem identificação do pesquisador, merecem ser analisados com cuidado e cautela. O documento recomenda que:

esta estratégia metodológica é prevista na Resolução 510/16, Cap. 1, Art. 2º., pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente (p. 10).

Vantagens e Limitações de Pesquisas Mediadas pela Internet

As vantagens de fazer pesquisas mediadas pela internet são muitas merecendo destaque as que estão elencadas no presente tópico.

Rapidez de Execução desde o Planejamento até a Finalização do Estudo

Essa é uma vantagem que tem sido citada por vários autores (De Boni, 2020; Menon, 2002), pois algumas etapas da pesquisa podem ser feitas em espaços mais curtos de tempo. Por exemplo, não há necessidade de digitação pois os *softwares* e plataformas para programação e armazenamento dos questionários *on-line* permitem que os dados fiquem registrados, podendo ser transferidos para planilhas como o Excel e/ou *softwares* como o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), por exemplo. Outro aspecto que pode reduzir o tempo do estudo é a obtenção de respostas de forma mais acelerada, encurtando o tempo da coleta de dados, a depender das estratégias exitosas de difusão, divulgação e captação de participantes para a pesquisa.

Facilidade de Implantação da Pesquisa

Com a variedade e flexibilidade de *softwares* e servidores disponíveis para programação e armazenamento de instrumentos *on-line*, as dificuldades iniciais de implantação foram superadas. Os *softwares* que hospedam pesquisas são vários, desde os gratuitos até os pagos, como o *GoogleForms*, *Survey Monkey*, *Qualtrics*, *Lime Survey*, entre outros. Mesmo uma pessoa sem conhecimento de programação consegue implantar um instrumento na plataforma escolhida e disponibilizá-lo para a coleta de dados (De Boni, 2020).

Custo Reduzido

O que pode ampliar os custos de uma pesquisa feita pela internet é a necessidade de compra de um *software* para instalar a pesquisa, pois alguns funcionam melhor e têm mais funções na modalidade paga. Outra despesa se refere à compra de pacotes de dados, de modo a garantir acesso à internet de qualidade. Contudo, os custos se reduzem em função de economia de papel e não impressão de instrumentos, ausência de eventuais deslocamentos para ida ao local de coleta de dados, por exemplo.

O estudo conduzido por Ebert et al. (2018) ilustra a vantagem acerca do baixo custo de estudos pela internet, aportando ainda outras informações. Conduzindo um estudo transversal tipo *survey* feito na Dinamarca, os autores compararam os custos de duas formas de coleta de dados: com questionário em papel enviado pelo correio convencional e instrumento enviado por correio eletrônico (e-mail), analisando ainda taxa de resposta e integridade dos dados (comparação entre o número de valores ausentes nos dois métodos). O objetivo do levantamento foi investigar o comportamento de procura de

ajuda entre cidadãos com necessidade de cuidados de saúde fora do horário comercial. Os instrumentos foram enviados de forma randômica para 3.600 pessoas em cada grupo, sendo que 1.303 (36,29%) responderam ao convite digital e 1.653 (45,99%) ao convite em papel, mostrando maior taxa de resposta no segundo grupo. No entanto, os questionários em papel tiveram mais valores ausentes, o que foi significativo ($p < 0,05$) em cinco das 17 variáveis do estudo. Os custos foram de 1,51 euros por respondente para o grupo que participou por e-mail e de 15,67 euros para os respondentes em papel. Os autores concluíram que embora as taxas de resposta tenham sido mais baixas nos convites feitos pela internet, esta estratégia foi mais econômica e teve um número ligeiramente menor de dados ausentes, se comparado aos questionários enviados pelo correio convencional.

Possibilidade de Número Elevado de Participantes com Amostras Grandes ou com Características Específicas

Esta vantagem decorre da eliminação de barreiras geográficas (o que favorece estudos transculturais) e o alcance de diferentes segmentos populacionais, notadamente quando o recrutamento é feito via redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp*, por exemplo). O estudo conduzido por Geldsetzer (2020) exemplifica essa vantagem ao realizar um levantamento rápido para identificar o conhecimento e as percepções sobre a Covid-19 do público em geral nos Estados Unidos e no Reino Unido. Um questionário *on-line* foi encaminhado a 3.000 adultos residentes nos Estados Unidos e a 3.000 adultos do Reino Unido, que estavam cadastrados na *Prolific Academic* (um *site* para participar de pesquisas pela internet, com estratos por faixa etária, escolaridade e renda, por exemplo). Em curto período de tempo, de 23/2 a 2/3/2020, os pesquisadores obtiveram as respostas de 2986 participantes dos EUA e 2988 adultos residentes no Reino Unido. Ainda que os respondentes estivessem predispostos a serem convidados e participar de pesquisas *on-line* devido ao cadastro específico no qual estavam inseridos, os dados apontam para taxas altas de adesão ao estudo em curto espaço de tempo.

Além de amostras grandes, estudos mediados pela internet favorecem o alcance de amostras específicas que tenham uma característica definida previamente. O estudo de Seidl et al. (2020), voltado para psicólogos que atuavam em serviços de saúde públicos ou privados no Distrito Federal, é um exemplo de participantes com um perfil previamente definido pelos pesquisadores, cuja estimativa do universo era de aproximadamente 300 profissionais à época da coleta de dados. Essa amostra tinha outra característica que era a dispersão geográfica (em algumas unidades de saúde havia um ou dois profissionais de psicologia), dificultando e/ou onerando uma coleta de dados presencial, por exemplo.

Possibilidade de Obtenção de Taxas Elevadas de Resposta

Ainda que esse aspecto varie muito a depender dos objetivos e das características dos participantes do estudo, autores têm observado que tanto *web-surveys* quanto *mail surveys* podem ter taxas de resposta semelhantes. Nesse sentido, Menon e Muraleedharan (2020) afirmam que há diferença em taxas de resposta entre pesquisas feitas exclusivamente por e-mail ou diretamente por meio da web, a depender do público-alvo. Os autores ressaltam o uso crescente de formas híbridas, seja começando de forma personalizada por e-mail e depois disponibilizando via web, ou ao contrário. A partir da análise dos resultados de estudos já realizados, os autores também apresentam algumas formas de aumentar as taxas de respostas, tais como: pré-notificar os respondentes em potencial acerca da pesquisa; apresentar questionários com duração máxima de 20 minutos, sendo recomendado o tempo de 13 minutos; monitorar as respostas por meio de lembretes com conteúdo diversificado em intervalos de 15 dias aproximadamente, entre três e quatro vezes no máximo; além da criação de QR codes para acesso ao instrumento de pesquisa. Assim, a integração dessas duas estratégias, incluindo-as ao longo da coleta de dados, podem ser efetivas visando aumentar as taxas de resposta, ainda que estas dependam dos respondentes e das características da pesquisa (Menon & Mullaredharan, 2020).

Acesso Direto aos Participantes

Essa vantagem se refere ao acesso direto aos participantes sem necessidade de ciência, autorização ou liberação por instituições ou chefias diferenciadas para submissão do projeto a Comitê de Ética em Pesquisa. Em estudos pela internet os respondentes, na maioria das vezes, não participam por estarem vinculados ou filiados a uma instituição, organização ou entidade específica, consentindo apenas como cidadãos ou cidadãs, o que leva à dispensa desse tipo de documento. No entanto, se uma grande empresa, por exemplo, realiza uma pesquisa com seus funcionários de forma *on-line*, de modo que a amostra pertença aos quadros da organização, a declaração de concordância e aceite institucional é exigida por Comitê de Ética em Pesquisa e deve ser providenciada pelos pesquisadores.

No que se refere a limitações, alguns desafios e eventuais prejuízos de pesquisas mediadas pela internet, podem ser elencados.

O Problema da Validade Externa

Esta se refere ao fato de a validade externa ser alcançada a partir da utilização de amostragem probabilística e as coletas de dados via internet tenderem a constituir amostras de conveniência, o que limita a generalização dos resultados das pesquisas (Hewson et al., 2016). Essa limitação é relatada desde as primeiras *websurveys* feitas nos anos 1990, sendo que grupos e instituições de pesquisa tentam desenvolver métodos de recrutamento, amostragem e análise para superá-la. Um dado que complexifica ainda mais essa realidade no contexto brasileiro refere-se à cobertura de internet no país que é baixa, levando à exclusão ou baixa participação de alguns segmentos sociais. Segundo a TIC Domicílios 2019 (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2020), aproximadamente 74% dos brasileiros utilizam a internet; entretanto, quando se considera as classes D e E, essa proporção cai para 57%. Outras barreiras é a ausência de um cadastro único de usuários da internet (como há em alguns países), a dificuldade de quantificação da não resposta e a possibilidade de um usuário responder mais de uma vez o instrumento da pesquisa.

O Fenômeno da Autosseleção

A autosseleção, ou seja, o perfil das pessoas que aceitam participar do estudo “pode estar relacionado aos desfechos, superestimando ou subestimando prevalências e medidas de associação” (De Boni, 2020, p. 2). No caso de estudos em que o anonimato é totalmente assegurado (quando nenhuma informação da pessoa é obtida) – o que é desejável do ponto de vista ético –, é muito difícil garantir que cada participante respondeu apenas uma vez ao instrumento. Esse é outro desafio da chamada autosseleção. Ammen e Praharaj (2020) contribuem com esse tema alertando que em tempos de uso vertiginoso do WhatsApp, e várias pesquisas sendo difundidas por meio desse recurso em especial na pandemia, alguns problemas citados acima podem ser amplificados.

Possibilidade de Quebra de Sigilo e Confidencialidade

Quando os pesquisadores usam *softwares* comerciais, é importante avaliar se o IP do computador (ou outros dados que possam identificar os participantes como o endereço postal e/ou e-mail) é coletado e/ou armazenado junto com informações dadas pelos usuários. Isso porque a possibilidade de associação dessas informações acerca da identificação dos participantes a outras variáveis do estudo, podem configurar violações do anonimato dos respondentes.

Impossibilidade de Monitorar os Comportamentos dos Participantes na Coleta de Dados

Devido à ausência de proximidade física, é impossível monitorar os comportamentos dos participantes na coleta de dados. No modo remoto, não é possível identificar se a pessoa respondeu de forma autônoma sem a interferência de terceiros, se participou sob efeito de substâncias psicoativas, se sua caracterização corresponde ao real ou mesmo se dedicou a atenção necessária à atividade, por exemplo, o que pode reduzir a fidedignidade dos dados e o controle relativo aos resultados (Hewson et al., 2016).

Por fim, merece destacar que os aspectos da autosseleção e a possibilidade de quebra de sigilo e confidencialidade representam grandes desafios na atualidade, particularmente após a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº. 13.709/2018). Tal dispositivo garante ao participante o direito à privacidade, com ênfase na necessidade de anonimização dos dados para evitar divulgação indevida.

Aprimorando a Qualidade de Estudos Mediados pela Internet

Com o objetivo de melhorar a qualidade das pesquisas na web, o *Journal of Medical Internet Research*, por meio do pesquisador Eysenbach (2004), publicou uma lista de verificação para relatar os resultados das pesquisas de forma a garantir descrições completas do método de pesquisa. Conhecido como CHERRIES (*Checklist for Reporting Results of Internet E-Surveys*), tal recurso objetiva auxiliar na identificação se as conclusões de uma pesquisa na web, notadamente os levantamentos (*surveys*), são válidas e úteis a partir da descrição cuidadosa de como e em que contexto a pesquisa foi feita. De qualquer forma, esse *checklist* pode auxiliar o relato de estudos com outros delineamentos.

O objetivo, portanto, é identificar como a amostra que optou por responder foi constituída e o quanto diferiu da representação de uma amostra de base populacional, por exemplo. O autor chama atenção para o fato de que há diferença no cálculo do grau de representatividade e viés da amostra em pesquisas tradicionais e *on-line*. Nas primeiras, o grau de representatividade e viés da amostra é calculado, em geral, a partir da taxa de resposta relativa ao número de pessoas que foram convidadas a participar de determinado estudo, dividido pelo número de pessoas que efetivamente respondeu ao instrumento. Em pesquisas *on-line*, é difícil identificar uma taxa única de resposta. Em vez disso, existem vários métodos potenciais para calcular uma taxa de resposta, dependendo do que é escolhido como numerador e denominador. Por essa

razão, é importante estabelecer métricas de resposta como a taxa de visualização, taxa de participação (completa *versus* parcial/incompleta) e a taxa de conclusão de preenchimento dos instrumentos.

A lista CHERRIES está organizada em oito seções, aqui sintetizadas:

- 1) Delineamento da pesquisa: descrição da população-alvo e a caracterização da amostra;
- 2) Aprovação por Comitê de Revisão Institucional, no nosso caso Comitê de Ética em Pesquisa, e o processo de consentimento informado;
- 3) Desenvolvimento e pré-teste: informações sobre o planejamento da pesquisa, incluindo se a usabilidade e a funcionalidade técnica do questionário eletrônico foram testadas antes de sua divulgação;
- 4) Descrição do processo de recrutamento da amostra, com informações sobre critérios de liberação de acesso ao questionário, contato inicial com os potenciais participantes, como e onde a pesquisa foi anunciada ou divulgada.
- 5) Realização da coleta: indicação se a pesquisa foi postada em um *site* da web ou enviada por e-mail e como as respostas foram capturadas, o contexto de caracterização do *site*: sobre o que é o *site*, quem o está visitando e o que os visitantes normalmente procuram. Essas informações objetivam esclarecer até que ponto o conteúdo do *site* pode pré-selecionar a amostra ou influenciar os resultados. Além disso, é preciso indicar se era uma pesquisa obrigatória a ser preenchida por todos os visitantes que desejassem entrar no *site* ou uma pesquisa voluntária e se foram oferecidos incentivos como uma oferta para aumentar a participação. O período de tempo em que os dados foram coletados, a randomização de itens ou questionários. Outro cuidado é indicar se os respondentes foram capazes de revisar e alterar suas respostas por meio de um botão “voltar” ou uma etapa de revisão que exibe um resumo das respostas e pergunta aos respondentes se estão corretas.

Nesse ponto, o autor enumera uma série de cuidados para evitar vieses: os itens podem ser randomizados ou alternados, determinados itens devem ser exibidos apenas condicionalmente com base nas respostas a outros itens para reduzir o número e a complexidade das perguntas, dar atenção ao número de itens do questionário por página e número de telas, fazer verificações técnicas de consistência ou integridade antes de enviar o questionário, todos os itens devem fornecer uma opção de não resposta, como “não se aplica” ou “prefiro não responder”, e a seleção de uma opção de resposta deve ser aplicada.

- 6) Taxas de resposta: indicar se foram fornecidas taxas de visualização, de participação e de conclusão do instrumento.
- 7) Prevenção de entradas múltiplas de um mesmo usuário: indicar uso de *cookies*, endereço de IP, análise de log e bloqueio de registro de login.
- 8) Análise: informar sobre o tratamento de questionários incompletos, se foram excluídos aqueles cujos tempos de preenchimento foram inferiores ao previsto, com especificação do período de tempo que foi usado como ponto de corte e como esse ponto foi determinado, bem como se foi usado algum método estatístico, como ponderação de itens ou escores de propensão, para ajustar uma amostra não representativa.

Considerando o aumento dos estudos mediados pela internet, a existência de uma lista de conferência como a desenvolvida por Eysenbach (2004) viabiliza o cumprimento de requisitos que impactam de forma positiva no desenvolvimento das pesquisas e tornam mais fidedignos os resultados, conforme preceitos científicos.

Aspectos Éticos de Estudos pela Internet

As Resoluções 466/2012 (Brasil, 2012) e 510/2016 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde são as normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos e objetivam assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Não há no referido documento nenhuma menção a questões éticas relativas à realização de pesquisas pela internet, mas o crescente aumento desse tipo de estudo, bem como a variedade de tecnologia atualmente disponível, tem resultado no aparecimento de questões éticas consequentes ao desenvolvimento de novas possibilidades metodológicas em contextos diferenciados.

Atenta a essa questão, incrementada pela pandemia da Covid-19 que resultou em muitas pesquisas realizadas em ambientes virtuais ou com uso de ferramentas digitais, o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (2020), da Fundação Oswaldo Cruz, publicou o documento “Orientações sobre Ética em Pesquisa em Ambientes Virtuais”, com ênfase no uso de ferramentas digitais para coleta de dados e na consideração do ambiente virtual como campo de estudo.

Em março de 2021, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) divulgou a Carta Circular no 1/2021-CONEP/SECNS/MS (http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Conta_Circular_

01.2021.pdf) que apresenta orientações aos coordenadores de Comitês de Ética em Pesquisa para procedimentos em qualquer etapa em ambiente virtual de forma a preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes. A partir da definição dos termos: meio ou ambiente virtual, forma não presencial, dados pessoais e dados pessoais sensíveis, as informações estão organizadas em quatro seções: 1. Em relação à submissão do protocolo ao Sistema CEP/ CONEP; 2. Em relação aos procedimentos que envolvem contato por meio de meio virtual ou telefônicos com os possíveis participantes de pesquisa; 3. Com relação à segurança na transferência e no armazenamento dos dados; e 4. Quanto ao conteúdo dos documentos tramitados.

É importante destacar que a referida Carta Circular reafirma os mesmos procedimentos de tramitação e cuidados éticos das demais pesquisas que não utilizam a internet, requerendo inclusive o registro de consentimento do participante. Destaque é dado à necessidade de inclusão dos riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas, bem como as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade. É expressamente recomendado ao pesquisador responsável fazer o *download* dos dados, não sendo indicada a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”. Por fim, fica estabelecido que os casos não contemplados neste documento, conflitantes ou ainda não previstos nas resoluções disponíveis, serão avaliados pelos colegiados do Sistema CEP/CONEP.

As pesquisas mediadas pela internet exigem que o pesquisador compreenda as diferenças relativas ao tratamento ético. Estudos *on-line* podem exigir mais atenção a algumas questões. A segurança dos dados, por exemplo, não é exclusiva da pesquisa baseada na internet, mas o pesquisador deve estar ciente de como os dados coletados são armazenados, transmitidos e recuperados para minimizar os riscos de uma exposição indesejada. O mesmo acontece em relação ao processo de anonimização das informações. Quanto maior a vulnerabilidade do participante, maior a responsabilidade de protegê-lo. O fato é que a necessidade de proteger os direitos e interesses dos participantes, o desenvolvimento de estudos dentro de padrões éticos, particularmente no que diz respeito aos princípios da autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade devem ser compromissos de todo pesquisador, independente da metodologia utilizada.

Não necessitam de revisão/aprovação por parte do sistema CEP-CONEP pesquisas que envolvam apenas dados de domínio público e de acesso irrestrito, que não identifiquem os participantes da pesquisa ou revisões bibliográficas.

Considerações Finais

Estimuladas pela pandemia da Covid-19, mas em uso há mais de duas décadas, pesquisas em ambientes virtuais vem se desenvolvendo de forma qualificada e possibilitando acesso a diferentes contextos por meio de metodologias inovadoras. É algo sem volta, devido ao avanço tecnológico e às vantagens relativas a custo, rapidez, alcance geográfico, número de participantes, entre outras. Ademais, a expansão da disponibilidade e uso de tecnologias como smartphones e *tablets* têm grande potencial no sentido de favorecer estudos que usam essa estratégia de coleta de dados. No entanto, políticas públicas que apoiem o acesso da população à internet são necessárias, para que este tipo de método, utilizando meios virtuais, possa ser realizado com êxito em países em desenvolvimento como o Brasil, sem restrição de participação por condição diferente da não opção por tal decisão.

Especificamente em relação à Psicologia, além da crescente expansão de estudos, observa-se o aumento da demanda para análise qualitativa dos dados repercutindo na necessidade de uma formação qualificada para tal fim. Além disso, a consideração dos aspectos éticos é fator crítico para essa modalidade de pesquisa, exigindo um olhar comprometido dos envolvidos para a identificação de situações que podem resultar, inclusive, na revisão das normativas vigentes relacionadas à realização de pesquisas com seres humanos.

REFERÊNCIAS

Ameen, S., & Praharaj, S. K. (2020). Problems in using WhatsApp groups for survey research. *Indian Journal of Psychiatry*, 62, 327–328. https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_321_20

Barratt, M. J. (2012). The efficacy of interviewing young drug users through online chat. *Drug and Alcohol Review*, 31(4), 566–572. <https://doi.org/10.1111/j.1465-3362.2011.00399.x>

Benfield, J. A., & Szlemko, W. J. (2006). Internet-based data collection: Promises and realities. *Journal of Research Practice*, 2(2), 1–15. <http://jrp.icaap.org/index.php/jrp/article/view/30/51>

Bezerra, A. C. V., Silva, C. E. M. da, Soares, F. R. G., & Silva, J. A. M. de (2020). Factors associated with people's behavior in social isolation during the COVID-19 pandemic. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(supl. 1), 2411–2421. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>

Brasil (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 13 junho 2013. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Brasil (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 24 maio 2016. <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

Brasil (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). *Diário Oficial da União* 15 agosto 2018. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm

Comitê de Ética em Pesquisa. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz (2020). *Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais. Versão 1.0*. ENSP/Fiocruz.

De Boni, R. B. (2020). Websurveys nos tempos de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00155820. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00155820>

Ebert, J. F., Huibers, L., Christensen, B., & Christensen, M. B. (2018). Paper or web-based questionnaire invitations as a method for data collection: Cross-sectional comparative study of differences in response rate, completeness of data, and financial cost. *Journal of Medical Internet Research*, 20(1), e24. <https://doi.org/10.2196/jmir.8353>

Eysenbach, G. (2004). Improving the quality of Web surveys: The checklist for reporting results of internet E-surveys (CHERRIES). *Journal of Medical Internet Research*, 6(3), e34. <https://doi.org/10.2196/jmir.6.3.e34>

Faleiros, F., Käppler, C., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. da C., Goes, F. dos S. N. de, & Cucick, C. D. (2016). Uso de questionário *online* e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *Texto e Contexto – Enfermagem*, 25(4), e3880014. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>

Geldsetzer, P. (2020). Use of rapid online surveys to assess people’s perceptions during infectious disease outbreaks: A cross-sectional survey on COVID-19. *Journal of Medical Internet Research*, 22(4), e18790. <https://doi.org/10.2196/18790>

Hewson, C., Vogel, C., & Laurent, D. (2016). Internet-mediated research: State of the art. In C. Hewson, C. Vogel, & D. Laurent (Eds.), *Internet-research methods* (2^a ed., pp. 33–69). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781473920804>

Markham, A., & Buchanan, E. (2012). *Ethical decision-making and internet research: Recommendations from the AoIR Ethics Working Committee (Version 2.0)*. <http://aoir.org/reports/ethics2.pdf>

Menon, G. M. (2002). Using the internet as a tool for research. *Journal of Technology in Human Services*, 19(2/3), 1–4. https://doi.org/10.1300/J017v19n02_01

Menon, V., & Muraleedharan, A. (2020). Internet-based surveys: Relevance, methodological considerations and troubleshooting strategies. *General Psychiatry*, 33, e100264. <https://doi.org/10.1136/gpsych-2020-100264>

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2020). *TIC Domicílios 2019*. <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>

Salvador, P. T. C. de O., Alves, K. Y. A., Rodrigues, C. C. F. M., & Oliveira, L. V. (2020). Estratégias de coleta de dados online nas pesquisas qualitativas

da área da saúde: Scoping review. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 41, e20190297. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190297>

Seidl, E. M. F., Duarte, S. C. E. S., Magalhaes, D. B., & Costa, M. V. (2019). Profile and professional practices of health psychologists of the Federal District. *Trends in Psychology*, 27, 249–264. <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-18>

Torres, T. S., Hoagland, B., Bezerra, D., Garner, A., Jalil, E. M., Coelho, L. E., Benedetti, M., Pimenta, C., Grinsztejn, B., & Veloso, V. G. (2020). Impact of COVID-19 pandemic on sexual minority populations in Brazil: An analysis of social/racial disparities in maintaining social distancing and a description of sexual behavior. *AIDS and Behavior*, 31, 1–12. <https://doi.org/10.1007/s10461-020-02984-1>

CAPÍTULO 8

PESQUISA COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E EM CONTEXTO DE GRANDE COMPLEXIDADE

*Liana Fortunato Costa
Silvia Renata Lordello*

Este capítulo tem como objetivo discutir a pesquisa voltada para a configuração de conhecimento relativo às populações que se encontram em situação de vulnerabilidade, e apresentam sofrimento relativo à complexidade presente nos vários contextos: social, econômico, individual, institucional, de saúde, educacional, de preconceito de gênero, expressão da sexualidade e raça. Os sujeitos que compõem esses grupos são bastante desconhecidos e vários autores nacionais (Costa et al., 2013; Melo et al., 2020; Sousa et al., 2019) e internacionais (Grattagliano et al., 2012; Javaid, 2016; Lowe & Rogers, 2017) concordam nesse ponto.

Grupos vulneráveis são aqueles que não participam de poder e privilégios característicos de determinadas classes sociais, permanecendo alheios à distribuição de recursos financeiros, de estabilidade socioeconômica, de saúde e escolaridade (American Psychology Association – APA, 2015). De forma específica, são os adultos e adolescentes que cometem ofensa sexual; as vítimas de violência de várias naturezas; os cidadãos que têm comprometimento com o sistema justiça; pessoas com baixa escolaridade e /ou analfabetos e /ou de raça ou etnia não hegemônica; dependentes químicos e / ou com graves transtornos mentais; sujeitos que escolhem a expressão de sua sexualidade, constituindo-se em um grande conjunto caracterizado por dramática exclusão social. Todos estes grupos em suas buscas de sobrevivência apresentam subnotificação nas instituições que oferecem atenção psicossocial na saúde, na assistência social ou na justiça. Consequentemente estão fora do âmbito do conhecimento de suas carências, de suas características e não incluídos (plenamente) em planejamento / execução de políticas públicas (Davies et al., 2012).

A pesquisa quantitativa tem grande valor na composição de quadros mais amplos referentes a determinados grupos sociais e permitem oferecer visibilidade e complexidade a serem contempladas na formulação da política pública (Marques & Santos, 2020). A pesquisa qualitativa proporciona as

condições para que fenômenos da intimidade, da obscuridade ou aqueles que possam suscitar vergonha, medo e possível implicação jurídica venham a ser conhecidos em profundidade. Ainda há uma outra dimensão que necessita ser colocada em relevo que é a oportunidade da pesquisa qualitativa construir contexto para oferecimento de ação clínica interventiva e/ou psicossocial, além de treinamento dos profissionais envolvidos (Lordello & Costa, 2013). A interligação dessas duas modalidades de pesquisa amplia a possibilidade de complementariedade e enriquecimento de condições de atenção e ajuda às populações vulnerabilizadas, construindo conhecimento e ações decorrentes.

Pode-se propor duas metáforas que são conexas e formam um quadro mais completo ressaltando a complexidade inerente à vulnerabilidade. A “foto” (pesquisa quantitativa) desvela o problema, o “filme” (pesquisa qualitativa) indica o enredo e os atores. Ambos aspectos são importantes em função da necessidade de compreensão já alcançada e da percepção ainda não vencida. A despatologização dessas populações está vinculada a esses dois aspectos que são consumidos socialmente com preconceito e exclusão. Uma pesquisa que utilize métodos complementares de acesso ao sujeito e/ou à realidade sociocultural pode representar um compromisso com a melhor compreensão da psicologia inerente e subjacente aos fatos que acabam tendo maior visualização social (Sousa et al., 2019).

Em outra linguagem, o movimento de contato e discussão com as ciências sociais orientou os historiadores para os estudos das estruturas (estabilidade), além dos acontecimentos e dos ciclos conjunturais (movimento). Não se trata de construir a história saltando de fato singular a fato singular, o acontecimento (o singular) demarca uma estrutura. Os dados relativos a todo um país são agregados que derivam de múltiplos movimentos menores, constituem médias de experiências locais ou regionais que podem ser extremamente variadas e heterogêneas em seu comportamento. A questão política neste modo de pesquisa ressalta a questão histórica, a responsabilidade social e as preocupações étnico raciais (Gaulejac et al., 2005; Levy, 2001).

O escopo deste capítulo pretende alcançar unicamente uma discussão voltada para a escolha de modos de pesquisa no âmbito qualitativo. Não se tem a veleidade de buscar indicações e/ou respostas para todas as possibilidades de realização de investigações que contemplem os contextos que estão se revelando na atualidade. Reconhece-se, no momento, uma abertura contextual para contato com populações e ambientes que há menos de uma década estavam praticamente inacessíveis. Tal é o caso, como exemplos, de pessoas adultas do gênero masculino que sofrem violências sexuais, ou o reconhecimento de processos de polivitimização de crianças, como uma categoria diferenciada de revitimização, seja sexual ou não. A contribuição

se limita a apresentar alguns modos de pesquisar considerando as peculiaridades da população inserida em determinado contexto, além de refletir a experiência das autoras em suas trajetórias de construção de conhecimento em ambientes pouco explorados.

Os Modos de Pesquisa em Situações Complexas

A construção do conhecimento que possa aquilatar a dimensão complexa dos problemas necessita que o modo de produção seja coerente com esse propósito. Esteves de Vasconcellos (2002) propõe que se adote estas dimensões no paradigma denominado pensamento sistêmico e inclui conhecer aspectos da intersubjetividade, da instabilidade, da complexidade e do contexto. Este ponto significa considerar o macro e o microsistema presentes na sociedade, nas instituições, nas famílias, nos grupos de relacionamentos, a estrutura social, a execução de políticas públicas e seus agentes. A integração de todos esses contextos constitui, exatamente, o pensamento sistêmico, e são aspectos preponderantes em dois tipos de pesquisa descritos a seguir.

A pesquisa ação (Barbier, 2002) e a pesquisa intervenção (Levy, 2001) são modos viáveis de se pesquisar qualitativamente e, simultaneamente, construir modos de atuar e contribuir em política pública. A pesquisa ação (Barbier, 2002) é uma pesquisa na qual a validade dos resultados é testada por meio de processos colaborativos de geração e aplicação do conhecimento do pesquisador em projeto de mudança social, sendo que o objetivo é resolver problemas da vida real com uma perspectiva pedagógica e política. A pesquisa ação possui sua base na compreensão da ação humana direcionada a um objetivo e executada no contexto, abordando questões centrais como a integridade metodológica, cultura, ética e poder (Young et al., 2021). Os problemas da prática metodológica levam ao problema de pesquisa, valorizando o envolvimento grupal e, na Psicologia, há atenção aos problemas da subjetividade e das relações de interdependência.

A perspectiva clínica se configura como um interesse voltado para o sofrimento, escuta e atenção da subjetividade individual, grupal ou social. Levy (2001) aponta que a abordagem clínica se faz presente tanto na pesquisa como na intervenção. A pesquisa intervenção compõe um quadro de demanda social por ações que identifiquem contextualmente o problema e atuem localmente na proposição de soluções. A demanda está baseada na existência de problemas concretos que urgem receber atenção, obter compreensão multi e interdisciplinar e o oferecimento de ações que minorem as circunstâncias de sofrimentos das pessoas envolvidas, seja a população ou equipes profissionais (Levy, 2001).

Frente a essa posição, reconhece-se o lugar da academia como o elo para viabilizar a conexão entre produção de conhecimentos, construção de ação interventiva e influência em política pública. As universidades e os institutos formadores alcançam desde a orientação de futuros profissionais até o treinamento e formação continuada de equipes profissionais já atuantes. Em especial, aponta-se a condição fundamental que existe quando as universidades se interessam e assumem a responsabilidade por aprofundar questões de demandas teóricas e/ou práticas (Tracey, 2017). A missão precípua da universidade se expressa por contribuições que envolvem o ensino (graduação e pós graduação), a pesquisa (projetos de mestrado e doutorado interinstitucionais ou locais), e a extensão que amplia a influência acadêmica com inovações e ações que beneficiam a comunidade não acadêmica.

Para ambos tipos de pesquisa há um conceito fundamental, o da implicação, que é o engajamento pessoal e coletivo do pesquisador com o objeto da pesquisa, com sua prática científica, em função de sua história familiar e da experiência de vida. Além disso, há acréscimo de suas posições sociais no passado e na atualidade das relações de produção e de classe, e de seu projeto sociopolítico de vida. O investimento que se pretende resulta inevitavelmente de que tudo isso seja parte integrante e dinâmica de toda atividade de produção de conhecimento (Partridge & Canavan, 2017).

Os Métodos de Pesquisa que Potencializam a Compreensão das Situações Complexas

Apresentam-se em seguida vários métodos que potencializam, enriquecem e se situam como modo mais justo à exposição do conhecimento que venha a ser produzido sobre as populações em foco deste texto e que serão detalhados uma um. São: estudo de caso, pesquisa documental, etnografia, observação, diário de campo, grupo focal, história de vida, método biográfico, depoimento. Como justo entende-se uma proposta de pesquisa que contemple a complexidade presente nas circunstâncias e que necessita ser considerada e apontada como tal. Ressalta-se o compromisso compartilhado de pesquisadores, sujeitos e contextos em conduzir pesquisas psicológicas de forma crítica, questionando as normas dominantes nos saberes, e sensibilizando os métodos para os aspectos do poder, da desigualdade e da justiça social (Grzanka & Moradi, 2021).

Carece ainda a escolha de método que privilegie o aprofundamento compreensivo de uma situação e que tenha utilidade na pesquisa clínica e na pesquisa de interface da psicologia / justiça / serviço social – o estudo de caso (Berg, 1998). O estudo de caso é uma forma de obter informação que permite se apreender a situação e entender a função dos problemas que estão ali

apresentes, ainda que estejam em organização e apresentação aparentemente paradoxal (Krivzov et al., 2021). Também permite que sejam incorporados vários outros modos de acesso a conhecimento complementar e que ampliam o escopo da realidade enriquecendo, detalhando e dando uma dinamicidade ao objeto da pesquisa que auxilia na execução de resoluções que possam dela advir. O ganho científico maior, e que responde mais adequadamente às necessidades das populações vulnerabilizadas, é a ampliação e melhor entendimento de um determinado evento característico das interações desta população, ganhando sentido a partir desta direção. O estudo de caso é particularmente sensível para a compreensão de situações de violência sexual contra crianças e adolescentes que se caracterizam por intensa interdependência de familiares ou de instituições que atuam na sua proteção (Costa et al., 2013; Lordello & Costa, 2013).

Outra escolha está na pesquisa documental (evidência muda), que cria possibilidades para permitir inserção, mesmo que vagarosa, nestes contextos (Berg, 1998). As populações em foco apresentam-se extremamente desconfiadas por temerem denúncias ou identificações que as levem ao enfrentamento de situações de transgressão e rotulação que as maleficia. Por exemplo, sujeitos adultos respondendo a processo judicial, ou já sentenciados, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sujeitos pertencentes a grupos LGB-TQI+ mostram-se reticentes a aceitarem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por medo de serem identificados e terem sua condição judicial ou social alterada. Nesses casos, a pesquisa documental pode ser uma alternativa porque o material do arquivo não reage ao contato com o entrevistador, oferecendo informações padronizadas e com menor chance de erro de obtenção do dado. Mesmo que o pesquisador observe cuidados éticos, pois os dados disponíveis podem ser bastante intrusivos, obtém-se oportunidade ímpar de se ter contato com dados suficientes.

A etnografia se caracteriza pela tentativa de compreensão aprofundada dos sujeitos a partir de um denso diário de campo. A essência deste método é o entendimento do significado das suas ações a partir da documentação, monitoramento e observação direta (Jerolmack & Khan, 2018). Há uma diferença entre a etnografia e a observação. A etnografia é uma estratégia de investigação, a observação é o procedimento de coleta das informações. O pesquisador utiliza a observação a serviço da etnografia, pois essa é baseada na observação direta, sua principal fonte de informações. Na prática etnográfica, a observação é uma das várias formas de se acessar a informação, mas também pode compreender a pesquisa documental, entrevistas e vários outros modos complementares de acesso ao sujeito (Creswell, 2016; Howitt, 2016).

Em contextos de desconfiança e medo de maior implicação jurídica, como é o caso dos sujeitos cumprindo pena em regime fechado (adultos e/ou

adolescentes) a etnografia pode se apresentar como uma saída proveitosa para se apreender esta realidade tão sofrida e tão desconhecida. Embora a etnografia seja mais vista como uma contribuição metodológica para as ciências sociais, possui grande utilidade para qualquer outra área que se proponha a entender atores sociais, dentre elas a Psicologia. Assim, iniciativas de observação de atores inseridos no sistema justiça, por exemplo, pode encontrar na etnografia uma valiosa ferramenta para se desvelar este universo, como foi realizado por Nogueira et al. (2020) em uma pesquisa com ofensores sexuais adultos do gênero masculino.

A escolha primeira pela observação revela uma dimensão humanista da pesquisa, considerando que o contexto e a cultura importam, além da disposição de conhecer as fricções entre estes espaços. A observação implica em uma interpretação que revela a experiência e trajetória pessoal e social do pesquisador e, por outro lado, induz à estruturação de dados que até então não estavam nem determinados nem organizados (Abott & Scott, 2019). Juntamente com a observação e a etnografia indica-se o diário de campo (jornal da pesquisa, anotações de campo) como outra ferramenta a serviço da revelação das características de determinado problema ou circunstância. O diário de campo corresponde a anotações cotidianas do pesquisador que configuram a trajetória da pesquisa mostrando o caminho, as escolhas os impasses, as decisões que norteiam os procedimentos. Ainda revela a subjetividade e a reflexividade que acompanham o pesquisador em situação de grande complexidade.

O grupo focal é uma entrevista voltada para pequenos grupos que buscam conhecer um tópico de interesse para um determinado grupo e um determinado conjunto de pesquisadores (Souza, 2020). No grupo focal não existe um roteiro de interesse do pesquisador, porém uma disponibilidade em seguir o fluxo das informações que estão sendo apresentadas, e funcionar como um moderador tentando ampliar as dimensões do conteúdo a ser abordado. O grupo focal mostra-se bastante produtivo e útil com aqueles sujeitos que desconfiam das intenções de qualquer grupo de pesquisadores, ou não se mostram disponíveis para oferecerem testemunhos autênticos, por de medo de retaliação ou implicação posterior.

O grupo focal é uma discussão interativa em grupo, na qual o papel do facilitador é crucial ao se mostrar ativo no encorajamento das interações entre os membros sobre as questões de pesquisa. De acordo com Souza (2020), o grupo focal é uma ferramenta com enorme potencial para a pesquisa qualitativa. Entretanto, deve se diferenciar de entrevista em grupo, pois nesse caso, o foco não é a discussão, mas a visão de cada membro individualmente no contexto de grupo. Para Barbour (2009), o papel do moderador se mostra crucial do grupo focal, pois sua postura será decisiva para que atinja seus objetivos. Souza (2020) aponta as vantagens do grupo focal em situações que

os membros não se sentem à vontade para depoimentos individuais, como no caso de populações vulneráveis. Segundo a autora, a situação de grupo ameniza o tratamento a assuntos delicados e não se assemelha a um interrogatório como uma entrevista individual.

Outra opção para a pesquisa qualitativa com estas populações são o método biográfico e a história de vida (Levy, 2001). A escrita da biografia (ou autobiografia) é realizada na primeira pessoa identificando a experiência pessoal, individualizada, e está ligada à tradição da história oral, modo cultural de preservar a experiência e a vida pessoal, refletindo a vida social e a história contemporânea. A escrita em primeira pessoa oferece uma oportunidade de identificação com a situação de vida e alcança uma dimensão política na medida em que esta identificação amplia e estende a individualidade para além da particularidade. Uma variação da biografia é a autobiografia que fornece uma voz para uma subjetividade até então desconhecida, resgatando a processualidade da vida e constituindo-se em aprendizagem possível. Uma vantagem destes modos de pesquisa é a ausência da censura e crítica que o próprio relato contém. É importante apontar que o método biográfico pode e deve ser combinado com a narrativa nas situações em que sujeitos ou não têm escolaridade ou se sentem inseguros para assumir tal tarefa. Uma variante deste modo de pesquisa é o depoimento que se caracteriza por ser uma expressão do pensamento que identifica o coletivo e não necessariamente o pessoal. O objetivo é apreender a dimensão profunda do pensamento coletivo que pode ser de grande interesse de grupos que ainda permanecem na obscuridade e no silêncio (Grzanka & Moradi, 2021; Tracey, 2017).

O método biográfico tem sido um modo de pesquisa característico das ciências sociais e em particular da antropologia, porém mais recentemente autores da sociologia clínica têm proposto esta abordagem para a psicologia. Araujo (2011) lembra que o individual e o social são dimensões em interjogo permanente, colocando luz na relação sujeito-sociedade. As características subjetivas revelam-se na subjetividade social e vice-versa, sendo que a Sociologia caminhou para a sociologia clínica quando se interessou pelo sofrimento pessoal que se interconecta com o sofrimento social. O procedimento ocorre por meio de uma narrativa ou de uma história de vida. A história de vida nem sempre foi vista como modo de pesquisa, isto ocorreu mais recentemente, e a origem e autorização, para tal, veio de uma concepção de que o fato social está contido na narrativa individual, e pode ser apreendido em riqueza desde este ponto. O método trata da compreensão de que o vivido em uma sociedade, ou comunidade, ou classe social, ou pertencimento a um grupo de exclusão, expressa-se por meio da narrativa de um de seus participantes sobre sua experiência. Esta narrativa tem um tempo e se insere em uma relação. O tempo permite a reflexividade e a relação constrói a confiança e o interesse

essencial. A história de vida pode ser vista também como um instrumento de ação clínica (Levy, 2001). Toda interpretação sobre o fato histórico contém uma compreensão da subjetividade na experiência da vida. São os pontos em comum entre as histórias de vida que produzem as mudanças, conectando a objetividade (o fato) e a subjetividade (a significação). A narrativa da história de vida é dirigida a quem escuta (o pesquisador) e a quem fala (o próprio sujeito), oferecendo uma qualidade ímpar, a palavra como é sentida (Gaulejac et al., 2005). Por se tratar de um método que pode oferecer uma conotação política, a história de vida se coloca à serviço de testemunhos, resgates, denúncias de violação de direitos humanos, ou de execução de política pública de violências sociais que ganham cores de extermínio. Este pode ser o público alvo dos pesquisadores que desejam aprofundar uma questão da atualidade, ou uma questão já enraizada e naturalizada na realidade nacional, como juventude abandonada, racismo, preconceito de classe ou de gênero.

Buscou-se, neste ponto, apresentar modos de pesquisa que têm uma exposição já consolidada, e não com o intuito de esgotamento das possibilidades de crescimento de interesses por outros métodos. Considera-se a ampliação de outros projetos que abarquem pesquisas relativas às minorias sexuais e de gênero, à perspectiva do pesquisado ou da subjetividade do pesquisador, e à imensidão de espaço à frente na escolha de modos digitais – respeitando as características culturais e as situações sociais privilegiadas (Tracey, 2017). Há ainda um caminho atual que se volta para modos de pesquisa que podem ser considerados como epistemologias, oferecendo uma apreensão da realidade de situações sociais de grande complexidade: estudos feministas, decoloniais, interseccionais (Barbosa, 2020; Spyer Dulci & Rocha Malheiros, 2021; Silva & Menezes, 2020).

Dimensão Multimétodo – Informação Mais Rica e Ampla

A utilização de mais de um modo de pesquisar é uma possibilidade para se alcançar uma compreensão mais íntegra do pesquisado e do contexto ao qual pertence. Além disso, quando diversos modos de entrar em contato com a informação são escolhidos, há a potencialização da condição do pesquisado conseguir oferecer dados essenciais e complementares. Com a população em questão, um só jeito de acessar a informação diminui a possibilidade de sucesso (Flick, 2009).

A complementariedade entre diferentes métodos privilegiam a inter-subjetividade, regatando uma dimensão de relações que tem importância na apreensão da realidade dessas pessoas, e restaurando o cunho político e seus efeitos na sociedade. Os avanços na pesquisa qualitativa em direção à adoção de métodos mistos, novos modos ou diferentes abordagens, aponta novas

fronteiras metodológicas. A complementariedade presente na escolha multimétodo pode oferecer uma sofisticação metodológica e uma sensibilidade ao poder sempre presente na geração dos resultados e da interpretação final (Grzanka & Moradi, 2021).

Os Contextos nos quais a Visão de Complexidade Proporciona Conhecimento mais Amplo e Útil

É largamente conhecido que as situações de violência sofridas na infância e na adolescência têm profundo impacto na vida futura das vítimas. Estudos, como os de Wolfe (2018) e de Pavani et al. (2020), apontam que o conhecimento destas ocorrências o mais cedo possível diminui os gastos econômicos futuros. A questão do acesso às idiossincrasias e aos problemas da população de interesse deste texto diz respeito a muitos saberes, a várias áreas de atuação e instituições. Quanto mais cedo se oferece uma atenção psicossocial a esta população vulnerabilizada, menos oneroso será para estas instituições, principalmente as governamentais. Trata-se, então, de pesquisa de interesse público. A pesquisa é fundamental porque desvela os caminhos tortuosos percorridos por esta população que tendem a permanecer ocultos ao longo do tempo (Letourneau et al., 2018). A pesquisa qualitativa detalha e amplifica os contextos de vulnerabilidade, onde estão as pessoas desses contextos e como vivem.

Os contextos mencionados neste item são, em sua maioria, de interface, ou seja, estão sob dependência de decisões advindas de várias instituições: sobrevivência com baixa renda ou com auxílio governamental; desemprego; instituições de ação psicossocial (p. ex: Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS; Centro de Referência em Assistência Social-CRAS); instituições da justiça (por ex., Defensoria Pública, Ministério Público); instituições da saúde (por ex: Centro de Atenção Psicossocial-CAPS; Centro de Especialidades e Referência no Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar, Doméstica-CEPAV). Ainda se tem as instituições que somam ações e profissionais de diferentes disciplinas como é o caso de crianças e adolescentes colocados em instituição de acolhimento. Essa população, em particular, depende de decisões da justiça, da assistência social, da educação em vários escalões. Na verdade, pode-se dizer que estes contextos também participam do aumento da vulnerabilidade e isolam a população dos contextos de pesquisas, porque são também indivíduos que se encontram dependentes de grandes instituições nacionais, como é o caso do SGD (Sistema de Garantia de Direitos) (Bastos & Costa, 2020) ou o Sistema Único de Saúde (SUS) (Letourneau et al., 2018; Macedo et al., 2021). Pesquisadores que se aventurem por estes contextos precisam despertar

interesse na instituição e no indivíduo, promover acesso ao contexto por meio de colaboração e, ainda, expressar capacidade de responder às exigências e rigores metodológicos da pesquisa (Gaulejac et al., 2005; Grattagliano et al., 2012; Levy, 2001).

Os Participantes de Pesquisas em Contextos de Vulnerabilidade

Os contextos de atendimento à saúde e à assistência social juntamente com a inserção no sistema justiça apresentam uma grande presença de sujeitos pertencentes a estas populações vulneráveis e envolvidos com problemas que são de naturezas variadas: vítimas e perpetradores de violência sexual e de várias outras violências; grupos em situação de exclusão social por razão de raça ou de orientação sexual; pessoas com graves transtornos mentais e população de rua. Apesar de já se terem documentos norteadores de política de acolhimento, oferecimento de ações sociais ou de saúde (Ministério da Saúde, 2013; Reis, 2018) destinados a estas pessoas, ainda há um profundo desconhecimento das características e necessidades destas populações, em face de preconceitos permanentes que afastam as condições de acesso e colaboração (Decker et al., 2018). Políticas públicas formuladas para grupos étnicos / raciais / inseridos econômica ou socialmente de forma periférica ou em desvantagem, necessitam ter amparo no conhecimento mais próximo possível da realidade. Uma perspectiva humanista destas populações requer um conhecimento da vida social e do pertencimento a redes de apoio natural, da vida afetiva e familiar (mesmo que rompida), da resiliência presente na história de vida, no potencial cognitivo. Se não, corre-se o risco de serem inócuas, teóricas, irreais, e sem utilidade. Várias publicações atuais dispõem-se à elaboração de críticas que caminham neste sentido: Costa et al. (2020); Melo et al. (2020); Nogueira et al. (2020); Sousa e Helal (2015).

De modo geral, pode-se apontar que o pesquisador para inserção nesses contextos precisa valer-se de coragem, tolerância, capacidade de observação em silêncio, percepção positiva sobre a comunidade pesquisada, compreensão com as limitações, posição de não julgamento. Pessoas que já tiveram experiência de sofrimento por preconceito, por vivência de violência institucional (sentença judicial cumprida em regime fechado, por exemplo), inserção (mesmo que temporária) no sistema judicial, violência sexual, ameaças da vida, apresentam medo, desconfiança, isolamento, evitação de contatos com pessoas (de modo geral), pois não sabem o que pode representar de perigo uma fala espontânea ou sem filtro. Oferecer informação para uma pesquisa pode ser vista como algo perigoso por parte do informante: Costa (2008); Costa et al. (2013); Grattagliano et al. (2012); Hlavka (2016); Javaid (2016); Meneses et al. (2016).

Algumas características sobre esta população necessitam ser ressaltadas porque estão diretamente vinculadas ao modo de acesso e obtenção das informações. Deve-se apontar desde o início que o principal dilema desta população é a questão da sobrevivência que ocupa todo o investimento socioambiental e afetivo da vida. Isto afeta potencialmente a sociabilidade do sujeito e o ingresso e permanência no grupo de pares, determinando condições de isolamento (Wolfe, 2018). Também, por uma questão de sobrevivência associada a uma baixa escolarização, observa-se uma diminuição da motivação para reflexão, e a utilização maior de um pensamento concreto e imediato na resolução de problemas. Não se está aqui fazendo generalizações e/ou associações permanentes com um determinado grupo social, mas tão somente indicando possíveis entraves para a decisão sobre quais instrumentos e modos de acesso ao campo, e a obtenção de informações (Grzanka & Moradi, 2021). Mesmo que cause estranheza e espanto é necessário dizer que ainda existe analfabetismo no Brasil, abrangendo a população como um todo e não somente em idade mais avançada, como seria de se supor (Penso et al., 2016; Tavares & Montenegro, 2019).

A literatura nacional (Costa et al., 2013; Lordello & Costa, 2017) e internacional (Hlavka, 2016; Willis & Levenson, 2016) tem apontado que a experiência de vida em situação de vulnerabilidade e/ou de violência contínua traz consequências para a formação da autoestima. Estes autores vão dar ênfase neste aspecto a partir de estudos clínicos nos quais fica muito evidente o sofrimento inerente a esta condição, que se mostra como um não reconhecimento de recursos internos afetivos e emocionais, uma autocrítica exacerbada, uma desvalorização da própria experiência de vida e expressão da resiliência. A sobrevivência moldada pelo pertencimento a periferia geográfica ou a exclusão social induz a uma autopercepção de pouca valia. Do mesmo modo, há um não reconhecimento de direitos sociais e um não exercício da cidadania que levam a uma alienação de sua subjetividade, que provem da experiência de tentar inserção em vários grupos sociais (Gaulejac et al., 2005). E, ainda com referência à escolaridade, pode-se observar dificuldade de comunicação, o que pode gerar uma falsa ideia de pouca participação. Esta concepção pode ser capciosa na medida em que a comunicação / participação não ocorra nos moldes dos hábitos acadêmicos (Costa et al., 2020). O impacto da escolha por um instrumento, preenchido a partir da habilidade de leitura fluida e comparativa, pode ser grande sobre um respondente que não possua tal condição. Acresce-se acesso e habilidade para contato com meios digitais e de mídia. Há que se questionar para que tal escolha não termine por funcionar como um “atestado” de incompetência por parte do pesquisado.

Em relação às famílias, reconhece-se que são um grupo que sobrevive por meio da dependência da escola, da assistência social, da saúde, da justiça, do

repasso de recursos do governo, da caridade. Qualquer análise sobre estas pessoas precisa considerar esta dependência e o quanto isto afeta as informações obtidas, e o quanto o modo de acesso necessita levar em conta que a família, muitas vezes, não se apresenta por si mesma, mas “carregando” outros atores que são importantes de serem escutados e/ou observados (Costa et al., 2013). Uma questão delicada e pouco estudada é o repasse de auxílio governamental a essas famílias, e o impacto dessa condição na opção ou não de participar de pesquisas. Sobre os grupos que apresentam maior vulnerabilidade social e psíquica, a questão é o cuidado na não discriminação e ao mesmo tempo, a atenção em oferecer suporte social e dar voz a esses conjuntos, evidenciando a pesquisa com uma ação política (Moller et al., 2021; Young et al., 2021). Sujeitos que estão em acompanhamento ou atendimento profissional com interface justiça, educação, assistência social, psicologia, precisam ser considerados sujeitos de direitos. Assim, se beneficiarem de maior criatividade nas pesquisas que gerem uma política mais eficaz com evidentes investimentos visíveis (Grzanka & Moradi, 2021).

Em relação às famílias, observa-se a grande necessidade de articularem-se aos serviços prestados pela saúde, assistência social, justiça e projetos sociais de naturezas diversas. As populações vulnerabilizadas precisam ser incluídas na pesquisa, mas com todo o cuidado para que procedimentos e instrumentos não sejam elitizados e excludentes. A depender dos procedimentos escolhidos, corre-se o risco de manter estereótipos e promover revitimizações por meio de um insensível processo de construção de informações. Conforme advertem Costa e Mendes (2021), o conceito de fatalismo é aceito com um pressuposto nas populações vulneráveis, associando-o a conformismo e resignação a qualquer circunstância. Desconsidera-se o conceito histórico de desigualdades produzidas pelas circunstâncias históricas e passa-se a responsabilizar o indivíduo concebendo-o como subalterno, inferiorizando-o por suas questões cognitivas, comportamentais e afetivas. Para os autores, torna-se importante problematizar visões deterministas como teorias de carência social e cultura da pobreza, criticar visões de docilização, patologização e ajustamento e investir em práticas emancipatórias que viabilizem processos de conscientização e que permitam expressão e ação.

Análise das Informações – A Interpretação Privilegia O Que Está Presente e Não O Que Falta

Diante de todos estes aspectos apontados até então, o mais importante é o que o sujeito tem a dizer sobre o que sabe, vivência e o discurso decorrente. A interpretação das informações obtidas é um ato político, não pode prejudicar, desvalorizar ou colocar em cheque nem o sujeito e nem o grupo que fala

através deste sujeito. A organização e valorização desta parte da pesquisa tem a peculiaridade de ser veículo para despertar interesse ou ensinar um outro pesquisador. Trata-se de interpretação, de reflexão e não de comparação. Um dado não tem menos ou mais valor porque uma pessoa disse ou porque muitos disseram (Flick, 2009). A interpretação (Hermenêutica) é compreensão, significação, construção de sentido, é desdobrar o próprio processo reflexivo buscando se aproximar das contribuições que o entrevistado ofereceu por meio de sua experiência de vida (Palmer, 1969). Outro aspecto a ser ressaltado é que a pesquisa qualitativa defendida neste texto considera, de forma indissociada, a subjetividade principal do pesquisado e a do pesquisador, ainda mais se este tem experiência e atua no contexto da pesquisa (Nicholas & Goodyear, 2020). Faz-se necessário ainda ressaltar que o pesquisador tem a seu favor a opção de uso de vários softwares que auxiliam na organização dos temas obtidos para análise, respeitando a independência e criatividade do pesquisador (Flick, 2009).

Questões Éticas do Pesquisador e do Projeto

Quando se pensa em populações vulneráveis, e nos temas delicados que as envolvem, é primordial pensar na condução e nas atitudes dos pesquisadores que estão envolvidos nesse trabalho. Conforme apontam Lordello e Silva (2017), a ética em pesquisa é uma postura que vai além de normativas e regulamentos, pois nenhum documento regulatório é capaz de dar conta da complexidade de situações que o pesquisador irá se deparar. Entretanto, até mesmo em documentos, essa reflexão passou a ser possível com as inovações decorrentes da Resolução 510/2016 (Conselho Nacional de Saúde, CNS, 2016). Conforme as autoras apontam, por se tratar de uma Resolução do CNS voltada às Ciências Humanas e Sociais (CHS), sua redação contempla inovações em relação aos documentos anteriores, como o reconhecimento do conceito de ética como construção histórica, social e cultural e o reconhecimento do caráter pluralista das investigações e metodologias, diferenciando-se das concepções biomédicas hegemônicas.

Essa Resolução (CNS, 2016) traz ainda um aspecto fundamental que é a relação pesquisador-pesquisado, considerando-a como um processo dialógico, reflexivo e não hierárquico. Mas como viabilizar isso na prática? O primeiro passo é ter consciência da magnitude dessa responsabilidade e perceber o quanto os pesquisados e as comunidades são impactadas pela pesquisa. É fundamental se comprometer com cuidados éticos que impeçam qualquer espetacularização da vulnerabilidade em tela e tomar todas as medidas para evitar delineamentos de coleta de dados nos quais as pessoas tenham a sensação de que estão sendo objetificadas. O relatório final, resultado da pesquisa,

deveria passar por uma respeitosa leitura, se possível, realizada pelos próprios pesquisados. Costa et al., (2017) ressaltam a importância do compromisso social do pesquisador em abordar vulnerabilidades sociais, principalmente em se tratando de um país marcado pela desigualdade social histórica e com políticas públicas que nem sempre são acessíveis a todos, o que torna esse tipo de pesquisa fundamental para descortinar as iniquidades e mais do que isso, promover ações propositivas e emancipatórias.

Uma pesquisa que pretende envolver esse grau de responsabilidade social precisa ter clareza sobre a implicação do pesquisador, não só com o cenário e a construção das informações, mas enxergar-se como partícipe do processo, desde sua primeira visita ao campo. Isso traz uma dimensão que contraria qualquer pressuposto positivista de neutralidade e ao contrário, torna o pesquisador capaz de perceber sua transformação pelo processo de pesquisa. Além disso, sua ação vai muito além de produzir conhecimento científico. Há um dever implícito de catalisar todas as intervenções internalizadas pelos pesquisados como parte de uma construção que permanece e que se torna recurso para sua emancipação na condição de autores de seus processos de desenvolvimento. A pesquisa com populações vulneráveis não pode ser vista como episódica e pontual, faz parte da realidade e é devolvida para a realidade, sem pretensões de uma busca de ajustamentos curativos ou impostos, mas como uma construção que permanece e que desperta processos de conscientização irreversíveis.

Esta percepção emancipatória e política deve estar presente desde a construção do projeto, no que diz respeito ao atendimento e atenção à população pesquisada, que é enviado ao Comitê de Ética. Os projetos a serem avaliados por este comitê precisam conter, de forma clara e explícita, a noção do pesquisador de que se trata de uma situação que poderá apresentar efeitos pós período da pesquisa. Desta forma, há necessidade de indicação de atenção (terapêutica ou outra qualquer) garantida aos pesquisados. Além disso, deve-se considerar a responsabilidade social com a entrega de textos publicados destinados à comunidade acadêmica, e de outros produtos destinados à comunidade não acadêmica (Lordello & Costa, 2017).

Por fim, talvez possa se reconhecer que este tipo de pesquisa não deva ser indicado para todos. Há necessidade de que os pesquisadores possuam alguns atributos que, se não estiverem já presentes, sejam incentivados e desenvolvidos. Requer-se, sem dúvida, uma capacidade e desejabilidade de vinculação, que permita ir além de curiosidade sobre seus temas ou fenômenos de interesse ou curiosidade. Uma postura ética, nesse tipo de pesquisa, envolve uma preocupação constante com o processo, mais do que com os resultados. E quando esse resultado chega, que seja instrumento de viabilidade de direitos, de luta por acesso às políticas e que reverbere em insumos

legítimos de combate às violações de direitos. É preciso assumir os riscos e desafios que envolvem tais posturas, pois são escolhas do pesquisador. Para auxiliar a reflexão cabe o questionamento constante de quem ganha e quem perde com sua atuação? O que se torna visível e o que pode se tornar silenciado? Isso ajuda a pensar que a pesquisa com populações vulneráveis e contextos de grande complexidade são instrumentos para a justiça social e para tanto, um olhar multidimensional que agregue todos esses desafios será sempre desejável, e mais do que isso, requerido.

REFERÊNCIAS

Abott, L., & Scott, T. (2019). Reflections on researcher departure: Closure of prison relationships in ethnographic research. *Nursing Ethics*, 26(5), 1424–1441. <https://doi.org/10.1177/0969733017747959>

American Psychology Association (APA) (2015). *Violence & Socioeconomics Status*. <http://www.apa.org/pi/ses/resources/publications/factsheet-violence.aspx>.

Araujo, A. M. (2011). Interjuego de lo psíquico y lo social. In A. M. Araujo (Ed.), *Sociologia Clínica. Una epistemologia para la acción* (pp. 21–26). Psicolibros.

Barbosa, C. P. (2020). Epistemologia feminista enquanto uma ramificação da epistemologia social: Uma análise a partir de Donna Haraway e Sandra Harding. *Intuitio*, 13(1), 1–11. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-4012.2020.1.35521>

Barbier, R. (2002). *Pesquisa-ação*. Plano.

Barbour, R. (2009). *Grupos Focais*. Artmed.

Bastos, K. R. P., & Costa, L. F. (2020). O adolescente autor de ofensa sexual: Da denúncia à responsabilização jurídica. *Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2). <https://org.com.br/105433/2236-6407.2020v11n2p76>

Berg, B. L. (1998). *Qualitative research methods for the social sciences*. Allyn & Bacon.

Conselho Nacional de Saúde (CNS) (2016). *Resolução nº 510/2016, de 7 de abril de 2016*. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

Costa, A. B., Brum, G. M., Zoltowski, A. P. C., Dutra-Thomé, L., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., & Koller, S. H. (2020). Experiences of discrimination and inclusion of Brazilian transgender people in the labor market. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, 20(2), 1040–1046. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.2.18204>

Costa, L. F. (2008). Peculiaridades e cuidados da pesquisa com famílias de baixa renda. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 1(1), 17–23. <https://issuu.com/abratef/docs/revistaabratef2011>

Costa, L. F., Wolff, L. S., Tavares, A. S., Nogueira, R. N., & Marra, M. M. (2020). Treatment to adult perpetrators of intrafamilial sexual abuse in Brazil: Psychodrama as strategy. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 28(1), 5–15. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.19163>

Costa, L. F. et al. (2013). Atendimento às famílias em contexto de grande complexidade. In M. R. D. Seixas & M. L. Dias (Eds.), *A violência doméstica e a cultura da paz* (pp. 125–135). Roca.

Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Dialética do fatalismo: Do fatalismo dos indivíduos para o da ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 682–702. <https://10.12957/epp.2020.52593>

Costa, V. H. L. B., Landim, I. C., & Borsa, J. C. (2017). Aspectos éticos das pesquisas em psicologia: Vulnerabilidade versus proteção. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 16–26. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6272466>

Creswell, J. W. (2016). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.

Davies, M., Gilston, J., & Rogers, P. (2012). Examining the relationship between male rape myth acceptance, female rape myth acceptance, victim blame, homophobia, gender roles, and ambivalent sexism. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(14), 2807–2823. <http://dx.doi.org/10.1177/0886260512438281>

Decker, M., Littleton, H. L., & Edwards, K. M. (2018). An update review of the literature on LGBTQ+ intimate partner violence. *Current Sexual Health Reports*, 10, 265–272. <https://doi.org/10.1007/s11930-018-0173-2>

Esteves de Vasconcelos, M. J. (2002). *Pensamentos sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Papirus.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Artmed.

Gaulejac, V., Rodriguez Marquez, S., & Taracena Ruiz, E. (2005). *Historia de vida: Psicoanálisis y sociologia clínica*. Editora de la Universidad Autonoma de Querétaro.

Grattagliano, I. et al. (2012). Female sexual offenders: Five Italian case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17, 180–187. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2012.01.001>

Grzanka, P. R., & Moradi, B. (2021). The qualitative imagination in counseling psychology: Enhancing methodological rigor across methods. *Journal of Counseling Psychology*, 68(3), 247–258. <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000560>

Hlavka, H. R. (2016). Speaking of stigma and the silence of shame? Young men and sexual victimization. *Men and Masculinities*, 1–24. <http://dx.doi.org/10.1177/1097184X16652656>

Howitt, D. (2016). *Qualitative research methods in psychology*. Pearson.

Javaid, A. (2016). Feminism, masculinity and male rape: Bringing male rape ‘out of the closet’. *Journal of Gender Studies*, 25(3), 283–293. <http://dx.doi.org/10.1080/09589236.2014.959479>

Jerolmack, C., & Khan, S. (2018). *Approaches to ethnography: Analysis and representation in participant observation*. Oxford University Press.

Krivzov, J. et al. (2021). La falta de informes de fracaso en los estudios de casos de psicoterapia publicados: Implementar la investigación y la práctica para eliminar la “ilusión”. *European Journal of Psychotherapy & Counselling*, 23(2). <https://doi.org/10.1080/13642537.2021.1923051>

Letourneau, E. J., Brown, D. S., Fang, X., Hassam, A., & Mercy, J. A. (2018). The economic burden of child sexual abuse in the United States. *Child Abuse & Neglect*, 79, 413–422. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.02.020>

Levy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais*. FUMEC/Autêntica.

Lordello, S. R. M., & Costa, L. F. (2013). A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 127–135. <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/revistas/index.php/pssa/article/viewFile/39/57>

Lordello, S. R. M., & Costa, L. F. (2017). Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: Uma leitura construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 59, 52–70. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-78412017000300005

Lordello, S. R. M., & Silva, I. M. (2017). Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde: um panorama geral. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 6–15. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36991>

Lowe, M., & Rogers, P. (2017). The scope of male rape: A selective review of research, policy and practice. *Aggression and Violent Behavior, 35*, 38–43. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2017.06.007>

Macedo, J. P., Silva, B. I. B. M., & Dimenstein, M. (2021). Formação em psicologia e políticas de qualidade: Desafios para atuar no SUS. *Psicologia em Pesquisa, 15*(1), e30067. <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.30067>

Marques, D., & Santos, E. R. (2020). Capital social e a participação dos usuários do SUAS no Rio Grande do Sul: Um estudo de política pública. *Redes, 25*(n. especial), 1973–1995. <http://dx.doi.org/10.17058.v25i4.14078>

Melo, I. R., Amorim, T. H., Garcia, R. B., Polejack, L., & Seidl, E. M. F. (2020). O direito à saúde da população LGBTQ: Desafios contemporâneos no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Psicologia & Saúde, 12*(3), 63–78. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1047>

Meneses, F. F. F., Ströher, L. M. C., Setúbal, C. B., Wolff, L. S., & Costa, L. F. (2016). Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Contextos Clínicos, 9*(1), 98–108. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.08>

Ministério da Saúde (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Moller, N. P., Clarke, V., Braun, V., Tischner, I., & Vossler, A. (2021). Qualitative story completion for counseling psychology research: A creative method to interrogate dominant discourses. *Journal of Counseling Psychology, 68*(3), 286–298. <https://doi.org/10.1037/cou0000538>

Nicholas, H., & Goodyear, R. (2020). Supervision of a sample of clinical and counselling psychologists in the UK: A descriptive study of their practices, processes and perceived benefits. *The European Journal of Counselling Psychology, 9*(1), 41–50. <https://ejcop.scholasticahq.com>

Nogueira, R. N., Costa, L. F., Passarela, C. F. T., & Setubal, C. B. (2020). Apreensão do sofrimento do adulto ofensor sexual em intervenção psicossocial: Uma etnografia. *Subjetividades, 20*(1), e9713. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e971310.5020/23590777.rs.v20i1.e9713>

Palmer, R. E. (1969). *Hermenêutica*. Edições 70.

Partridge, N., & Canavan, S. (2017). Researcher–client and participant–therapist reflecting relationally on a research conversation. *Counselling and Psychotherapy Research*, 17(1), 25–33. <https://doi.org/10.1002/capr.12100>

Pavani, F. M., Kantorski, L. P., Brum, A. N., Wetzel, C., & Silva, A. B. (2020). Violência infantil e sua interface no trabalho na atenção psicossocial infantojuvenil: Percepções de Profissionais da Saúde. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 12(31), 40–59. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69734/43288>

Penso, M. A et al. (2016). Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. In L. F. Habigzang, L. C. A Williams, & P. I. Gomide (Eds.), *A outra face da violência. Agressores em múltiplos contextos* (pp. 67–80). Juruá.

Reis, T. (Ed.) (2018). *Manual de comunicação LGBTQ+ (2ª ed)*. Aliança Nacional LGBTQI / GAY LATINO.

Silva, R. A., & Menezes, J. A. (2020). A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), e –3252. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400010&lng=pt&tlng=pt

Sousa, E. T., Amaral, M S., & Santos, D. K. (Eds.) (2019). *Psicologia, travestilidades e transexualidades. Compromissos ético-políticos da despatologização*. Conselho Regional de Psicologia – CRP 12 / Tribo Ilha.

Sousa, M. B. C. A., & Helal, D. H. (2015). Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais: Análise descritiva e utilização de dados secundários para pesquisa e prática. *Revista Bagoas – Estudos Gays: Gênero e Sexualidade*, 9(13). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9656>

Souza, L. K. (2020). *Recomendações para a realização de grupos focais na pesquisa qualitativa*. *Psi UNISC*, 4(1), 52–66. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v4i1.13500>

Spyer Dulci, T. M., & Rocha Malheiros, M. (2021). Um giro decolonial à metodologia científica: Apontamentos epistemológicos para metodologias

desde e para a América Latina. *Revista Espirales*, (ed. esp.), 174–193. <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>

Tavares, A. S., & Montenegro, N. M. S. (2019). Intervenção psicossocial com adolescentes que cometeram ofensa sexual e suas famílias: o Grupo Multifamiliar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, *XVIII*(64), 82–104. <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n64a04>

Tracey, T. J. G. (2017). The scientific future of counseling psychology: Five specific areas of predictions. *Journal of Counseling Psychology*, *64*(4), 347–348. <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000234>

Willis, G. M., & Levenson, J. S. (2016). The relationship between childhood adversity and adult psychosocial outcomes in females who have sexually offended: Implications for treatment. *Journal of Sexual Aggression*, *22*(3), 355–367. <https://doi.org/10.1080/13552600.2015.1131341>

Wolfe, D. A. (2018). Why polyvictimization matters. *Journal of Interpersonal Violence*, *33*(5), 832–837. <https://doi.org/10.1177/0886260517752215>

Young, R. A., Domene, J. F., Valach, L., & Socholotiuk, K. (2021). Exploring human action in counseling psychology: The action-project research method. *Journal of Counseling Psychology*, *68*(3), 331–343. <https://doi.org/10.1037/cou0000533>

CAPÍTULO 9

RECHERCHE PSYCHANALYTIQUE ET DISPOSITIF DE GROUPE AVEC LES ENFANTS ET ADOLESCENTS VULNERABLES

*Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil
Maeva Moreau
Teresa Rebelo
Fatimata Traoré
Martine Chaumet
Didier Drieu*

La prise en charge des enfants et des adolescents vulnérables en groupe, a conduit des chercheurs au Brésil et en France à construire un espace de réflexion, de recherche et de pratique thérapeutique avec une orientation psychanalytique visant ce segment de la population. Ainsi, ce chapitre présente comment ces chercheurs, ont proposé des investigations cliniques dans l'espace de groupe dans des contextes de vulnérabilité dans le champ des politiques publiques. Le premier axe du chapitre aborde le rôle du dispositif de groupe pour la psychanalyse et la manière de travailler en groupe avec des enfants et adolescents et son rôle en tant que dispositif clinique. Un deuxième axe discute le dispositif clinique et le dispositif de recherche, les enjeux et limites de ces domaines, et enfin présente des fragments des expériences au Brésil et en France de recherche de groupe avec cette population.

Qu'est-ce qu'un groupe? Bleger (1980) rappelle que le groupe peut être défini comme un ensemble d'individus qui interagissent les uns avec les autres et vivent une certaine sociabilité sur fond d'indifférenciation. Dans le groupe thérapeutique, l'auteur souligne qu'à ces qualités s'ajoute, un membre doté d'une fonction particulière, le thérapeute, qui assume un rôle prédéterminé pour conduire le groupe. Or, pour qu'un groupe clinique existe, il faut que les thérapeutes occupent une certaine place et maintiennent la stabilité des rencontres, dans lesquelles différentes personnes, jusque-là séparées, vont pouvoir se rencontrer et construire une coexistence d'échange et de symétrie. En ce sens, Bleger (1980) rappelle que le travail de groupe ne dépend pas exclusivement du développement des connaissances et de l'amélioration de la technique, mais aussi de la manière dont le thérapeute manie et gère le groupe

(son climat), ce qui implique la mise en place à partir de l'inter-contre-transfert, d'une méthodologie de travail articulant une approche du cadre et celle du processus thérapeutique. Il s'agit d'anticiper sur la manière dont on peut utiliser les techniques et les théories qui soutiennent le travail avec le groupe.

La psychanalyse sensible au contexte social qui entoure le sujet depuis Freud, apporte des contributions pour comprendre le rôle du groupe dans la vie psychique. Freud, dans son livre intitulé psychologie des masses et analyse du moi (1921), affirme que la psychologie individuelle est en même temps une psychologie sociale. Freud a voulu attirer l'attention sur la dynamique relationnelle traversée par la culture et sa résonance dans la vie psychique. À partir des travaux de Le Bon et McDougall, Freud défend la manière d'agir et de ressentir dans l'espace collectif, qui peut être différente de celle où l'individu est seul. Freud ouvre une perspective pour la psychanalyse dans la discussion avec d'autres disciplines, comme la sociologie, en abordant le rôle de la culture et du groupe pour la psyché. S'appuyant sur l'héritage freudien et l'approche de la psychosociologie, Anzieu (1971, 1999) et Käs (1993, 2015) ont montré que les processus de groupe ne peuvent se réduire à la somme des processus individuels, mais se penser davantage comme des processus relevant d'autres espaces, ceux liés aux origines de la vie psychique, à savoir les rapports intersubjectifs (les liens et alliances) et transsubjectifs (les groupes et grands ensembles). C'est ainsi que le sujet dans un groupe – « se manifeste en groupe non seulement comme le sujet dans le groupe, mais surtout dans son double statut, corrélatif, de sujet de l'inconscient et de sujet du groupe : comme sujet de ces liens et de ces ensembles » (Käs, 2015, p.104). Dès lors, comment la psychanalyse ne pourrait-elle pas se tourner vers les dispositifs de groupes comme objet d'intervention clinique face aux crises des sujets les plus vulnérables et de recherche face au « malêtre » qui se généralise dans les institutions ?

A partir des travaux pionniers de Bion (1975), Foulkes et Anthony (1957) et Pichon-Rivière (2000a, 2000b), il a été ainsi possible de placer le groupe comme un objet d'investigation et d'intervention psychanalytique au-delà de la dynamique divan-fauteuil, invitant la psychanalyse à se tourner vers des relations primaires pouvant être actualisées dans l'espace groupal.

Zimerman (2007) souligne que dès la naissance, l'individu participe à différents groupes, le noyau familial, la garderie, l'école, les espaces sportifs et dans la vie adulte, l'expérience professionnelle et la vie sociale de manière plus large, étant légitime à comprendre que le monde individuel et social s'entreprennent et se complètent, le groupe se constitue comme une galerie de miroirs, dans laquelle chacun peut réfléchir et se refléter dans et par les autres (Zimerman, 2007). Autrement dit, nous en sommes venus à admettre progressivement l'idée que le sujet se trouve constitué dans une pluralité

d'espaces psychiques qui, en contexte de « malêtre généralisé » provoquant « défiance » et manque de « répondants », risquent de se trouver désarticulés (Käes, 2015). Cette idée nous conduit à la suite de l'auteur à préciser en quoi la métapsychologie de la psychanalyse de groupe peut compléter l'approche de la cure à la fois sur son versant métapsychologique que celui de la méthodologie d'interventions et de recherche (Drieu, 2020).

Ce chapitre présente comment ces espaces collectifs peuvent offrir aux enfants et adolescents vulnérables un espace de parole qui au-delà de la pratique clinique, permet de produire du matériel de recherche. Afin que puisse se mettre en œuvre une compréhension entre pratique clinique et recherche dans le cadre de la psychanalyse, Roussillon (2014) fait référence à Winnicott lorsqu'il souligne qu'en pratique clinique il y a une part de ce qui est connu et familier et une autre partie qui est inconnu ou impensable en se référant aux origines du fonctionnement psychique. En ce sens, Roussillon (2014) affirme que la recherche, fondée sur la pratique clinique, pose certains défis. L'auteur précise qu'il serait plus facile de construire un dispositif dans lequel la plupart des variables seraient contrôlées, car dans la pratique clinique psychanalytique le chercheur doit faire face aux imprévus de la clinique.

Sato et al. (2017), soulignent que les interventions de groupe peuvent être configurées comme un dispositif clinico-politique en opposition à l'individualisation et à la massification de la culture, qui produit l'invisibilité des sujets et l'aggravation des problèmes sociaux. En plaçant le groupe comme objet de recherche et d'intervention psychanalytique, Kaës (1999) évoque l'importance d'une approche qui nous invite à dépasser l'opposition sujet / groupe et à développer une nouvelle conception articulant les processus psychiques propres au sujet et ceux du groupe.

L'auteur propose une épistémologie de la psychanalyse de groupe à partir de l'analyse entre le sujet, le groupe et l'institution, dans une approche psychanalytique de groupe et une méthode d'investigation portant sur le passage du travail du rêve centré sur le processus d'analyse des conflits internes (topique intrasubjective et travail du préconscient) par associativité vers le travail du jeu lié au travail d'intersubjectivité (topique interactive et conflits des origines) centré sur le processus de symbolisation par la narrativité (Drieu, 2020).

Autrement dit, aujourd'hui, et afin de développer ce travail sur le jeu et les processus de symbolisation dans les différents espaces psychiques et ses articulations (conflits internes ou intrapsychiques, intersubjectifs et transsubjectifs), les recherches cliniques sur la psychanalyse groupale ou les groupes vont porter sur trois registres, soit l'approche des intervenants par rapport à leur cadre de travail, soit le processus et son maniement à partir des médiations utilisées pour accroître le jeu et la symbolisation, soit les dispositifs de travail clinique.

Les Recherches sur les Changements Métapsychologiques

Bien que le travail de groupe dans une perspective psychanalytique ait été fortement développé avec les adultes, Kaës (2017) souligne l'importance de permettre à l'enfant une expérience de groupe au-delà de la famille, afin qu'il puisse se différencier et développer aussi au-dehors de cette relation. Au-delà, les changements sur les modes d'approche se précisent dans le développement des soins psychiques vers les adolescents, les enfants confrontés à des traumatismes, ou les familles ou groupes face à des conditions d'existence extrêmes. Face à des conflits mettant à vif les mécanismes de défense et les conditions mêmes de la symbolisation, le cadre analytique du face à face ou de l'individuel ne peut s'établir seul et surtout donner des bases pour l'analyse et l'associativité libre. Ainsi, le travail du rêve du côté du patient et celui de l'interprétation du côté du psychologue ne pourra pas s'établir dans la durée s'il n'est pas accompagné par le travail du jeu s'étayant par des propositions thérapeutiques de groupes menées dans une forme de co-construction. Prenons pour exemple en France, des adolescents suivis par des consultations dans un Centre Médico-Psychologique (CMP) intégré à un pôle pédopsychiatrie, l'expérience d'une des auteurs de ce chapitre, Fatimata Traoré. Ces adolescents ont en commun une vulnérabilité traumatique (maltraitance, harcèlement scolaire, handicap et déficience, entre autres) et des parcours de rupture avec leur scolarité ou leurs apprentissages mais aussi avec les propositions de soins même si celles-ci se trouvent inscrites dans une plurifocalité permettant de diffracter les tensions liées aux conflits de dépendance (plusieurs espaces de soin coordonnés par un pédopsychiatre ou psychologue). Si la diffraction des espaces thérapeutiques permet d'amener une certaine contenance et la constance d'une écoute, celle-ci ne pourra pas se mobiliser dans une forme d'associativité, tant que les processus de symbolisation restent bloqués pour ces adolescents. Drieu (2020), souligne que les recherches cliniques sur la métapsychologie de la psychanalyse groupale ont progressivement déplacé les modalités de travail des analystes du travail du rêve à celui du jeu, du travail de l'interprétation à la construction, d'une modalité de transfert fondée sur l'abstinence, la neutralité vers celle fondée sur la présence/absence et l'analyse transitionnelle.

Qu'entendons-nous par là si nous en revenons à notre groupe thérapeutique avec les adolescents en France dont nous avons déjà parlé ? Face à ces suivis qui semblaient s'enkyster, il fut proposé un petit groupe thérapeutique (5 à 7 adolescentes) avec la médiation du photolangage co-animé par deux co-thérapeutes (une psychologue formée à la psychothérapie de groupe avec le photolangage et une psychomotricienne sensibilisée au travail psychocorporel en groupe), un groupe continu fonctionnant une fois la semaine sur l'année

scolaire. Ce groupe fut pensé de manière à articuler l'activité de symbolisation (référence à des thématiques de travail avec une consigne, une présentation de photos mobilisée dans la co-construction entre les co-thérapeutes) et la subjectivation (choix de photos par les participants fait en silence dans un rapport intime/extime, présentation de son choix) qu'il nous paraît préférable de penser aujourd'hui comme une « intersubjectualisation » (Carel, 2006). Les présentations des choix font en effet l'objet d'un partage, d'une interfantasmatisation amenant une forme de rêverie groupale, ce qui provoque beaucoup de résonances associatives avec des adolescents qui progressivement, se mobilisent tout d'abord dans un jeu de présence/absence pour progressivement témoigner de modalités nouvelles de symbolisation s'étayant à la fois sur le cadre du groupe (nouvelles alliances, tant de filiation et d'affiliation) et la médiation proposée. Ainsi, promouvoir un espace de groupe hors du contexte familial est une possibilité pour les enfants et les adolescents de se différencier et de trouver une nouvelle possibilité de traduction pour leur expérience familiale.

Au Brésil dans un travail de collaboration avec équipe Vulnérabilités-CRFDP de l'Université de Rouen-Normandie, l'équipe de cliniciens et de psychanalystes a développé une recherche avec des adolescents et a proposé un groupe de photolangage à des jeune fille mineures détenues dans le centre éducatif fermé. Le Photolangage est un dispositif de médiation de groupe qui provoque la mobilisation de la pensée, et un dispositif de médiation de groupe largement utilisé dans la clinique psychanalytique de groupes, notamment d'adolescents à risque et vulnérables (Vacheret, 2012). La proposition a été une recherche-action, dont le but était de promouvoir des interventions thérapeutiques dans le contexte étudié. La dynamique développée dans ce groupe de recherche était directement liée à une ressource médiatrice, il faut donc ici supposer une autre caractéristique de ce groupe : c'est un groupe avec des objets médiateurs.

Les objets culturels, en tant que ressources médiatrices des processus de groupe, fournissent des éléments qui peuvent être appropriés par le travail du préconscient. Vacheret (2008), souligne que la pensée par images est plus proche de l'inconscient et serviront de figuralités à l'élaboration psychique. Dans le cas de personnes dont le préconscient a des difficultés à élaborer des conflits internes, les ressources médiatrices permettent la figuration d'affections et de représentations préconscientes, qui deviennent alors accessibles à la pensée par des processus associatifs imaginaires, qui s'exprime à travers des figuralités, c'est-à-dire la pensée mis en images. Cette dynamique psychique a le potentiel d'être un espace transitionnel, l'espace intermédiaire d'échanges imaginaires qui s'expriment dans l'interaction du sujet et du groupe (Lima et al., 2020).

Famille et Précarité: la Prise en Charge des Enfants et des Adolescents dans les Institutions

Rodrigues et Chalhub (2014) affirment que la plupart des expériences traumatisantes sont liées à la violence vécue dans l'enfance et trouvent leurs agresseurs dans les familles, dans lesquelles les adultes ont aussi souvent des histoires d'agression dans leur enfance. Cela indique que la violence a une empreinte transgénérationnelle et que cette expérience de violence est souvent légitimée dans le groupe familial. Les auteurs soulignent ce mouvement de répétition comme une hérédité relationnelle violente, car la violence intra-familiale est multicausale et le plus important serait d'identifier les facteurs de risque et de protection dans la manifestation de la violence. Comme le dit si bien Rodrigues et Chalhub (2014) il existe des facteurs de risque chez les familles liés à des conditions socio-économiques précaires (faim, chômage, pauvreté et maladies chroniques), la présence de membres de la famille atteints de maladies psychiatriques sans traitement adéquat (dont l'alcool consommation et abus et autres drogues).

Toutefois, les vulnérabilités, les sources du « malêtre » contemporain dans les institutions (familles, services médicaux sociaux) et dans le monde social nous amènent aujourd'hui à compléter cette approche métapsychologique en intégrant la dimension du transsubjectif, initiée par nos collègues argentins comme Bleger (1980). Une grande partie des sources du « malêtre » aujourd'hui sont liées au monde des incorporats traumatiques, des violences qui traversent les différentes enveloppes et métacadres sociaux et culturels (Kaës, 2012).

Les recherches cliniques portant sur les familles des communautés pauvres au Brésil et sur les enfants, adolescents et parents dans le placement au Brésil et en France témoignent de ce besoin de mettre à l'épreuve l'approche psychanalytique et psychosociale et de recherche de nos cadres d'intervention dans les institutions face aux situations extrêmes de la psyché collective. En effet, face à des situations de plus en plus anormales dans les institutions (logiques de prestations difficilement élaborables par les collectifs, recouvrements des problématiques provoquant des effets de répétition, effondrement des métacadres), il est nécessaire de penser à notre rapport interne aux groupes que nous proposons (inter-contre-transfert) mais aussi aux rapports entre la situation de groupe proposée, le cadre institutionnel et l'environnement dans des collectifs de travail clinique (Drieu, 2020).

Lorsque nous proposons un nouveau groupe thérapeutique dans une institution, il s'agit par exemple de veiller à ce que l'approche que nous avons du travail thérapeutique vienne en complément des autres espaces de soin dans l'institution en permettant de potentialiser des formes de remaillage des

espaces psychiques pour les sujets accueillis. Le groupe thérapeutique présenté précédemment ne saurait exister en l'absence d'un travail sur la « référence » ou le « répondant » au sein même de l'institution d'accueil, ce qui veut dire non seulement penser les indications vers le groupe avec les consultants mais aussi associer les équipes au projet de groupe thérapeutique dans une démarche phorique permettant de mettre du sens sur les changements qui ne manqueront pas de se produire (Delion, 2001; Kaës, 2012). De même, lorsque nous sommes amenés à travailler avec des institutions éducatives (écoles, MECS en Protection de l'enfance) pour le mieux-être des sujets accueillis, il y a nécessité préalable de penser avec nos partenaires les conditions de l'accueil, ce qui veut dire tenter d'élaborer les sources de souffrances au travail, de remodeler avec nos partenaires, une approche du soin psychique qui mette les intervenants à la portée du fonctionnement des sujets accueillis. Peuvent s'entendre ainsi tous les travaux que nous menons depuis plusieurs années en France et au Québec sur l'approche de la mentalisation initiée par Fonagy dans les centres de jeunesse ou services de la protection de l'enfance (Terradas, Achim, 2016; Terradas et al., 2013; Terradas et al., 2018). Initiées par les pionniers tels Tosquelles, Oury, reformulées par Delion (2001) à travers le courant de la psychothérapie institutionnelle, ces recherches / action, formations posent la question de la refondation ou fondation du politique dans les projets institutionnels. Autrement dit, il est question de la fondation de la « tâche primaire », du projet choisi pour modéliser l'accueil par exemple des enfants et/ou adolescents dans l'urgence de situations de maltraitance, un accueil permettant d'articuler le « prendre soin » des éducateurs et le soin psychique des soignants en pédopsychiatrie pour mieux prendre en compte la situation des enfants et des parents par rapport à leurs vécus d'insécurité, tant dans le quotidien du placement que dans l'organisation des visites médiatisées entre parents et enfants¹. Bien sûr, ces travaux sur le cadre de nos interventions avec les enfants, adolescents, familles les plus vulnérables n'ont pu se développer sans une réflexion sur les médiations.

Toutefois, nous parlons là de l'utilisation des objets médiateurs dans les groupes thérapeutiques et risquons d'oublier l'apport des médiations dans le travail clinique avec les familles. Celles-ci se sont davantage mobilisées

1 Cette recherche /action fait l'objet d'un partenariat entre le CRFDP de l'université de Rouen Normandie et le département de psychologie de l'université de Sherbrooke à Longueuil avec le but d'initier des pratiques d'accompagnement des placements en Protection de l'Enfance tenant compte davantage des situations de vulnérabilités (vécus traumatiques complexes agissant sur les processus de mentalisation/symbolisation) et des facteurs de risques (placements multiples, parcours d'échecs). Autrement dit, nos travaux ont pour objet de mieux évaluer les situations des enfants à l'entrée dans le placement, ce afin de sécuriser l'accueil des « caregivers » et de potentialiser les ressources de mentalisation des enfants comme des parents (Thèses en construction de M. Moreau et de S Buisson).

d'abord dans le courant des thérapies systémiques pour souvent être élaborées davantage plus tardivement dans leurs dimensions processuelles avec l'expérience des psychothérapies familiales psychanalytiques. Si dans les mêmes fondements que les psychothérapies groupales d'orientation psychanalytiques, l'objectif premier est de favoriser le jeu interfantasmatique du partage, les médiations sont de plus en plus introduites pour surmonter l'impact des héritages et violences transgénérationnelles en provoquant une forme de ré-historisation des liens et modes d'alliances et /ou des modes d'enveloppes provoquant des investissements sous forme d'emprise (Drieu, 2006). Il en est ainsi des différentes formes de génogrammes : celui sollicité par les soignants afin de mieux apprécier la réalité des liens et des places de chacun dans la famille, l'arbre généalogique projectif théorisé par Cuynet et al. (2015) de l'Université de Besançon, qui permet de construire des hypothèses de travail sur les modes d'alliance. Si dans tous les cas de figure, les différentes formes de génogrammes ont été introduites pour permettre un travail sur les places, liens et modes d'alliances filiatives et affiliatives, le choix du type de génogramme dépendra de la temporalité du travail thérapeutique avec la famille, les parents et les enfants. Dans une approche complémentaire, Cuynet et al. (2015), qui travaille avec des adolescents obèses ou des enfants présentant des problèmes psychosomatiques ont remis à jour le dessin familial de la maison des rêves. Les membres de la famille dessinent ensemble le plan d'une maison des rêves. Cuynet (2017) considère ce dessin comme la projection de l'image du corps familial, un fantasme partagé par tous les membres d'une même famille, l'idée de se retrouver dans une même enveloppe. Cette médiation permet de mettre au travail les problématiques d'indifférenciation et d'individuation dans une famille présente là où un enfant est pris dans des symptômes psychosomatiques. Nous pratiquons par ailleurs le jeu de l'oie systémique là souvent où l'histoire de la famille se trouve parasitée par des traumatismes de génération en génération, autant d'évènements potentialisant des modes de filiation traumatique (Drieu, 2001). Le partage dans le travail avec la famille des évènements marquants la constitution du groupe familial, les discussions dans leurs choix de dix évènements, celles dans les choix des cartes qui les aident à faire figurer leurs vécus, amènent progressivement la famille dans son ensemble à réattribuer une portée plus symbolique à ces évènements. Cette médiation peut contribuer à remodeler les processus de symbolisation dans une famille marquée par des formation endocryptiques et des silences dans leur histoire familiale.

Le travail avec des familles vulnérables nous a invité là aussi à refonder nos pratiques autour de ces objets médiateurs en sollicitant davantage la créativité et l'activité de jeu des différents membres de la famille. Nous pensons là à une collègue, S. Gilbert (2010) à Montréal qui travaille avec des familles

vivant dans la rue et propose des génogrammes animés par l'introduction de figurines, vêtements pour dramatiser davantage les conflits des origines et permettre que les participants puissent engager une forme de narrativité sur leurs origines.

L'Apport des Médiations, la Fonction Médium Malleable du Groupe

Si les médiations existent dans les soins psychiques depuis l'antiquité, les objets médiateurs ont longtemps été plus utilisés dans une dimension occupationnelle dans l'approche du soin psychiatrique, ou dans une démarche abréactive dans les premières thérapies corporelles ou psychodramatiques. Prenant place de plus en plus dans les groupes thérapeutiques sous différentes formes, ils feront l'objet d'une théorisation plus poussée dans les années 90 qui va s'inspirer des travaux sur les processus de symbolisation et leurs aléas (Roussillon, 1991). Autrement dit, la médiation ou l'objet médiateur sont attendus à l'image de la pâte à modeler pour leurs fonctions de « médium malléable » se caractérisant par les aspects vivants, indestructibles, sensibles, souples, « l'indéfinie transformation », « l'inconditionnelle disponibilité » et enfin, une forme d'animation propre » qui se dégagent des objets médiateurs (Roussillon, 1991). Bien sûr, les fonctions « médium malléable » vont s'exercer à la fois dans le cadre mobilisé par les thérapeutes et les objets médiateurs proposés.

En se référant au travail de groupe avec des enfants et des adolescents, Zompero et Gomes (2018) mettent en évidence le rôle des objets médiateurs, c'est-à-dire les jeux, la musique de dessin, entre autres éléments qui contribuent à l'échange entre les membres du groupe et à promouvoir le travail de narrativité. Les auteurs font référence par ailleurs aux travaux de Vacheret en soulignant qu'un objet médiateur dans le groupe favorise la mise en place d'un jeu susceptible de produire de créer une forme de transitionnalité ainsi que l'accès à une pensée métaphorique (la figurabilité). En ce sens, l'objet médiateur peut permettre une chaîne associative et la reconstruction de faits et de scènes traumatiques vécues par les enfants et les adolescents. Ainsi, le travail de groupe avec les enfants et adolescents vulnérables suscite un espace d'échange, d'écoute et de parole là où la représentation est souvent déficiente (carence du préconscient), là où le partage interfantasmatique ne peut se mobiliser. Selon Zompero et Gomes (2018) l'approche groupale peut créer un espace où les contenus (mots, représentations) peuvent apparaître à partir des objets médiateurs comme les jeux, le dessin, l'écriture, la musique, comme une manière ludique d'accéder à des situations et des histoires contenant souvent des séparations précoces, de la violence, de l'abandon et des difficultés économiques et sociales.

La malléabilité des objets médiateurs va se déployer différemment dans les groupes selon les types d'objet médiateurs choisis par les thérapeutes. Chouvier (2011) les décrit par deux caractéristiques, soit les « objets à créer » comme par exemple les médiations artistiques (dessin, écriture, musique), avec le jeu dramatique (psychodrame) et les « objets trouvés-crés » avec un objet déjà-là comme par exemple le Photolangage avec les dossiers de 48 photographies en couleur ou noir et blanc, ou les contes pour enfants qui s'inscrivent dans la transmission.

Dans le premier type d'objet, c'est la qualité de l'expression créatrice qui va être recherchée plutôt que l'esthétique, les participants s'impliquant dans l'acte, voire dans une certaine corporéité, ce qui renforce l'expérience de soi face aux autres dans des reviviscences souvent de vécus corporels qui n'ont pas été symbolisés, voir également l'ancrage corporel des processus de symbolisation et de mentalisation. Il s'agira alors avec eux d'engager un travail thérapeutique avec des enfants ou adolescents quand ils sont en deçà de la figurabilité, d'aider à la figurabilité d'expériences sensori-affecto-motrices non symbolisées comme par exemple chez les enfants venant des migrations forcées à la suite de guerres ou de violences extrêmes. Nous pouvons retrouver là aussi les expériences de recherches sur les pratiques éducatives en institution (Maison d'Enfants à Caractère Social-MECS et /ou Dispositifs ITEP) quand des équipes entreprennent de travailler en atelier des marionnettes figurant des émotions. L'expérience groupale de fabrication des marionnettes permet par la suite d'ancrer le travail thérapeutique sur le processus de mentalisation, les enfants pourront davantage recourir à l'objet marionnette d'abord pour qualifier l'émotion dans leurs échanges quotidiens et dans les visites médiatisées aux parents. Progressivement, ils peuvent ainsi accéder à des modes de régulation émotionnelle plus nuancés et élargir la palette de leurs capacités à mentaliser, voire à symboliser les enjeux d'alliances qui créent les phénomènes d'emprise souvent observés dans ces situations de placement.

Les objets trouvés-crés, eux, sont plutôt recherchés comme des embrayeurs d'imaginaire, de fantasmes activant par la figurabilité ce qui fait défaut chez le patient et dans le groupe, à savoir le travail intermédiaire du préconscient. Ce fonctionnement phorique, voire métaphorique peut alors susciter des formes de décondensation, de dégroupement des représentations ou d'affects condensés par les violences traumatiques dans les groupes (Joubert & Drieu, 2016). L'indication d'un groupe de Photolangage© pour les adolescents en rupture comme nous avons pu exposer dans la première partie de ce chapitre est bienvenue là où les recouvrements traumatiques appartenant à différents espaces psychiques sont nombreux et bloquent l'activité phorique nécessaire au travail d'intersubjectualisation à l'adolescence. Le choix des photos suscite déjà un travail d'appropriation subjective pour chaque jeune, d'où

la démarche des thérapeutes qui insiste sur des éléments du cadre comme un choix en silence, s'abstenir d'une prise en main de la photo dans un premier temps, une façon de solliciter la prise de conscience des conditions d'appropriation subjective, être seul face au groupe (Winnicott, 1971). Par la suite, les échanges autour de chaque présentation sollicitent un travail intersubjectif (intersubjectalisation), autour de ce qui appartient en commun aux jeunes (le fait de fréquenter le centre à la suite de troubles) et ce qui pourrait être singulier (leurs histoires de vie), potentialisant un partage interfantasmatique à propos des conflits sur les origines, un espace psychique particulièrement sollicité là où règnent des expériences traumatiques relationnelles précoces.

Afin de penser les articulations entre nos approches de la psychanalyse groupale et celles des médiations, nous avons développé une troisième orientation dans nos recherches, celle portant sur les dispositifs cliniques en particulier dans les institutions qui accueillent des enfants ou adolescents aux prises avec la « mésinscription du lien » et leur co-construction en coopération avec les professionnels, témoins des effets de cette mésinscription (Henri & Grimaud, 2013). Ce concept de mésinscription interroge à la fois les pratiques éducatives et de soin mais aussi l'objet de ces pratiques du point de vue des acteurs professionnels. C'est pourquoi nos recherches sur les dispositifs de groupe avec médiations doivent s'accorder avec une démarche vers les acteurs professionnels eux-mêmes, afin d'appréhender ce qui peut faire violence dans les fonctions dans lesquelles ils sont assignés. C'est ainsi que lorsque nous intervenons d'abord dans des formations à l'approche de la mentalisation dans les services mandatés par les institutions de la protection de l'enfance, puis, par la suite, en mobilisant une recherche sur les pratiques dans les visites médiatisées, il nous a paru nécessaire d'abord de travailler avec les équipes éducatives, les éducateurs pour mieux circonscrire leurs pratiques, avant de mobiliser des pratiques de jeu susceptible d'étayer les capacités de mentalisation parentale. Dans cette optique, les propositions de groupes de travail avec Photolangage vont porter non seulement sur l'approche des professionnels sur la tâche primaire (le prendre soin), de l'accueil dans les visites médiatisées mais aussi sur la création d'un travail plurisubjectif permettant la relance d'une créativité là où les récits d'expérience se figent dans la répétition. Les modalités d'introduction de jeux comme médiations avec les familles ne pourront se penser que dans un temps second à partir de leurs expériences de la visite médiatisée. Si la question des objets médiateurs au service des processus de médiation reste peu travaillée dans l'expérience des professionnels, c'est aussi parce que les professionnels sont eux-mêmes aux prises avec une insécurité dans leurs cadres d'intervention souvent causée par une défaillance du « répondant », une forme de défiance entretenue par un accroissement des procédures et

une temporalité (placements et mesures en urgence) rendant complexe le déploiement d'un projet tenant compte des besoins de l'enfant.

Le terrain de recherche s'appuie sur plusieurs dispositifs, la médiation par l'audiovisuel, la Photolangage©, le jeu, les récits et de la narration. Ces interventions sont mise en place dans des institutions de placement des mineurs en centre éducatif fermé et de la protection à l'enfance (Lima & Brasil, 2020). Au départ, implicitement, celle-ci émane de la question de la demande, car la clinique psychanalytique avec des adolescents en conflit avec la loi, des adolescents et des enfants en situation de vulnérabilité placés en institution, impose tout de suite une complication à la pratique, la question de la demande. Le travail de la demande exige un temps d'attente qu'il faut considérer dans le cadre d'une recherche clinique, car il faut que la demande d'aide se transforme en une demande d'analyse, par un désir de se faire écouter (Vilas Boas et al., 2016).

L'intervention dans un cadre d'une recherche clinique, il faut aussi considérer la participation volontaire des enfants et des adolescents ; une autre question se réfère à la confiance, car ces enfants et adolescents ont des histoires de maltraitance, des ruptures, d'abandon, de même s'approcher d'un adulte peut être vécu comme un risque. « Jouer implique la confiance et appartient à l'espace potentiel qui se situe entre ce qui était d'abord le bébé et la figure maternelle » (Winnicott, 1971, p.105).

Singer (2013) souligne que la rencontre avec ses enfants et adolescents en situation de vulnérabilité, en situation de précarité, n'est pas donnée d'emblée, car il n'y a pas toujours une demande explicite adressée directement à un psy, donc la confiance est quelque chose à être construit. Les ateliers avec les enfants et adolescents en situation de vulnérabilité, permet de construire une relation de confiance à partir d'une co-création dans un espace commun par la médiation d'un objet de culture. Ainsi, la mise en place d'un espace thérapeutique propre passe par l'objet qui médiatise les relations transférentielles à l'intérieur du groupe (Chouvier, 2011). Il s'agissait alors de promouvoir des processus de pensée à la place des passages à l'acte dans une perspective de recherche de sens et d'inscription symbolique de la violence dans un espace collectif. Les passages à l'acte, les comportements hétéro et auto-agressifs constituent dans la contemporanéité un mode privilégié de faire face aux menaces narcissiques dans cette période de la vie.

La recherche avec des adolescents des milieux sociaux vulnérables et en rupture familial au Brésil, a permis aussi d'analyser la place de la violence dans le fonctionnement psychique, à partir des ateliers de narrativité des histoires construites en groupe. La narrativité a une fonction anti-traumatique, car les événements traumatiques sans représentation conduisent à des

comportements violents qui mettent en scène une disparition subjective ou une lutte désespérée pour l'existence (Morhain & Bernard Chouvier, 2009).

Par ailleurs, il fut constaté que l'espace de parole en groupe rend possible le partage des expériences de l'adolescent et met en perspective une réorganisation de l'identité corporelle, psychologique et sexuelle, tout en soulignant la fragilité narcissique qui, en ce moment peut conduire l'adolescent à l'agir.

Dans le cadre de groupe psychanalytique avec des enfants et des adolescents, la libre association passe en grande partie par des échanges basés sur des objets médiateurs et ce qu'ils peuvent produire dans le groupe. Roussillon (2014) suggère que la recherche en contexte clinique doit nécessairement impliquer la recherche de la pratique clinique elle-même, c'est-à-dire la place du dispositif, de l'objet et considérer la relation qui se construit avec l'objet et avec le matériel clinique, sans perdre de vue la subjectivité du chercheur.

Considérations Finales

Pour conclure, les expériences au Brésil comme en France dans le cadre de recherche à partir de la prise en charge des enfants et d'adolescents vulnérables en groupe, montrent que la clinique psychanalytique en groupe par elle-même a des défis par rapport à l'objet et à la méthode, car l'objet transforme la méthode, c'est-à-dire que l'objet de groupe impose des changements dans la pratique clinique qui sont différents du travail clinique individuel et cela a un impact sur la méthode. Dans tout les cas de figure, les activités de recherche et d'intervention psychanalytique en groupe dans les deux pays, proposent des réponses théoriques et pratiques aux défis que posent la recherche et l'intervention avec les enfants et les adolescents en contexte de vulnérabilité, à savoir, la métapsychologie psychanalytique de groupe et celui de la méthodologie d'interventions et de recherche, ainsi, que les dispositifs mis en place, le cadre de travail à partir des médiations utilisées pour accroître le jeu et la symbolisation, la question de la demande et de la confiance en jeu dans ce processus.

REFERENCES

- Anzieu, D. (1971). L'illusion groupale. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 4, 73–93.
- Anzieu, D. (1999). *Le groupe et l'inconscient*. Dunod.
- Bion, W. R. (1975). *Experiências com grupos*. Imago.
- Bleger, J. (1980). *Temas de psicologia: Entrevista e grupos*. Martins Fontes.
- Carel A. (2006). L'intersubjectalisation. In F. Richard & S. Wainrib (Orgs.), *La Subjectivation* (pp. 163–178). Dunod.
- Chouvier B. (2011). La médiation dans le champ psychopathologique. In A. Brun (Org.), *Les médiations thérapeutiques* (pp. 37–47). Érès.
- Cuynet, P. (2016). *L'arbre généalogique en famille: Médium projectif groupal*. In Press Eds.
- Cuynet P. (2017). *La maison des rêves: Image du corps familial à habitat*. In Press Eds.
- Delion, O. (2001). *Le bébé et ses institutions*. Érès.
- Drieu D. (2001). *Traumatophilie à l'adolescence et enjeux thérapeutiques* [Tese de doutorado, Université de Paris VII]. <http://www.theses.fr/2001PA070030>
- Drieu, D. (2006). Dispositif psychothérapeutique face à la paradoxalité en famille, *Dialogue*, 172, 37-52. <https://doi.org/10.3917/dia.172.0037>.
- Drieu, D. (2020). A abordagem metapsicológica da psicanálise grupal. In D. Amparo, R. Arouca, K. Brasil, & E. Lazzarini (Orgs.), *Adolescência: Psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos* (pp.121–131). Technopolitik.
- Foulkes, S. H., & Anthony, E. J. (1957). *Psicoterapia de grupo: A abordagem psicanalítica*. BUP.
- Gilbert S. (2010). Conflictualité familiale et désaffiliation sociale chez les jeunes de la rue: Essai de compréhension. In R. Letendre & D. Marchand

(Orgs.), *Adolescence et filiation: Les risques de devenir soi* (pp. 133–150). Presses de l'Université du Québec.

Henri A. N., & Grimaud L. (2013). Regards croisés sur la pertinence du concept de mésinscription dans la pratique des itep. *Empan*, 4(92), 90–95. <https://doi.org/10.3917/empa.092.0090>.

Kaës, R. (1993). *Le groupe et le sujet du groupe*. Dunod.

Kaës, R. (2012). *Le malêtre*. Dunod.

Kaës, R. (2014). *As alianças inconscientes*. Ideias e Letras.

Kaës, R. (2015). *L'extension de la psychanalyse: Pour une métapsychologie de troisième type*. Dunod.

Kaës, R. (2017). *Les théories psychanalytiques du groupe*. Presses Universitaires de France.

Joubert C., & Drieu D. (2016) Trabalho clínico grupal com o Photolangage: Determinantes epistemológicos e metodológicos. In D. Amparo, R. Arouca, K. Brasil, & E. Lazzarini (Orgs.), *Adolescência: Psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos* (pp. 77–96). Technopolitik.

Joubert, C., & Drieu D. (2016). Trabalho grupal com a fotolinguagem: Determinante epistemológico e metodológico. In D. Amparo, R. Arouca, K. Brasil, & E. Lazzarini (Orgs.), *Adolescência: Psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos* (pp. 89–111). Technopolitik.

Lima, H., Brasil, K., & Aline-Afonso, L. (2020). Meninas em medida socioeducativa: Uma experiência de grupo com dispositivo da Fotolinguagem©. In D. Amparo, R. Arouca, K. Brasil, & E. Lazzarini (Orgs.), *Adolescência: Psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos* (pp. 149–164). Technopolitik.

Morhain, Y., & Chouvier, B. (2009). La destructivité adolescente à l'épreuve de la psychanalyse. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 1(9), 50–64. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100006

Pichon-Rivière, E. (2000a). *O processo grupal*. Martins Fontes. (Original publicado em 1983)

Pichon-Rivière, E. (2000b). *Teoria do vínculo*. Martins Fontes. (Original publicado em 1982)

Rodrigues, L. S., & Chalhub, A. A. (2014). Contextos familiares violentos: Da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando famílias*, 18(2), 77–92. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200007&lng=pt&nrm=iso

Sanger, C. (2013). *Rencontres cliniques par la vulnérabilité: Pratiques du psychologue dans un dispositif d'accompagnement psychologique en Zone Urbaine Sensible* [Thèse de doctorat, Université Lyon 2]. http://theses.univ-lyon2.fr/documents/lyon2/2013/singer_c#p=0&a=top

Roussillon R. (1991). *Paradoxes et situations limites de la psychanalyse*. PUF.

Roussillon, R. (2014). *Manuel de la pratique clinique en psychologie et psychopathologie*. Elsevier.

Sato, F. G., Martins, R. C., Ronchi, G. C. F., & Rosa, M. D. (2017). O dispositivo grupal em psicanálise: Questões para uma clínica política do nosso tempo. *Revista Psicologia Política*, 17(40), 484–499. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000300006&lng=pt&tlng=pt

Terradas, M. M., & Achim, J. (2016). Sofrimento nos laços pais-filhos: Práticas educativas fundadas na mentalização na proteção da infância. *Estilos da Clínica*, 21(1), 170–188. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i1p170-188>

Terradas, M. M., Achim, J., & Lebel, A. (2013). Peter Fonagy et Mary Target Playing with reality: III. The persistence of dual psychic reality in borderline patients. In D. Drieu (Org.), *45 commentaires de textes en clinique institutionnelle* (pp. 335–342). Dunod.

Terradas, M. M., Domont-Archambault V., & Drieu D. (2018). Intervenções clínicas e educativas com crianças e adolescentes abrigados em um contexto de proteção à infância: O aporte da mentalização. Em K. Brasil, S. Almeida, & D. Drieu (Orgs.), *Proteção à Infância e à Adolescência: Intervenções clínicas, educativas e socioculturais* (pp. 83–98). Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade.

Vacheret, C. (2008). A Fotolinguagem: Um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10, 180–191. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/478/291>

Vacheret, C. (2012). Présentation de la méthode Photolangage©. In C. Vacheret (Org.), *Photo, groupe et soin psychique* (pp. 17–31). Presses Universitaires de Lyon.

Vilas Boas, L. M., Amparo, D. M., Almeida, S. F. C., & Brasil, K. C. T. R. (2016). Clinique des adolescents en conflit avec la loi: Contributions de la psychanalyse au travail de la demande. *Revue Filigrane*, 24, 25–39. <https://doi.org/10.7202/1036531>

Zimerman, D. (2007). A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade. *Vínculo*, 4(4), 1–16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902007000100002&lng=pt&tlng=pt

Zompero Santos, M., & Gomes, I. (2018). O uso do genograma como recurso expressivo e objeto mediador em grupo de crianças e adolescentes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 39(2), 197–212. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-54432018000200007&lng=pt&tlng=pt. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n2p197>

Winnicott D.-W. (1971). *Jeu et réalité*. Gallimard.

CAPÍTULO 10

REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE PESQUISA: a realização de estudos por equipes

*Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke
Jonas Carvalho e Silva
Simone Souza da Costa Silva
Fernando Augusto Ramos Pontes
Jacob Eduardo Xerinda
Christoph de Oliveira Käppler*

Por que os pesquisadores brasileiros da psicologia podem e devem interessar-se pelos estudos com equipes/redes de pesquisa? Faz diferença escolhermos colaborar com um colega de nossa própria instituição, com outra instituição nacional ou com uma instituição estrangeira? Este capítulo é endereçado aos pesquisadores interessados na construção de redes para o aumento da colaboração e da produtividade em pesquisa. O tema da pesquisa estruturada e elaborada por equipes e por redes nacionais e internacionais constitui um grande desafio para os coordenadores de tais projetos.

Inicialmente será relatada a experiência de internacionalização da nossa rede de pesquisa executada dentro de uma Associação de Psicologia brasileira, que envolve pesquisadores de diferentes instituições e países. O caso apresentado servirá de ponto de partida para o desenvolvimento de uma proposição teórica acerca da construção dos estudos com equipes/redes de pesquisa, com foco na internacionalização.

A segunda seção constará de uma articulação mais direcionada ao campo da psicologia clínica e ao desenvolvimento pessoal e social do pesquisador internacionalista, para que o leitor compreenda a relevância do tema. Para ampliar a discussão sobre a internacionalização no campo das ciências sociais, a terceira seção do capítulo apresentará uma articulação teórica, a partir da contribuição de pesquisadores focados nos países considerados “periféricos”. Alguns desafios no contexto brasileiro serão apresentados, a direcionar a discussão para as ciências humanas e a psicologia.

Diante do exposto, o capítulo tem por objetivo apresentar um referencial teórico sobre os estudos com equipes/redes de pesquisa para a psicologia, no campo das ciências sociais, a partir da experiência de uma rede de pesquisadores. O trabalho visa contribuir com a formação de pesquisadores em uma área

ainda em desenvolvimento no Brasil, especialmente no campo da psicologia. Espera-se que, ao final da leitura, o leitor possa compreender os contextos macro e micro que envolvem o tema da internacionalização. A posição crítica sobre os estudos com equipes/redes de pesquisa será o delineamento deste trabalho, tendo em vista os desafios vivenciados pela comunidade acadêmica no atual contexto político nacional de frequentes ataques e ameaças aos pesquisadores brasileiros.

A Experiência do GT Família, Processos de Desenvolvimento e Promoção da Saúde

Vimos trabalhando ao longo de muitos anos com a perspectiva internacional, integramos pesquisadores de várias universidades brasileiras, desenvolvemos atividades de pesquisa no contexto do Brasil sobretudo por meio da rede da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, de modo particular no Grupo de Trabalho 21 – Família Processos de Desenvolvimento e Promoção da Saúde. Paralelamente a essa rede, desenvolvemos pesquisas com alunos de mestrado, doutorado e alunos egressos que trabalham em outras universidades no Brasil ou no exterior.

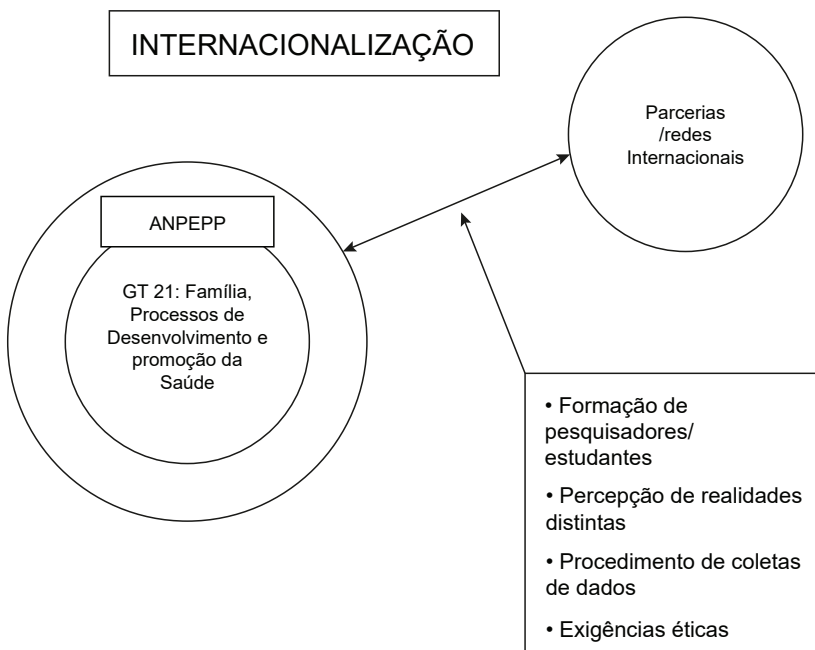
No que concerne às redes internacionais, desenvolvemos pesquisas com a Universidade de Dortmund, da Alemanha, com a qual integramos uma rede de pesquisa naquele país e da qual fazem parte o Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Eduardo Mondlane / Maputo – Moçambique. Tais pesquisas, oriundas desses intercâmbios, têm contribuído para o aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre questões metodológicas, teóricas, transculturais e interdisciplinares.

A movimentação de pessoas, estabelecida entre as universidades, tem contribuído grandemente para o fortalecimento das relações entre instituições e entre pesquisadores. Nos últimos anos, acadêmicos vinculados ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento têm desenvolvido parcerias com pesquisadores da Universidade de Dortmund, da Alemanha, e realizam estudos transculturais abordando temas diversos que envolvem os desafios enfrentados por brasileiros que vivem naquele país, e o estresse que marca a vida de pessoas com deficiência, entre outros.

Essas parcerias têm permitido a realização de visitas técnicas de pesquisadores brasileiros a universidades europeias, não apenas da Alemanha, mas, também, de outros países, como Espanha. Adicionalmente, pesquisadores dessas instituições realizaram visitas a universidades brasileiras. A Figura 1 ilustra o processo de internacionalização do GT 21 e as aquisições importantes para todos os envolvidos, seja de modo direto ou indireto.

Figura 1

Ilustração do Processo e das Dimensões de Internacionalização do GT 21



Nota. Identificamos a participação de laboratórios vinculados às universidades integrantes na realização de pesquisas inter ou transculturais. Fonte: Autores.

As visitas de professores alemães e espanhóis ao Brasil permitiram que os estudantes de graduação e pós-graduação da UFPA tomassem contato com formas diversas de organização da psicologia naqueles países, o que abriu novos horizontes ao profissional iniciante. De fato, o acesso a experiências vividas em outros países inspira estudantes e pesquisadores, seja no fazer do psicólogo, seja na realização de estudos, a compararem dados obtidos em contextos diversos.

Em nossa rede de pesquisa temos alunos que obtiveram bolsas de estudos internacionais – um deles, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a execução de doutorado pleno na Inglaterra; e outro, uma bolsa de formação política na Alemanha, concedida pela Fundação Alexander von Humboldt. Essas oportunidades são obtidas por meio da dedicação de todos os membros da rede que se beneficiam com o avanço das pesquisas e com o lançamento dos egressos brasileiros no contexto da internacionalização. O estudo com equipes/redes de pesquisa possibilita vias de intercâmbio para os professores, seja para a realização de pós-doutorado, seja para visitas técnicas ou participação em eventos científicos.

A despeito do empenho de pesquisadores e do apoio de agências de fomento como a CAPES, a movimentação de pessoas envolve desafios a todos, principalmente àqueles envolvidos diretamente. O processo de inserção e apropriação do funcionamento de uma nova cultura pode ser longo e adiar a realização estrita das metas estabelecidas pela internacionalização. Ainda assim, a avaliação de intercâmbios estabelecidos entre universidades como a UFPA e a Universidade de Dortmund evidenciam ganhos que se estendem não apenas à dimensão acadêmica, mas também ao desenvolvimento de habilidades pessoais fundamentais para a construção de uma rede de pesquisa internacional. Dessas experiências trazemos algumas lições aprendidas, como a questão da diversidade cultural da qual emergem questões de vocabulários e seu entendimento; percepção de realidades com características próprias; choque de procedimentos de coleta de dados; e adequação das exigências dos comitês de ética para as pesquisas transculturais com seres humanos.

No que concerne ao aspecto metodológico dos estudos com equipes/redes de pesquisa, observa-se que o GT 21 adota como base a inserção ecológica como procedimento em pesquisas qualitativas naturalistas (Bucher-Maluschke, 2016). O modelo bioecológico proposto por Bronfenbrenner e Morris (2007) baseia-se em observações naturalísticas, o que privilegia a inserção ecológica dos pesquisadores nos ambientes a serem estudados.

Deste modo, as estratégias de investigação que têm por objetivo acessar os fenômenos e considerar o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, requerem o estabelecimento de rigidez nas coletas dos dados e nos critérios de análises. Como os resultados possuem importantes implicações para a ciência e para as políticas públicas, é necessário que o método e o modelo teórico forneçam validade, por meio da adaptação cultural (Agapito-Khoury & Silva, 2019) e possibilitem a emergência dos resultados contrários às hipóteses iniciais do pesquisador para o avanço científico.

O uso das escalas traduzidas entre os países em que elas serão aplicadas necessitam de validação semântica, mas também da validação cultural dos itens dessas escalas. As pesquisas realizadas em rede com colaboradores internacionais geralmente analisam os resultados das escalas, numa perspectiva comparativa entre os contextos em que os fenômenos ocorreram. Desta forma, a validação semântica é uma etapa importante para que os resultados possam ser comparados, tendo em vista que muitos termos ou formas de apresentação de um item podem ter sentidos distintos (Agapito-Khoury & Silva, 2019). Os pesquisadores devem, portanto, estar atentos às características linguísticas que são específicas no contexto em que a escala será aplicada.

Por um tempo, os estudiosos têm mantido posições divergentes sobre essa questão, e colocam métodos experimentais e naturalistas em oposição, e tentam buscar, por razões científicas, defender a superioridade de um método

sobre o outro (Bronfenbrenner, 1979). Bronfenbrenner mantém uma posição diferenciada, indo além da discussão dessas divergências, ao enfatizar que uma orientação ecológica é o que falta nos procedimentos metodológicos. A incompatibilidade entre essas correntes biométricas é rejeitada por ele, pois argumenta que o método experimental não só é inestimável para a verificação de hipóteses, mas também se aplica à sua descoberta, e é um poderoso instrumento de pesquisa sobre o desenvolvimento no contexto.

Atinente a essa questão, revisamos os procedimentos metodológicos de estudos que utilizaram a adaptação cultural e a validação de instrumentos psicológicos (Agapito-Khoury & Silva, 2019). A revisão apresentou as metodologias que preconizam esses procedimentos: a avaliação de seis equivalências, sendo elas conceitual, de itens, semântica, operacional, de mensuração e funcional. Os autores identificaram os cinco passos para a adaptação cultural: (1) tradução para o idioma alvo; (2) síntese de versões traduzidas; (3) avaliação da versão síntese por especialistas; (4) avaliação da versão síntese pelo público-alvo; e (5) estudo-piloto. Também foram descritas as três etapas fundamentais para a validação: mensuração da validade convergente, análise fatorial e análise da fidedignidade por meio do coeficiente Alfa de Cronbach (Tabela 1).

Tabela 1

Passos para Adaptação Cultural e Validação Psicométrica

Passos para a adaptação cultural / semântica	Etapas da validação psicométrica
Tradução para o idioma alvo	Mensuração da validade convergente
Síntese das versões traduzidas	Análise fatorial
Avaliação da versão síntese por especialistas	Análise de fidedignidade (coeficiente Alfa de Cronbach)
Avaliação da versão síntese pelo público-alvo	
Estudo-piloto	
Adaptação semântica	

Nota. Adicionamos na tabela adaptação semântica como um passo da adaptação cultural. Fonte: Agapito-Kouri & Silva (2019).

A linguagem exerce a representação da realidade cultural dos contextos decorrentes de sociedades diferenciadas. Um caso exemplificador que vivenciamos em uma pesquisa com as famílias em Moçambique foi relacionado à cerimônia do Lobolo no contexto do casamento. Trata-se de uma cerimônia tradicional praticada em quase toda a região sul do Saara, que tem como função a união dos antepassados das famílias dos noivos para que deem sorte ao novo lar e, sobretudo, à fertilidade da noiva. O ritual, com diferentes performances, garante proteção à mulher na família do marido, à qual passa a pertencer, mesmo após a morte dele. Em Moçambique essa cerimônia envolve

tios, primos, avós, e outros membros da família extensa, os quais participam ativamente no desenvolvimento do sistema.

Em Moçambique o Lobolo é imprescindível, razão pela qual o governo reconhece como legítimas as famílias constituídas nessa cerimônia. Desta forma, os pesquisadores que investigam as relações conjugais devem conhecer o significado desse tipo de relação. Nas pesquisas em redes com colaboradores desse país, obtivemos a narrativa de uma mulher na qual ela se expressa: “O casamento sem lobolo significa uma tragédia, pois se a mulher ficar viúva sem ter lobolado está perdida para sempre”. O desconhecimento dos simbolismos e crenças relativas a uma união conjugal poderia provocar falsas interpretações dos dados fornecidos pelos instrumentos da pesquisa.

Outro exemplo de contextos culturais que gerou crassos erros de interpretação, ocorreu em uma pesquisa na qual utilizamos uma escala do Modelo Sistêmico de Avaliação da Família (Beavers & Hampson, 2000; Vicente et al., 2021). A comparação de jovens brasileiros com jovens americanos apontava que os jovens brasileiros eram problemáticos, mais dependentes, imaturos do que os jovens americanos. A interpretação dos resultados foi enviesada pelos padrões culturais dos pais brasileiros, sendo que eles buscavam seus filhos nas festas, enquanto os jovens americanos nas mesmas faixas etárias eram independentes.

Diante desses exemplos desafiadores no desenvolvimento do GT 21, desde a sua criação os pesquisadores vêm discutindo assuntos e outros aspectos comuns entre as suas pesquisas com o objetivo de construir e consolidar parcerias de trabalho e publicações conjuntas. Enfatiza-se a importância de identificar semelhanças teóricas e metodológicas entre os estudos discutidos a partir das seguintes estratégias: 1. Investir mais na elaboração de artigos científicos nacionais e internacionais, a fim de fortalecer as instituições e os pesquisadores envolvidos. Convidar e incentivar a participação dos pesquisadores da rede para a participação nas bancas de mestrado e doutorado, a fim de vincular e aproximar as pesquisas comuns existentes; 3. Realizar eventos científicos (e.g. congressos, simpósios, cursos e palestras) que envolvam temáticas de pesquisas comuns entre os membros da rede. Uma nova forma de intercâmbio surgiu a partir do início da pandemia, as *lives*, que se multiplicaram a nível nacional e internacional, e a utilização da *internet* por meio dos *Google Forms* para pesquisas nacionais e internacionais.

As pesquisas em curso e as novas parcerias colaborativas contribuem para a produção de um conhecimento na área em que os resultados obtidos podem estar na base de intervenções coerentes com as populações presentes nos estudos. Para fornecer uma contribuição teórica sobre a construção de estudos com equipes/redes de pesquisa, aprofundaremos este tópico com a apresentação de um referencial sobre a colaboração focada no contexto internacional.

Por que a Psicologia Clínica Deve Atuar em Estudos com Equipes/Redes de Pesquisa?

Nesta seção discutiremos mais especificamente a produção de estudos com equipes/redes de pesquisa, no contexto da psicologia clínica. Mas de qual modelo de clínica estamos falando?

Conduziremos as nossas reflexões por meio do conceito da clínica ampliada, que ultrapassa o espaço do consultório e se insere em espaços amplos. A colaboração internacional, nessa perspectiva, tem crescido exponencialmente e os pesquisadores de diferentes instituições e países trabalham juntos, focados em problemas de pesquisa específicos (Käppler & Silva, 2021). Essas redes são valorosas porque oferecem conhecimento interdisciplinar e permitem o recrutamento de participantes de diferentes ambientes (Puljak & Vari, 2014).

Os pesquisadores focados na internacionalização são aqueles que trabalham ou treinam as suas habilidades em parceria com outro país que não o seu. Acredita-se que o trabalho internacional pode aprimorar as pesquisas e a prática em psicologia clínica, pois intensificam valores e objetivos ligados ao tripé da universidade – ensino, pesquisa e extensão. Por exemplo, o estabelecimento de redes de pesquisa e colaborações com organizações não governamentais (ONGs) e grupos de participantes voluntários sem fins lucrativos proporciona a flexibilidade necessária para se adaptar a um amplo espectro de desafios que surgem (Puljak & Vari, 2014). Inserido em uma rede, o estudante da psicologia clínica, em qualquer que seja o nível de sua formação, aprende a conduzir pesquisas clinicamente significativas e acionáveis, ao mesmo tempo em que treina para ser um clínico competente em um processo de ligação precoce com o modelo científico-prático.

Castonguay et al. (2015) relataram a experiência de transformação de uma clínica de treinamento, nos Estados Unidos, em uma rede de pesquisa prática (PRN), como uma estratégia para promover a integração das facetas clínicas, de treinamento e de pesquisa de pós-graduação em psicologia. Convém ressaltar que, na maioria das federações dos Estados Unidos, a prática clínica é permitida após a obtenção do título de licenciado em Psicologia emitida pela Associação Americana de Psicologia, a partir de um estudo de doutorado (PhD). Os autores descrevem o contexto no qual desenvolveram sua clínica de treinamento PRN, seus principais componentes, alguns dos estudos que foram conduzidos nessa rede, os benefícios obtidos e as lições aprendidas. Em geral, a rede de pesquisa dá aos estudantes acesso a um ambiente estruturado, bem como a uma bateria de procedimentos de avaliação padronizados, o que lhes permite realizar estudos válidos externamente com um número relativamente grande de clientes e terapeutas.

De maneira mais comprometida, quando os pesquisadores se associam entre si, acontece o aprendizado compartilhado, novas oportunidades de pesquisa, o estabelecimento de novos projetos de pesquisa, aplicações conjuntas de fundos e transferência de tecnologia. A colaboração aumenta as citações dos artigos do pesquisador, especialmente se ele estiver envolvido com um time internacional de autores (Katz & Hicks, 1997). Portanto, a construção de redes de pesquisa é particularmente importante para os países da América Latina, que têm uma comunidade científica fragmentada, pequenos grupos de pesquisa e financiamento escasso (Bullock, 2015; Mendes et al., 2020).

As possibilidades para as abordagens psicoterápicas também são promissoras no campo dos estudos com equipes. Vitry et al. (2021) avaliaram a efetividade e a eficiência da terapia estratégica e sistêmica em ambientes naturalísticos na rede de pesquisa de prática sistêmica (SYPRENE). A rede tem a colaboração de pesquisadores da França, Itália, México, Espanha, Bélgica, Suíça, Canadá e da África do Sul. O principal objetivo da SYPRENE é preencher a lacuna de pesquisa sobre a eficácia e eficiência da terapia estratégica, desenvolvendo uma nova plataforma de registro e avaliação de dados terapêuticos que criaria um banco de dados e permitiria a comunicação entre profissionais e pesquisadores.

Todos os praticantes da rede passam por um treinamento inicial de noventa minutos no uso do SYPRENE, e depois se envolvem em uma conferência mensal, *on-line*, para discutir casos e avaliações. O estudo utilizou o *General Health Questionnaire* (GHQ-12), que é um questionário autoaplicável composto por 12 questões desenvolvidas como uma escala unidimensional para mensurar o sofrimento mental. No final do tratamento terapêutico também foi aplicada uma escala para a avaliação dos resultados da solução de problemas tanto para o cliente ($n = 1150$) quanto para o terapeuta ($n = 27$).

Os resultados iniciais do SYPRENE sugerem que a terapia estratégica ajudou os pacientes a alcançarem melhorias consideráveis, bem como evidenciam uma boa eficiência para a terapia estratégica. Embora todas as medidas de resultados em SYPRENE dependam de avaliações de autorelatos por pacientes e seus terapeutas, a credibilidade dos dados de resultados vem da correspondência entre as várias avaliações com as seguintes implicações: (1) grande melhoria foi obtida a partir das perspectivas dos pacientes e dos praticantes, indicando que a terapia estratégica ajuda a melhorar a situação do problema e a diminuir os sentimentos de sofrimento subjetivo dos pacientes; (2) as avaliações dos profissionais e dos pacientes sobre os resultados da solução do problema foram fortemente correlacionadas com uma concordância moderada, sugerindo que a melhoria do problema foi percebida de forma bastante semelhante sob ambas as perspectivas; (3) as avaliações dos profissionais e dos pacientes sobre a melhoria dos problemas estavam significativamente

ligadas aos escores de GHQ-12 no final da sessão, mesmo quando se tratava de controlar para GHQ-12 escores de base e diferenças entre os terapeutas.

Tais resultados podem sugerir que medidas de fontes e naturezas diferentes, tais como escalas subjetivas e questionários padronizados, refletem diferentes perspectivas de mudança terapêutica. Assim, redes de pesquisa prática, como a SYPRENE, devem incluir tanto as perspectivas dos pacientes quanto as dos profissionais ao avaliar os resultados em ambientes naturalistas, a fim de proporcionar uma maior compreensão geral da mudança terapêutica. Os campos interseccionais da psicologia, como os estudos de identidade, também ressaltam a relevância e os desafios da pesquisa desenvolvida em redes transnacionais.

As pesquisas que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, relativas ao encarceramento de mulheres, têm apontado resultados importantes para a nossa compreensão de como resolver um problema de pesquisa com uma rede internacional. A ausência de uma agenda comum entre os profissionais e pesquisadores do cárcere nos orientou para a organização de um simpósio, em 2017, na Universidade Católica de Brasília, o qual obteve um grande interesse do público, com mais de setenta trabalhos apresentados e quatro mesas com expositores convidados. O evento contou com a participação de representantes de países da Europa como Alemanha, França, Itália e Suíça e de estados brasileiros como Pará, Goiás, Espírito Santo, Tocantins, além do Distrito Federal, com a apresentação de metodologias interdisciplinares aplicadas ao contexto do cárcere.

A colaboração internacional também enriqueceu a nossa produção de pesquisa, tanto nos estudos de revisões, quanto no levantamento de dados sobre a realidade das populações estudadas em contextos distintos nacionais e internacionais. Os resultados nos forneceram atualizações sobre as pesquisas existentes no país e na Alemanha, e as recomendações dos organismos internacionais em respeito a presídio feminino e à juventude presa no Brasil (Bucher-Maluschke et al., 2019; Käßler & Silva, 2021).

Consoante com os nossos exemplos e com as contribuições de outros estudos apresentados nesta sessão, as linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília apresentam a perspectiva da clínica ampliada, por meio do estabelecimento de parcerias com a rede de saúde mental no país e no exterior. Os pesquisadores dedicam-se aos estudos de adolescentes em conflito com a Lei (Brasil et al., 2019), estrutura familiar (Xerinda et al., 2019), apego e vinculação (Santiago et al., 2020), ensino da pesquisa qualitativa em saúde (Conceição et al., 2019) e ao tratamento de pessoas que convivem com HIV (Mazuze et al., 2020). Destaca-se a utilização de metodologias participativas (e.g. grupos focais

como um método clínico, utilização de escalas) e a inclusão de diferentes instituições nas pesquisas, para que todos os envolvidos possam contribuir para uma experiência comunitária coletiva mais profunda. Trabalhar sobre estas lacunas é uma sugestão para futuros pesquisadores interessados nos estudos com equipes/redes de pesquisa, o que, por si só, fornece elementos que podem ser considerados clínicos.

O Desenvolvimento Pessoal e Social do Pesquisador nos Estudos com Equipes/Redes de Pesquisa

Os pesquisadores mais experientes com redes internacionais relatam que as suas pesquisas, envolvendo colaboradores de outros países, criam oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social, por meio da reflexão e da autodescoberta, o que os ajuda a entender melhor o contexto (Harvey & Masud, 2019). Alatas (2003) argumenta que há uma dimensão psicológica no processo de internacionalização pelo qual o estudioso, quando assume uma atitude dependente em relação aos pesquisadores de instituições de pesquisas que dominam os poderes das ciências sociais, torna-se mais um receptor passivo da agenda de pesquisa, métodos e ideias. Isso se deve a um senso comum de inferioridade intelectual contra os países desenvolvidos. Aprofundaremos, mais detalhadamente na próxima seção, o aspecto dos poderes das ciências sociais.

Uma possibilidade de compreensão do desenvolvimento social e pessoal do pesquisador é possível por meio dos fundamentos epistemológicos da teoria ator rede de Bruno Latour (2004). Essa teoria, também conhecida como sociologia da tradução, trata da mecânica do poder, nesse caso a construção do conhecimento (Moraes, 2004). Os autores argumentam que o conhecimento é um produto social e não algo produzido por meio da operação de um método científico privilegiado. Em particular, eles argumentam que o conhecimento pode ser visto como um produto ou efeito de uma rede de materiais heterogêneos.

Nesse contexto, considera-se a metáfora de rede uma das metáforas contemporâneas mais recorrentes, pois substituiu aquela que representava processos em termo de máquinas. Essa metáfora implica que os objetos ou entes que especificam a rede estão de algum modo interligados. Deste modo, o conceito de rede é, por sua natureza, relacional, a pressupor, inevitavelmente, efeitos mútuos. No caso aqui considerado, as redes de pesquisa implicam interações entre pesquisadores em torno de temáticas comuns, uma articulação ativa de cooperação entre cientistas ou instituições, a explicitar o fluxo de trocas de informações, intercâmbios de ideias e conhecimentos que tem essencialmente como resultado a produção conjunta, uma rede de conhecimento (Barnett et

al., 2011; Price, 1965). Contudo, produto das interações entre pesquisadores, as questões envolvidas nos intercâmbios de pesquisa, articulam-se de forma não prevista pelos mesmos e esse é um dos efeitos de rede mais bonitos desses intercâmbios nacionais e internacionais, e essa perspectiva é ainda pouco explorada pela rede de conhecimento. Os relatos que se seguem representam exemplos dessas redes de pesquisas.

Latour define como ator tudo o que age ou produz efeito no mundo, e pode referir-se a pessoas, instituições, coisas, animais e objetos. Nessa perspectiva, o ator é definido pelos efeitos de suas ações (Latour, 2004; Latour & Woolgar, 1997). A rede se refere a uma lógica de conexão, fluxo, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes (Moraes, 2004). Ela é um sistema aberto capaz de se desenvolver, sendo o seu elemento constitutivo um nó de onde partem as diversas conexões.

Considera-se que somente estimulando o cientista é possível compreender a realidade e o desenvolvimento da construção de fatos. Assim, a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva (Latour, 2004; Latour & Woolgar, 1997). Em meio a essa dinâmica, as afirmações vão se construindo e se transformam à medida em que a comunicação se amplia, que os elementos são acrescentados, os domínios modificados, os argumentos são fortalecidos e incorporados a novos contextos.

O pesquisador deve ter, sobretudo, uma fundamentação ética e política no seu processo de formação para trabalhar e construir redes comprometidas com a comunidade científica do Brasil. Dentre as diversas capacidades aprendidas no desenvolvimento dos estudos com equipes/redes de pesquisas destacamos a importância de estimular o diálogo dos doutorandos, pós-doutorandos e alunos egressos com os membros e professores das instituições envolvidas sobre qualquer tema relacionado à implementação da pesquisa ou sobre a estrutura da rede.

Também é relevante que os professores da rede divulguem e estimulem o retorno dos estudantes egressos no exterior para o exercício profissional com instituições estabelecidas no Brasil. Esse processo deve levar em consideração que a ciência ultrapassa as barreiras geográficas. Os alunos e professores, além de cientistas, são representantes das relações acadêmicas entre o Brasil e o país anfitrião, e por isso devem estar atentos às agendas e aos interesses da rede de pesquisa. Os alunos, professores e pesquisadores dos estudos com equipes/redes de pesquisas devem buscar, sobretudo, ser aqueles com maior capacidade crítica sobre os fenômenos sociais complexos.

Outro aspecto importante é que com a globalização, o mundo tem-se tornado mais interligado por meio das tecnologias da comunicação, viagens, migração e comércio. Enquanto o comércio ocorre em dinheiro, bens e serviços, ele também ocorre em símbolos, moralidade, valores culturais, sistemas

governamentais e, mais importante ainda, em pessoas (Harvey & Masud, 2019). Vivemos em uma sociedade cada vez mais global, onde devemos considerar esse macrossistema, para tratar dos problemas sociais locais. Deste modo, a pesquisa deve ser informada por perspectivas globais para compreender os contextos em que as pessoas vivem.

O treinamento internacional ocorre quando um pesquisador de um país trabalha em outro país ou em uma cultura diferente da sua (Harvey & Masud, 2019). Este processo ocorre quando ele é convidado para fazer pesquisa por residentes nativos, ou porque ele próprio inicia o contato. Os convites para atuar profissionalmente no contexto internacional podem ocorrer por diferentes razões: o pesquisador possui uma expertise em um campo que seja ausente no país anfitrião, ou quando é convidado para atuar, no ensino e na pesquisa, em uma instituição de pesquisa (e.g. universidades, fundações ou órgãos do governo).

A Internacionalização das Ciências Sociais

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) classifica a maioria dos cursos de pós-graduação em Psicologia Clínica como Ciências Humanas. Entretanto, a psicologia lida com a mente e os comportamentos humanos, e preenche a divisão entre ciências naturais e ciências sociais. Os cursos de psicologia estudam o desenvolvimento humano, os comportamentos sociais e as emoções, que se baseiam em métodos das ciências sociais. Portanto, ampliaremos a discussão da internacionalização para o campo das ciências sociais, por ter a psicologia inserida nele.

Desde sua criação na Europa do século XIX, as ciências sociais se espalharam internacionalmente e estão agora firmemente estabelecidas em instituições científicas, nos currículos universitários e nas organizações disciplinares em todo o mundo. Se tomarmos a internacionalização como referência das atividades científicas que transcendem as fronteiras nacionais (pesquisa, publicação, viagens, comunicação, financiamento), não há dúvida de que a internacionalização das ciências sociais é uma realidade firmemente estabelecida (Kuhn & Weidemann, 2010).

As contribuições de estudiosos de diferentes partes do mundo demonstram que este processo não se baseia em objetivos universalmente compartilhados nem em regras uniformes e apontam os caminhos de múltiplas realidades, contradições e conflitos que a internacionalização implica. Eles também levantam questões relativas às estruturas do poder acadêmico e reivindicam o conhecimento universal que tocam os fundamentos epistemológicos das ciências sociais em geral, e que são centrais para futuros debates sobre colaboração internacional nas ciências sociais (Kuhn & Weidemann, 2010).

A aplicação de um modelo popular de estruturas de poder acadêmico global à questão da internacionalização torna visível a diferença sistemática de forças. Por isso, vale a pena refletir sobre as definições de Alatas (2003) dos diferentes atores das ciências sociais antes de voltar à questão da internacionalização. S. F. Alatas diferencia as potências das ciências sociais (Estados Unidos, Reino Unido, França) que têm um alcance global de teorias e ideias e comunidades de ciências sociais periféricas (academicamente dependentes, geralmente do Terceiro Mundo) que emprestam agendas, teorias e métodos às potências das ciências sociais. Uma terceira categoria é composta pelas potências das ciências sociais semiperiféricas (por exemplo, Austrália, Japão, Alemanha, Holanda) que detêm uma posição intermediária: enquanto dependem das potências das ciências sociais, elas exercem uma influência considerável sobre as comunidades científicas periféricas.

O autor destaca vários problemas que podem ser subsumidos sob conceitos, expressões e movimentos como a crítica do colonialismo, o imperialismo acadêmico, a descolonização (do conhecimento), a pedagogia crítica, a imitação e a mente cativa, dependência acadêmica, orientalismo e eurocentrismo (Alatas, 2003). Esses problemas foram vistos como parte do contexto mais amplo das relações entre os antigos poderes coloniais ocidentais e as ex-colônias, inclusive aquelas sociedades que foram fortemente colonizadas.

Ao mesmo tempo, após o desenvolvimento econômico, as antigas sociedades de ciências sociais periféricas avançam em direção à semiperiferia. Claramente, tal situação tem potencial para novas alianças, agendas e iniciativas que ainda escaparam da atenção das comunidades de ciências sociais que se definem apenas com respeito ao centro das ciências sociais. Um dos resultados desse reposicionamento contínuo é que a posição das potências das ciências sociais é questionada por antigas comunidades científicas periféricas. As alianças científicas das comunidades científicas europeias, por exemplo, não só mudam sua posição dentro da União Europeia, mas visam desafiar os Estados Unidos como a principal potência das ciências sociais (Kuhn & Weidemann, 2010).

No campo político e econômico, a internacionalização é geralmente uma estratégia de desenvolvimento desejado, e tem sido nos últimos anos densamente promovida nas ciências sociais. A União Europeia, os Estados membros, as instituições regionais e outras organizações intergovernamentais, por exemplo, fornecem grandes fundos de financiamento para a pesquisa e o intercâmbio. Dentre eles, destaca-se o programa europeu de pesquisa e inovação *Horizon Europe*, lançado em 2021 e com duração de sete anos, que inclui o financiamento para pesquisas em democracia, governança, patrimônio cultural, indústrias culturais e criativas, e transformações sociais e econômicas.

Esse é o maior programa de financiamento transnacional do mundo, com um orçamento em torno de 95,5 milhões de euros (Castelpietra et al., 2020).

Os governos nacionais e as organizações de financiamento também enfatizam a dimensão internacional como um indicador de pesquisa de alta qualidade e incentivam a cooperação internacional. As cinco razões apresentadas por Kuhn e Weidemann (2010) para o aumento da atenção das instituições políticas e econômicas para a pesquisa internacional serão aqui listadas. Os autores destacam, como primeiro aspecto, que na era do conhecimento globalizado, as sociedades estrangeiras têm ganhado mais importância, especialmente após o surgimento de um mundo multipolar, o que faz o conhecimento sobre diferentes contextos indispensáveis. Na prática, algumas instituições nacionais desejam estender os seus conhecimentos sobre países vizinhos, ou buscar conhecimentos sobre melhores práticas para a resolução de problemas locais. As ciências sociais contribuem, portanto, para compreender as realidades sociais, ao mesmo tempo em que fornecem categorias analíticas, tais como modernização, globalização, ou multipolaridade, que permitem conceituar as mudanças internacionais e os seus efeitos no discurso científico e além.

A segunda razão é que os fenômenos sociais (e.g. produção e distribuição de riqueza, migração ou formação de identidade) desenvolvem cada vez mais uma dimensão global. A pesquisa precisa ser internacionalizada para ser entendida suficientemente. Nesse sentido, a internacionalização da pesquisa é um subproduto da globalização das realidades sociais. As discussões sobre internacionalização geralmente ignoram o fato de que, em muitos lugares, as ciências sociais nunca foram nacionais no mesmo sentido que tiveram na Europa, mas possuem uma forte orientação internacional desde seu início (Weidemann, 2010).

A terceira razão é que os objetivos políticos de internacionalização da pesquisa são abordados com menos frequência, pois interferem com a ideologia do desinteresse da ciência. No entanto, os governos extremistas tendem ao desenvolvimento de laços de pesquisa internacional como meio de fortalecer alianças políticas, estando também subjacentes às políticas de financiamento de pesquisa, especialmente nos programas de mobilidade internacional.

A quarta razão, também já mencionada, é que a internacionalização está ligada intrinsecamente aos objetivos científicos: levar descobertas de pesquisa e teorias através das fronteiras nacionais testa sua robustez e validade. A investigação da variação transnacional ajuda a aumentar o conhecimento e a identificar fatores moderadores e limites das teorias gerais. O objetivo final é chegar a conhecimentos e teorias universalmente válidos, e é este objetivo que tem implementado uma orientação internacional das ciências desde seu início.

Finalmente, a quinta razão, elaborada por Kuhn e Weidemann (2010), surge na interface de objetivos políticos e científicos de excelência científica:

a internacionalização faz uma maior reserva de talentos disponível, e a esperança de atrair os melhores estudiosos do mundo inteiro para juntar seus conhecimentos em um determinado projeto, promete melhorar a qualidade dos resultados científicos e fortalecer a competitividade local em mercados globais (científicos e econômicos).

Apesar destes fatores, a internacionalização das ciências sociais está muito atrás dos passos das ciências naturais, o que se observa pelo fato que a maioria das pesquisas são conduzidas dentro das fronteiras nacionais e a maioria dos resultados são publicados em línguas nacionais. No caso do Brasil, Ribeiro (2010) indica os fatores contextuais das pesquisas locais, tais como a predominância da atuação dos pesquisadores nos programas de pós-graduação em um país com dimensões continentais e profundas desigualdades regionais.

O Brasil e a Internacionalização

A internacionalização vem sendo estudada com um interesse na quantidade da atividade internacional, enquanto os seus objetivos e conteúdos não são criticamente discutidos (Ribeiro, 2010). Dessa forma, os debates sobretudo sobre orientalismo e gênero revelam vieses eurocêntricos e machistas nas hipóteses e teorias dominantes (Alatas, 2003; Kuhn, 2015). De acordo com essas visões, a verdadeira internacionalização, que repousa na participação igualitária de cientistas de diferentes proveniências e se concentra em aspectos qualitativos, demanda uma nova orientação baseada nas ciências sociais, mais do que na quantidade de laços internacionais tradicionais que só fortaleceriam o domínio das ciências sociais euro-americanas.

No Brasil, a discussão de relações internacionais, a partir da perspectiva de uma instituição de ensino e pesquisa, perpassa pelo entendimento da política externa como política pública. Para Milani e Pinheiro (2013) o processo contínuo da internacionalização implica o reconhecimento de que existem vários atores que participam do processo, o que não está restrito apenas aos diplomatas e funcionários de carreira do Ministério das Relações Exteriores. As demandas das agendas da política externa refletem também interesses de outras pastas e órgãos do governo, assim como das unidades subnacionais.

Por um lado, o processo da internacionalização no Brasil é altamente contraditório, tendo em vista que a ausência de financiamento demonstra como é difícil internacionalizar os programas na área de Humanidades. Maia e Medeiros (2020) discutiram os principais fatores explicativos por trás da internacionalização dos estudiosos de ciências sociais. Os principais resultados são os seguintes: fazer um pós-doutorado no exterior é mais importante para a internacionalização do que estudar por um curto período durante o doutorado; a área de antropologia é mais internacionalizada do que sociologia e ciência

política, embora não esteja claro quais são as causas para tal resultado; professores de programas periféricos empregam uma abordagem de baixo custo para compensar a falta de internacionalização.

Outro ponto a ser considerado é a conexão entre a internacionalização e a oferta de oportunidade aos acadêmicos para a aprendizagem de línguas estrangeiras. Os países anglófonos dominam o processo de internacionalização e quatro países de língua inglesa (Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá) e oferecem mais de 50% dos programas que envolvem estudantes no exterior (Guimarães et al., 2021). Dessa maneira, os países não anglófonos, ou aqueles que não adotam o inglês como meio de instrução, não são capazes de atrair os estudantes e pesquisadores mais brilhantes e os melhores. Portanto, instituições sem uma política clara de idiomas, treinamento e apoio contínuo podem prejudicar a qualidade do ensino.

Os fatores demonstram que o Brasil vem abrindo o caminho para o trabalho que, a fim de obter relevância internacional, imitou ou seguiu tendências que tiveram origem em outros países (Maia & Medeiros, 2020). Mas o auge desses modelos se deu em um momento anterior, com a extraordinária qualidade dos grandes pensadores que dominaram a cena durante os 25 ou 30 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (Vessuri, 2015). Essa atitude supõe uma liderança mundial que de fato não existe mais no campo das ciências humanas (Ribeiro, 2010).

De qualquer forma, podemos traçar uma equação para resumir o problema que afeta a área das ciências humanas. Temos no Brasil uma grande área de pesquisa e de estudos de pós-graduação, geralmente com um alto padrão de qualidade. A principal causa de tal conquista é a política de financiamento de agências federais como a CAPES, CNPq e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos – Agência Federal de Estudos e Projetos), ou Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados brasileiros.

Devemos também considerar as políticas de pesquisa das universidades públicas federais, das universidades públicas estaduais e muito raramente das universidades privadas. Estas universidades estimulam a pesquisa científica entre suas faculdades. Entre outras razões para o trabalho em rede é o desafio da internacionalização da pesquisa científica, o que estimula as pessoas a publicarem os seus trabalhos no exterior, submetê-los aos leitores estrangeiros e manter contato com seus parceiros estrangeiros.

Para alcançar uma cooperação internacional de alta qualidade, Ribeiro (2010) orienta às políticas públicas realizar pesquisas interdisciplinares articuladas com a psicologia, reunindo pesquisadores de filosofia, antropologia, sociologia, ciência política e teoria, história, as artes e a comunicação, desenvolver questões de pesquisa que ainda não foram colocadas, ou que

foram abordadas apenas com visões mais convincentes e abrir o caminho para questões diferentes das originais.

No que concerne à internacionalização da Psicologia no Brasil, o relatório da visita de Bullock (2015) no 15º Simpósio da ANPEPP, realizado em Bento Gonçalves, Brasil, em maio de 2014, oferece uma visão geral a partir da perspectiva de uma convidada internacional. A pesquisadora relatou que o tema da internacionalização é especialmente relevante para o Brasil, onde tem havido um rápido desenvolvimento na produção científica e tecnológica, o que lhe confere um novo e emergente papel internacional.

Bullock (2015) discute as múltiplas conotações da internacionalização, os objetivos da internacionalização sob diferentes perspectivas e o impacto da internacionalização da psicologia na pesquisa e na publicação no Brasil. A autora aborda também as oportunidades e os desafios da internacionalização no Brasil e em outros lugares. O Brasil, como comunidade científica, está ao mesmo tempo comprometido e focado na internacionalização, pois é um critério importante na avaliação dos programas de pós-graduação em psicologia.

Os exemplos discutidos teoricamente são desafios iniciais no Brasil, ao passo em que acelera o seu processo de internacionalização. O avanço da política pública demonstra que há um desafio grande na internacionalização das ciências sociais para ser estudado, que é o conhecimento dos processos que ocorrem tanto no âmbito institucional, quanto pessoal do pesquisador internacionalista. O investimento nessa área é crucial para que o país avance como um agente ativo nas definições das pautas e das decisões globais, sem perder de vista a consolidações e o prestígio que a ciência tem no território nacional. Convém observar, também, o perigo da fuga de pesquisadores altamente competentes ao receberem propostas de trabalho mais compatíveis com suas necessidades financeiras para a implementação de suas pesquisas.

Considerações Finais

Este capítulo teve por objetivo apresentar um referencial teórico sobre os estudos com equipes/redes de pesquisa para a psicologia, no campo das ciências sociais, a partir da experiência de uma rede de pesquisadores. A oportunidade de trabalhar sobre a construção de redes na perspectiva nacional e internacional permite ao pesquisador da Psicologia compreender as articulações que se estabelecem entre a ciência e a sociedade, aplica um modelo que rompe com a lógica das polarizações e compreende o conhecimento como efeito de uma multiplicidade de interações sociais.

A experiência apresentada foi possível graças ao comprometimento dos laboratórios de pesquisa, que forneceram o intercâmbio institucional e a possibilidade de fomento para a realização de pesquisa/ensino de estudantes

e pesquisadores. Os laboratórios de pesquisa levam à articulação de redes nacionais e internacionais sobre as temáticas de estudo da Psicologia em distintas abordagens teóricas e metodológicas.

Considera-se importante que haja nas políticas públicas de internacionalização do Brasil uma agenda sistemática e de fluxo contínuo de financiamento das pesquisas de forma a possibilitar a sua realização. Dessa forma, os países geograficamente próximos e em realidades sociais semelhantes poderiam criar o estabelecimento de agendas comuns, a fim de obter uma melhor posição em relação aos países mais avançados, na medida em que os temas comuns apareçam.

O interesse pelos estudos com equipes/redes de pesquisa aumenta o compartilhamento de informações e conhecimentos. Nessa perspectiva, a interações do pesquisador por meio da análise das redes sociais dos contextos diversos em que esteja inserido é uma estratégia para investigar a estrutura social que configura as redes e apresenta indicadores referentes aos direcionamentos dos fluxos de informação. Esses processos, que ultrapassam as fronteiras territoriais, indicam elementos importantes para a construção do conhecimento que possa levar a uma inovação. Depreende-se que os pesquisadores que recebem mais informações por meio dos estudos com equipes/ rede de pesquisa serão os mais comprometidos e colaboradores para as mudanças paradigmáticas na pesquisa.

Diversos pesquisadores estabelecem intercâmbios que proporcionam articulações entre áreas, conceitos e, mais estritamente, entre variáveis. Concebe-se que tais articulações criam culturas de pesquisa que dão identidade ao grupo envolvido. Esse produto cultural se torna independente de seus produtores, ou seja, quando determinada cultura de conhecimento é criada ela adquire um caráter autônomo que é independente de seu produtor e passa a ser um patrimônio cultural científico, que pode ser apropriado por qualquer indivíduo ou grupo de forma independente. A beleza do fruto dos intercâmbios de pesquisadores é a autonomia dela resultante.

REFERÊNCIAS

- Agapito-Khoury, N. D. M. A., & Silva, J. C. (2019). Revisão narrativa: Metodologias de adaptação e validação de instrumentos psicológicos. *Revista Eixo*, 8(2), 220–229. <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/588/483>
- Alatas, S. F. (2003). Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, 51(6), 599–613. <https://doi.org/10.1177/00113921030516003>
- Barnett, G. A., Huh, C., Kim, Y., & Park, H. W. (2011). Citations among communication journals and other disciplines: a network analysis. *Scientometrics*, 88(2), 449–469. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-011-0381-2>
- Beavers, R., & Hampson, R. B. (2000). The Beavers Systems Model of Family Functioning. *Journal of Family Therapy*, 22(2), 128–143. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00143>
- Brasil, K. T., Ganem, V., Costa, J. E. M., & Ponte, K. F. (2019). Adolescentes em conflito com a lei: escuta clínica e mediação terapêutica. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, M. Neubern, & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 4, pp. 517–532). Technopolitik. http://psicc.unb.br/images/livros/PsiClin4_05mar20P.pdf
- Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing: Problems and prospects. *American Psychologist*, 34(10), 844–850. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.844>
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2007). The bioecological model of human development. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793–828). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0114>
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2016). Inserção ecológica: Subsídio à produção do conhecimento. In S. H. Koller, S. S. Paludo, & N. A. de Moraes (Eds.), *Inserção ecológica: Um método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 21–39). Casa do Psicólogo.

Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Silva, J. C., & Souza, I. B. S. (2019). Revisão sobre o presídio feminino nos estudos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1–15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31216159>

Bullock, M. (2015). ANPEPP Conference: A view from an international visitor. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28, 19–22. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.2015284004>

Castelpietra, G., Nicotra, A., Pischiutta, L., Gutierrez-Colosía, M. R., Haro, J. M., & Salvador-Carulla, L. (2020). The new Horizon Europe programme 2021–2028: Should the gap between the burden of mental disorders and the funding of mental health research be filled? *The European Journal of Psychiatry*, 34(1), 44–46. <https://doi.org/10.1016/j.ejpsy.2019.12.001>

Castonguay, L. G., Pincus, A. L., & McAleavey, A. A. (2015). Practice research network in a psychology training clinic: Building an infrastructure to foster early attachment to the scientific-practitioner model. *Psychotherapy Research*, 25(1), 52–66. <https://doi.org/10.1080/10503307.2013.856045>

Conceição, M. I. G., Gastaldo, D., Fraga, A. B., Bosi, M. L., Magalhães, L., Lago, R. R., Andrade, J. T., & Gladstone, B. (2019). Rede Internacional de Excelência no Ensino da Pesquisa Qualitativa em Saúde: Estratégias iniciais e propostas de futuro. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, M. Neubern, & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 4, pp. 449–464). Technopolitik. http://psicc.unb.br/images/livros/Psi-Clin4_05mar20P.pdf

Guimarães, F. F., Mendes, A. R. M., & Hildeblando Júnior, C. A. (2021). Student perceptions of university internationalisation in Brazil: A case study. *Fórum Linguístico*, 18(1), 5701–5718. <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e70371>

Harvey, R., & Masud, H. (2019). International perspectives. In L. A. Jason, O. Glantsman, J. F. O'Brien, & K. N. Ramian (Eds.), *Introduction to community psychology: Becoming an agent of change* (pp. 61–79). Rebus Community.

Käppler, C. O., & Silva, J. C. (2021). Zur situation junger menschen im justizvollzug Brasiliens. In A. Kaplan & S. Roos (Eds.), *Delinquenz bei jungen Menschen* (pp. 401–416). Springer Fachmedien Wiesbaden. https://doi.org/10.1007/978-3-658-31601-3_24

Katz, J. S., & Hicks, D. (1997). How much is a collaboration worth? A calibrated bibliometric model. *Scientometrics*, 40(3), 541–554. <https://doi.org/10.1007/BF02459299>

Kuhn, M. (2015). Facing a scientific multiversalism: Dynamics of international social science knowledge accumulations in the era of globalization. *Internationalization of the Social Sciences*, 379–410. <https://doi.org/10.14361/9783839413074-017>

Kuhn, M., & Weidemann, D. (2010). Internationalization of the social sciences: Introduction. In *Internationalization of the Social Sciences* (Vol. 2, Issue 1, pp. 11–20). Verlag. <https://doi.org/10.14361/9783839413074-intro>

Latour, B. (2004). Por uma antropologia do centro. *Mana*, 10(2), 397–413. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200007>

Latour, B., & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: A produção de fatos científicos*. Relume Dumará.

Maia, J. M. E., & Medeiros, J. (2020). The dominant factors for the internationalization of scholars in social sciences graduate programs in Brazil. *Sociedade e Estado*, 35(2), 473–500. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035020005>

Mazuze, B. S. D., Machado, A. C. A., Polejack, L., & Selemene, J. M. (2020). Estratégias de apoio à adesão ao tratamento antirretroviral em Moçambique sob a perspectiva da gestão em saúde. In E. R. Lazzarini, M. C. Maesso, P. H. A. Costa, & S. E. S. Oliveira (Eds.), *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea* (Vol. 5, pp. 473–490). Editora CRV.

Mendes, C. H., Brito, A. S., Angotti, B., Sales, F. R., Reis, L. S., & Vasconcelos, N. P. (2020). *Academic freedom in Brazil: A case study in recent developments*. https://www.gppi.net/media/GPPi_LAUT_2020_Academic_Freedom_in_Brazil.pdf

Milani, C. R. S., & Pinheiro, L. (2013). Política externa brasileira: Os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, 35(1), 11–41. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>

Moraes, M. (2004). A ciência como rede de atores: Ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 11(2), 321–333. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000200006>

Price, D. J. D. (1965). Networks of scientific papers. *Science*, 149(3683), 510–515. <https://garfield.library.upenn.edu/papers/pricenetworks1965.pdf>

Puljak, L., & Vari, S. G. (2014). Significance of research networking for enhancing collaboration and research productivity. *Croatian Medical Journal*, 55(3), 181–183. <https://doi.org/10.3325/cmj.2014.55.181>

Ribeiro, R. J. (2010). Rethinking International cooperation in the human sciences of Brazil. In *Internationalization of the Social Sciences* (pp. 175–190). Verlag. <https://doi.org/10.14361/9783839413074-008>

Santiago, J. C. S., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., & Silva, J. C. (2020). Semelhanças e diferenças do apego e vinculação em adultos brasileiros e portugueses. In E. R. Lazzarini, M. C. Maesso, P. H. A. Costa, & S. E. S. Oliveira (Eds.), *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea* (Vol. 5, pp. 529–546). CRV. <https://doi.org/10.24824/978655868899.0>

Vessuri, H. (2015). The current internationalization of the social sciences in Latin America: Old wine in new barrels? *Internationalization of the Social Sciences*, 135–158. <https://doi.org/10.14361/9783839413074-006>

Vicente, H. T., Daniel, F., Sequeira, J., & Hampson, R. (2021). Rethinking the Self-Report Family Inventory-Version II (SFI-II): Factor structure and psychometric properties of the Portuguese version. *Contemporary Family Therapy*. Online first. <https://doi.org/10.1007/s10591-021-09598-2>

Vitry, G., Pakrosnis, R., Brosseau, O. G., & Duriez, N. (2021). Effectiveness and efficiency of strategic and systemic therapy in naturalistic settings: Preliminary results from a Systemic Practice Research Network (SYPRENE). *Journal of Family Therapy*, 1–2. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12343>

Weidemann, D. (2010). Challenges of international collaboration. *Internationalization of the Social Sciences Asia – Latin America – Middle East – Africa – Eurasia*, 353–378.

Xerinda, E. J., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., & K appler, C. O. (2019). O funcionamento da estrutura da família na perspectiva da adolescente com depressão atendida no Centro de Reabilitação Psicológica Infantil e Juvenil de Maputo – Moçambique. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. Lordello, M. S. Neubern, & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 4, pp. 503–518). Technopolitik.

SEÇÃO III
PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA:
contribuições epistemológicas

CAPÍTULO 11

EPISTEMOLOGIA, PESQUISA CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: problemas de semiótica, hypnogênese e investigação

Maurício Neubern

Pode o ser humano estudar o ser humano cientificamente? Se considerarmos a perspectiva da epistemologia normativa, caracterizada pelos esforços para definir limites entre o que é científico e o que não é (Stengers, 1995), a resposta deve ser possivelmente negativa. Tomando a física como referência central para o paradigma moderno da ciência, muitos autores em epistemologia normativa situam a psicologia e outras ciências humanas como um conhecimento pré-científico (Kuhn, 1962/2012; Popper, 1935/2002), às quais faltaria a unidade necessária para produzir dados objetivos capazes de acabar com a pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas.

Apesar dessa crítica (Gergen, 1996; Gonzalez Rey, 2019; Koch, 1983), algumas abordagens da psicologia, influenciadas pelo positivismo, estatísticas e empirismo experimental, ignoraram as demarcações epistemológicas e defenderam para si o *status* de cidadãos do conhecimento científico. Opuseram-se firmemente aos seus colegas inclinados a estudar a subjetividade, uma vez que estão estes claramente distanciados dos critérios normativos de uma ciência positivista. A versão intradisciplinar da guerra de ciências (Hacking, 1999; O'Donohue, 2013) leva os psicólogos pretensamente científicos a afirmarem “nós fazemos ciência” como uma forma de desqualificação de seus rivais, enquanto estes se posicionam como conhecedores dos seres humanos, afirmando que “nós lidamos com gente”, como uma forma de acusar seus adversários de negligenciar o universo da subjetividade.

Apesar das várias implicações que permeiam este conflito, em termos epistemológicos é possível conceber que, enquanto os primeiros se apegam a ideais modernos e desconsideram importantes zonas de sentido de subjetividade, os últimos são comumente classificados como de cientificidade duvidosa, uma vez que eles não podem construir uma unidade disciplinar, conforme preconizado pelo projeto moderno de ciência (Santos & Meneses, 2009; Stengers, 1995). Consequentemente, a investigação torna-se um terreno fértil para esse problema: entre os pesquisadores do primeiro grupo, geralmente ligados à lógica do laboratório experimental e/ou da estatística, noções típicas do universo subjetivo (como o sujeito, os sentimentos, a imaginação,

a irregularidade, paradoxos e existência) são consideradas como fontes de erro, devendo ser reduzidas a uma visão objetiva (Gonzalez Rey, 2019). Por outro lado, devido à ausência de uma definição ontológica da subjetividade (González Rey, 2019), o segundo grupo de pesquisadores comumente fica preso a problemas como o instrumentalismo, em que a validação e valorização da investigação acontece por conta de respostas aos instrumentos e a dogmatização das teorias (Morin, 2014), na qual a tendência à autoconfirmação prevalece quanto a uma forma aberta e flexível de diálogo com a realidade. Tanto um quanto o outro problema são comumente sustentados pela forma como as escolas são formadas, dada a gravitação das ideias em torno da figura dos mestres fundadores (Stengers, 1995), que rivalizam uns com os outros em uma batalha infundável pela hegemonia no campo, seja prático ou de pesquisa.

Face ao exposto, este trabalho possui como objetivo destacar algumas contribuições epistemológicas da semiótica de Peirce (Burks, 1980) para a pesquisa clínica em Psicologia, embora outras ciências humanas também sejam citadas. Para tanto, por um lado, busca discutir a noção de subjetividade como uma realidade e sistema semiótico, destacando alguns princípios necessários para a investigação clínica, de modo a reconhecer sua especificidade como um sistema a ser estudado, sem desconectá-lo de suas relações complexas com o mundo, seja físico, biológico ou social. Por outro lado, visa também destacar os problemas de forma ou sistema semiótico (Lizska, 1996) e seus possíveis modos de apreensão na pesquisa, uma vez que se referem epistemologicamente a formas específicas de questionar a realidade, influenciando diretamente questões de pesquisa clínica. Vale destacar ainda que a noção de hipnogênese, segundo a qual uma relação terapêutica tende a reproduzir as ideias e teorias do terapeuta na subjetividade do interlocutor (Melchior, 1998; Stengers, 2001), perpassará todo o trabalho, tanto por destacar importantes aspectos clínicos, como por conta de sua proximidade com a ideia de self de Peirce (Colapietro, 1989).

Semiótica e Fenomenologia

A semiótica de Peirce (Burks, 1980) implica um ramo complexo de conhecimento focado no estudo dos signos e dos modos de significação que eles fornecem. De um modo geral, signos são aquilo que, de alguma forma, representam um objeto e produzem um efeito (interpretante) na mente do observador. Na sua classificação mais conhecida², a de sua relação com objeto,

2 Outras classificações podem ser: os signos quanto a eles mesmos (quali-signo, sin-signo, legi-signo) ou como interpretantes (rema, decente, argumento). As combinações entre elas podem gerar diversas formas de classificação, como evidenciado por Lizska (1996) e Santaella (2004).

os signos podem ser: ícones, que se relacionam com objetos por semelhanças e qualidades (tais como imagens, hieróglifos, *emoticons*); índices, cuja relação acontece pela causalidade física ou funcionalidade (tais como pegadas no solo ou marcas de mercúrio num termômetro); e símbolos, cujos objetos são representados por leis, hábitos ou convenções (tais como palavras, livros, discursos). No entanto, é importante ressaltar que a semiótica, além de seu ramo classificatório (gramática especulativa), também se concentra em estudar os modos de inferência, isto é, a abdução (hipóteses), indução (verificação), dedução (análise lógica e hierarquia das hipóteses), ou seja, a lógica crítica e a metodêutica ou retórica universal, que se refere a uma dimensão coletiva da investigação (Lizka, 1996), envolvendo a busca comunitária de consenso.

A fenomenologia (Peirce, 1903/1997), por sua vez, é o conhecimento focado nos modos de apreensão da experiência, que se dividem em primeiridade (que implica qualidade, sentimentos, potencialidades), segundidade (reação, existência, singularidade) e terceiridade (leis, hábitos, convenções). A primeiridade é notavelmente ligada aos ícones, bem como a qualisignos e remas, a segundidade aos índices, assim como aos sin-signos discentes, ao passo que a terceiridade aos símbolos e também aos legi-signos e argumentos (Lizka, 1996). É importante notar, também, que a fenomenologia fornece fundamentos importantes para a semiótica e as demais ciências normativas, quais como a estética e a ética (Peirce, 1903/1997).

Subjetividade como Realidade Semiótica

Como seria possível entender uma pessoa se apaixonando por outra como uma realidade? O sentimento de fracasso seguido de depressão devido à perda de um emprego? Um terrível surto psicótico, pleno de alucinações e delírios, ou mesmo a preocupação de uma mãe pelo seu filho que foi para a guerra? A falta de pertença sentida pelos filhos dos imigrantes, sem apego à cultura de seu país de nascimento, nem à cultura dos seus pais? O grito coletivo de um gol num estádio de futebol? A sensação de sentir-se superior e ter o direito de explorar os outros por pertencer a uma da classe social abastada? Um sonho aparentemente sem sentido que intriga a pessoa que o experimenta? A experiência mística de entrar em transe, sentir-se ligado ao cosmos e em comunicação com os seres espirituais?

Os fenômenos mencionados anteriormente são extraordinariamente complexos, mas não deixam de oferecer signos que permitem concebê-los sob uma ótica objetivista: no cérebro, a produção de neurotransmissores, a intensidade e a frequência de uma determinada resposta, e os índices de probabilidade de ocorrência de um evento, são todos os exemplos de signos que podem ser importantes para os pesquisadores, mas que nem sempre dizem

algo para as pessoas que o experimentam. Assim, as realidades implicadas por tais signos podem ser concebidas como realidades vistas de fora, pois colocam o protagonismo do conhecimento sobre o pesquisador, ou seja, são os signos que criam condições para que algo seja dito por meio de dados objetivos. Embora esse modo de pesquisa possa trazer importantes contribuições para a psicologia clínica, também pode ser problemático devido ao conteúdo unilateral da geração de conhecimento, que, além de seus limites epistemológicos, também pode causar graves consequências práticas, como na psicoterapia e no psicodiagnóstico (Gergen, 1996; Nathan, 2014). Mesmo que estes signos revelem uma tentativa de generalização (terceiridade), como proposto pelo paradigma moderno da ciência (Santos & Meneses, 2009), importantes processos semióticos são excluídos do seu âmbito, como se nota quando os pesquisadores tentam reduzir a experiência de se apaixonar por simples trocas de neurotransmissores.

Entretanto, é possível conceber, sob uma ótica peirceana (Colapietro, 1989; Petrilli, 2017), que tais processos encontram eco numa noção de subjetividade que emerge dos intercâmbios sociais de complexas redes de interações semióticas. O self, como sistema de signos subjetivos, não se coaduna com a noção de um indivíduo encapsulado em si mesmo, como uma oposição ao mundo objetivo, ou como um ser totalmente autônomo e acabado. O self é polifônico e heterogêneo porque implica a inscrição semiótica de diferentes intercâmbios com o mundo, opondo-se à perspectiva de uma única dimensão (como neurologia, religião, psiquiatria, sociologia, gênero, etnia, economia, psicologia e classe social) para se situar como a intersecção viva dessas várias dimensões. O self é, acima de tudo, um conjunto de sistemas semióticos, em constante semiose, sempre no movimento de tornar-se algo diferente do que é, como já enfatizado por alguns terapeutas (Erickson, 1992; Roustang, 2015).

Também escapa de uma lógica individualista, uma vez que está sempre sujeito à perspectiva do outro (alteridade); dessa alteridade forma-se, torna-se e transforma-se. Embora ele carregue certa autonomia, principalmente a partir do mundo interno e imaginário (Colapietro, 1989), é sempre entrelaçado através de outros selves pela materialidade própria das trocas semióticas (Petrilli, 2017) e torna-se, por assim dizer, comunitário (Colapietro, 1989). Tamanha é a troca desses processos semióticos que é comumente difícil definir os limites do self, algo variável e construído a partir de relacionamentos com os outros. Em muitas circunstâncias, alguém pode destacar a dificuldade em definir o que é seu e o que é de outra pessoa, como muitos trabalhos clínicos mostram, por exemplo, na terapia de casais, intervenção social e hipnoterapia (Erickson & Rossi, 1979). Nesta última, a experiência de transe é muito ilustrativa disso, pois apresenta, frequentemente, seres, visões, memórias e sentimentos que

têm origens sociais e coletivas, mesmo que sejam reconfigurados, em seus significados, na individualidade do sujeito.

O self está encarnado, referindo-se à materialidade dos processos semióticos e possuindo a capacidade de reflexividade, ou seja, de pensar, controlar e criticar a si mesmo (Colapietro, 1989). É nessa reflexividade que se situa a incompletude: quando o ego (ou o eu) pensa sobre as diferentes vozes que habitam o self, nunca as integra plenamente nem as dilui, deixando sempre para trás a perspectiva de que há algo a se fazer quanto a elas. Esta incompletude leva o self a projetar-se no futuro, como os processos de semiose que tendem a ocorrer indefinidamente. Desse futuro pode viajar em seu próprio tempo vivido, redefinindo significados do passado e do presente. É precisamente essa capacidade de pensar que dá ao self humano a capacidade única de criação em relação aos outros seres, principalmente devido às convenções e ao conhecimento de que se torna capaz de criar.

Por conta de semelhante modo fluido e recursivo do self de se construir e reconstruir, na pesquisa clínica (Gonzalez Rey, 2019; Neubern, 2017a) procura-se compreender a subjetividade a partir de dentro do universo da pessoa, a partir das referências e sentidos, de modo a implicar seu engajamento ativo no processo de pesquisa. Há aqui importantes consequências epistemológicas. Em primeiro lugar, este universo não é o de um objeto inerte, mas exatamente o mesmo que o do pesquisador, de modo que ambos são protagonistas do conhecimento gerado pela pesquisa. Os sujeitos pensam, sentem, agem e tomam decisões de maneiras que se referem a um universo semiótico de convenções³ (terceiridade) em que eles possuem papéis ativos e criativos. Assim, embora a subjetividade possa se tornar objeto de estudo, um sistema que o pesquisador pode olhar do exterior, ela deve ser compreendida em sua especificidade (Neubern, 2017a), o que remete à necessidade que a subjetividade seja concebida, a bem dizer, de dentro para fora. A pesquisa clínica aqui aponta para uma sequência de momentos nos quais esse conhecer o outro se faz a partir de uma empatia que envolve a impressão, a descrição precisa, assim como a reflexão mais acurada (Neubern, 2018).

A capacidade de criar sistemas de signos simbólicos, ou seja, de produzir linguagem, convenções, e de criar novos signos é um dos principais aspectos epistemológicos da investigação clínica. Pensar em si mesmo, e desenvolver

3 Certamente, a obra de Peirce transcende a oposição clássica entre o homem e a natureza, quer através da sua noção de sinal (Liszka, 1996), quer através do princípio do sinechismo, que implica continuidade entre as coisas (Calcaterra, 2011). Nesse sentido, os símbolos, como sinais de sede, também existem na natureza porque se referem a hábitos e leis. No entanto, isso não deve significar anular a especificidade das construções humanas, como no caso das convenções, do conhecimento e de toda a subjetividade derivada delas. A continuidade não é sinónimo de uniformidade, pois também abrange dimensões específicas.

sistemas complexos de racionalidade (como filosofia, cultura, ciência, religião e artes) e princípios de ética para organizar a conduta da vida social, são alguns atributos criativos que não se encontram em outros campos de estudo. Além disso, embora os símbolos estejam sempre presentes na natureza, como nos hábitos, leis e regularidades (Nöth, 2016), as construções semióticas da subjetividade devem ser acessadas e compreendidas em suas inserções dentro dos sistemas tipicamente humanos. Para a pesquisa clínica, a principal consequência dessa suposição é o cenário subjetivo (Gonzalez Rey, 2019), ou seja, os sentidos subjetivos particulares das configurações desse self em qualquer momento. Uma ideia cultural coletiva, como Deus, pode estar presente através de muitos signos no cenário de um sujeito que, com base em sua história, inserções sociais e modos de organização subjetiva, configura-a dentro dos sistemas semióticos por meio de seus próprios agenciamentos, de modo a gerar sentidos muito particulares sobre Deus. O cenário, no entanto, também pode se referir a outros níveis de experiência, como o biológico (von Uexkül, 1995), no qual a dor gerada por uma fratura, por exemplo, ganha significados específicos ligados à vitalidade de tecidos feridos e estruturas orgânicas, sem se consolidar como um signo diretamente ligado às convenções humanas. Nada impede, por outro lado, o sujeito de criar, com ou sem intenção, novos sentidos subjetivos (narrativas, símbolos, imagens, sentimentos) baseados em tal fratura.

Na pesquisa clínica, a noção de significado ou sentido se refere ao princípio da pertinência, segundo o qual as construções do pesquisador devem contemplar o que é significativo para os sujeitos (Neubern, 2017b). Embora possa parecer óbvio, não é incomum que projetos de pesquisa imponham significados diversos e muitas vezes distantes do cenário do self (Gonzalez Rey, 2019; Picione & Valsiner, 2017), desqualificando intensamente suas cosmovisões. Sem o princípio da pertinência, a pesquisa pode se tornar facilmente um instrumento de colonização, manipulação e outros modos de opressão, deixando de acessar a realidade dos outros e gerando neles considerável sofrimento (Nathan, 2014) – o que também se constitui como uma transgressão do princípio da alteridade (Petrilli, 2017). Portanto, a pertinência deve ser seriamente levada em conta, de maneira a se compreender o que é significativo para os sujeitos como uma realidade relevante que se constrói e se reconstrói e possui, ainda, importantes implicações éticas.

Em segundo lugar, na sequência de importantes autores clínicos, o acesso a outros só acontece através da sua relação com eles (Lévy, 1997). Como primeira base de pesquisa clínica, não é possível ao pesquisador falar *sobre* eles, mas somente *com* eles (Neubern, 2018). Em outras palavras, é a partir de um profundo contrato afetivo na relação clínica que o self efetivamente

se mostra ao pesquisador, o que inclui uma série de signos, acessíveis apenas por esse caminho. Logo, a resposta à pergunta “Quem é essa pessoa?” é constantemente atualizada, pois, a cada momento, novas facetas do self aparecem para o pesquisador, para quem se mostram já sob nova versão. Como ressaltado por alguns autores da hipnose (Stengers, 2001; Tukaev, 2020), as relações clínicas possuem um impacto considerável em seus protagonistas, criando e recriando realidades em seus mundos (hipnogênese), que podem ser concebidas como um processo semiótico intenso que as funde em certa medida. Isso ocorre porque o signo expresso por um deles se apresenta no universo subjetivo do interlocutor através de interpretantes que podem influenciar seus modos de agenciamento mais ou menos intensamente. Assim, a hipnogênese pode favorecer a experiência de o pesquisador se fazer presente no imaginário das experiências diárias do outro (Melchior, 1998), ou mesmo nos seus pensamentos, sonhos e transe – como se pudesse entrar nesse universo e passar a residir nele. A pesquisa clínica favorece, então, a construção de um “nós” entre estes selves, numa espécie de fusão que os implica ética e metodologicamente, por conta do princípio da alteridade (Petrilli, 2017). Em suma, a subjetividade se constitui por meio de sistemas semióticos que só se tornam conhecidos através do processo relacional da pesquisa, que coincide com uma das condições essenciais do self.

É apenas a partir desse contrato, selado afetivamente, no qual o pesquisador fala e interage com os sujeitos, entrando em seus cenários, que se torna possível que ele fale sobre os outros, uma vez que possui a autoridade de quem está, a bem dizer, dentro desse universo do outro. Isso implica não só um compromisso ético, pois o pesquisador pode ser acusado muitas vezes de traição por parte daqueles que nele confiaram, mas também a criação de condições para que o universo do outro possa se opor às construções do pesquisador, nunca permanecendo passivo diante delas (Nathan, 2014). Assim, ao mesmo tempo que o pesquisador deve estar atento para os movimentos que contradizem e se opõem a seus pensamentos, teorias e intervenções, também é necessário criar condições, tanto quanto possível, para um espaço de tensão no diálogo, de modo que o outro, seja ele uma pessoa ou comunidade, possa exercer a crítica e a oposição, destacando detalhes importantes que foram deixados de lado, apontando inconsistências e até mesmo as ideias que pareçam ofensivas a eles. No entanto, por várias razões, este nível de reflexividade conjunta nem sempre é possível, pois favorece um nível de qualidade para pesquisa de grande relevância.

Em terceiro lugar, o campo subjetivo dos sistemas que constituem o self, é ao mesmo tempo, elusivo e heterogêneo, possuindo muitas diferenças em relação à matéria física que inspirou o nascimento das ciências. É elusivo

porque se refere a um tipo de realidade com muitas facetas impalpáveis e sutis que muitas vezes escapam das tentativas de controle experimental no laboratório, sendo consideradas fontes de erro. Também é uma realidade heterogênea porque implica uma diversidade de processos semióticos que, em regra, articulam diferentes categorias fenomenológicas nas mesmas configurações de signos. Um fenômeno como o apaixonar-se, embora passível de mensuração e de certas regularidades (terceiridade), está inserido em um campo de acentuada complexidade, pois envolve questões de primeiridade, permeada pela estética (Petrilli, 2017; Seif, 2019), bem como terceira (principalmente por conta da produção simbólica) e segunda (por ser um evento único daquela pessoa). Não sem razões, poetas podem ser chamados de possíveis especialistas sobre o assunto, porque eles podem acessar e navegar em tais experiências nos quais acessam facetas que o olhar científico muitas vezes parece ignorar.

Uma consequência deste aspecto de grande importância para a pesquisa clínica é a necessidade de abordagens de pesquisa coerentes com os objetos estudados, em termos lógicos e fenomenológicos (Neubern, 2017b). Indo além de um refinamento na classificação dos signos (Jappy, 2018), este tópico destaca a importância dos recursos metodológicos que explicam o teor sistêmico das configurações semióticas e o domínio fenomenológico em certas configurações. Nesse sentido, os métodos de investigação, como o proposto por Franz Brentano (1995), devem ser coerentes com a construção semiótica desses sistemas e, especialmente, com o seu domínio fenomenológico. Este princípio está próximo do da pertinência, bem como da alteridade, como uma realidade que simplesmente acontece e é. O próprio exemplo de se apaixonar, ressaltado anteriormente, demanda uma abordagem que contemple esta dimensão estética, a vitalidade incorporada dos índices, e os processos simbólicos que se reconfiguram na experiência de se apaixonar. Caso contrário, corre-se o risco de que a realidade do self apaixonado responda ao pesquisador, seguindo o imperialismo metodológico em função das limitações dos instrumentos, como no caso dos índices que se referem apenas às realidades estatísticas. Há, então, um paradoxo da maior importância para a investigação clínica: a subjetividade, como a realidade, pode responder a diferentes interpelações metodológicas por conta de hipnôgnese; no entanto, nem todos os signos que gera são coerentes com os princípios de pertinência e alteridade. Assim, se qualquer forma de investigação é uma forma de construir e distorcer uma realidade, nem todas as construções e distorções dizem de como é essa realidade.

Em quarto lugar, há um princípio de contexto que implica complexidade e diferentes perspectivas do tempo (Neubern, 2017a). A complexidade refere-se a múltiplas articulações entre as dimensões ligadas a um fenômeno (Morin, 2014), tanto em termos de conhecimento (tais como a psicologia, a

medicina, a sociologia, a antropologia, a economia, a política, as artes, a filosofia, a biologia, direito, entre outros), e de dimensões da experiência que são organizados em polos: o passado x presente x futuro; essencial x existencial; real x imaginário; interno x externo; individual x coletivo; singular x universal; determinismo x livre arbítrio, dentre outros (Neubern, 2004). Durante a realidade da pesquisa conjugada por meio do verbo ser no e para o futuro (“o que deve ser”), o pesquisador pode fazer múltiplas articulações de diferentes processos semióticos que constroem configurações muito particulares entre as dimensões, o que, em termos lógicos, é analisado por Peirce (1903/1997) como indução. Estas apontam para o futuro por se ligarem a uma generalidade, mesmo que não sejam plenamente confirmadas no momento atual (Liszka, 1996). Considera-se que induções qualitativas tendem a ser mais pertinentes para a compreensão de várias articulações do self, no sentido de aceder não só as construções de significados, mas também os seus sistemas de agência, que é, grosso modo, a lógica desses sistemas.

No entanto, a pesquisa clínica se concentra não só no que “deve ser”, mas também em um campo do possível, o que implica o “pode ser”, mais elaborado por Peirce (1903/1997; Seif, 2019) como abdução ou hipóteses (Fann, 2010). Em termos de pesquisa clínica, podem ser de grande relevância para o estudo de dimensões que são muito atravessadas pela primeiridade, como a imaginação e os sentimentos, mas também se referem às múltiplas potencialidades da semiose nos processos do self. Assim, além do que pode ser expresso na pesquisa sobre “o que deve ser”, a abdução abre espaço para “o que pode ser” que, muitas vezes, é de grande importância clínica, porque permite ao self produzir novas configurações alternativas quando enfrenta uma situação de impasse ou sofrimento. Em outras palavras, a pesquisa que se concentra apenas no “o que deve ser” torna-se limitada, pois é mediante a potencialidade que os sistemas complexos do self se reinventam por meio da semiose, mesmo que alguma parte desse potencial nunca seja plenamente realizada. A construção da pesquisa clínica também se baseia no tempo verbal de “o que é”, mais intimamente ligado por Peirce (1903/1997) à dedução, nos quais a hipótese criada na abdução é sistematizada em seu racionalismo e preparada para legitimação por meio da indução. Diante de um sistema excessivamente complexo como o self, a possível lógica ligada aos sistemas de agenciamento pode ser analisada em sua coerência por meios dedutivos. No entanto, mesmo que a indução não confirme plenamente esses sistemas, eles podem permanecer caminhos possíveis para a semiose em cada self, já que esses caminhos são logicamente viáveis de acordo com os próprios hábitos do universo subjetivo dessa pessoa.

A subjetividade, como realidade, está, portanto, além do que os achados de pesquisa podem apresentar em termos de “o que deve ser”, característico

da perspectiva moderna de busca por leis. Além das fronteiras individuais, colocando-se em intensa conexão com diferentes dimensões sociais, biológicas e coletivas, implica também uma ampla gama de possibilidades que, por causa de sua sutileza e frescor (característicos da primeiridade), pode parecer pueril para métodos que englobam “o que é ou deve ser”, mas são decisivos em termos de sistemas subjetivos. Sonhos, paixões, imagens, sentimentos e fantasias não só desempenham um papel fundamental na subjetividade das pessoas, mas também se escondem por trás das grandes descobertas científicas (Carroy, 2012). Portanto, o “pode ser” não consiste em uma quimera, mas num campo de possibilidades altamente criativas para o ser humano. Por outro lado, não se deve descartar a necessidade de um refinamento lógico deste “pode ser”, de maneira que suas hipóteses apontem para um caminho lógico de “deve ser” não só em termos de previsibilidade, mas de conhecimento sobre a lógica dos modos de agenciamento no self. Caso contrário, a considerável plasticidade da mente humana poderia ser pensada como uma realidade amorfa, permeada por intermináveis irrupções do acaso, o que justificaria totalmente sua recusa como objeto de investigação científica.

Problemas de Forma

Se a realidade é constituída por signos, implica uma abordagem que a conceba em seus sistemas (ou formas), que são necessariamente heterogêneos e complexos. Não sem razão, em termos epistemológicos, a questão do assunto torna-se central para muitos autores (Morin, 2014; Santos & Menezes, 2009), porque a realidade parece responder de acordo com as formas pelas quais é interpelada. No caso da subjetividade, esse ponto é ainda mais peculiar, já que a hipnogênese destaca não só que a realidade responde de acordo com os métodos que a abordam, mas também porque essa resposta é um ato criativo que ocorre entre os protagonistas – o pesquisador e o sujeito da pesquisa (Neubern, 2017b). Assim, a pesquisa se refere ao problema da forma de maneiras diferentes, começando com a deformação – ligada ao princípio da hipnogênese (Stengers, 2001) ou relação (Lévy, 1997) –, que é um elemento constitutivo fundamental da pesquisa clínica. Por outro lado, a investigação não se constitui sem informação (Nöth, 2012), pelo que está necessariamente ligada ao princípio da pertinência, como explicado anteriormente. Finalmente, está também ligada ao tema da transformação não só pelas mudanças a que podem conduzir os envolvidos na investigação, mas também a uma perspectiva de lei, ou seja, a hábitos ligados a modos de agenciamento presentes na subjetividade.

Deformação

A deformação é um dos princípios psicológicos mais importantes da pesquisa clínica, pois implica um aspecto essencial na relação com a realidade: sua fabricação baseada na relação entre pesquisador e o universo subjetivo do outro (Neubern, 2017b). De certa forma, a deformação rompe com o princípio, um pouco ingênuo, da revelação da realidade da ciência moderna, que desconsidera todas as facetas da construção que a precedem e sustentam (Hacking, 1999; Stengers, 1995), bem destacada na hipnose (Stengers, 2001) e relações terapêuticas de um modo geral (Nathan, 2014). Traz também uma dimensão clínica de grande importância, na qual a realidade que cria pode favorecer o processo terapêutico, mas também uma imposição narrativa que coloniza e desqualifica os sujeitos (Nathan, 2014).

Durante os processos gerados pela deformação, há uma intensa troca semiótica entre os protagonistas que geralmente envolve dois aspectos centrais. Por um lado, há uma construção comum que é, por assim dizer, incorporada pelo self de cada pessoa. As relações entre amantes, professores e alunos, sequestradores e vítimas, pais e crianças, médicos e pacientes podem ser decisivas, tanto na construção de certas narrativas, quanto nas marcas emocionais que favorecem a produção de experiências intensas incorporadas por seus participantes. Por outro lado, a deformação tende a reproduzir no self a visão de mundo (teorias, valores, cenas) dos protagonistas imbuída de uma função, que lhes dá o poder, como no caso do diagnóstico psiquiátrico: o paciente pode não apenas reproduzir os sintomas, mas também a lógica do diagnóstico transmitida pelo médico. Seguindo o mesmo princípio, a reprodução de cenas traumáticas, no caso de sequestro, nos quais as vítimas não podem reproduzir exatamente uma teoria, mas índices ligados à intensidade do momento, tais como, voz, imagens e sensações, enquanto relações de amor comumente reproduzem fantasias nas quais as fronteiras não são facilmente identificáveis, nem tampouco quem é o autor original de uma determinada ideia ou de um discurso.

Esse processo em que uma pessoa entra no universo dos outros, quebrando fronteiras convencionais da alteridade, é lugar-comum na hipnose em que modos específicos de comunicação (Melchior, 1998) relativizam esses limites e incorporam o assunto, a imagem, a voz, fazendo com que o terapeuta adentre seu próprio mundo. Isto é o que também favorece a sensação de que o terapeuta parece, em certas situações, ler seus pensamentos. Do ponto de vista semiótico (Petrilli, 2017), a fabricação destes signos, no mundo interior do interlocutor, deve-se também à sua materialidade e à própria condição de alteridade do self. Em outras palavras, a hipnogênese é, de certa forma, constitutiva das relações humanas, à medida que produz uma interpenetração entre

os selves, o que caracteriza sua ruptura, em grande medida, com a noção de uma psique individualizada ou presa em um mundo interno, isolado do social e do próprio ambiente. No entanto, os leitores atentos devem se perguntar, neste ponto, que se as relações humanas fabricam realidades subjetivas, o que deveria caracterizar a pesquisa para que fosse legitimada como prática científica. Caso contrário, qualquer deformação poderia ser elevada à condição de pesquisa, em uma espécie de “passe-partout” que não chegaria perto de um conhecimento sistematizado e viável sobre um tema (Hacking, 1999).

Nesse sentido, a deformação que favorece um adequado processo de pesquisa clínica precisa, basicamente, de três condições. A primeira refere-se a uma atitude permeada pela primeiridade, na qual o presente, a potencialidade, as imagens e os sentimentos se articulam no mesmo universo fenomenológico. Estar presente com os interlocutores, no sentido de reconhecê-los e, mais do que isso, acolhê-los em suas formas únicas de ser, é uma condição básica para o estabelecimento da relação clínica. O que não significa uma ausência de julgamento, o que seria impossível, de acordo com Peirce (Houser, 1998), refere-se a uma condição de estar disponível para os outros, para percebê-los em suas várias facetas e mostrar-lhes uma atitude de aceitação respeitosa. Esta abertura de estar disponível favorece o próprio contrato terapêutico, não no sentido formal do termo, mas de um vínculo que se refere à etimologia da palavra acordo em línguas latinas (acordo, *accord*), ou seja, “meu coração está com o seu”. Apesar de ser a base para a conversa, ela ainda é logicamente anterior, remetendo à semiótica trocas ligadas a sentimentos e imagens que atravessam os limites da alteridade, que impactam os protagonistas e promovem a construção de interpretantes que influenciam o agenciamento dos sistemas.

Esta atitude tende a gerar interpretantes de primeiridade, intrinsecamente ligados aos sentimentos, mas também de ansia, principalmente por causa da perspectiva simbólica de reconhecimento que está disponível para as pessoas. Na investigação clínica, não é raro que as pessoas que nela participam possuam níveis consideráveis de sofrimento e vulnerabilidade (Creswell, 2013; Lévy, 1997), que faz com que o reconhecimento de suas condições, bem como seus universos de pertencimento (Nathan, 2014; Neubern, 2018), seja fundamental para se estabelecer o vínculo afetivo, que se constitui como a chave para a semiótica de ligação entre os selves dos envolvidos. Preferencialmente vinculada à abdução, esta atitude é de grande relevância para a pesquisa tanto pela criação de novas hipóteses como pela reformulação de julgamentos anteriores, facilitando a proximidade afetiva entre o pesquisador e o sujeito.

A segunda atitude, muito baseada na coreografia relacional, procura identificar e fazer par com os modos de relacionamento dessa pessoa. Permeado pela segundidade, pode ser analogamente comparado a uma tentativa de dançar

a dança típica dessa pessoa, em vez de impor um estilo de dança sobre ela que esteja distante de seu universo subjetivo. De acordo com as necessidades dela, o pesquisador pode assumir diferentes papéis complementares (mãe, professor, lutador, provocador, amigo etc.) para destacar aspectos importantes da relação. Este acompanhamento favorece o fortalecimento da relação, principalmente porque tende a produzir mudanças significativas devido ao impacto, por assim dizer material, dos sinais de segundidade. Este é um espaço para produzir signos de grande importância para a pesquisa, porque são públicos e abrem o caminho para diferentes tipos de inferências dos pesquisadores (Colapietro, 1989) e a própria investigação clínica. É também uma atitude em que a personificação assume grande importância (Neubern, 2018), uma vez que ao assumir um papel, o pesquisador usa seu próprio self encarnado para interagir com o outro, o que implica importantes sistemas semióticos de intercâmbio relacional (Petrilli, 2017).

No entanto, se as trocas humanas não são constituídas de forma unilateral, porque há protagonismo de seus participantes, o mesmo acontece com a deformação. A terceira atitude – a reflexividade – defende que o processo deve ser de mão dupla, especialmente no sentido de que as pessoas também devem estar ativas e conscientes de seu papel no processo de pesquisa, indo além de meros fornecedores de sinais a serem analisados pelo pesquisador. É o pesquisador, por outro lado, que tem o papel de facilitar este contexto de protagonismo e autoria aos temas, o que pode ser feito de diferentes maneiras. Um deles é o uso de uma linguagem que facilite a criação e escolha de respostas pelos sujeitos, tais como contar histórias, técnicas de espelhamento (em que as palavras e expressões do sujeito são usadas em outras combinações verbais), expressivas e técnicas corporais. Estas técnicas, geralmente diagramáticas em formato e amplamente utilizadas na hipnose (Erickson & Rossi, 1979; Neubern, 2016), não estão ligadas à ideia de fazer com que o sujeito produza uma dada resposta, mas sim de oferecer uma ampla gama de opções de construção, que tende a colocar o sujeito em uma postura espontânea e ativa. A hipnose é bastante relevante para o pensamento sobre a deformação, porque, dependendo da atitude do terapeuta, há sujeitos passivos e fornecedores de respostas (índices), ou sujeitos ativos, criativos mais voltados para construções simbólicas complexas (Erickson, 1992).

Outra alternativa relevante é o contexto do diálogo em si, fortemente enfatizado mediante diferentes formas de pesquisa (Creswell, 2013; Kim, 2016). Partindo de uma perspectiva conversacional, implica a possibilidade de favorecer as construções das pessoas em torno de temas relevantes em suas vidas, principalmente para reconstruir narrativas incapacitantes. Este é um aspecto autoral da maior importância para a pesquisa clínica, já que o self pode se reinventar na reconstrução de suas narrativas. No entanto,

como discutido por Seif (2019), que leva até a etimologia da palavra diálogo (dia, “uns com os outros;” logos, “discurso, narrativa”), vai além da construção verbal de narrativas, o que implica fortemente importantes processos de experiências humana imaginários e sentimentais, especialmente no sentido de partilha que caracteriza a construção do self. Isto implica não só que o diálogo se refere a uma dimensão social, mas também toda uma coletividade de saberes e maquinários presentes nos processos semióticos do self (Neubern & Nogueira, 2019).

Informação

O conceito de informação (Nöth, 2012; Peirce, 1903/1997) implica dar forma a algo, necessariamente tocando a questão dos diferentes modos de significado para o self. Envolvendo dimensões de profundidade (qualidade, potencialidade, sentimento) e extensão (quantidade, existência), a informação é constituída como um dos aspectos centrais da pesquisa, incluindo suas versões clínicas. Está, portanto, extremamente ligada ao princípio da pertinência, uma vez que envolve construções de pesquisa que estão logicamente próximas das produções significativas provenientes dos diferentes sistemas do self (Neubern, 2018). Assim, as construções do pesquisador em torno da informação tornam-se legítimas ou válidas se forem pertinentes à realidade a que se referem, pois, do contrário, comprometem toda a consistência lógica da pesquisa.

Por parte do pesquisador, a informação consiste em um processo construtivo, no qual ele integra dentro de um todo inteligível os diferentes signos que lhes chegam por meio do contato com o outro (Neubern, 2018). Implica uma diferença em relação ao conhecimento adquirido até aquele momento, apresentando um certo caráter de novidade que, em termos clínicos, pode se referir tanto ao estudo atual quanto às construções de conhecimento mais amplas sobre o assunto. Tal como alegado por Peirce (1903/1997), o processo liga-se, preferencialmente, à abdução e à indução, contemplando um hipotético e pertinente plano dessa realidade com pequenas verificações, confirmadas ou não durante a relação clínica.

Portanto, na pesquisa clínica, os sujeitos pesquisados também possuem um papel importante na construção da informação. Uma vez existentes as condições de seu protagonismo, estão em condições de mostrar importantes facetas de si mesmos, à medida que o processo de pesquisa evolui. Porque também são protagonistas, possuem a possibilidade de dar forma à sua própria experiência, como pode ser observado, por exemplo, pelo trabalho incrível por Nise da Silveira (1981/2015) com pacientes psiquiátricos no Rio de Janeiro: através da arte, o caos interno das situações de crise, dava lugar a pinturas e

esculturas, que coincidiram com melhorias significativas em termos terapêuticos. Nesse processo de pesquisa, que é também intervenção, as narrativas desenvolvidas pelas pessoas sobre si mesmas não são as mesmas que as do pesquisador, até porque o conhecimento envolvido e os propósitos são diferentes. No entanto, como podem ser significativas para as pessoas, são legitimadas, especialmente se se sentirem mais integradas em seus próprios pertencimentos (*ethos*), de modo que essas pessoas possam contribuir significativamente para a construção da informação do pesquisador, pertinente às novas realidades que experimentam.

As situações em que os pesquisadores percebem vários signos, explícitos ou não, sobre suas relações com as pessoas e seus contextos sociais não são incomuns (Neubern, 2018). Certos eventos (falta em sessões, acesso proibido a certos espaços, reação a instrumentos de gravação, irrupções emocionais inesperadas) e até mesmo a fala podem formar referências importantes para o pesquisador sobre como as pessoas os entendem e a própria pesquisa. Estes índices também podem compor a construção de informações, especialmente porque elas podem se referir a ideias desenvolvidas pelo pesquisador sobre os sujeitos (o que requer uma perspectiva sobre a pertinência das construções) e pela própria relação com eles, exigindo uma postura de reflexividade, em que ambos podem refletir sobre suas formas de relação no processo. Por estas razões, legitimar a informação é, em parte, uma reflexividade que ocorre em diferentes momentos do processo de pesquisa (Kim, 2016), de maneira que essa reflexividade pode evoluir e lidar com pontos ambíguos, ideias diferentes e eventuais tensões.

Transformação

Seguindo o princípio da hipnogênese (Stengers, 2001), a investigação clínica tende, em geral, a conduzir as pessoas e os grupos para a construção de momentos importantes de transformação. Isto porque, se toda a investigação influencia de alguma forma os seus interlocutores, a investigação clínica pressupõe uma transformação terapêutica para eles, contemplando as suas exigências e necessidades (Lévy, 1997). A mudança, portanto, une tanto a geração de conhecimento quanto a intervenção sobre a realidade estudada, processos que produzem importantes formas de semiose, especialmente porque tais transformações se referem a hábitos que transformam hábitos (Nöth, 2016) e envolvem o agenciamento dos sistemas. Em outras palavras, se se consideram os interpretantes, em termos de como uma mente transmite algo para outra mente (Liszka, 1996), a investigação clínica carrega aspectos fundamentais para os *selves* envolvidos, pois enfatiza maneiras de modificar formas

que superam as fronteiras (trans-forma), sem deixar de lado os aspectos de autonomia e protagonismo dos sujeitos.

Caso se pense em termos de self individual, estas alterações podem envolver importantes aspectos clínicos, tais como (Neubern, 2018): a capacidade para a autonomia, normalmente bloqueados em situações de sofrimento; a integridade psíquica, muitas vezes, comprometida e ligados a vários tipos de risco; a qualidade e os modos de relacionamento com os outros; a capacidade de gerar significados sobre temas relevantes na vida; a qualidade das narrativas, especialmente em termos reflexivos, sobre si, o mundo e outros; e sentidos de pertencimento coletivo (*ethos*). Por conseguinte, estes critérios implicam uma dimensão de apropriação por parte dos sujeitos, dadas as condições de protagonismo e de autoria através das quais estão envolvidos na investigação, ou seja, conferem um conteúdo autoral às mudanças, ocorrem por causa das mudanças nos agenciamentos, que comumente caracterizam o self, mesmo se sempre conectado à alteridade (Houser, 1998; Petrilli, 2017). Se a abdução remete a processos potenciais e qualitativos (ligados a sentimentos, possibilidades e imagens), cujas facetas nunca serão plenamente realizadas como existentes e concretas (permanecendo apenas como uma realidade que “pode ser”), os processos apropriados tornam-se decisivos para a transformação de complexos sistemas de agenciamento.

Nesse sentido, a transformação está ligada a processos de inferência indutivos, isto é, processos que procuram referir-se a uma realidade de “o que deve ser” (Peirce, 1903/1997). Isso ocorre porque a pesquisa envolve, como regra, a investigação de processos semióticos da organização dos complexos sistemas do self, isto é, de suas lógicas de funcionamento e construção de sentido. Esta busca não se refere a um sistema em si, mas a aspectos da organização do self (Morin, 2014), em direção a algo que poderia ser equiparado a suas leis particulares, à forma como eles constituem e influenciam o conjunto de formas e significados dessa organização e a maneira como eles podem ser acessados, influenciados e conhecidos. Em certo sentido, é possível conceber que a pesquisa possa se preocupar com as maneiras em que uma realidade potencial (“pode ser”) se torna uma realidade plausível (“o que é”) e se seguiu o caminho de “deve ser”, como concebido através da indução.

Nesse sentido, uma vez que a realidade da subjetividade humana é complexa e elusiva em suas organizações e construções semióticas, a perspectiva dos métodos indutivos, buscando o que pode ser declarado de acordo com “o que deve ser”, torna-se necessariamente problemática. A natureza subjetiva do self implica considerável plasticidade em que os processos constantes de semiose acontecem de uma maneira muito particular, diferindo muito de outros campos do estudo científico. Deve-se também acrescentar que, sendo o objeto de estudo da mesma natureza que o pesquisador, esse problema se

torna ainda mais complexo, porque se trata de seres que pensam, sentem e se constroem no universo de signos, especialmente os convencionais. Portanto, afirmações sobre “o que deve ser” a realidade da experiência da depressão, permeada por uma falha, ou de felicidade com um novo trabalho, ou a sensação de beleza na frente de uma paisagem, ou de luto pela perda de alguém, ou de uma criança à espera de um presente de Natal – estas são as temáticas sobre a realidade fluida, polifônica, sistêmica e subjetiva altamente permeada por grandes maquinários socioculturais. A falibilidade, aqui, é muito mais presente do que em um laboratório de química, por exemplo, e o verbo “ser” no futuro previsível por uma lei se torna controverso diante de uma realidade que se move e muda quase constantemente.

Portanto, para lidar com essa complexidade, a legitimidade em relação à transformação e as implicações da indução qualitativa pode envolver três eixos distintos na pesquisa clínica. A primeira é que as construções do pesquisador devem ser guiadas em torno de sua coerência e valor heurístico (Gonzalez Rey, 2019; Sardan, 2012), com seu potencial explicativo sobre diferentes facetas do processo. Através da orientação de uma série de verificações em torno do processo de mudança no agenciamento dos sistemas semióticos, o pesquisador pode avaliar as relações entre os sinais implicados na relação clínica e os interpretantes desenvolvidos pelos sujeitos ao longo desse processo. Isto permite-lhes serem reflexivos sobre suas próprias construções, a fim de conceber suas capacidades explicativas e informacionais em torno dos diferentes signos envolvidos. Um segundo eixo de legitimação deriva da participação do próprio sujeito, que pode ser feito de diferentes maneiras. A reflexividade conjunta ao longo de todo o processo (Kim, 2016), bem como as discussões de feedback, sobre os relatórios do pesquisador (Creswell, 2013) são bons exemplos de como a conversa direta pode ser envolvida no processo. Se parte da pesquisa exige que um não possa falar do outro, mas com o outro, na fase de indução o pesquisador já tem uma certa autonomia para se colocar, uma vez que já foi aceito pelo universo individual e coletivo do sujeito e não deve permanecer submisso a ele. Exatamente porque cumpre seu contrato relacional, é importante que haja também autonomia para o pesquisador, em um processo que torna suas construções discutíveis para uma relação na qual a vinculação afetiva já foi estabelecida. Por outro lado, há também dispositivos, como a entrevista etnopsicológica (Nathan, 2014), que favorecem as tensões coletivas entre saberes, quando os saberes tradicionais confrontam e avaliam as construções do pesquisador. Essa alternativa é relevante porque, não raramente, os sujeitos possuem um senso de gratidão para com o pesquisador e evitam criticá-los em suas construções numa conversa mais direta.

O terceiro eixo, por outro lado, refere-se precisamente à noção de investigação de Peirce, que envolve uma discussão mais ampla e comunitária sobre

a consistência das construções do pesquisador (Liszka, 1996). Como os métodos de inferência se referem a um curso futuro no qual o consenso é possível (Peirce, 1903/1997), ao menos a longo prazo, exigem que a própria comunidade científica seja implicada e discuta debilidades e contradições a ponto de propor algo novo sobre tais pontos. Claramente evolutivo, este tema requer não só um terreno comum de pressupostos, mas também o acesso coletivo aos signos públicos que compõem a pesquisa clínica, envolvendo signos do campo empírico e os das construções do pesquisador. No entanto, devido a múltiplas tendências na pesquisa clínica, os processos de investigação coletiva são muitas vezes limitados a vários grupos que nem sempre conseguem estabelecer diálogo uns com os outros e reduzem em muito as características coletivas do processo de investigação.

Conclusão: Sobre Humanos, Espelhos e Solidariedade

Quando a humanidade procurou olhar-se no espelho oferecido pela ciência moderna, partiu-se em incontáveis pedaços, e ficou profundamente desapontada por não poder ter acesso a uma imagem precisa e fiel de si mesma, como a ciência tinha prometido. Cada pedaço desse espelho parece representar uma abordagem de pesquisa ligada a uma escola filosófica e sua dispersão refere-se às grandes dificuldades que encontram para conectá-las umas às outras, formando uma visão mais ampla da subjetividade humana (Morin, 2014). Ao mesmo tempo, por causa de constantes rivalidades entre essas escolas, geralmente organizadas institucionalmente em torno do nome de um mestre-fundador (Stengers, 1995), as razões para decepção nesta anedota são concebíveis: o fato do espelho se quebrar é signo claro de que uma ampla e confiável visão se torna impossível quando o foco de estudo é a própria humanidade. Este espelho poderia ser direcionado para qualquer campo ou objeto, mas nunca para o humano que o segurou, sob pena de ser quebrado e perder o charme do conhecimento, superior aos outros por causa de sua confiabilidade.

A perspectiva do espelho compartilhado é amplamente confirmada por muitas das discussões epistemológicas do século XX (Hacking, 1999; Stengers, 1995), que afirmavam que as ideias deveriam ser hegemônicas e gozar de amplo consenso na comunidade científica. Como partiram de uma discussão baseada em ciências como física e química (em que o projeto científico moderno foi bem-sucedido), enfatizaram a importância de um dispositivo (como o laboratório) capaz de acabar com divergências sobre um fenômeno para o qual uma única perspectiva deve ser validada. Nesse sentido, a psicologia e as ciências humanas tenderam a ser vistas como pré-científicas, por não serem capazes de fabricar tal dispositivo e, conseqüentemente, terem de coexistir, nem sempre pacificamente, com uma infinidade de escolas e

métodos. Mesmo que fosse reconhecido em termos de instituição e profissão, o reconhecimento científico ainda estava por vir e talvez nem sequer pudesse acontecer, de acordo com alguns filósofos (Koch, 1981; Whitehead, 1978).

No entanto, se o foco da análise é invertido tomando a subjetividade e as disciplinas ligadas a ela, como algumas correntes da psicologia, educação, antropologia e sociologia (Lévy, 1997), a reflexão incorpora outras características que tornam inevitável o desafio para a construção de alternativas em face de tais obstáculos. Nesse sentido, a semiótica (Peirce, 1903/1997) oferece-se como uma espécie de conhecimento de amplas possibilidades de reflexão pelas seguintes razões. Como observou Gonzalez Rey (2019), muitas dificuldades encontradas pela psicologia, por exemplo, ao se propor filha do projeto moderno de ciência, foram devidas à ausência de uma definição ontológica de subjetividade, um ponto fundamental para a definição de problemas epistemológicos e para a concepção de teorias e instrumentos de pesquisa. A importância de uma reflexão que transcende os campos teórico, metodológico e instrumental para os quais o olhar do pesquisador é comumente restrito, procura evitar problemas tais como a mera reprodução do que já é conhecido no campo e afirmações autoevidentes que comumente o levam em direção a um círculo vicioso entre a crença e a confirmação – em oposição a uma relação aberta em que a diferença e a dúvida deveriam mobilizá-lo para os riscos do que é novo.

No entanto, a perspectiva de uma concepção semiótica da subjetividade (Colapietro, 1989; Neubern, 2016) pode lidar com essa lacuna em diferentes frentes, começando por não a situar como algo diferente da natureza, ou negando a sua especificidade ontológica e humana, como destacado sob a noção de sinechismo (Calcaterra, 2011). Além disso, a semiótica deve ser necessariamente concebida em articulação com outros tipos de conhecimento, como defende Peirce (Houser, 1998), cujas propostas abordam aspectos fundamentais das definições ontológicas – como a metafísica, a fenomenologia e as ciências normativas (ética e estética). O olhar do pesquisador, especialmente o clínico, foge, portanto, do âmbito restrito do instrumento e da teoria para seguir a ampla arquitetura de conhecimento que articula e funda o conhecimento, permitindo-lhe um diálogo mais aberto com seu campo de estudo.

Por um lado, a pesquisa clínica, através da hipnogênese, concebe que o conhecimento gerado está profundamente enraizado na própria subjetividade do pesquisador, originando-se dela, mobilizando-se através dela, e dependendo dela para existir (Morin, 2014). Isto significa conceber que o conhecer que se gera não ganha vida em instrumentos, dados ou teorias autoevidentes, mas precisa do self para pensar o mundo, de acordo com o princípio da alteridade. Significa, também, que os pesquisadores desenvolvem um compromisso ético com o campo que estudam, não só a ética

de um código, mas a ética de um vínculo, caracterizado por um acordo afetiva e simbolicamente assinado. Portanto, não cabe ao pesquisador o envolvimento com qualquer campo sob pretexto de que os instrumentos, por exemplo, garantam o necessário distanciamento, nem ainda acatar a ideia de que se possam aplicar instrumentos técnicas e teorias sem a participação consciente dos outros, pois a pesquisa requer compromissos com o que se estuda. Grosso modo, isso impede que pesquisador clínico se renda ao produtivismo tão em voga na atualidade, uma vez que os conhecimentos que gera não se destinam a números ou critérios externos, por serem gestados e pensados a partir de seu próprio self (Neubern, 2018).

Por outro lado, a semiótica é também de grande valor para a validação comunitária do conhecimento na noção de investigação (Liszka, 1996; Santaella, 2004). Ao colocar-se como um campo transdisciplinar (Seif, 2019), pode facilitar a construção de uma área de pressupostos comuns que facilitam a discussão sobre signos públicos e problemas de pesquisa relacionados a ele. No entanto, antes mesmo das condições conceituais, é necessário o desenvolvimento de uma disposição compartilhada imaginária e afetivamente, os *commens* (Liszka, 1996), permitindo o diálogo como algo possível e desejável (Seif, 2019), e pressupondo uma atitude de solidariedade entre os diferentes tipos de conhecimento (Neubern, 2018). Nesse sentido, a diversidade de propostas em um campo como a psicologia não deve ser concebida como o fracasso em aderir ao ideal de unidade do paradigma moderno, mas como uma virtude que sugere uma diversidade de perspectivas possíveis no vasto campo da subjetividade. Se as ideias dos mestres fundadores deixarem de ser absolutas e se tornarem meras ideias sujeitas a reflexão, o diálogo torna-se possível sem que estas propostas tenham necessariamente de ser diluídas. Afinal de contas, se diferentes abordagens de investigação experimentam normalmente a guerra entre si, uma postura de solidariedade pode pavimentar o caminho para a paz.

REFERÊNCIAS

- Brentano, F. (1995). *Descriptive psychology*. Routledge.
- Burks, A. (1980). *The collected papers of Charles Sanders Peirce (8 vols.)*. Harvard University Press.
- Calcaterra, R. (2011). Varieties of synechism: Peirce and James on mind-world continuity. *Journal of Speculative Philosophy*, 25(4), 412–424.
- Carroy, J. (2012). *Nuits savantes. Une histoire des rêves*. EHESS.
- Colapietro, V. (1989). *Peirce's approach to the self*. Suny.
- Colapietro, V. (2016). Habits, awareness, and autonomy. In D. West & M. Anderson (Eds.), *Consensus on Peirce's concept of habit* (pp. 297–313). Springer.
- Creswell, J. (2013). *Qualitative inquiry and research design*. Sage Publications.
- Erickson, M. (1992). *Creative choice in hypnosis*. Irvington.
- Fann, K. T. (2010). *Peirce's theory of abduction*. Partridge.
- Favareau, D. (2010). *Essential readings in biosemiotics*. Springer.
- Gergen, K. (1996). *Realidad y relaciones*. Paidós.
- Gonzalez Rey, F. (2019). Subjectivity in debate: Some reconstructed philosophical premises to advance its debates in psychology. *Journal of Theory and Social Behavior*, 49, 1–23. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12327>
- Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Harvard University Press.
- Houser, N. (1998). *The essential Peirce*. Indiana University Press.
- Jappy, T. (2018). *Peirce's twenty-eight classes of signs and the philosophy of representation*. Bloomsbury.
- Kim, J.-H. (2016). *Understanding narrative inquiry*. Sage.

Koch, S. (1981). Nature and limits of psychological knowledge. *American Psychologist*, 36(3), 257–269.

Kuhn, T. (2012). *The structure of scientific revolutions*. The University of Chicago Press. (Trabalho original publicado em 1962)

Lévy, A. (1997). *Sciences cliniques et organisations sociales*. PUF.

Liszka, J. (1996). *A general introduction to the semeiotic of Charles Sanders Peirce*. Indiana University Press.

Melchior, T. (1998). *Créer le Réel*. Seuil.

Morin, E. (2014). *La méthode V. l'Identité humaine. L'humanité de l'humanité*. Seuil. (Trabalho original publicado em 1991)

Nathan, T. (2014). *Nous ne sommes pas seuls au monde*. Seuil.

Neubern, M. (2004). *Complexidade e psicologia clínica: Desafios epistemológicos*. Plano Editora.

Neubern, M. (2017a). Iconicity as a possibility of qualitative research. *Psicologia em Estudo*, 22(4), 505–515. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i4.37020>

Neubern, M. (2017b). Contribuições epistemológicas da hipnose de Milton Erickson para a psicologia moderna. In D. Amparo, E. Lazzarini, I. Silva, & L. Polejack (Eds.), *Psicologia clínica e cultura* (Vol. 3, pp. 684–709). Technopolitik.

Neubern, M. (2018). *Clínicas do transe: Etnopsicologia, hipnose e espiritualidade no Brasil*. Juruá.

Neubern, M., & Nogueira, H. (2019). Complex hypnosis contribution to clinical psychology. In C. Antloga, K. Brasil, S. Lordello, M. Neubern, & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia clínica e cultura* (Vol. 4, pp. 71–90). Technopolitik.

Nöth, W. (2012). Charles Peirce's theory of information: A theory of growth of symbols and knowledge. *Cybernetics and Human Knowing*, 19(2), 137–161.

- Nöth, W. (2016). Habits, habit change, and the habit of habit change according to Peirce. In D. West & A. Myrdene (Eds.), *Consensus on Peirce's concept of habit: Before and beyond consciousness* (pp. 35–64). Springer.
- O'Donohue, W. (2013). *Clinical psychology and the philosophy of science*. Springer.
- Peirce, C. (1997). Pragmatism as a principle and method of right thinking. In P. Turrisi (Ed.), *The 1903 Harvard lectures on pragmatism* (pp. 107–256). State of New York Press.
- Petrilli, S. (2017). *The self as a sign, the world, and the other*. Routledge.
- Picione, R., & Valsiner, J. (2017). Psychological functions of semiotic borders in sense-making: Liminality of narrative process. *Europe's Journal of Psychology*, 13(3), 532–547. <https://doi:10.5964/ejop.v13i3.1136>
- Popper, K. (2002). *The logic of scientific discovery*. Routledge (Trabalho original publicado em 1935)
- Roustant, F. (2015). *Jamais contre, d'abord. La présence d'un corps*. Odile Jacob.
- Santaella, L. (2004). *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. Unifesp.
- Santos, B., & Meneses, M. (2009). *Epistemologias do sul*. Cortez.
- Sardan, J.-P. (2012). *La rigueur du qualitatif*. Bruyllant-Academia.
- Seif, F. (2019). *De-sing in transmodern world: Envisioning reality beyond absoluteness*. Peter Lang.
- Silveira, N. (2015). *Imagens do inconsciente*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1981)
- Stengers, I. (1995). *L'invention des sciences modernes*. Flammarion.
- Stengers, I. (2001). Qu'est-ce que l'hypnose nous oblige à penser? *Ethnopsy*, 3, 13–68.

Tukaev, R. (2020). The integrative theory of hypnosis in the light of clinical hypnotherapy. In C. Mordeniz (Ed.), *Hypnosis and hypnotherapy* (pp. 234–249). Namik Kemal University.

Uuexkül, T. V. (1995). Anthropology and the theory of medicine. *Theoretical Medicine*, 16, 93–114.

Whitehead, A. (1978). *Process and reality*. The Free Press.

CAPÍTULO 12

METODOLOGIA DE PESQUISA EM PSICANÁLISE: possíveis caminhos da Psicanálise na universidade

Daniela Scheinkman Chatelard
Eduardo Portela

A psicanálise é um campo do conhecimento que está presente nas universidades. Tem sido possível observar o uso de seus conceitos, de sua metodologia, de seu paradigma, em diferentes formas e campos do saber. Mas o que define uma metodologia de pesquisa em psicanálise? O que a difere de outras metodologias e, sobretudo, como ela pode se inserir no contexto universitário sem deixar de lado sua ética e seu discurso? Seria possível outras áreas do conhecimento utilizarem os conceitos psicanalíticos de forma dissociada do método psicanalítico?

Assim, partindo dessas perguntas, o objetivo central deste capítulo é investigar as possibilidades e limites da pesquisa em psicanálise no contexto universitário. Para isto, se fez necessário um breve panorama da história da psicanálise, juntamente com seus aspectos epistemológicos, discutindo alguns exemplos de como este campo de pesquisa tem sido desenvolvido no contexto universitário.

Por uma Questão de Estrutura

A partir do objetivo exposto, este trabalho foi estruturado em quatro tópicos. A primeira parte do texto é dedicada a fazer um levantamento de trabalhos acadêmicos que utilizam conceitos da psicanálise que se fundamentam teoricamente de acordo com o paradigma psicanalítico, entretanto, não necessariamente estão articulados com a prática clínica ou de acordo com a metodologia psicanalítica de pesquisa.

A segunda parte do trabalho está dedicada a trazer um levantamento dos trabalhos acadêmicos que se fundamentaram a partir dos conceitos psicanalíticos e que de alguma forma fazem uma articulação com a clínica, direta ou indiretamente. Diretamente, quando estão relacionados às diferentes práticas e possibilidades do campo clínico. Indiretamente, quando se propõem a trazer discussões acerca de dispositivos que ultrapassam os limites de uma prática

clínica de consultório. A psicanálise não necessariamente vai a campo, mas trata-se de um *campo de pesquisa*.

No terceiro tópico do trabalho, pretende-se, a partir desta delimitação de campos – pesquisa *com* psicanálise e pesquisa *em* psicanálise – analisar como se define o método psicanalítico e como ele se constrói enquanto método de pesquisa. Para isto, é necessário fazer uma breve revisão histórica da construção deste método, passando por sua atual aplicação nas universidades.

Por fim, a partir das inúmeras possibilidades do campo psicanalítico, foi feito um recorte a ser analisado: as possibilidades e limites da pesquisa conceitual dentro do campo psicanalítico. Este é um campo que tem sido explorado nas pesquisas universitárias, nas quais a análise e exploração de um determinado conceito é o objeto de investigação.

Pesquisa com Psicanálise: A Interdisciplinaridade dos Conceitos Psicanalíticos

A psicanálise é um campo de investigação que tem, frequentemente, sido objeto de pesquisa ou de reflexão nas universidades e instituições de ensino do Brasil. No contexto universitário, o seu habitat mais comum é o curso de graduação em psicologia, geralmente associada a um eixo teórico da psicologia, ou também, como um tipo de abordagem clínica nos estágios de prática clínica, assim como, nas supervisões de estágios nas clínicas escolas (Rosa, 2001).

Há um debate antigo, desde a época de Freud (1919/1996), acerca do ensino da psicanálise nas universidades. O próprio autor considera importante o ensino da psicanálise nestas instituições, acreditando que elas só teriam a ganhar com o estudo psicanalítico em seus departamentos.

No texto “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades”, Freud (1919/1996) comenta sobre a abertura do método psicanalítico para outras áreas do conhecimento, para além da medicina e psicologia, estendendo seu campo de atuação e investigação, proporcionando esclarecimentos e novos pontos de vista para estudos relacionados à história da literatura, mitologia, história das civilizações e filosofia da religião. Campos estes, que foram fonte de investigação do próprio autor, por exemplo, nos textos: “Gradiva de Jensen” (Freud, 1907/1996); Sobre o Narcisismo: uma introdução (Freud, 1914/1996); Totem e Tabu (Freud, 1912-1914/1996); e Moisés e o Mono-teísmo (Freud, 1939/1996).

A psicanálise alcança diversas áreas do conhecimento, consequentemente, assume diferentes possibilidades de aplicações, práticas, e por fim, metodologias. Áreas das ciências, como a antropologia, filosofia, sociologia, pedagogia, literatura, por vezes, se utilizam da psicanálise, seja como método de investigação ou estritamente como fundamentação teórica-conceitual. Esta

interdisciplinaridade não é recente na história do movimento psicanalítico, mas está presente desde os seus primórdios.

A interdisciplinaridade da psicanálise e suas possibilidades de investigação estão presentes também em seu objeto de pesquisa: as manifestações do inconsciente. Freud sai do ambiente clínico para buscar entender determinados fenômenos, os quais supõe como manifestações do inconsciente. Podemos tomar como exemplo os trabalhos nos quais ele se utiliza de obras literárias e narrativas de cultura popular presentes, respectivamente, em “O Infamiliar” (Freud, 1919/2020) e em “Os Chistes” (Freud, 1905/1996).

Em “O Infamiliar” é feita uma investigação estética, a partir de algo que produz angústia, horror, que diga respeito ao aterrorizante (Freud, 1919/2020). Com base no conto de “O homem da areia”, Freud explora este aspecto estético que, comumente, produz como representante afetivo a angústia.

No texto “Os Chistes” (Freud, 1905/1996), Freud traz uma ampla análise sobre os chistes e sua relação com o inconsciente. Para isto, o autor se utiliza de vários exemplos de chistes ou situações que envolvam as diferentes formas do cômico, presentes na cultura popular. Por exemplo:

A cena ocorre numa exposição de museu de cera (que poderia ser o de Madame Tussaud). Um guia conduzia um grupo de visitantes jovens e velhos de figura a figura, enquanto as explicava: ‘Este é o Duque de Wellington e seu cavalo’, explicou ele. Em consequência, perguntou uma jovem dama: ‘Qual é o Duque de Wellington e qual é seu cavalo?’ ‘Qual queira, minha bela jovem’, foi a resposta. ‘Você paga a entrada e faz sua escolha (p. 76).

De acordo com Freud (1905/1996), para que um chiste venha a de fato se realizar, é necessária a presença de uma alteridade, uma terceira pessoa para que se possa contar. Além disso, este terceiro precisa ouvir o chiste enquanto chiste. Ou seja, precisa compartilhar das “mesmas inibições ou resistências internas” (p. 183), assim como no exemplo exposto acima.

Partindo da premissa de que onde há sujeito há inconsciente, ou seja, “no campo do inconsciente, o sujeito está em casa” (Lacan, 1964/2008, p. 41), podemos pensar que naquilo que o sujeito produz, há manifestação do inconsciente. Por isso, a aproximação da psicanálise com as ciências humanas e da linguagem.

A interdisciplinaridade da psicanálise é observada nos trabalhos do filósofo e teórico crítico, Slavoj Žižek. Este autor se utiliza de conceitos da psicanálise, articulando-os com outros campos do conhecimento. Em uma de suas obras, o autor traz reflexões acerca dos atentados de 11 de setembro, utilizando, para isso, conceitos da psicanálise propostos por Lacan, como a

noção de Real e o conceito de Semblante, articulando-os com acontecimentos históricos e fenômenos sociais (Zizek, 2003).

Outro uso da teoria psicanalítica em pesquisas que saem do campo estritamente clínico está no trabalho do filósofo e sociólogo Theodor Adorno. O autor desenvolveu um estudo nos Estados Unidos, com o objetivo de investigar tipos de personalidades autoritárias. Para isto, se fundamentou em aspectos psicológicos que têm como origem a teoria psicanalítica. Neste trabalho, o grupo de pesquisadores fez uso de diferentes procedimentos metodológicos, com análise de dados qualitativos e quantitativos, que demonstraram a possibilidade da aplicação do método psicanalítico de interpretação em pesquisas amplas, não se restringindo a estudo de casos ou pesquisas com sujeito único (Adorno, 2019).

Conceitos psicanalíticos podem ser ainda observados em pesquisas promovidas pelas universidades no campo dos estudos da linguagem. Leme (2013) desenvolveu um estudo no qual delimita fronteiras entre a literatura e a psicanálise, a partir da análise do estilo narrativo de Jorge Luis Borges, escritor argentino. Analisando três contos desse autor, a pesquisadora trouxe uma articulação entre o estilo narrativo e o conceito de *Unheimlich* – estranho, infamiliar – proposto por Freud e elaborado por Lacan, posteriormente.

Esquivel (2017) também partiu do conceito de *Unheimlich* em sua investigação plástica no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Nesta pesquisa, que não faz menção a aspectos clínicos, nem se pretende a isso, o trabalho é dividido em duas partes: uma produção escrita, na qual, mais especificamente, desenvolve-se e fundamenta conceitualmente seu texto através da teoria psicanalítica. E uma outra parte, na qual busca produzir e compreender o conceito Freudiano por meio de obras artísticas.

Os conceitos e a metodologia psicanalítica também são utilizados em pesquisas na área da educação. Mota (2011) propõe uma leitura acerca do dispositivo de reforço escolar no contexto de Educação Integral, sob a perspectiva da teoria psicanalítica. Em uma pesquisa qualitativa, através dos instrumentos de observação participativa e entrevistas semiestruturadas, o estudo abordou a relação ensino-aprendizagem e como a subjetividade do sujeito se configura a partir dessa relação.

Reunimos cinco exemplos de pesquisas que incorporaram os conceitos psicanalíticos, tanto em sua fundamentação teórica, quanto em seu objeto de estudo, em diferentes áreas do conhecimento: filosofia, sociologia, literatura, artes plásticas e educação. Exemplos que traduzem, na prática da pesquisa, a possibilidade interdisciplinar da psicanálise na universidade, confirmando o que foi proposto por Freud (1919/1996) ao afirmar que a universidade tem muito a ganhar inserindo a psicanálise em seus cursos.

Além disso, a partir destes trabalhos, é possível alegar que a psicanálise saiu de seu limite estritamente clínico, estabelecendo importantes diálogos com outras áreas do conhecimento.

Entretanto, os exemplos reunidos se utilizaram de conceitos da psicanálise, e não necessariamente, são pesquisas com metodologias em psicanálise. Propõe-se então, a definição destas pesquisas como “pesquisas com psicanálise”, ou seja, trabalhos que se utilizam de conceitos da psicanálise em sua fundamentação teórica, ou até mesmo, investigam determinado objeto de estudo a partir, ou em articulação com algum conceito proposto pela psicanálise. Geralmente, estes estudos estão presentes em contextos que não estão orientados pela prática clínica.

Então, o que seria a metodologia de “pesquisa em psicanálise”? Vamos retornar a Freud e sua obra para fazermos esta delimitação.

A Pesquisa em Psicanálise e suas Vicissitudes

O tópico anterior se propôs a discutir a interdisciplinaridade da psicanálise e sua abertura para outros campos do conhecimento que não estão diretamente relacionados com a prática clínica, mas relacionados com o sujeito – mais especificamente, o sujeito do inconsciente, noção proposta pela psicanálise. Foram apresentados alguns exemplos de outras áreas do conhecimento que se utilizam dos conceitos da psicanálise. Estas pesquisas foram nomeadas como “pesquisas com psicanálise”.

Este tópico se propõe a fazer o caminho inverso: analisar e discutir as “pesquisas em psicanálise” que dialogam com outras áreas do conhecimento. Para isto, retornamos aos primeiros textos psicanalíticos e analisamos como a pesquisa em psicanálise se utiliza de outras áreas do conhecimento para construir seus conceitos.

Podemos dizer que a psicanálise não é um campo fechado em si, se estendendo para outras áreas. Seu movimento é “moebiano”, ou seja, de continuidade entre o dentro e o fora da teoria e da prática, do conceito e da pesquisa.

É possível observar a presença da interdisciplinaridade textual na construção teórica de Freud. Sua obra faz referência aos mitos, à filosofia da religião, a acontecimentos históricos, a obras da literatura e de arte, às narrativas cotidianas populares, ao campo da biologia. Enfim, é um campo vasto de articulações feitas pelo autor, para buscar fundamentar a prática psicanalítica e sua hipótese primordial: o inconsciente.

A utilização dos mitos na teoria psicanalítica foi de fundamental importância para Freud. As narrativas mitológicas são construídas para explicar e criar uma realidade, até então, incompreensível e desconhecida. Assim, Freud, a partir de sua prática e das observações clínicas, diante de problemas

enigmáticos, recorreu ao mito – este é o paradoxo do mito na teoria psicanalítica (Winograd & Mendes, 2012). Freud buscou o recurso das narrativas mitológicas utilizando-as como metáforas de determinados funcionamentos metapsicológicos, e essa escolha demonstraria “um limite na teoria que impediria a construção de um sistema totalizante” (Gondar, 1995 apud Winograd & Mendes, 2012). Ou seja, o mito é utilizado por Freud como um recurso que dá suporte à uma falta de saber, algo incompreensível e desconhecido.

No caso da literatura e das artes, Freud traça um caminho semelhante, buscando nessas produções humanas um ambiente de laboratório de pesquisa sobre o sujeito. Assim como com o estudo dos mitos, a utilização da literatura é, geralmente, articulada com a prática clínica, seja em relação de complementariedade sobre o sujeito, seja como observação clínica. Podemos observar isso no texto freudiano intitulado “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia”, também conhecido como “Caso Schreber”.

Neste texto, Freud (1911/1996) faz uma análise dos sintomas paranoicos relatados a partir da escrita autobiográfica de um sujeito que sofria de tais sintomas. O autor se utiliza de um relato em primeira pessoa, assim como o relato que se apresenta em um consultório, como fonte de análise. Algo semelhante foi feito também em texto em que analisa, a partir de registros históricos datados do século XVII, um caso de neurose demoníaca – fazendo referências textuais também ao romance de Goethe, sobre Fausto (Freud, 1923/1996).

Em “Escritores Criativos e devaneio” (Freud, 1908/1996), Freud faz uma análise sobre os mitos, lendas, contos populares, historietas e literatura de forma geral, considerando que essas produções escritas e narrativas, presente na história da humanidade desde os seus primórdios, possuem uma relação com fantasias de desejos comuns a nações, representando sonhos e devaneios que criam um laço social. De acordo com Teixeira (2005), a literatura foi para Freud uma fonte de matéria-prima para desenvolver sua teoria, fazendo constantemente, as relações e interpretações de seus conceitos a partir das produções literárias.

Outro exemplo dessa articulação entre psicanálise e literatura está presente no ensaio “O Infamiliar” (Freud, 1919/2020). A partir do conto chamado “O homem de Areia”, Freud propõe a discussão acerca de um fenômeno estético – algo relacionado a um horror, estranhamento, inquietação – e sua relação com a constituição do sujeito. Neste ensaio, Freud sai da interpretação da narrativa do texto literário ou da tentativa de analisar seus autores, e faz um trabalho conceitual acerca do fenômeno estético citado. Aqui a psicanálise cria diálogos com o campo da estética, não se restringindo à discussão da “doutrina do belo”, e sim, com a “teoria das qualidades do nosso sentir” (Chaves, 2020). Ou seja, pode-se pensar que neste texto, o que está em articulação com

a clínica, diz respeito a busca em compreender as qualidades do nosso sentir e de nossos afetos. Neste caso, “de onde vem este estranhamento?” quando vivenciamos determinadas experiências.

Ao falarmos sobre o papel das mitologias, da literatura, da arte, do saber popular, enfim, daquilo que Freud se ocupou em pesquisar e discutir ao longo de sua obra, podemos pensar que estas fontes dizem respeito ao humano e suas produções, sobretudo, ao que resta do inconsciente. Assim, o que está em questão na utilização desses materiais como fonte de dados para sua pesquisa é a produção de um saber sobre o inconsciente, partindo da premissa exposta acima, de que onde há sujeito há inconsciente, e onde há produção humana, há inconsciente atuando também.

Há ainda, a tentativa de estabelecer diálogos da psicanálise com a biologia. Dentre as obras que se propõem a fazer este diálogo, podemos citar: “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/1996); “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1996); e “Os instintos e suas vicissitudes” (Freud, 1915/1996). A permanência e insistência neste diálogo com a biologia, além das demais ciências ditas “duras”, se deu como uma tentativa de assegurar e manter a cientificidade da psicanálise, evitando que fosse lida como algo místico, religioso ou conhecimento sem evidências e fundamentos científicos, buscando seguir o paradigma científico do seu tempo.

Freud buscava acompanhar os avanços científicos da biologia, trazendo conexões e relações sobre as teorizações acerca do que propôs como aparelho psíquico. Esta relação está presente, por exemplo, ao propor o dualismo das pulsões – pulsões sexuais e pulsões do ego, de autopreservação. Buscava na biologia uma tentativa de fundamentar a sua teoria das pulsões, ainda que esta relação, por vezes, estivesse cheia de atritos e conflitos (Barbosa & Santos, 2005).

De acordo com Barbosa e Santos (2005), “a biologia no pensamento freudiano está relacionada com o caráter enigmático da gênese e dos movimentos do aparelho psíquico” (pp. 163–164). Freud buscou na biologia, assim como nas demais áreas já mencionadas, uma chave para resolver um enigma que estava postulado: o inconsciente. Podemos dizer que, parte do que o motivou a procurar esta interdisciplinaridade, diz respeito a uma tentativa de fundamentar o campo psicanalítico, uma forma de contornar o furo provocado pela descoberta do inconsciente – ou a fundação deste conceito.

Para além dos caminhos de Freud para lidar com os enigmas da psicanálise, conseguimos outros exemplos de pesquisas em psicanálise que estabeleceram uma interdisciplinaridade profícua para o desenvolvimento científico do campo, os quais, na contemporaneidade, observa-se uma concepção com barreiras menos rígidas entre os limites da prática clínica e as práticas externas à clínica, sob a consideração do sujeito indissociável da cultura.

Nicoletti (2019) desenvolveu um estudo que propôs compreender como o fenômeno de ascensão social pode afetar psiquicamente indivíduos que o vivenciam. A fonte de dados se baseou a partir de três fatos clínicos observados no contexto de análise. Mesmo que indiretamente, este trabalho faz um diálogo entre psicanálise, sociologia e filosofia ao delimitar questões que ultrapassam os limites da clínica, mas que não deixam de estar relacionado com esta prática, tais como o fenômeno de ascensão social, o conceito de classe social e a teoria do reconhecimento de Hegel.

Miranda e Celes (2019) estabeleceram um diálogo entre a psicanálise e a socioeducação. Os autores propuseram uma discussão crítica sobre os dispositivos de socioeducação, a partir das contribuições de Freud acerca do campo da educação, assim como, da relação deste campo com outros conceitos psicanalíticos. Neste trabalho há uma extensão do campo psicanalítico, para além dos limites do consultório. Diferentemente do trabalho de Nicoletti, em que havia na pesquisa uma relação direta dos conceitos da psicanálise com a prática clínica, expandido para outras áreas, no caso deste trabalho.

O campo político é outro que vem ganhando espaço nas pesquisas em psicanálise. Diversos estudos levam em consideração a relevância de questões relativas à contemporaneidade que se atravessam pela discussão política, inserindo a noção de sujeito da psicanálise. Moraes (2017) discutiu, a partir de uma revisão sistemática da literatura, como estabelecer de forma rigorosa a articulação entre o campo político e o psicanalítico. Além disso, a partir da análise de um vídeo publicitário, o estudo problematizou e discutiu o lugar dos sujeitos autistas na sociedade atravessada pelos discursos neoliberais e capitalistas.

Em uma proposta que caminha em sentido semelhante, Safatle et al. (2020) organizaram um livro que reúne os resultados de uma série de pesquisas promovidas pelo Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo (USP), no qual discutiram as implicações de um sistema político, econômico e de gestão no sofrimento psíquico dos sujeitos. Assim como outras pesquisas em psicanálise, este trabalho está fundamentado em uma interdisciplinaridade indissociável da psicanálise, de acordo com a metodologia de pesquisa em psicanálise.

A partir destes exemplos, podemos fazer uma distinção mais clara entre pesquisas “com” e “em” psicanálise: as pesquisas “com”, se restringem a pesquisas que simplesmente trazem algum conceito psicanalítico em seu fundamento teórico. Já a pesquisa “em”, propõe alguns pressupostos que estão presentes no método psicanalítico: a aceitação da hipótese fundamental da psicanálise, ou seja, o inconsciente. Assim como, a pesquisa em psicanálise demanda passarmos por alguns aspectos do método psicanalítico proposto por Freud.

Sendo assim, passamos para o próximo tópico nos orientando a partir da seguinte pergunta: mas afinal, o que é o método psicanalítico de pesquisa?

Esta resposta deve auxiliar na delimitação de futuras pesquisas que se propõem a utilizar o método psicanalítico de pesquisa, assim como reconhecer alguns lacunas, impossibilidades e possibilidades.

O Método Psicanalítico de Pesquisa

A psicanálise foi rejeitada pelo discurso científico desde os seus primórdios. Suas hipóteses e seus resultados foram sistematicamente rechaçados pela comunidade científica, assim como o seu método de pesquisa. Por muito tempo ela não foi ouvida e compreendida. Quando passou a ser ouvida, foi objeto de hostilidade (Freud, 1913/2012).

De acordo com Freud, esta rejeição hostil tinha relação com as descobertas psicanalíticas acerca da importância da sexualidade no processo de adoecimento psíquico, considerando que o adoecimento tem a ver com a manifestação de um transtorno da função sexual do sujeito. As descobertas psicanalíticas sobre a sexualidade humana e, sobretudo, infantil, gerou desconforto entre a comunidade científica, que até então tratava este tema – a sexualidade – com certa negligência (Freud, 1913/2012).

Para além das suas hipóteses e descobertas, a rejeição à psicanálise se deu também ao seu método de investigação, que não atendia rigorosamente aos modelos científicos estabelecidos naquela época e, que ainda hoje, fazem parte do discurso da ciência com marcas do positivismo inglês (Alberti & Elia, 2008).

Entretanto, de acordo com Althusser (1984), a psicanálise pode ser considerada uma ciência devido a três critérios fundamentais a qual atende: um objeto de estudo, um corpo teórico e um método.

O método psicanalítico se fundou a partir do contato de Freud com três médicos e cientistas de seu tempo: Josef Breuer e a proposta do método catártico; Charcot e a utilização da técnica de rebaixamento da consciência – hipnose; e com os estudos do psiquiatra francês Pierre Janet (Freud, 1910/1996). Ao longo do tempo, com as novas descobertas e o avanço da teoria e da técnica, atualizações foram feitas. Entre elas, a técnica da hipnose e o método catártico foram deixados de lado e criou-se o método de associação livre.

Nos estudos sobre a histeria, Freud e Breuer observaram, a partir da prática clínica, que nos fenômenos histéricos haviam elementos que remetiam a lembranças de eventos da história de vida dos pacientes. Lembranças que diziam respeito a experiências traumáticas, geralmente relacionadas a cenas sexuais, vividas no período da infância ou adolescência. Foi percebido que os sintomas histéricos tinham alguma relação com as cenas relatadas pelos pacientes, pois os sintomas repetiam elementos que tinham a ver com a cena

sexual descrita. O acesso a estas lembranças, inicialmente, se dava a partir da técnica que Freud e Breuer trouxeram das aulas com Charcot, por meio da hipnose, a qual favorecia um rebaixamento do estado de consciência dos pacientes. Se com o rebaixamento da consciência eles conseguiam acessar estas lembranças, foi entendido que havia algum mecanismo psíquico que impedia ou que fazia resistir o livre acesso à memória destas cenas. Ou seja, estas cenas eram reprimidas, ou encobertas, mas elementos delas se manifestam em forma de sintoma histérico. Foi assim que Freud considerou que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (Freud, 1893/1996, p. 43). Com base nestas descobertas, colocadas aqui enquanto ponto de partida, foi construída a hipótese primordial da psicanálise: o inconsciente.

A descoberta do inconsciente, tida como a terceira ferida narcísica da humanidade (Freud, 1917/1996), teve como consequência uma fissura no discurso científico, pois, de partida, se o eu “não é senhor nem mesmo em sua própria casa” (p. 292), ou então, se há algo para além da consciência, como poderemos manter os critérios de objetividade e de exclusão do sujeito na pesquisa?

É neste ponto que a psicanálise subverte o discurso científico moderno, resgatando um sujeito que supostamente foi excluído, incluindo-o no campo de sua experiência, via o inconsciente. Assim, podemos pensar que “a psicanálise constitui um saber inteiramente derivado, porém não integrante do campo científico” (Elia, 1999, par. 22). Ou seja, ela se funda a partir do campo científico, mas não se integra a ele, o que, por sua vez, não impede que os diferentes campos se articulem.

A psicanálise, enquanto campo do saber, tem um ponto de articulação com o método científico ao considerarmos o seu desenvolvimento teórico, assim como, os conceitos que fazem parte deste campo. No próximo tópico deste trabalho será feito um recorte de um dos campos de pesquisa, que frequentemente tem sido trabalhado nas universidades: a pesquisa conceitual.

A Pesquisa Conceitual na Psicanálise e Universidade

Podemos pensar em uma pesquisa psicanalítica dissociada da prática clínica? Ou, antes disso, uma pesquisa que se limita à discussão e investigação teórica está dissociada de uma prática? Tentaremos responder a estas perguntas neste tópico.

De acordo com Freud (1913/2012), “a psicanálise é um procedimento médico que pretende curar determinadas formas de doenças nervosas (neuroses), por meio de uma técnica psicológica” (p. 329). Destaca-se nesta afirmativa de Freud dois pontos: primeiro, a psicanálise é um procedimento. Com isso, entende-se que a psicanálise é um modo de fazer algo através de um método e/ou processo. O segundo ponto é que a psicanálise utiliza uma

técnica psicológica como ferramenta para chegar na sua pretensão, no seu objetivo fim: curar determinadas formas de doenças psíquicas.

Na psicanálise há uma relação de complementaridade entre a teoria e a prática. O seu método e a sua técnica psicológica são sustentadas e orientadas por uma base conceitual, fundada e desenvolvida a partir da prática. Nela, tratamento e pesquisa coincidem (Freud, 1912/2010), são vetores que estão estritamente relacionados.

Sendo assim, prática e teoria se sustentam, sendo possível observar nas obras de Freud que o avanço da prática se dá a partir do trabalho com os conceitos (Lameira et al., 2017), assim como, trabalhar os conceitos sem a articulação com a prática, possui um risco de distanciamento de sua função clínica. O conceito trabalhado em pesquisa se desenvolve ao longo do processo de investigação e escrita, se dando entre a prática – tanto de pesquisa, quanto clínica – e pelo próprio aprofundamento teórico (Lameira et al., 2017).

No contexto universitário esta complementaridade entre prática e desenvolvimento teórico se dá, principalmente, a partir da relação estabelecida entre o campo psicanalítico e os cursos de psicologia. A partir da prática de estágios em níveis de graduação, assim como, o desenvolvimento de projetos de pesquisa em pós-graduação que estabelecem um vínculo de atendimento à comunidade, a universidade promove espaços que favorecem a pesquisa clínica associada à pesquisa e desenvolvimento conceitual.

Retornando à pergunta que orienta este tópico, seria possível uma pesquisa em psicanálise que se dissocie da clínica? A resposta para esta pergunta depende do que consideramos clínica. Como vimos nos tópicos iniciais deste texto, há a possibilidade de pesquisas em psicanálise que estejam dissociadas do campo clínico, se pensarmos neste campo enquanto dispositivos de consultórios particulares, ao modelo restrito de uma psicanálise que poderíamos chamar de clássica. Entretanto, acredita-se que para além deste dispositivo clássico, há outras formas de dispositivos que propiciam a escuta psicanalítica.

É possível fazer e pesquisar psicanálise para fora dos limites de um *setting* psicanalítico clássico, buscando diferentes ambientes, seja em instituições, como os hospitais, CAPS, escolas, ou até mesmo na rua, em ambientes públicos. O que é necessário é a existência de um psicanalista que escute o sujeito (Elia, 2000).

Entretanto, é comum observar nas pesquisas universitárias que utilizam metodologia de pesquisa em psicanálise, trabalhos que se restringem à discussão teórica-conceitual, sem necessariamente trazerem aspectos de uma prática clínica do próprio pesquisador (Zanotti & Miura, 2020). Um dos caminhos para a pesquisa psicanalítica conceitual no contexto universitário, parte do delineamento de pesquisa com revisão de literatura – sistemática, integrativa ou narrativa. Por meio deste delineamento de pesquisa é possível estabelecer

diálogos com diferentes trabalhos referentes ao objeto de estudo proposto pela pesquisa – no caso da pesquisa conceitual, o conceito a ser trabalhado.

A revisão de literatura está presente na pesquisa em psicanálise desde o seu início, e a partir de seus grandes autores. Freud (1900/1996) na “Interpretação dos sonhos” dedica uma primeira parte da obra, justamente a uma revisão da literatura sobre os sonhos. Assim como, Lacan faz um trabalho de revisão de literatura no doutorado, no qual critica a tradição psiquiátrica e faz um levantamento sobre a psicose paranoica (Zanotti & Miura, 2020).

Entretanto, é necessário que um trabalho com metodologia de pesquisa em psicanálise, que se utiliza de uma revisão de literatura, não se limite a uma reprodução de textos e do que foi dito por outros autores sobre o assunto. De acordo com Elia (1999):

Retomar um lugar de dizer não é a mesma coisa que repetir os ditos, mas pelo contrário, abrir a possibilidade de que ditos sempre novos possam se produzir. Dizer de novo (do mesmo lugar, uma vez mais) permite dizer do novo, dizer ditos novos. [...] a regra fundamental para o sujeito é dizer sem saber o que está dizendo e o que vai dizer, e para o analista é ouvir sem situar o seu saber já sabido na proa da escuta (p. 22).

Assim, o pesquisador se coloca diante do seu objeto de estudo – o assunto, o sujeito de pesquisa – em uma postura de não saber e não esperar o que vai ser dito, compreendido, lido. O método psicanalítico requer um sujeito-pesquisador que esteja implicado em seu objeto de pesquisa. Um pesquisador que esteja em transferência com seu objeto de pesquisa, mas que não coloque o seu saber antes da escuta.

Contudo, é possível que haja uma pesquisa em psicanálise que não esteja diretamente ligada à prática clínica. Se o pesquisador se coloca enquanto psicanalista, ou seja, se utiliza o método psicanalítico de pesquisa, mesmo que seja somente enquanto leitor de outros autores – como no caso da revisão de literatura – ele deverá estar neste lugar de “não saber”, onde o psicanalista “não procura, ele acha”.

Conclusão

Este trabalho se propôs a discutir como a psicanálise está presente no contexto das universidades e quais suas diferentes aplicações. Partindo da compilação de diversos trabalhos acadêmicos, em diferentes campos do conhecimento, foi possível observar as possibilidades e limites de aplicação da psicanálise.

Primeiramente, foi feita uma distinção: a pesquisa *com* psicanálise e a pesquisa *em* psicanálise. A primeira, entende-se como os trabalhos que

utilizam algum conceito da psicanálise em sua fundamentação teórica, ou que fazem alguma articulação com o campo psicanalítico. Na segunda, foi possível observar as pesquisas que, não só utilizam os conceitos da psicanálise, mas adotam a metodologia psicanalítica de pesquisa.

Esta metodologia se diferencia, principalmente, por duas considerações: a adesão à hipótese do inconsciente psicanalítico, conseqüentemente, trazendo para a pesquisa o sujeito-pesquisador em transferência com seu objeto de estudo; e o método de associação livre e a leitura sem uma espera do que encontrar, sem um saber pressuposto.

Um possível caminho de pesquisa psicanalítica na universidade é o trabalho conceitual. Tem sido observado estudos que se limitam ao trabalho com conceitos psicanalíticos, os quais não estão diretamente articulados com a prática clínica, ou são trabalhos que não vão a campo. Mas não por isso, são trabalhos que se dissociam da metodologia psicanalítica, pois o sujeito está implicado no processo de pesquisa.

Assim, foi possível pensar os diferentes lugares da psicanálise, e suas diferentes contribuições no ambiente universitário, confirmando o que foi proposto por Freud em 1919, ao dizer que a universidade teria muito a ganhar com a psicanálise.

Por fim, uma última questão se faz necessária ao pensarmos a psicanálise na universidade. O dispositivo universitário pode favorecer a produção de sofrimento psíquico? Os altos níveis de exigência de produtividade, o acúmulo de funções e atividades, a escassez de recursos humanos e financeiros, as dificuldades existentes no campo da educação, além das desigualdades sociais e econômicas, são apenas alguns dos fatores que produzem sofrimento na universidade.

Como, então, a psicanálise pode fazer parte deste dispositivo, e não subverter ou abandonar a sua ética? E como o campo psicanalítico pode ajudar a pensar uma universidade que não faça laço com o excesso, ou com imperativos que produzem sofrimento psíquico?

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Unesp.
- Alberti, S., & Elia, L. (2008). Psicanálise e ciência: O encontro dos discursos. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 8(3), 779–802. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000300010
- Althusser, L. (1984). *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Graal Editora.
- Barbosa, M. N. P., & Santos, M. A. (2005). Considerações sobre a dimensão biológica do conceito de pulsão em Freud. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 18(2), 162–170. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000200003>
- Chaves, E. (2019). Perder-se em algo que parece plano. In S. Freud, *O Infamiliar / Das umheimliche* (E. Chaves & P. H. Tavares, Trans.) (p. 153–173). Autêntica.
- Elia, L. (1999). A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3). <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000300015>
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In S. Alberti & L. Elia (Eds.), *Clínica e pesquisa em psicanálise* (pp. 19–35). Editora Rios Ambiciosos.
- Esquivel, T. G. R. (2017). Texturas do estranho: O estranho na pintura a partir do processo criativo [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho].
- Freud, S. (1996). *A interpretação dos sonhos* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). *Além do princípio de prazer* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). *Cinco lições de psicanálise* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (1996). *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1907)

Freud, S. (1996). *Escritores criativos e devaneio* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1908)

Freud, S. (1996). *Estudos sobre a histeria* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1893)

Freud, S. (1996). *Fixação em traumas – o inconsciente* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1996). *Moisés e o monoteísmo* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1939)

Freud, S. (1996). *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (dementia paranoides)* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1911)

Freud, S. (2019). *O Infamiliar / Das Unheimliche* (E. Chaves & P. H. Tavares, Trads.). Autêntica. (Trabalho originalmente publicado em 1919).

Freud, S. (1996). *O interesse da psicanálise* (Paulo César de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)

Freud, S. (1996). *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1905)

Freud, S. (1996). *Os instintos e suas vicissitudes* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (2010). *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise* (Paulo César de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)

Freud, S. (1996). *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1919)

Freud, S. (1996). *Sobre o narcisismo: uma introdução* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1996). *Totem e Tabu* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1913/1914)

Freud, S (1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (J. Strachey, Trad). Imago. (Trabalho original em 1905)

Freud, S. (1996). *Uma neurose demoníaca do século XVII* (J. Strachey. Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1923)

Lacan, J. (2008). *Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar.

Lameira, V. M., Costa, M. C. S., & Rodrigues, S. M. (2017). Fundamentos metodológicos das pesquisas teóricas em psicanálise. *Subjetividades*, 17(1), 68–78. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i1.4861>

Leme, P. de O. (2013). *Borges, um estranho: Litorais entre a literatura e a psicanálise* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

Miranda, T. A., & Celes, L. A. M. (2019). Freud e socioeducação: A educação entre a repressão e a oferta de alternativas de vida. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, M. Neubern, & E. Queiroz (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 4, pp. 91–112). Technopolitik.

Moraes, N. A. M. (2017). *Intersecções entre psicanálise, política e a clínica do autismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria].

Mota, M. C. (2011). *O reforço escolar na educação integral: Uma leitura a partir da psicanálise* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].

Nicoletti, T. O. (2019). *Sofrimentos psíquicos na ascensão social: da ruptura do contrato narcísico à busca por reconhecimento no metaenquadre socio-cultural brasileiro* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].

Rosa, M. D. (2001). Psicanálise na universidade: Considerações sobre o ensino de psicanálise nos cursos de psicologia. *Psicologia USP*, 12(3), 189–199. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200016>

Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. (Orgs.) (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

Teixeira, L. C. (2005). O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica em Freud. *Psychê*, 9(16), 115–132. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30716908>

Winograd, M., & Mendes, L. da Costa (2012). Mitos e origens na psicanálise freudiana. *Cadernos da Psicanálise*, 34(27), 225-243. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200013&lng=pt&tlng=pt

Zanotti, S. V., & Miura, P. O. (2020). Revisão da literatura: Os exemplos de Freud e Lacan. In E. F. de Queiroz & S. V. Zanotti (Eds.), *Metodologia de pesquisa em psicanálise* (pp. 55–74). Editora da UFRGS.

Zizek, S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real! Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas: Estado de sítio!* Boitempo.

CAPÍTULO 13

CLÍNICA DO TRABALHO PARA QUEM? REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PSICODINÂMICA DO TRABALHO FEMININO

*Carla Sabrina Xavier Antloga
Marina Maia do Carmo
Beatriz Cunha Cardoso Rocha*

A Psicodinâmica do Trabalho – PdT – tem como escopo o estudo da relação dinâmica que se estabelece entre os modos de subjetivação dos trabalhadores e a organização do trabalho (Dejours, 2011). A abordagem articula a concepção de sujeito do inconsciente da psicanálise com a de sujeito do sofrimento e do prazer da psicodinâmica, baseada na visão contextualizada das teorias sociais (Dejours, 2004). Para tanto, parte-se do pressuposto de que o trabalho é central na vida em sociedade impactando no funcionamento psíquico do sujeito na medida em que envolve uma busca por satisfação pessoal e a possibilidade de realização de si (Mendes, 2007).

Ao compreender a PdT como uma abordagem teórico-metodológica e uma disciplina clínica, seu precursor, Christophe Dejours, preconiza a clínica do trabalho e da ação como o método principal de pesquisa e intervenção, cujo objetivo seria viabilizar a construção de laços sociais entre trabalhadores por meio da fala e da escuta (Duarte & Mendes, 2015).

De acordo com Takaki e Antloga (2020) a clínica do trabalho tem potencial político, possibilitando que as dinâmicas de poder sejam reveladas e questionadas e outras lógicas estabelecidas. Tal espaço qualificado de escuta, ao privilegiar a análise da relação entre pessoas e trabalho, favorece, sessão a sessão, tanto a construção de narrativas – individuais e coletivas, como a construção de estratégias coletivas (Moraes, 2014). A despeito de ser o método clássico, a clínica do trabalho não contemplou, até o momento, as especificidades que envolvem o trabalho feminino.

Quando escolhemos utilizar o termo “trabalho feminino” queremos evidenciar que, no curso da história e até a atualidade, alguns tipos de atividades foram gradativa e compulsoriamente endereçados às mulheres, o que possui implicações sociais, políticas, econômicas e psicológicas, além de custos físicos, cognitivos e afetivos (Antloga et al. 2020). Ao pensarmos em

trabalho feminino, verificamos um conjunto de características que o tipificam: duplas ou triplas jornadas de trabalho; sobrecarga emocional; multiplicidade de tarefas; altos níveis de exigência por desempenho; diferenças salariais; gestão da aparência; expectativas em relação à maternidade, à sexualidade e à vida conjugal; questões biológicas do corpo da mulher ignoradas ou tratadas como piada; práticas machistas que dificultam a inserção; a permanência e a ascensão das mulheres no mercado de trabalho (Antloga et al., 2020; Dorna & Muniz, 2018). Essas características são atravessadas pela divisão sociosexual do trabalho, por questões de raça e classe e pela invisibilização do trabalho reprodutivo.

Entende-se que a clínica do trabalho está em constante construção devido às transformações que ocorrem no mundo do trabalho e às novas demandas que surgem na sociedade. Mendes e Araújo (2011, 2012) propuseram a contextualização do método clássico, trazendo para o contexto demandas concernentes ao cenário brasileiro de trabalho, marcado por aspectos culturais e históricos específicos. Problematizam também que é necessário esperar que uma demanda seja produzida em formato específico, como preconizado nos primeiros trabalhos de Dejours, ou, havendo uma demanda sem solicitação, partir dessa ao fazer uma proposta de desenvolvimento dos trabalhos. Compreendemos aqui que, para as trabalhadoras, muitas vezes é difícil reconhecer a demanda por um tratamento específico das questões que envolvem trabalho feminino e, obviamente, passar da demanda à solicitação é também um movimento muito árduo, quando não impossível.

Assim, torna-se necessário revisar o método da clínica do trabalho em função dos aspectos atuais que permeiam o universo do trabalho, sendo gênero um deles. Neste capítulo, afirmamos que uma clínica do trabalho voltada para mulheres é possível e necessária; porém, é preciso realizar algumas mudanças no escopo do método clássico utilizado.

Clínica do Trabalho e o Método Clássico

Em termos de estrutura, a proposta desenvolvida por Dejours (1992, 2004, 2013) para a clínica do trabalho envolvia o desenvolvimento das clínicas em 12 sessões, com duração de duas horas cada, com cinco a sete trabalhadores, podendo as sessões serem gravadas. As sessões deveriam ocorrer preferencialmente no próprio local de trabalho e durante a jornada laboral. Em termos de processo, o autor propõe as seguintes etapas: análise da demanda, análise do material de pesquisa, observação clínica e interpretação.

Na perspectiva de Dejours (2013), tem-se que as clínicas do trabalho podem ser realizadas com dois tipos diferentes de grupos: clínicas da cooperação ou clínicas das patologias. Na clínica da cooperação, os participantes

pertenceriam a um mesmo coletivo que compartilharia um mesmo contexto de trabalho (Dejours, 2013; Dejours & Bègue, 2010). Nesta clínica, a ideia é realizar pesquisa sobre o contexto de trabalho e, partindo das vivências dos trabalhadores, potencializar sua ação, com vistas à mobilização subjetiva dos grupos de trabalho

Já na clínica das patologias (Dejours & Bègue, 2010), como o próprio nome aponta, a perspectiva é a de que o grupo participante possa trabalhar a reconstrução da história de adoecimento e violências sofridas no trabalho, independentemente de pertencerem a uma mesma categoria ou grupo laboral. Nesse sentido, o objetivo não é a mobilização dos coletivos de trabalho, mas sim o resgate do protagonismo do trabalhador no tocante à sua própria história, ressignificando o adoecimento e a relação com o trabalho, por meio dos recursos do coletivo de pesquisa (Martins & Mendes, 2012).

Mendes e Araújo (2011, 2012) sugerem ser essencial considerar o afeto no saber clínico, além do cenário político e social que permeia as clínicas. Neste sentido, cabe-nos acrescentar à sua proposta uma das demandas mais urgentes que se tem hoje no mundo do trabalho: dar visibilidade para o fazer das mulheres, que dá suporte para o trabalho produtivo e que é o próprio trabalho produtivo. Certamente, quando o assunto é trabalho, este conteúdo está entre os mais recalcados em nossa cultura.

Por que Pensar em uma Clínica do Trabalho Feminino?

Ao considerarmos que o conhecimento científico foi desenvolvido, de maneira geral, com base em uma perspectiva androcêntrica, passamos a observar que vários conceitos foram formulados apenas a partir de vivências masculinas, como a noção de trabalho e as teorias de sujeito. Tradicionalmente, o conceito de trabalho se refere às atividades realizadas fora de casa e associadas a um valor monetário e as teorias clássicas do sujeito o definem como ser autônomo, independente e livre de laços (Adelman, 2016).

No que se refere às teorias de sujeito, é importante compreender que não há sujeito universal. Os sujeitos são atravessados por questões sociais e culturais de raça, gênero e classe e se constituem a partir do laço, das relações estabelecidas com o outro (Adelman, 2016). Ao mesmo tempo, importa-nos defender que o trabalho não é uma categoria que iguala as pessoas. O fato de pessoas diferentes fazerem trabalhos iguais, ou estarem submetidas à mesma organização do trabalho, não suprime suas diferenças.

No campo da Psicodinâmica do Trabalho, as pesquisadoras Helena Hirata e Danièle Kergoat foram as primeiras a problematizar a transversalidade das questões de gênero e da divisão social do trabalho. Durante o Seminário Interdisciplinar de Psicopatologia do Trabalho (1986-1987, publicado em 1988)

ocorrido na França, as autoras questionaram se a psicopatologia do trabalho poderia dispensar as questões sociais de sexo no seu escopo teórico (Hirata & Kergoat, 1988, 2017). No mesmo seminário, Dejours afirma, com base nas teses sociológicas apresentadas, que há sofrimentos masculinos e sofrimentos femininos na medida em que as situações que os geram não são as mesmas para homens e mulheres (Hirata & Kergoat, 1988, 2017).

Os estudos desenvolvidos pela pesquisadora e psicóloga Pascale Molinier com mulheres no trabalho de *care* evidenciam que a sexuação das estratégias de defesa ocorre em função da divisão sexual do trabalho e não devido a uma “natureza” masculina e outra feminina (Dorna & Muniz, 2018). Além disso, as relações sociais de sexo aparecem nas relações hierárquicas de trabalho, nas expectativas em relação ao comportamento das trabalhadoras, e nas narrativas produzidas sobre o trabalho desempenhado pelas mulheres. Molinier ratifica que o trabalho é sexuado ao demonstrar, por meio de suas análises, que as situações de trabalho que produzem vivências de prazer e sofrimento não são as mesmas para homens e mulheres.

Em revisão sistemática desenvolvida por Antloga et al. (2020) evidenciou-se que embora haja, nas amostras dos estudos de psicodinâmica do trabalho, divisão dos trabalhadores por sexo, não há um olhar sobre as possíveis (e prováveis) diferenças entre homens e mulheres nas atividades laborais. Há evidências suficientes quanto à importância desta (des)construção; contudo, a maior parte dos estudos em psicodinâmica do trabalho não trata do gênero como uma categoria estruturante que impacte a própria organização do trabalho.

Embora declare-se que a PdT tem por base a realidade do trabalho, o método clássico da abordagem – a Clínica do Trabalho – contempla apenas a noção de trabalho produtivo, ou seja, um recorte específico do real do trabalho. Por trabalho produtivo entende-se o trabalho desenhado por e para homens, remunerado, público, industrial, que tem em sua contraposição o trabalho reprodutivo. O trabalho reprodutivo é composto por tarefas de cuidado com familiares, crianças e idosos, além de afazeres domésticos como cozinhar, limpar a casa e lavar roupas, que tendem a ser não (ou mal) remunerados e atribuídos às mulheres. É um tipo de trabalho fundamental para o funcionamento da sociedade, embora tenha sido invisibilizado e/ou considerado hierarquicamente inferior na lógica capitalista (Antloga et al., 2020). A cisão da natureza do trabalho em produtiva e reprodutiva está diretamente ligada à divisão sexual do trabalho estabelecida desde o período antigo, tendo sido revitalizada pelas teorias sociais após a Revolução Industrial (Yannoulas, 2011).

Nas últimas décadas, diversos acontecimentos, como a maior escolarização de mulheres, maior participação no mercado de trabalho, a revolução da sexualidade feminina e do conceito de família deslocaram algumas referências simbólicas organizadoras da nossa sociedade, inclusive a noção de

que o espaço público/produtivo é domínio dos homens e o espaço privado/reprodutivo, das mulheres (Arán, 2009). Essas mudanças não parecem ter sido verdadeiramente contempladas pela Psicodinâmica do Trabalho em sua teoria e prática, com poucas teóricas explorando as ligações entre as dimensões do trabalho e a de gênero (Antloga et al., 2020).

A divisão sexual do trabalho confere aos homens a esfera produtiva, e às mulheres, a reprodutiva, tendo dois fundamentos principais: o princípio da separação, que estabelece a existência de tarefas voltadas para homens e tarefas voltadas para mulheres; e o princípio hierárquico, determinando que o trabalho realizado por um homem teria valor econômico, social e cultural maior que o realizado pela mulher (Kergoat, 2001).

De acordo com Périlleux e Mendes (2015), a clínica do trabalho pauta-se por uma escuta tanto psicanalítica quanto política do sofrimento no trabalho e, portanto, há a defesa de que violações frequentes no trabalho, a ponto de se tornarem normais, precisam ser apontadas nas clínicas. As violências que as mulheres sofrem na esfera laboral certamente estão entre as mais normalizadas: da banalização dos períodos como amamentação, menstruação, menopausa, passando por exigências como uso de salto alto, maquiagem, roupas justas em alguns contextos de trabalho; da desconsideração da típica maternagem solo (como no Brasil), passando pela rigidez de horários.

As desigualdades, inclusive estruturais, enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho constituem-se, por si só, uma violência. Além disso, as mulheres lidam com violências cotidianas, como *mansplanning*⁴ (Solnit, 2017), *maninterrupting*⁵ (Bennet, 2015), *bropropriating*⁶ (Bennet, 2015), gestão da aparência e controle do corpo, banalização do sofrimento feminino, punição da maternidade, barreiras para ascensão profissional, assédio moral e sexual (Leal et al., 2017), que vão produzindo uma política de silenciamento cotidiano do sofrimento e do mal-estar.

Tanto a ideologia da excelência (Soboll & Horst, 2013), como a da virilidade (Molinier, 2004), marcas do mundo do trabalho contemporâneo, evidenciam que, em uma realidade construída por e para homens, a forclusão

4 O termo “mansplanning” foi criado pela autora Rebecca Solnit (2017), definindo situações em que homens explicam às mulheres coisas que elas já sabem, geralmente com o intuito de impor sua superioridade. Esse comportamento advém da ideia preconcebida de que as mulheres seriam intelectualmente inferiores aos homens, o que, nas palavras da autora, impediria “as mulheres de falar, e de serem ouvidas quando ousam falar [...] e as reduzem ao silêncio” (p. 15).

5 O termo “maninterrupting” foi criado pela jornalista Jessica Bennett (2015) para um artigo da Time. É um neologismo que designa o comportamento do homem de interromper uma mulher de forma insistente e desnecessária.

6 O termo “bropropriating” (originalmente bropropriating) é um neologismo criado para se referir às situações em que homens se apropriam de ideias de mulheres e levam crédito por elas.

do feminino no contexto de trabalho é algo enraizado na cultura organizacional contemporânea (Pezé, 2004). Quando se trata de forclusão do feminino na organização do trabalho, entende-se que o processo envolve homens (que construíram a realidade do trabalho produtivo) que não conseguem dar conta, em si mesmos, do sofrimento e da vulnerabilidade que os afetam. Por isso, projetam tais sentimentos em outras, no caso, as mulheres, sobre quem são construídos os estereótipos de fragilidade, delicadeza e que, por sua vez, para pertencerem ao “mundo dos homens”, precisam renunciar a características que remetem a tais estereótipos, ainda que constituintes de sua identidade.

Considerando o contexto de forclusão do feminino na organização do trabalho (Pezé, 2004), não se pode esperar que haja, espontaneamente, a produção de um discurso que evidencie as dificuldades que as trabalhadoras enfrentam só por serem mulheres. Nesse sentido, a formação do clínico do trabalho para questões de gênero torna-se fundamental, mas também é importante que haja um espaço intencional e seguro para que as mulheres possam compartilhar suas vivências e desenvolverem estratégias de enfrentamento ao machismo cotidiano no trabalho e violências sistemáticas dele advindas. Porém, os problemas a serem apontados sobre o trabalho feminino não param por aqui.

De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2020), no período de 2010 a 2019, foram registrados no Sistema Nacional de Agravos de Notificação – Sinan – 651.154 notificações de Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho – DART – entre trabalhadoras, sendo a maior parte referente a acidente de trabalho com exposição a materiais biológicos (62,4%) e acidentes de trabalho (25,8%) e LER/Dort (6,5%). Considerando o mesmo período, e somente as mulheres, verifica-se acréscimo no registro de todas as DART, principalmente de câncer relacionado ao trabalho (4.680,0%), transtornos mentais relacionados ao trabalho (523,7%) e intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho (216,5%).

A razão de risco de mulheres trabalhadoras desenvolverem DART em relação aos homens, entre os anos de 2010 a 2019, foi de 169,94 para LER/Dort; de 147,81 para dermatoses; de 4,27 para acidentes com material biológico e de 2,76 para transtornos mentais. Esses dados evidenciam não só diferenças nas formas de adoecer entre os sexos, mas apontam, por exemplo, que os agravos para a saúde mental são maiores para as mulheres.

Na falta de espaços de discussão e de reconhecimento para que haja resignificação do sofrimento e reapropriação do significado do trabalho, a dor e a somatização se manifestam no corpo feminino como forma de defesa para indicar que organização do trabalho está se tornando insustentável (Tschiedel & Traesel, 2013). O saber-fazer, que envolve os trabalhos comumente realizados por mulheres, só é percebido, muitas vezes, quando tais trabalhos

são feitos por homens ou quando não são feitos (Dejours, 2012). Uma vez que a dinâmica do reconhecimento envolve uma avaliação da inteligência e da subjetividade do corpo, podemos dizer que as mulheres são invisibilizadas enquanto trabalhadoras. Qual espaço há, em uma clínica do trabalho convencional, para se tratar desses temas? Partindo dessas argumentações, temos dois pontos:

1- Se assumirmos que as mulheres adoecem no trabalho produtivo (majoritariamente) em função do trabalho que elas fazem fora da organização, então a própria teoria da psicodinâmica do trabalho se vê em xeque, posto que defende que o contexto de trabalho pode promover, por si só, o adoecimento (são comuns, nas organizações, comentários que sinalizam que o cansaço e o adoecimento das mulheres não se devem ao trabalho exercido no contexto produtivo, mas sim na esfera doméstica);

2- Se realmente for o trabalho reprodutivo que adocece as mulheres, ou que impacta negativamente em sua vida, então precisa-se assumir que isso acontece, faz parte do real e as organizações têm que levar este real em consideração. Não se pode simplesmente imputar às mulheres a carga de lidar com este problema social.

Ainda que haja sobrecarga de trabalho reprodutivo, não podemos diminuir as violências sofridas pelas mulheres no trabalho remunerado, ao mesmo tempo amparadas pelo machismo e acobertadas por ele. Assim, em se tratando da PdT, é possível observar que a maneira como o trabalho é aludido na clínica parece não considerar a dimensão do trabalho reprodutivo, visto que este permanece invisibilizado tanto para clínico quanto para trabalhadora frente à priorização das demandas do trabalho produtivo e das organizações. Nesse sentido, é fundamental desenvolvermos uma prática da clínica do trabalho que contemple e reconheça as atividades relacionadas à esfera doméstica e do cuidado como sendo tão relevantes e impactantes quanto o trabalho produtivo.

Como defendido por Lemos e Lapa (2020), “trabalhadora não é feminino de trabalhador”. Quando se trata do trabalho feito por mulheres, não se pode admitir que, em face das inúmeras evidências científicas, continue-se entendendo que se trata apenas de ou homens, ou mulheres executando uma atividade. O curioso é que apesar dos inúmeros esforços que a psicodinâmica do trabalho empreende, até hoje, para falar da individualidade dos trabalhadores e das questões de variabilidade intra e interindividual, a questão do gênero ainda passa ao largo, especialmente no que tange ao método.

Qual seria o potencial político de uma clínica do trabalho só para mulheres que envolvesse o reconhecimento das peculiaridades de ser mulher e trabalhar, se é que podemos falar em “peculiaridade” quando estamos falando de metade da população trabalhadora do mundo. Como poderia, uma clínica do trabalho só com mulheres, transformar o contexto organizacional e possibilitar

a mobilização das trabalhadoras para lidar com a forclusão, o machismo, e demais violências?

Nomear para Reconhecer

Boa parte das situações que as mulheres enfrentam no trabalho, especialmente nas organizações, não estão nomeadas. Excetuando-se o assédio sexual e, recentemente, a violência psicológica, que estão tipificados em lei, as demais múltiplas violências adentram uma espécie de contexto de trauma vicariante (Pearlman & Mac Ian, 1995; Sabin-Farrel & Turpin, 2003): as mulheres sabem que vão passar, estão submetidas a tal contexto, mas subentendem que não há muito o que ser feito e, além disso, testemunham sistematicamente outras mulheres sendo submetidas a violências, muitas vezes sutis, e pouco podem fazer.

Ainda em termos de abordagem metodológica, considerando uma clínica do trabalho indistinta em termos de trabalhadores e trabalhadoras, temos a questão do reconhecimento para homens e mulheres. Para a PdT, o reconhecimento no trabalho recai sobre a inteligência e sobre a subjetividade do corpo. Entretanto, a mulher não é reconhecida como “mulher” trabalhadora nos contextos organizacionais, e sim como um trabalhador do sexo feminino. As especificidades de seu corpo biológico, que também trabalha, precisam ser negadas o tempo todo para que ela possa trabalhar de acordo com os pressupostos de produtividade cunhados com base em critérios masculinos. A implicação deste problema, aparentemente “só” nominal, é que se não há reconhecimento da mulher como um ser distinto, também não haverá o reconhecimento deste corpo distinto que trabalha.

Embora não se possa dizer que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são, necessariamente, maiores, certamente pode-se afirmar que são de outra ordem, pois envolvem todas as questões de trabalho reprodutivo, por exemplo, e uma escuta que não esteja qualificada para as questões de gênero certamente não possibilitará a resignificação do sofrimento, ou a construção de laços de cooperação.

Clínica do Trabalho Feminino Coletiva ou Individual

Outra questão metodológica relevante no que se refere à clínica do trabalho clássica está no fato dela ter sido definida como uma clínica necessariamente coletiva (Dejours, 2011, 2012). Porém, a clínica coletiva inclui homens e mulheres, o que leva as sessões a focarem mais no contexto geral do trabalho produtivo (o que de fato deve estar presente), mas ao mesmo tempo desconsidera as vivências de caráter exclusivo das mulheres, como as

apresentadas acima. Por um lado, a clínica coletiva realizada só com trabalhadoras possibilitaria às mulheres compartilharem dificuldades comuns na organização e no trabalho reprodutivo. Por outro, as mulheres vivenciam um drama específico no que se refere à potência e à onipotência e que pode gerar impactos significativos nas clínicas coletivas.

O trabalho reprodutivo executado pelas mulheres não é reconhecido como parte do real. De fato, ele está excluído do discurso do que é trabalhar. Por sua vez, é este trabalho, o invisível, que permite que todo um sistema funcione, mas ao mesmo tempo dificulta que a mulher se ocupe e avance o suficiente no trabalho visível, o produtivo. Em função dos dispositivos materno e amoroso (Zanello, 2018), há um sentimento de poder na realização do trabalho invisível, quer seja no contexto doméstico, quer seja no contexto organizacional (como exemplo, os pequenos trabalhos de cuidado, como providenciar café para as reuniões, ou ainda os trabalhos de gestão emocional e de suporte afetivo). Porém, este trabalho não será reconhecido como parte do trabalho que importa (o produtivo), embora a mulher, muitas vezes, não possa, nem queira, deixar de fazê-lo, já que ali reside uma onipotência (afinal, socialmente, diz-se que é ela que está apta a fazê-lo de maneira bem-feita). Ao mesmo tempo, a onipotência previamente instituída por meio dos dispositivos materno e amoroso fazem com que as mulheres não consigam (ou não possam) assumir que não dão conta, porque ao admitir a impotência, podem ser lidas não só como menos mulheres, mas como menos pessoas. Dessa forma, encarar a impotência no confronto com o real pode desestabilizar o funcionamento psíquico, gerando adoecimento para mulheres.

Mesmo fazendo um trabalho que sustenta a sociedade e o funcionamento “fino” das instituições (mas que é invisível), a mulher não deixará de ser cobrada, nas organizações, pelo trabalho produtivo que está em seu contrato. Isso se torna ainda mais desafiador quando lembramos que a “maquinização” e a objetificação dos corpos femininos se dá há tantos milênios (Lerner, 2019). Não é simples entrar em contato e ressignificar todo esse conflito de condições marcadas à ferro no inconsciente pela cultura. Porém, se por um lado vemos, ao longo da história, o dismantelamento de coletivos de mulheres que contribuíram para o discurso cultural de competição entre elas, por outro talvez seja necessária justamente uma clínica coletiva de mulheres para avançarmos patamares que permitam a exposição e desconstrução desses discursos e práticas.

Realizar uma clínica coletiva de mulheres também contribui para o processo de assumir um lugar de fala e, mais ainda, de se fazer escutada. Observa-se que para muitas mulheres parece ser difícil nomear e elaborar suas angústias, sofrimentos e até prazeres. Esse posicionamento submisso diante da potência de suas vozes no qual diversas mulheres se encontram parte da internalização da violência que sofrem no seu dia a dia e da difusão social de

um ideal de Eu impregnado por valores misóginos. Ademais, isso é fortalecido com a banalização das tentativas feitas pelas mulheres de romper com essa violência, podendo gerar uma tensão psíquica que as leve a uma autodepreciação e conformação com o sofrimento sentido (Moterani & Carvalho, 2016). Em diversas situações, ainda que essa fala ocorra, não há disposição para o acolhimento e escuta desta, podendo fazer com que essas mulheres sintam que suas vozes ficam à deriva no vácuo. Assim, devemos frisar a importância do papel ativo que as organizações devem exercer junto à Clínica do Trabalho, ressignificando também a cultura organizacional.

Hoje, devido à difusão das ideologias feministas, há um estímulo para que as mulheres procurem assumir a posição de sujeitos livres e autônomos, porém a maioria das organizações parece não acompanhar essa mudança social e mantém-se atreladas a discursos de gênero baseados no patriarcado que, junto às diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, são observados na literatura como estimuladores para o sofrimento patológico laboral destas (Amazonas et al., 2011). Para realizar uma clínica do trabalho para mulheres, portanto, é fundamental a compreensão de que os ideais exigidos pelas empresas das suas trabalhadoras implicam discriminações de gênero que estão agregadas à cultura organizacional.

Corporeidade do Sujeito e Discursos Endereçados às Mulheres

Entendendo que a clínica do trabalho tem em suas bases a psicanálise, observa-se que a escuta do clínico, assim como o trabalho de ressignificação envolve o inconsciente e suas elaborações. Porém, ao falarmos de trabalho não podemos deixar de lado o fato de que a pessoa da clínica do trabalho não é descorporificado. Sem esse corpo, a pessoa não poderia sequer realizar esse trabalho. É pela frustração e pelo sofrimento causado pelo conflito entre o trabalho real e o prescrito que o sujeito imprime sua marca no mundo, permitindo também a entrada do seu próprio corpo na experiência afetiva do trabalho (Dejours, 2004). Dessa maneira, torna-se essencial considerar a corporeidade como atrelada diretamente ao trabalho e ao inconsciente, que por sua vez é atravessado pela cultura e pela linguagem.

Para Lacan (1953/1998), o sujeito é atravessado pela linguagem e é constantemente permeado pelos discursos do Outro, que têm um grande papel na formação do próprio sujeito. “Não há corpo que não sofra interpretações culturais e atribuição de significados” (Amazonas et al., 2011, p. 316) e tais discursos se acumulam e habitam tais corpos. Como apontado por Kehl (2016), o primeiro desses discursos a ser inscrito no sujeito é a marca da diferenciação sexual.

Considerando que a atribuição de um sexo é um ato performativo de dominação social e institui uma percepção corporal específica, não é possível excluir o aspecto de gênero ao corporificar o sujeito (Arán & Peixoto, 2007). A cultura tem impacto na subjetividade, sendo que os discursos de papéis de gênero não só afetam a forma de pensar como toda a concepção do ser sujeito para homens e mulheres. Ademais, não só definem as relações intersociais e de poder, como também a divisão do trabalho (Ceccarelli, 2010). Portanto, para pensarmos a clínica do trabalho na atualidade, é preciso considerar o impacto subjetivo, político e histórico do gênero no corpo e no trabalho das mulheres.

Elementos para a Condução de uma Clínica do Trabalho com Mulheres

Até o momento, temos uma clínica que pensa o trabalho de maneira corporificada, mas como se os corpos de homens e mulheres fossem uma coisa só, um corpo “médio”⁷. Considerando o cenário exposto e problematizado ao longo deste capítulo, é que propomos, agora, um formato específico de clínica do trabalho para mulheres. Não se trata, obviamente, de desconstruir o anteriormente posto por Dejours (2011, 2012) e por Mendes e Araújo (2011, 2012), mas de reposicionar o lugar do clínico, da clínica e da mulher no método clássico da psicodinâmica do trabalho.

Quanto à perspectiva de realização das clínicas sob demanda de cooperação ou de patologia, consideramos que:

- A clínica da cooperação é uma clínica que lida com o desenvolvimento de laços, entre os trabalhadores, para lidar com as demandas do trabalho. Partimos do pressuposto de que as mulheres precisam, necessariamente, para poderem cooperar entre si, discutir as questões que elas enfrentam só por serem mulheres. Tal procedimento deve ocorrer em espaço protegido, para possibilitar dar visibilidade ao trabalho reprodutivo e às suas idiossincrasias. Pode haver, posteriormente, a inserção do grupo só de mulheres no grupo que, então, seria só de homens, o que pode, com o devido cuidado do clínico, promover mudanças consistentes tanto nas formas de cooperação, quanto na própria organização do trabalho.
- Em relação à clínica das patologias, há evidências de que as mulheres estão mais submetidas a violências explícitas, como assédio, e

7 Talvez não se possa falar em corpo médio, na verdade, posto que, na equação, temos muito pouco do corpo da mulher envolvido. Não temos verdadeiramente um corpo para o trabalho pensado como uma parte mulher, uma parte homem; o que temos é uma ideia sobre um corpo masculino. O feminino passa por um apagamento.

sutis, como *masnplanning*, *manerrupting*, *bropropriating*. Portanto, há adoecimentos que são mais particulares a elas do que para os trabalhadores homens. Outros exemplos de situações que envolvem as violências sutis são a dificuldade de ser promovida e a necessidade de provar uma competência sempre no nível maior do que um homem.

Ao longo dos cinco últimos anos, desenvolvemos, no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicodinâmica do Trabalho Feminino – Psitrafem, vinculado ao Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, Clínicas do Trabalho individuais e coletivas com mulheres que buscavam o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos – CAEP. A triagem para tais atendimentos foi feita com base na anamnese das pacientes, sendo que os casos que continham queixas relacionadas ao trabalho (produtivo e/ou reprodutivo) eram encaminhados para nosso grupo de atendimento. O atendimento foi interrompido, por razões estruturais, no período de pandemia.

Foram realizadas, na maior parte das vezes, clínicas do trabalho, coletivas e individuais, em função de patologias. As clínicas da cooperação ocorreram com dois grupos de trabalhadoras. Assim, foi possível definir um passo-a-passo específico para condução de clínicas do trabalho com mulheres. Tais passos, por óbvio, não estão plenamente consolidados em termos metodológicos, mas sinalizam para formas de atender o elenco de pontos descritos como frágeis no que tange à PdT e trabalho feminino. Consideramos que tais aspectos são inovadores e continuaremos, como grupo de pesquisa, a aprofundar em suas possibilidades e avanços.

Nesta seção, apresentaremos cinco eixos considerados fundamentais para qualificar a clínica do trabalho feminino, que servem como guia para clínicas coletivas ou individuais, de cooperação ou de patologia, feitas as devidas adaptações de tempo, setting e proposição das questões).

1. Quando e como Surge a Demanda

Considerando a invisibilidade do que é específico às mulheres trabalhadoras, a demanda não se faz da mesma forma que aquelas convencionais para a clínica do trabalho. No geral, a demanda referente ao trabalho feminino se manifesta: a) como uma demanda “mesclada” com a demanda geral dos trabalhadores; b) como uma demanda relativa a violências típicas contra a mulher, como assédios sexual e moral. A formação adequada do clínico e uma escuta atenta são fundamentais para identificar as nuances mescladas na demanda maior. Aqui, entramos num terreno delicado para a psicodinâmica,

principalmente quando falamos de suas bases psicanalíticas: pode o clínico interferir no discurso que está sendo produzido pelo grupo, ou pela mulher, a fim de problematizar questões específicas do trabalho das mulheres? Defendemos que sim, já que tipicamente essas questões não vêm à tona sem um elemento desencadeador.

Assim, caso as sessões de clínica do trabalho estejam sendo conduzidas em grupo misto, cabe à pessoa que está em sua condução ter sensibilidade para propor a divisão do grupo, mesmo que não para todas as sessões.

2. Escuta Qualificada: Formação do Clínico e Supervisão

Entendemos que qualquer psicodinamicista deve estar qualificado para compreender as especificidades do trabalho feminino. Entretanto, em um trabalho específico com mulheres, é fundamental que haja: conhecimento teórico sólido sobre a história do trabalho feminino; informações quanto a dados oficiais e epidemiológicos relativos às mulheres trabalhadoras; um “olhar” treinado sobre sutilezas presentes na atividade de trabalho que ocorram de forma específica com as mulheres. A compreensão dos contextos de trabalho da mulher, do trabalho reprodutivo, das opressões no trabalho decorrentes do gênero é fundamental para compor uma escuta qualificada da narrativa das mulheres sobre seu trabalho. Em relação à supervisão, defende-se o mesmo: deve ser realizada por profissional com escuta qualificada para questões relativas ao trabalho feminino, e não só a gênero, pois na interseccionalidade trabalho-gênero há uma miríade de problemáticas que só ocorrem em função da combinação entre as esferas. Ser especialista em um tema, ou outro, não qualifica o supervisor para atuar na temática.

Uma questão relevante neste ponto é se homens podem desenvolver clínicas do trabalho com mulheres. Em termos ideais, seria desejável que a clínica fosse desenvolvida por mulheres, pela perspectiva de que há vivências que apenas sendo mulher para experienciar (Molinier, 2004). Entendemos que este não é um requisito para a condução de nenhum trabalho em psicologia, mas defendemos que deveria ser, em diversos casos. A experiência corporificada do trabalho é distinta em função de gênero, de raça, entre outros fatores. É provável que um homem tenha dificuldades de sequer representar certas vivências, inclusive aquelas que são marcadas por uma opressão estrutural e sistemática (Kehl, 2016).

3. Compreendendo o(s) Contexto(s) Prévio de Trabalho da Mulher

O trabalho produtivo das mulheres é precedido de um contexto de trabalho reprodutivo. Tradicionalmente, não se problematiza a esfera “doméstica” ou pessoal nas clínicas do trabalho, mas por todo o exposto ao longo deste capítulo, quando se trata de mulheres, é mister dar lugar para estas questões, quer seja a clínica da cooperação, quer seja das patologias. Propor uma fala que se inicie pelo trabalho prévio é uma das possíveis intervenções, mas a inserção desta esfera pode acontecer à medida que as mulheres discorrem sobre seu trabalho no grupo geral.

A cooperação entre as mulheres é desestimulada por inúmeros fatores mencionados anteriormente, especialmente porque é quase um interdito trazer para a esfera profissional questões que, teoricamente, não pertencem a ela. Considerando que, na esfera social, a cooperação não é estimulada e também considerando que há forclusão do feminino, é preciso, na clínica, um momento para resgatar a importância da cooperação entre as mulheres.

No tocante às patologias, muitas das questões que levam às patologias relacionadas ao trabalho são específicas às mulheres, como sobrecarga por terceiro turno, hipersolicitação no próprio contexto organizacional, questões biológicas relativas à reprodução, amamentação, puerpério, menopausa e assédio sexual (Leal et al., 2017).

Perguntas como: “Quais são as atividades que você precisa fazer em casa antes de vir para o trabalho?”, “Como as tarefas domésticas são distribuídas?”, “Você tem o cuidado com alguém, na sua família, como tarefa obrigatória?” ou ainda “Você sente que o trabalho doméstico interfere em sua rotina de trabalho?” podem desencadear discussões relevantes para a compreensão do cenário e para a reflexão acerca de temas, muitas vezes, invisíveis para a própria mulher que trabalha.

4. Anatomia do Contexto de Trabalho Produtivo

O contexto de trabalho pode ser definido como um conjunto de elementos que englobam a organização do trabalho, as condições de trabalho e as relações socioprofissionais, independente do gênero de quem trabalha (Antloga & Maia, 2014). Há, porém, questões em cada uma das esferas que recaem mais sobre as mulheres e que precisam de escuta atenta (Antloga & Maia, 2014). Defendemos que precisam passar por uma espécie de “anatomia”, um estudo de forma e estrutura dos diferentes elementos com uma escuta sobre como cada ponto, em cada esfera, pode afetar a(s) mulher(es).

Questões como: dificuldades com a temperatura ambiente (tipicamente banalizada nas organizações, como apontam Kingma & van Marken Lichtenbelt, 2015); trabalho de cuidado afetivo e de apoio operacional esperado das mulheres, invisibilizado nas organizações, mas que cria problemas na organização do trabalho, principalmente para o crescimento das mulheres (Dorna & Muniz, 2018); desenho de progressões funcionais e outras modalidades de reconhecimento que não considerem períodos como licença maternidade (Leal et al., 2017); cargos de chefia cuja ocupação é inviável para uma mulher (Yannoulas, 2011); relações socioprofissionais marcadas por expectativas ambivalentes de docilidade e força, desde que não ameace o lugar da masculinidade (Molinier, 2004). Todas são exemplos de como há estruturas específicas a serem contempladas nas clínicas, que são, geralmente, diluídas em outros aspectos mais “gerais” do contexto de trabalho.

5. Mobilizando os Afetos e Mudando de Posição no Discurso

O processo de elaboração implica em apropriar-se dos afetos, processar, absorver e atribuir sentido ao mundo, nomeando a resistência (no caso, o sofrimento de ser mulher e trabalhadora). Entendemos que há um processo de resistência no confronto como real de se perceber em maior vulnerabilidade, principalmente considerando a cultura de virilidade em que vivemos (Dorna & Muniz, 2018).

Por sua vez, o processo seguinte, a perlaboração, significa a aceitação do sofrimento, que é inevitável no contato com o real, para enfim libertar-se da influência da repetição (Freud, 1914/2010). Este ponto é crucial no processo das clínicas do trabalho, pois é ele, especialmente se estivermos em contexto coletivo, que possibilitará às trabalhadoras a mudança do lugar no discurso: ao invés de estarem sujeitas a um discurso que as vulnerabiliza, podem agir, renomear situações, pensar em novas formas de reação contra a opressão e viabilizar a mobilização coletiva na organização.

Nesse sentido, para a mulher trabalhadora, surge a possibilidade de passar do lugar de desejada, para o lugar de desejante, de dona das suas vontades e de seus caminhos no trabalho, mas não por meio da construção de uma defesa viril, e sim pela construção de possibilidades de enfrentamento que estejam de acordo com sua subjetividade.

Ao se viabilizar espaços seguros de fala e escuta e proporcionar a visibilidade das vivências e das contribuições das mulheres, abre-se lugar para que haja reapropriação dos afetos e do significado do trabalho; ressignificação das vivências de sofrimento; estabelecimento de estratégias coletivas; e possibilidades de ação frente à organização do trabalho.

Contribuições, Limites e Agenda de Pesquisa

Este capítulo trouxe uma primeira proposta para a realização de clínicas do trabalho do ponto de vista da psicodinâmica do trabalho feminino. Não pretendemos esgotar o debate sobre a forma de se desenvolver uma clínica do trabalho feminino, mas sim lançar uma semente e algumas provocações que permitam deslocar a mulher trabalhadora do lugar de produto de um discurso, para o lugar de protagonista em uma vida de trabalho. Como qualquer proposta pioneira, tem limitações e carece de maior aplicação a contextos distintos de trabalho, além daqueles em que foi desenvolvida. Por outro lado, contribui ao propor uma mudança de paradigma nos estudos em psicodinâmica do trabalho.

Embora, neste capítulo, tenhamos focado na necessidade de olhar o trabalho feminino, entendemos que o trabalho dos homens certamente também é beneficiado quando certas mudanças são feitas. Repensar os estudos sobre trabalho por uma perspectiva feminista; dar voz ao mal-estar das mulheres é, também, possibilitar que os homens possam abrir mão do peso de serem salvadores e eficazes sempre, podendo viver, inclusive no trabalho, relações mais humanas e mais autênticas.

REFERÊNCIAS

Adelman, M. (2016). *A voz e a escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea* (2ª ed.). Blucher.

Alvesson, M., & Sküldeberg, K. (2012). Language/gender/power: Discourse analysis, feminism and genealogy. In M. Alvesson & K. Sküldeberg (Orgs.), *Reflexive methodology: New vistas for qualitative research* (pp. 227–262). Sage.

Amaral, G. A. (2012). Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Itinerarius Reflectionis*, 8(2), 1–20. <https://doi.org/10.5216/rir.v2i13.22336>

Amazonas, M. C. L. A., Vieira, L. L. F., & Pinto, V. C. (2011). Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 314–327. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200009>

Antloga, C. S., & Maia, M. (2014). Gênero e qualidade de vida no trabalho: Quais as diferenças?. *Em Aberto*, 27(92), 99–113. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.27i92.2443>

Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho feminino: Uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(n. esp.), 1–8. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe2>

Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo da diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653–673. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>

Arán, M., & Peixoto, C. A. (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 28, 129–147. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100007>

Bennett, J. (2015, janeiro 14). Sheryl Sandberg, talking while female, and how to end ‘maninterrupting’. *TIMES Magazine*. <https://time.com/3666135/sheryl-sandberg-talking-while-female-maninterruptions/>

Brasil (2020). Desigualdade no mercado de trabalho e perfil de adoecimento das mulheres trabalhadoras brasileiras. *Boletim Epidemiológico. Secretaria*

de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde, 51(20). Disponível em <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/boletm-mulheres-desigualades-traballho.pdf>

Ceccarelli, P. R. (2010). Psicanálise, sexo e gênero: Algumas reflexões. Em C. Rial, J. Pedro & S. Arende (Orgs.) *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade* (pp. 269–285). Ed. Mulheres.

Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). Cortez.

Dejours, C. (1995). *Travail usure mentale* (1ª ed.). Bayard.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27–34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>

Dejours, C. (2011). Psicopatologia do trabalho: Psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, 7(1), 13–16. <https://doi.org/10.4000/laboreal.7932>

Dejours, C. (2012) *Trabalho vivo: Sexualidade e trabalho*. Paralelo 15.

Dejours, C. (2013). *Travail vivant 2: Travail et emancipation*. Payot.

Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio no trabalho: O que fazer?* Paralelo 15.

Dorna, L. B. H., & Muniz, H. P. (2018). Relações sociais de sexo e psicodinâmica do trabalho: A sexuação das defesas no trabalho de care. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 154–160. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5870>

Duarte, F. S., & Mendes, A. M. (2015). Da escravidão à servidão voluntária: Perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(3), 68–128. <https://doi.org/10.25113/farol.v2i3.2579>

Ferreira, M. C., & Mendes, A. M. (2003). *Trabalho e riscos de adoecimento: O caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira*. FENAFISP.

Freud, S. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Obras Completas volume 10 – Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado*

em autobiografia: (“O Caso Schreber”), artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913) (pp. 193–209). Companhia das Letras. (Original publicado em 1914)

Hirata, H., & Kergoat, D. (1988). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. Em *Plaisir et souffrance dans le travail. Edition de l’AOCIP. Tome II.* (pp. 131–176).

Hirata, H., & Kergoat, D. (2017). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. *Travailler, 1*(37), 163–203. <https://doi.org/10.3917/trav.037.0163>

Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (2018). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.* Disponível em <https://www.ibge.gov.br>

Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino* (2ª ed.). Boitempo.

Kergoat, D. (2001). Le syllogisme de la constitution du sujet sexué féminin: Le cas des ouvrières spécialisées. *Travailler, 2*(6), 105–114. <https://doi.org/10.3917/trav.006.0105>

Kingma, B., & van Marken Lichtenbelt, W. (2015). Energy consumption in buildings and female thermal demand. *Nature Climate Change, 5*, 1054–1056. <https://doi.org/10.1038/nclimate2741>

Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3: As psicoses (1955-1956)* (2ª ed.). Zahar.

Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96–103). Zahar. (Original publicado em 1953)

Leal, D. F. S., Antloga, C. S. X., Carmo, M. M., & Moreira, R. S. (2017). Gênero e assédio moral no trabalho: Cenário nas universidades brasileiras. In C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva, & C. Portela (Orgs.), *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 412–422). Technopolitik.

Lemos, P. R., & Lapa, T. S. (2020). Trabalhadora não é feminino de trabalhador: Divisão sexual do trabalho e subjetividade. In C. S. Antloga, M. Maia, & N. Santos. (Orgs.), *Trabalho feminino no Brasil: Desafios e perspectivas.* Appris.

Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens* (1ª ed.). Editora Cultrix.

Longino, H. E. (2012). Epistemologia feminista. In J. Greco & E. Sosa (Orgs.), *Compêndio de epistemologia* (1ª ed., pp. 505–546). Edições Loyola.

Martins, S. R., & Mendes, A. M. (2012). Espaço coletivo de discussão: A clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. *Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12(2), 171–183. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200004

Mendes, A. M. (Org.). (2007). *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método, pesquisas*. Casa do Psicólogo.

Mendes, A. M., & Araújo, K. R. (2011). *Clínica da psicodinâmica do Trabalho: Práticas brasileiras*. ExLibris.

Mendes, A. M., & Araújo, K. R. (2012). *Clínica da psicodinâmica do trabalho: O sujeito em ação*. Juruá.

Mendes, A. M., Takaki, K., & Gama, L. P. (2016). Do sujeito invocado ao sujeito invocante: A violência no trabalho como recusa do desamparo. In B. Farah (Org.), *Assédio moral e organizacional: Novas modalidades do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas* (pp. 151–160). LTR80.

Molinier, P. (1997). Psychodynamique du travail et précarisation. La construction défensive de la virilité. *Précarisation sociale, travail et santé, IRESCO*, 285–292.

Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Revista Produção*, 14(3), 14–26. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>

Moraes, R. D. (2014). Mobilização subjetiva: Experiências em clínica do trabalho no Amazonas. In A. M. Mendes, R. D. Moraes, & A. R. C. Merlo. (Orgs.), *Trabalho e sofrimento: Práticas clínicas e políticas* (1ª ed., pp. 203–215). Juruá.

Moterani, G. M. B., & Carvalho, F. M. (2016). Misoginia: A violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. *Avesso do avesso*, 14(14), 167–178. http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14_artigo11_misoginia.pdf

Pearlman, L. A., & Mac Ian, P. S. (1995). Vicarious traumatization: An empirical study of the effects of trauma work on trauma therapists. *Professional Psychology: Research and Practice*, 26(6), 558–565. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.26.6.558>

Pérrileux, T., & Mendes, A. M. (2015). O enigma dos sintomas: Proposição para uma escuta psicanalítica e política do sofrimento no trabalho. *Revista Trivium Estudos Interdisciplinares*. <https://doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p61>

Pezé, M. (2004, setembro–dezembro). Forclusão do feminino na organização do trabalho: Um assédio de gênero. *Revista Produção*, 14(3), 6–13. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300002>

Sabin-Farrell, R., & Turpin, G. (2003). Vicarious traumatization: Implications for the mental health of health workers?. *Clinical Psychology Review*, 23(3), 449–480. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(03\)00030-8](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(03)00030-8)

Soboll, L. A. P., & Horst, A. C. (2013). Ideologia da excelência. In F. de O. Vieira, A. M. Mendes, & A. R. Merlo (Orgs.), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Juruá Editora.

Solnit, R. (2017). *Os homens explicam tudo para mim*. Cultrix.

Takaki, K., & Antloga, C. (2020). Psicodinâmica do trabalho: Um resgate do protagonismo do trabalhador. In E. R. Lazzarini, M. C. Maesso, P. H. A. Costa, & S. E. S. Oliveira (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (Vol. 5, pp. 321–332). Editora CRV.

Tschiedel, R. M., & Traesel, E. S. (2013). Mulher e dor: Um estudo na perspectiva da psicodinâmica do trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(2), 611–624. <https://doi.org/10.12957/epp.2013.8428>

Venturi, G., & Torini, D. (2014). Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil. *Trabalho decente e juventude*. Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Vidal, R. D. Q. S., & Silvany Neto, A. M. (2009). Trabalhadoras brasileiras: Características socioeconômicas e ocupacionais e perfil de saúde, Brasil, 2003. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 34, 115–127. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000200003>

Yannoulas, S. (2011). Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, 11(22), 271–292. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

CAPÍTULO 14

O PEIXE DOURADO E O ESPETÁCULO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DO INCONSCIENTE

Beatriz Rodrigues Moutella
Márcia Cristina Maesso

O objetivo deste trabalho é abordar a metapsicologia psicanalítica, como método de pesquisa, vislumbrando uma interface com as Artes Cênicas. Trazendo à baila a concepção de Peter Brook a respeito da construção do espetáculo, analogicamente o peixe dourado, por ele referenciado, e suas interligações com a teorização psicanalítica da constituição do sujeito do inconsciente. Sendo essa metodologia legítima da Psicanálise, que parte de associações da cultura para elucidar a teoria e conseqüentemente a clínica.

Psicanálise e Teatro, uma Metodologia

Há muito tempo, Teatro e Psicanálise dialogam, e de maneira bem produtiva. Freud recorreu à tragédia de Sófocles e de Shakespeare para esclarecer perspectivas teóricas que fundamentavam a clínica, no decurso de sua obra. Mais tarde, Lacan dedicou-se, em seus seminários anuais, a refletir a respeito do desejo, suas interpretações e sobre o luto, com *Hamlet* (Lacan, 2016/1959) e sobre a ética da Psicanálise, com *Antígona* (Lacan, 1997/1960).

É fundamental ressaltarmos que incertezas e contradições estão presentes e constituem o campo da Arte. Não existe uma visão definitiva que dê conta da conceituação desse campo de estudo. A Arte expressa sentimentos, ideias e conflitos presentes na alma humana. Essas questões vêm ao encontro dos interesses de pesquisadores da Psicanálise. A partir daí, conseguimos construir articulações entre esses dois campos.

No presente estudo, visamos a abordar a fecunda abertura que a articulação entre as Artes cênicas e a Psicanálise podem produzir na metodologia da pesquisa teórica e clínica, como um meio de semidizer sobre o enigma que envolve a constituição e o funcionamento psíquico. Com a articulação entre psicanálise e teatro, é possível sustentar a consideração freudiana de que o método de tratamento e o método de investigação se relacionam estreitamente na psicanálise, gerando novos conceitos ou desdobrando os já formulados,

e que, há sempre um resto não simbolizado e não simbolizável para contornar, pela palavra em associação livre ou conceitualmente. A despeito de serem distintos, o método de investigação e o método de tratamento não são descontínuos assemelham-se a uma faixa de *Moëbius*, na qual a partir de uma torção, duas superfícies se convertem em uma (Maesso, Lazzarini & Chaterlard, 2019).

Com efeito, foram os impasses indicados pela experiência analítica que levaram Freud às inúmeras reformulações em seus enunciados teóricos, assim como a uma reconhecida leitura e interpretação (no sentido psicanalítico do termo) da cultura. Não obstante, autores insistem em considerar a metapsicologia como um construto teórico estanque em relação à atividade clínica, sobre o qual se poderiam propor regramentos a partir de critérios outros que não os clínicos (a partir da filosofia, por exemplo). Tais leituras recaem, via de regra, no apontamento de inconsistências da teoria da psicanálise. A isso, replicamos que tal inconsistência tem uma vertente positiva, ligada à própria experiência do inconsciente, mas também especialmente no que tange a essa discussão, uma vertente negativa, ligada à própria escansão operada por tais autores entre o que propõe a teoria, a prática da qual ela advém e com a qual se articula.

O método é a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem e que se produz na relação que será chamada de transferencial. [...] O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa (Roza, 2004, p. 341).

Vale dizer que a escuta e a atividade interpretativa, enquanto método próprio à psicanálise, não se restringem à situação de análise. Se, conforme enunciamos, reconhecermos a indissociabilidade entre a experiência analítica e a pesquisa, seria preciso admitir a aplicação do método a outras situações não estritamente analíticas. Isso implica a possibilidade de o pesquisador realizar um trabalho pautado na escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função da questão que se pretende investigar.

Isso posto, propomos revisitar os conceitos que envolvem os mecanismos da constituição do sujeito no campo do Outro, formulados na psicanálise, nos servindo das ferramentas do teatro, a fim de melhor transmitir o alcance de uma metodologia que alude ao real, invisível, inaudível, inominável e faz valer a função do vazio nas operações fundamentais que levam à criação do sujeito e da arte.

Quinet (2019), em *O Inconsciente Teatral*, aponta o quanto a linguagem utilizada na Psicanálise tem expressões “emprestadas” da linguagem

dramatúrgica: ato, catarse, cena, atuação (histérica), sonho como encenação do desejo, semblante, entre outras. O autor propõe uma homologia significativa de vários conceitos. Cite-se que Freud nomeou primeiramente o inconsciente como “Outra cena”. Já Quinet (2019), a partir da afirmação lacaniana de que o Inconsciente é estruturado como linguagem, propõe que o inconsciente é estruturado como teatro.

A clínica psicanalítica dedica-se a ouvir, escutar o sujeito, com sua história, experiências, vivências, traumas, emoções. O que um analisando faz no divã é associar livremente o que lhe vem à cabeça. Essa fala está recheada de cenas, atos, catarses, fantasias, sensações. Poderíamos atrever-nos a dizer que ocorre tal qual o drama teatral, o palco cênico da situação analítica.

A Psicanálise surgiu de sua práxis. A partir de suas leituras científicas e da escuta do sujeito, Freud, seu precursor, pôde elaborar vários conceitos e reflexões. Para além de estudos de casos, como já dito, não se furtou a ilustrar sua teoria com grandes tragédias, a fim de construir preceitos teóricos a partir do que era posto nos mitos, nos dramas, que tanto sensibilizavam a massa.

Vamos ao teatro para reencontrar a vida, mas, se não existe nenhuma diferença entre a vida fora do teatro e a vida dentro do teatro, o teatro não tem nenhum significado. Não vale a pena fazê-lo. Mas, se aceitarmos que, no teatro, a vida é mais visível, mais legível que no exterior, verificamos que é, ao mesmo tempo, a mesma coisa e uma coisa um tanto diferente (Brook, 1993, p. 18).

A grande maioria de pesquisas psicanalíticas se propõe a estudar casos clínicos no intuito de se pensar a teoria e toda a complexidade que a cerca, na tentativa de maior exploração e compreensão desse campo teórico tão vasto. Descrever os casos aponta, novamente, cenas, falas, diálogos, monólogos, interpretações, transferências, *corporeidade*. Mais uma vez, a “coisa cênica” comparece.

Constituições: Sujeito e Espetáculo, Homologias a Partir do Peixe Dourado

Peter Brook (1999), em *A Porta Aberta*, aborda o teatro não como um acontecimento cultural, mas como um acontecimento da cultura. Entendendo o lugar do teatro não como um produto cultural efeito da cultura, mas como algo formador de cultura. Afirma que, por meio dessa Arte, é possível atender às necessidades emocionais da plateia. O processo de criação de uma peça teatral passa por questões mais íntimas do que se possa imaginar. Vários elementos se relacionam na construção da peça, desde a cenografia, iluminação, figurinos,

performances, atores, diretor, texto, ritmo, espectador etc. Cada aspecto com sua função específica, determinada e coletiva que constitui um espetáculo.

Por sua vez, a teoria psicanalítica aborda a constituição do sujeito do inconsciente de forma homóloga, em que, para que um sujeito possa *vir a ser* um ser de linguagem, atravessado pela cultura, vários elementos serão constituintes, com funções fundantes e cruciais para o processo de se tornar humano.

Assim sendo, por que não tentar verificar que processo seria esse do espetáculo da constituição do Sujeito? Pergunta central deste trabalho, no qual se propõe trazer conceitos trabalhados pelo dramaturgo Peter Brook (1999), em especial, no ensaio “Peixe Dourado” e sua aproximação com os conceitos apontados pelo psicanalista Jacques Lacan (1953, 1999/1957-1958, 1991/1959-1960), ao apresentar a constituição do sujeito do inconsciente, ambos considerados na perspectiva de ser um acontecimento da cultura.

Todos nós, seres humanos, somos atores de um drama cujo enredo nos escapa e cujo autor desconhecemos. Roteiros estão escritos e representados na Outra Cena, primeiro nome que Freud deu ao Inconsciente. Este se expressa por meio de cenas em sonhos, pesadelos e fantasias e, de forma performática, em atos e atuações teatrais. Lacan chamou o inconsciente de o “Outro”, que, por mais que o conheçamos, permanece por definição desconhecido, sempre Outro, [portanto] o Inconsciente é estruturado como um teatro (Quinet, 2019, p. 17).

Na concepção psicanalítica, o Eu se forma a partir do contato do bebê com a realidade, sendo ele atravessado pela cultura e imerso na linguagem. Essa é a fase da introdução do sujeito, que há de se humanizar, na ordem do desejo e da sexualidade, vivenciados pelo *infans*.

Como todo ser no mundo, somos, a cada momento, constituídos por nossas relações. E assim também se mostraram os atores com suas personagens e seu contato com a plateia. Nas apresentações, o processo de encenação é como uma dança, na qual o público é o condutor que dará pistas para o ator em cena sobre como continuar sua atuação: o que minimizar, o que enfatizar para que a relação entre plateia e atores seja mantida e tenha qualidade. Dessa forma, fica evidente a influência do público na encenação teatral, desde a montagem da peça até as apresentações públicas. Pode-se dizer, então, que se encontra no processo teatral a relação entre um espaço, um homem que ocupa esse espaço e outro homem que os observa (Peixoto, 2003).

O público é um espelho que reflete as imagens do espetáculo. Observá-lo, durante o espetáculo, é penetrar num laboratório de reações humanas em suas mais diversas variações. Mapear estes sinais é, pois, uma tarefa que se impõe para a melhor compreensão de seu papel dentro da dinâmica do teatro (Ribeiro, 1993, p. 5).

Dessa relação de dependência que há entre uma montagem teatral e seu público, vemos o quanto o comportamento dos participantes do processo é transformado pela ação de um sobre o outro. A comunicação teatral se dá, então, pela troca de informações efetuada entre o ator e o espectador; e essa interação, esse diálogo, nos dias de hoje, chega a ser tamanho, que o espectador não se contenta em ficar sentado na plateia. Ele deseja fazer parte do processo, acrescentando, alterando e, se possível, se tornar inerente ao processo de construção da ação dramática. Toda essa manifestação da plateia é um dos fatores que nos permite alcançar a ação interativa dentro do teatro.

Peter Brook (2011), em *A Porta Aberta*, tece um paralelo entre a pesca e o teatro. Esse paralelo pode igualmente ser feito com a formação da subjetividade do sujeito, para a psicanálise. O diretor e ensaísta inglês aponta que, na pesca, a captura de um peixe dourado é um momento singular. Para obter tal êxito, o pescador necessita de dedicação, investimento e esmero na construção da rede de pesca, para que as interligações dos fios e amarras dos nós configurem o vazio.

O pescador entrelaça o fio, amarra os nós, envolvendo o vazio com formas cujas configurações exatas correspondem a funções exatas. E, então, a rede é lançada ao mar, arrastada de um lado a outro, a favor da maré, contra a maré, em padrões múltiplos e complexos. Um peixe cai na rede, um peixe não comestível, ou um peixe comum bom para assar, talvez um peixe multicolor, ou um peixe raro, ou um peixe venenoso ou, em momentos de graça, um peixe dourado (Brook, 1999, p. 71).

Na analogia proposta por Brook, o peixe dourado seria o verdadeiro espetáculo. Na proposta que aqui sustentamos, esse espetáculo, esse peixe dourado corresponde ao sujeito constituído, sujeito barrado, do Inconsciente.

Ainda na década de 1960, Peter Brook começou a forjar a ideia de espaço vazio. A noção de espaço vazio logo ultrapassou os limites do espaço físico e desdobrou-se em três aspectos principais: o vazio do espaço teatral propriamente dito, o vazio instaurado pelo caráter inusitado de um espaço qualquer, não teatral, e, por último, o vazio interior do ator.

Afirma o diretor que o espaço vazio é fundamental para que o espetáculo aconteça, sendo necessário que se chegue a uma espécie de abandono. Fundamenta esse conceito, compreendendo-o como organizador de todas as outras noções. O vazio é possibilidade, é descoberta (Brook, 2016/1968, 1970).

Partindo da premissa de que, para o teatro acontecer, tem de haver, necessariamente, um ator e um espectador que assista à atuação, podemos considerar que, no espetáculo, o que configura um espaço vazio é a ausência de cenário, pois “um dos aspectos inerentes a um espaço vazio é a inevitável ausência de cenário” (Brook, 2016/1968, p. 22), objetos, adereços, ou quaisquer outros

elementos cênicos, ausência de luz, de música e de quaisquer outros recursos ou efeitos técnicos.

Um espaço que serve ao jogo do imaginário é um espaço sempre incompleto e inacabado. O vazio, nessa concepção, deve ser um estado permanente da experiência teatral. Mas o que é o vazio afinal? Se nada pode ser ou pode estar, objetivamente, vazio: “é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar” (verso retirado da música *Copo vazio*, de Gilberto Gil, 1974).

Ao refletirmos a respeito do espaço vazio, na concepção de Brook, podemos associar a semelhança de entendimento desse conceito à compreensão psicanalítica do vazio, ao trazer a relação mãe-bebê, na formação da subjetividade.

Freud e Lacan colocam-se em posição de aprendizes em relação à Arte. Há na Arte algo capaz de nos intrigar e emocionar. A partir dessa perspectiva, reconhecemos que temos muito ainda a aprender com o campo cênico.

Postula Lacan que a tragédia está na origem da psicanálise. Freud recorre a *Édipo Rei*, e Lacan, à *Antígona*, para formular questões que balizam conceitos fundamentais para a clínica psicanalítica, como o complexo de Édipo e a ética. Lacan (1991/1959-1960) localiza na catarse o ponto de principal articulação entre tragédia e psicanálise. A partir das reflexões sobre o texto de *Antígona*, encontramos a figura do herói trágico que, em sua trajetória, desvela algo do real que nos atravessa e constitui. Como se diz nas Artes Cênicas, o mundo se divide em dois significantes: sangue e esperma.

A Arte é uma forma de sublimação que contorna o vazio, sem negá-lo, como se verifica no trecho a seguir:

A Arte é uma produção que utiliza recursos imaginários e simbólicos para abordar o real, sem pretender velá-lo nem domá-lo, mas, sim, trazê-lo à cena, dar a ele um contorno possível que permita a sua aparição. Uma obra de arte é uma forma singular, única, expressão desse real, que comunica de alguma forma, porque toca nesse real comum a todos, real para o qual não há uma resposta acabada para os seus enigmas. Nem nunca haverá (Valerim, 2011, p. 4).

Essa perspectiva nos faz retornar ao diretor teatral e dramaturgo Peter Brook (1993), quando se refere ao espaço vazio como um lugar fecundo para a criação. Não só no teatro, precisamos suportar esse vazio para criar a partir dele, mas também nas outras formas de arte. O artista esculpe, pinta, escreve, compõe ou constrói com seu próprio corpo um personagem a partir de uma exigência pulsional, de um não saber que serve de suporte para sua criação.

Quando falamos em criação, esse significante nos remete à Arte e à parentalidade. Criamos obras, criamos filhos. Ao término de um processo criativo,

é comum usarmos a expressão “pari um filho”. Muito provavelmente assim o fazemos porque há uma semelhança extraordinária entre esses processos, que são subjetivos, de encontro com vazio, de sensações adversas, de desamparo, de júbilo, de prazer e desprazer.

Teatro e Psicanálise lidam com o mesmo material: os conflitos e a divisão do sujeito com suas questões sobre a existência, o sexo, a morte, a dor, a criação e a relação com o outro. O ego as rejeita, não quer saber, mas elas não o largam, insistem no Inconsciente, produzindo sintomas, sofrimentos e enigmas. O teatro leva, no real da cena, as verdades censuradas do Inconsciente (Quinet, 2019, p. 305).

Nós, psicanalistas, apostamos justamente em um espaço cujo vazio possui um papel essencial. É a partir dele que compreendemos o sujeito, barrado, do Inconsciente. E também necessitamos de um posicionamento diferenciado na transmissão dos conceitos teóricos, que tocam no irrepresentável, na incapacidade de as palavras expressarem as coisas por completo.

Diante dessa perspectiva, poderíamos compreender ainda mais a respeito da constituição do sujeito, ao nos valermos da analogia entre o momento inaugural na vida de um bebê e o pescador com sua rede, bem como entre o corpo teatral com a plateia e a mãe com seu bebê. Não é difícil notarmos as semelhanças nessas relações, que constituem um processo de criação: um peixe dourado, um espetáculo e um sujeito do Inconsciente.

Sabemos que, desde o momento em que foi confirmada a gravidez, a mãe já começa a imaginar o filho. Martins (1991) afirma que essa imaginação é acompanhada por desejos que são importantes para a constituição do lugar desse sujeito que está por vir.

Mas, para que haja constituição, é necessário que um lugar anterior exista e que possa ser ocupado com uma função e um sentido. É a falta, a ausência, que vai permitir que esse espaço seja preenchido, mas, não todo.

Como a linguagem é prévia ao sujeito e como este vem ocupar um lugar vazio, simbolicamente determinado, em um desejo que implica algumas gerações, o sujeito pode ser considerado, por assim dizer, como prévio a si mesmo, no sentido de que será levado a assumir como um *eu*, a dizer *sim* ou *não*, a um desejo que o precede (Barros, 1999, p. 69).

Com o humano, essa falta é marcada por “uma constelação de desejos e marcas que abrem a alguém um lugar que justifica – a este alguém – o estar vivo, presente no mundo” (Fernandes, 2000, p. 20). Semelhante a rede de pesca, com seus nós, fios e tramas.

A criança é convocada a preencher o lugar da falta da mãe, ou seja, o que o filho quer é o que a mãe deseja nele. Fernandes (2000) afirma que o Outro passa a ser concebido como senhor dos significantes, mas portador de uma falta.

De acordo com Peter Brook (1999), para que o peixe dourado seja seduzido num evento teatral, é preciso que as cadeias de momentos se evidenciem como potência de acontecimento. Para esse autor, construir uma rede de pesca no teatro cuja finalidade seja o peixe dourado requer ligação de fios mediante nós de caráter provocativo capaz de mobilizar o espectador a criar um processo singular que, instaurado num espaço potencial, possa promover momentos de impressão coletiva.

Na concepção psicanalítica, Freud (1996/1914) afirma que o que permite a construção do Eu é o narcisismo primário. Momento no qual a função materna opera de forma fundamental, constituinte.

Lacan (1957) concorda com Freud quando afirma que o complexo da mãe desempenha papel primordial na constituição do sujeito. É por meio da função materna que o narcisismo e a introdução do bebê na sexualidade são construídos. A definição do estádio de espelho aponta a subversão do narcisismo primário, ou seja, não é um dentro fechado sobre si, mas um fora constitutivo de um dentro. Freud (1996/1950) considera a identificação como primeira forma de vinculação a uma outra pessoa, maneira pela qual o ego escolhe um objeto.

Fernandes afirma que “o olhar precipita, de forma inaugural, a passagem do *infans* de uma coisa, ou de um mero organismo, a um ser com uma subjetividade, dono de supostas intenções” (Fernandes, 2000, p. 24). O olhar, para o bebê, é a maior revelação do desejo materno. A criança recebe todas as comunicações da mãe por meio de uma linguagem não verbal e inconsciente.

O olhar, então, é um objeto que introduz uma falta no campo do Outro, possibilitando diversas significações e propiciando o que daí vai advir sujeito, sendo assim, estruturante e primordial. Scheinkman (2002) corrobora essa ideia ao destacar a importância de o bebê tornar-se tanto “objeto do olhar materno quanto sujeito desse olhar no duplo movimento pulsional. Um olhar acompanhado de um endereçamento e de um reconhecimento desejante” (p. 105).

No Teatro, a relação escópica é gritante, essencial, crucial, fundante, constituinte, sem ela não há Teatro, não há espetáculo. Segundo Peter Brook, o fascínio é uma isca importante para que o peixe dourado seja atraído a uma rede de pesca. A presença desse encanto possibilita uma relação significativa entre ator e público e pode ser verificada por meio do seguinte aspecto: “naquela fração de milésimo de segundo em que o ator e a plateia se inter-relacionam, como num abraço físico, o que importa é a densidade, a espessura,

a pluralidade de níveis, a riqueza – ou seja, a qualidade do momento” (Brook, 2011, p. 70).

Um momento de qualidade, para Peter Brook, provém de uma base que unifica todos os presentes de forma densa e profunda. Essa busca de Brook por momentos fascinantes no Teatro, capazes de atrair o peixe dourado, parece-nos uma busca para que experiências sejam suscitadas. O sentido da palavra “experiências” a que me refiro é explicada por Jorge Larrosa Bondía (2002) como algo que afeta o indivíduo: “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (p. 21).

De forma análoga, o Outro possibilita que algo aconteça, atravesse, toque o bebê. O Outro “marca para a vida este pequenino corpo que é gerado para vir a se constituir num sujeito” (Ramalho, 1988, p. 67). O bebê necessita de um “testemunho”. Ele “demanda” ter referência, nem que seja “apenas” a palavra. O sujeito não se sustenta unicamente de sua imagem.

Lacan (1991/1959-1960), com base no conceito de alienação, constata que só há um lugar possível ao sujeito no significante, estando esse no campo do Outro. Aponta, assim, a impossibilidade de existência do sujeito, senão na relação com o Outro. Destaca-se a necessidade da existência de um lugar simbólico, reservado ao sujeito. “Isso deixa indicada, ao Outro primordial, a função de veicular ou de abrigar o significante destinado ao sujeito sobre o qual este virá, então, a se petrificar iniciando sua constituição” (Fernandes, 2000, p. 59).

A função do Outro é fascinar e fisgar o bebê no mundo da linguagem. É a inscrição da linguagem no corpo orgânico que vai estruturar o aparelho psíquico bebê. Estrada (1998) esclarece esse processo da seguinte forma. “Temos uma criança, no real de seu corpo, envolvida no simbólico da linguagem que a ela preexiste, uma criança que surge como acontecimento real num campo que pertence ao Outro” (p. 5).

Ramalho (1988) afirma que é o desejo do Outro, por meio de seu discurso, que “marca o corpo, que mantém a primazia, mesmo quando a criança não pode ainda fazer uso desse significante” (p. 68).

Catão (2004) aponta que o lugar do bebê é construído na família, no discurso dos pais, que ultrapassa o nível consciente. É a cadeia de significantes que comparece nas gerações anteriores, que se repete e constrói um lugar para essa nova criança. Esse é o palco para que a “cena” aconteça, a cadeia significante é a rede do pescador. E o bebê, o espectador fascinado, o peixe na rede.

O peixe dourado associado a essa acepção de experiência, não pode ser confundido. Esse momento inaugural, espetacular, deixa marcas, afeta e é capaz de provocar experiências. Bondía (2002) destaca que o sujeito da

experiência é aquele desarmado de convicções e acessível às vicissitudes do aqui-agora. Esse sujeito é determinado pelo seu caráter acolhedor, disponível e passivo. A passividade, nesse caso, não significa apatia e indiferença, pelo contrário, remete a um estado de escuta, atenção e espera.

O sujeito está exposto, revelando sua fragilidade, vivenciando novas oportunidades do aqui-agora. Expor-se implica desnudar-se frente ao inesperado. Essa nudez do espectador o coloca em ato de leitura que nega uma lógica racional imediata da proposta artística por meio de significados preestabelecidos. A plateia se coloca como um bebê diante da cena, do ato.

Considerações Finais

A metáfora criada de “o peixe dourado” por Peter Brook pode se conduzir não apenas como momento de captura ou de espetáculo no ar, reluzente e brilhante, mas também, como imagem especular e paralisada no ar, enquanto um instantâneo fotográfico ou cena fílmica em que o objeto fica estático e a câmera, com lentidão, se move no seu entorno, dando ar de magia e de suspensão aérea. Majestosidade de o vazio suportar a cena e a imagem. Isso move o olhar do espectador-vidente-ouvinte, acionam-se a pulsão escópica e a invocante, pois a sonorização, mesmo que acompanhada de silêncio, imanta de presença e de afeto o que inunda e, epifanicamente, ilumina o palco, a cena, a tela ou o berço do infante.

Tal momento magnetizador pode ser entrecortado pela metáfora do “duende”, construída pelo ensaísta, poeta, dramaturgo e diretor espanhol García Lorca (1898-1936), ao buscar o enlace da tradição e da modernidade andaluza o poder eletrizante de origens “demoníacas”, inconscientes e terrenas do fato artístico, por ser momento único e enigmático. No teatro, sabemos que o mesmo espetáculo pode ser brilhante numa encenação, mas, em outra, o fracasso e a falta de vitalidade, às vezes, se presentificam. E nada acontece. Algo mágico caducou.

Os laços ficam frouxos entre a encenação e o público, literalmente: o peixe dourado não dá o ar de sua graça. Nada se vê, nada se mostra. O ar é o muro em que não circulam sentidos prenhes de significação, causando apatia em todos os desejos emanados da plateia e dos actantes, pois os signos teatrais não se desalojam do mutismo e da indiferença. É a música que não toca, não afeta. Apenas, é uma fuga de inteligência e de corpos sensíveis à arte claudicante.

O espetáculo não se dá fora do corpo, mas na radical presença do que acontece, como se pensássemos que os cuidados automáticos de assepsia não bastam para o infante, é fundante a presença do olhar, do toque e da fala do

cuidador ou de quem cumprir a função materna amparadora. É a radicalidade da presença física e do toque de pele da palavra e dos significantes entre corpos desejantes, algo não negociável.

Para Roberto Medina (2020, pp. 287-288), “é zona de tensão e complexidade, influência não é só admiração, é espaço de morte, falha e desejo”. Isso é afirmado ao discutir as potências dionisíacas do “duende”, metáfora para o processo criativo e pulsional dos artistas, sobretudo, do teatro, da música e da dança, como marca das influências do tempo e do desejo na composição poética da cena ou daquilo que se dá a ver e a vibrar em ondas estéticas.

No espírito espanhol, a partir das touradas, o impasse do “agon”, do combate, é a confrontação entre toureiro e touro: “vida ou morte” do espetáculo, com o “duende” correndo nas veias do gladiador humano e da besta taurina, representante das forças primitivas, instintuais e inconscientes. Claro, para o mundo teatral e da vida, ao final da tourada, sobram chifres, cadáver do toureiro ou barbatanas do peixe dourado. É da vida ou da morte que a arte trata. É da vida e da morte que o teatro/a maternidade se compõe. É aqui que a existência se atomiza; logo, é o impulso de livrar-se das águas, ir para a zona mortífera do ar e lá se sustentar por um instante dourado que o peixe se eterniza no salto ou no corpo “enduedado” e inefável que algo de importante e misterioso, simplesmente, acontece.

Assim, revalidamos a sentença de que a arte mobiliza, de alguma forma, os afetos, angústias e desejos de seus criadores e espectadores. Portanto, o momento reluzente do peixe dourado no ar provoca sensível experiência de escuta, atenção, angústia e espera desse acontecimento de enlevo, depois, o corpo pode retornar às profundezas das águas moventes ou ficar retido nas malhas da rede do pescador ou do Outro: elo singular entre o visível e o invisível, seja na linguagem teatral, seja na linguagem mãe-bebê.

Fundamental ressaltar que quando propomos a analogia da constituição do sujeito do inconsciente e o peixe dourado, não estamos colocando o mérito de o dourado ser um sujeito “perfeito”, sem questões ou sintomas. Até porque para a Psicanálise, essa não é a concepção de uma “boa” ou “má” constituição. A “magia”, o encantamento, a “joia” é a singularidade de cada um.

O sujeito em psicanálise diz do sujeito do inconsciente, só existe sujeito se existir falta, é ela que funda o sujeito e ela só aparece se houver a separação desse Outro. É na separação que se funda o inconsciente, ocorre uma separação entre o Eu e o Sujeito. Sendo assim, o sujeito em psicanálise não se trata de um ser “de carne e osso” propriamente dito; o sujeito não “nasce”, ele se constitui por meio do campo da linguagem na relação com o Outro. É na relação com o outro que significantes vão sendo dados ao bebê e que ao se articularem vão gerando sentido.

É nessa relação com o Outro na produção de sentido que vão sendo constituídos três registros psíquicos que se articulam e constituem o sujeito. Para Lacan três registros formam o aparelho psíquico, são eles: o registro imaginário (I), o registro simbólico (S) e o real (R). Esses registros estão relacionados com o circuito do desejo do sujeito, ou seja, o tipo de relação que o sujeito tem com o seu desejo, como ele se posiciona diante dele (Garcia-Roza, 2009). Para que se tenha um sujeito é necessário que os três aros sejam “amarrados”. Um nó borromeano que possibilitará uma nova aventura de pesca.

REFERÊNCIAS

- Barros, R. do R. (1999). Três breves comentários acerca do inconsciente freudiano. In S. Jimenez & M. Mota (Orgs.), *O desejo é o diabo – As formações do inconsciente em Freud e Lacan* (pp. 67–75). Contra Capa Livraria.
- Bondía, L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20–28.
- Borgat, A. (2011). *A preparação do diretor*. Editora WMF Martins fontes.
- Brook, P. (1970). *O teatro e seu espaço*. Vozes.
- Brook, P. (1993). *O diabo é o aborrecimento: Conversas sobre o teatro*. Edições Asa
- Brook, P. (1999). *A porta aberta*. Civilização Brasileira.
- Brook, P. (2016). *O espaço vazio*. Orfeu Negro. (Original publicado em 1968)
- Bucher, R. E. (1982). O valor estrutural do “Complexo de Édipo”. *Alter – Jornal de Estudos Psicodinâmicos*, 12, 25–44.
- Chatelard, D. S. (2002). O desejo do psicanalista ante à clínica com bebês prematuros. *Revista de Psicanálise da Associação Fórum do Campo Lacaniano*, 4.
- Estrada, D. D. (1998). *Constitui-se um sujeito*. 1ª Jornada Clínica da Sociedade Pestalozzi [Anais].
- Fernandes, L. R. (2000). *O olhar do engano: Autismo e o outro primordial*. Editora Escuta.
- Freud, S. (1996). *História do movimento psicanalítico artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos: Sobre o narcisismo uma introdução* (J. Strachey, Trad.). Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos: Projeto para uma psicologia científica: A experiência de satisfação* (J. Strachey, Trad.). Imago Editora. (Original publicado em 1950)

Garcia-Roza, L. A. (2002). *A interpretação do sonho: Introdução à metapsicologia freudiana* (Vol. 2). Jorge Zahar Editor.

Garcia-Roza, L. A. (2009). *Freud e o inconsciente*. Jorge Zahar Editor.

Infante, D. P. (2003). *A formação da subjetividade*. In D. Marcondes (Ed.), *Pediatria básica* (pp. 775–785). Savier.

Jimenez, S. (1999). Cem anos de psicanálise. In S. Jimenez & M. Mota (Eds.), *O desejo é o diabo: As formações do inconsciente em Freud e Lacan* (pp. 7–14). Contra Capa Livraria.

Kosovski, G. F. (2016). Psicanálise e arte: Uma articulação a partir da não relação em Louise Bourgeois: O retorno do desejo. *Revista Agora*, 19(3), 441–453.

Lacan, J. (1957–1958). *O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1991). *O Seminário. Livro 7: A ética da psicanálise* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1959 e 1960)

Lacan, J. (1995) *O seminário. Livro 4: A relação de objeto* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1956 e 1957)

Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Original publicado entre 1936 e 1966)

Lacan, J. (1998). *O Seminário. Livro 10: A angústia* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editor. (original publicado em 1962 e 1963)

Lacan, J. (1998). *O Seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1964)

Lorca, F. G. (2000). *Conferências. Seleção, tradução e notas: Marcus Mota*. Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado.

Lorca, F. G. (2018). *Juego y Teoría del duende. Estudio y Edición crítica anotada de José Javier León. Prólogo de Andrés Soria Olmedo*. Athenaica.

Maesso, M. C., Lazzarini, E. R., & Chaterlard, D. S. (2019). Psicanálise e universidade: Encontros e desencontros na pesquisa, ensino e extensão. In C. Antloga, K. Brasil, S. Lordello, M. Neubern, & E. Queiroz (Eds.), *Psicologia e clínica contemporânea* (Vol. 4, pp. 113–130). Technopolitik.

Martins, F. (1991). *O nome próprio: Da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Editora UnB.

Medina, R. (2020) García Lorca e o duende na criação artístico-literária: Conferências. In V. Pires & G. Frainer Knoll (Eds.), *Linguagens e(m) práticas discursivas: Leituras plurais em tempos de pandemia* (pp. 23–37). Pedro & João Editores.

Miller, J. A. (1997). *Lacan elucidado: Palestras no Brasil*. Jorge Zahar.

Peixoto, F. (2003). *O que é teatro*. Brasiliense.

Quinet, A. (2019). *O inconsciente teatral. Psicanálise e teatro: Homologias O. Atos & Divãs* Edições.

Ramalho, R. M. (1989). *Função materna na constituição do sujeito. Colóquios II Escritos psicanalíticos – Centro de trabalho em psicanálise*, p. 67–74.

Ribeiro, J. L. (1993). *As máscaras do espectador*. Uni-Rio.

Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 4(2), 329–348.

Santos, T. C. (1999). “Isso” é uma estrutura significante: goza-se de um corpo. In S. Jimenez & M. Mota (Eds.). *O desejo é o diabo: As formações do inconsciente em Freud e Lacan*. Contra Capa Livraria.

Valerim, S. (2011). Arte: Da fantasia ao real. *Opção Lacaniana on line nova série*, ano 2(4), 1–6.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- American Psychology Association 171, 186
Amostras 20, 24, 49, 55, 74, 152, 154, 159, 161, 280
Análise de conteúdo 20, 32, 70, 72, 84
Análise de dados qualitativos 70, 71, 90, 153, 262
Análise qualitativa 67, 71, 83, 85, 87, 131, 137, 166
Análise temática 12, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 85, 86
APA 22, 23, 28, 32, 41, 58, 84, 171, 186
Aplicação do método Bick 107, 114, 117, 120, 123
Avaliação psicológica da inteligência 60, 62, 63, 65, 148

C

- Ciências Humanas e Sociais 71, 72, 88, 101, 167, 183
Clínica do trabalho 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 292, 296
Clínica do Trabalho Feminino 279, 284, 288, 292
Coleta de dados 37, 38, 41, 46, 47, 48, 54, 68, 73, 74, 105, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 162, 164, 166, 168, 183, 214
Comitê de ética 155, 157, 160, 163, 164, 167, 184
Conselho Nacional de Saúde 164, 183, 186, 188
Constituição do sujeito 264, 299, 300, 302, 305, 306, 309, 313
Construção do conhecimento 71, 89, 173, 220, 228
Construções do pesquisador 240, 241, 248, 251, 252
Contexto da Psicologia Clínica 37, 46, 50, 57, 217
Crianças e adolescentes 13, 124, 175, 179, 189, 208, 209

D

- Desenvolvimento de instrumentos psicológicos 58, 59, 60, 63
Desenvolvimento pessoal e social 13, 211, 220
Discurso do sujeito coletivo 12, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 103
Divisão sexual do trabalho 280, 281, 295

E

Epistemologia 11, 13, 71, 102, 186, 235, 296
Equipes/redes de pesquisa 211, 212, 213, 214, 216, 217, 220, 227, 228
Escola de Paris 12, 127, 128, 131, 132, 148
Escola Nacional de Saúde 155, 157, 164, 167
Escores 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 71, 164, 219
Estudos-piloto 29
Ética em pesquisa 22, 155, 157, 160, 163, 164, 165, 167, 183
Evidências de validade 41, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 64, 147

F

Fidedignidade 41, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 93, 162, 215
Formações do inconsciente 311, 312, 313

H

História de vida 13, 174, 177, 178, 180, 267

I

Inteligência 40, 54, 57, 60, 62, 63, 65, 132, 133, 134, 148, 283, 284, 308

M

Manual da APA 22, 23, 28
Mercado de trabalho 278, 280, 281, 286, 293
Método Bick 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125
Método de observação 12, 115, 117, 122, 124, 125
Metodologia de pesquisa 23, 31, 34, 64, 105, 259, 266, 269, 270, 275
Método psicanalítico 107, 110, 259, 260, 262, 266, 267, 270, 300
Métodos mistos 19, 22, 87, 178

N

Níveis de análise 25, 26

O

Objeto de estudo 21, 48, 239, 250, 262, 263, 267, 270, 271

Observação de bebês 107, 115, 117, 122, 123, 124, 125

P

Padronização 22, 41, 50, 56, 57, 63

Participantes da pesquisa 41, 68, 88, 92, 118, 164, 165

Personalidade 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 54, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 131, 145, 146, 147, 148, 272

Pesquisa em psicanálise 107, 108, 114, 122, 123, 125, 259, 260, 263, 266, 269, 270, 272, 275

Pesquisa em Psicologia 3, 4, 11, 12, 15, 19, 24, 30, 33, 34, 37, 41, 46, 50, 64, 149, 233

Pesquisa em Psicologia Clínica 3, 4, 11, 12, 19, 30, 33, 37, 41, 46, 50, 149, 233

Pesquisa multimétodos 14, 19

Pesquisas mediadas pela internet 152, 154, 157, 160, 165

Pesquisa teórica 11, 28, 299

Prática clínica 66, 148, 217, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271

Processo de codificação 67, 75, 76, 77

Propriedades psicométricas 12, 37, 47, 48, 49, 50

Psicanálise 13, 14, 42, 71, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 122, 123, 124, 125, 127, 206, 208, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 286, 293, 294, 295, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 309, 311, 312, 313, 325

Psicodinâmica do trabalho 14, 277, 279, 280, 281, 283, 287, 288, 292, 293, 294, 296, 297

Psicometria 28, 29, 38, 49, 60, 61, 62, 63, 64

R

Redes de pesquisa 13, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 227, 228

Relação mãe-bebê 107, 109, 113, 115, 118, 120, 123, 124, 125, 304

Revisão da literatura 22, 26, 27, 28, 30, 270, 275

S

Sistema Único de Saúde 101, 103, 179, 189

Sujeito do inconsciente 14, 263, 277, 299, 302, 305, 309

T

Teoria das representações sociais 12, 88, 89, 90, 104, 105

Tipos de validade 53

U

Uso da internet 11, 151, 152, 153

V

Validade 11, 15, 24, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 63, 64, 65, 79, 147, 154, 161, 173, 214, 215, 224

Validade consequencial 54

Validade de conteúdo 51, 52

SOBRE OS AUTORES

Andréa Leão Leonardo-Pereira de Freitas

Psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8969-654X>. E-mail: leao.freitas@uol.com.br.

Beatriz Cunha Cardoso Rocha

Psicóloga pela Universidade de Brasília, Mestranda do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6706-0759>. E-mail: psibeatrizcrocha@gmail.com.

Beatriz Rodrigues Moutella

Especialista em Clínica Interdisciplinar dos Transtornos Psicopatológicos da Infância e Adolescência, pela Universidade Católica de Brasília, Mestranda do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-29888-4068>. E-mail: beatrizmoutella@gmail.com.

Bruno Cavaignac Campos Cardoso

Mestre em Psicologia Clínica e Cultura (PPGPSiCC/UnB), Doutorando em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC/UnB). Professor Assistente do Curso de Psicologia do IESB (CESB-DF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2886-9755>. E-mail: brunocavaignac22@gmail.com.

Carla Sabrina Xavier Antloga

Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília, Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4105-6708>. E-mail: antlogacarla@gmail.com.

Christoph de Oliveira Käppler

Doutor em Psicologia pela Universidade de Freiburg; Professor Catedrático do Departamento de Desenvolvimento Social e Emocional em Reabilitação e Educação na Universidade Técnica de Dortmund, Alemanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3154-3134>. E-mail: christoph.kaeppler@tu-dortmund.de.

Cristiane Faiad

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8012-8893>. E-mail: crisfaiad@gmail.com.

Daniela Alcântara Almeida

Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília, Mestranda do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5756-1202>. E-mail: danielaalcalmeida@gmail.com.

Daniela Scheinkman Chatelard

Doutorado em Filosofia na Université de Paris 8, Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica (IP) da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7925-573X>. E-mail: dchatelard@gmail.com.

Débora Akemi Miura

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2127-8816>. E-mail: dmiura.a@gmail.com.

Deise Matos do Amparo

Doutora em Psicologia Clínica e Cultura (UnB), Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica – Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4155-9559>. E-mail: deise.amparo.matos@gmail.com.

Didier Drieu

Docteur en Psychologie Clinique, Université Denis Diderot, Paris 7 Professeur de Psychopathologie de l'enfant et de l'adolescent, CRFDP, Université de Rouen-Normandie-Psychothérapeute familial CMPP ACSEA, Caen, Université de Rouen, CRFDP, 1, rue Thomas-Becket, 76130 Mont-Saint-Aignan, France. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6142-7110>. E-mail: didier.drieu@gmail.com.

Dionne Rayssa Cardoso Corrêa

Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília, Mestranda do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3811-7744>. E-mail: dionnerayssa@gmail.com.

Eduardo Portela

Mestrando do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2046-6380>. E-mail: eduardopnb@gmail.com.

Eliana Rigotto Lazzarini

Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília, Professora associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6740-5059>. E-mail: elianalazzarini@gmail.com.

Eliane Maria Fleury Seidl

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professora Titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1942-5100>. E-mail: seidl@unb.br.

Elizabeth Queiroz

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6360-6670>. E-mail: bethqueiroz@unb.br.

Esther Almeida da Silva-Xavier

Mestra em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), Psicóloga da Central Estadual de Transplantes do Distrito Federal da SES-DF. ORCID: <https://orcid.org/0000-00020168-9087>. E-mail: esther.gea.ex@gmail.com.

Fabio Iglesias

Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professor do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2217-5296>. E-mail: iglesias@unb.br.

Fatimata Traoré

Ph D. en Psychologie École doctorale homme, sociétés, risque territoire, universités de Caen Normandie. Psychologue/Psychothérapeute en Pédopsychiatrie, Consultation Médico-Psychologique pour Enfants et Adolescents/Centre d'accueil thérapeutique à temps partie (CMPEA/CATTP/FRANCE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7210-6558>. E-mails: faty.ktraore@gmail.com et traore.f@cpo-alencon.net.

Fernando Augusto Ramos Pontes

Doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo, Professor do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal de Belém-PA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9569-943X>. E-mail: farp1304@gmail.com.

Isabel Gonzalez Duarte

Doutora em Psicologia Clínica pelo ISPA- IU. Membro do Centre de Recherche sur les Fonctionnements et les Dysfonctionnements Psychologiques, na equipe das Vulnérabilités, na Universidade de Rouen, Professora de Ética e de Psicopatologia do Adulto no Centro de Formação Avançada do ISPA-IU. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8039-6564>. E-mail: isabelmgdc@gmail.com.

Izabella Rodrigues Melo

Mestra em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), Professora Assistente do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5172-1148>. E-mails: izabella.rmelo@gmail.com e izabella.melo@ceub.edu.br.

Jacob Eduardo Xerinda

Doutorando em Educação pela Universidade Eduardo Mondlane, Docente Assistente na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2424-9233>. E-mail: jacob.xerinda@gmail.com.

Jonas Carvalho e Silva

Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília, Pesquisador Docente do Departamento de Desenvolvimento Social e Emocional em Reabilitação e Educação na Universidade Técnica de Dortmund, Alemanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0893-0283>. E-mail: carvalho707@gmail.com.

Júlia de Paula Oliveira

Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Professora do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Quirinópolis (FAQUI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6242-2220>. E-mail: jupoliveira@hotmail.com.

Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke

Doutora em Ciências Familiares e Sexológicas pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica; Professora do curso de Psicologia do UniCEUB, Professora titular e emérita da Universidade de Brasília. Pesquisadora associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9194-8993>. E-mail: psibucher@gmail.com.

Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil

Doutora em Psicologia, Universidade de Brasília-UnB, Professora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília-UnB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3988-0784>. E-mail: katia.tarouquella@unb.br.

Lara Letícia Pinto Barbosa

Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília, Doutoranda do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8595-4633>. E-mail: lalalpbarbosa@gmail.com.

Larissa Polejack Brambatti

Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), Professora Associada do PCL/IP/UnB e diretora de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC/UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0506-1721>. E-mail: larissapolejack@hotmail.com.

Liana Fortunato Costa

Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7473-1362>. E-mail: lianaf@terra.com.br.

Maeva Moreau

Psychologue, IDEFHI, Canteleu, doctorante équipe Vulnérabilités, CRFDP, Université de Rouen Normandie. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4674-844X>. E-mail: maeva.moreau@idefhi.fr.

Márcia Cristina Maesso

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1413-2998>. E-mail: maessomc@gmail.com.

Maria da Graça Corrêa Lopes Wohlgemuth

Mestra em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), Assistente Social da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3349-2908>. E-mail: gracaclw@gmail.com.

Maria Inês Gandolfo Conceição

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professora Titular, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4052-3813>. E-mail: inesgandolfo@gmail.com.

Marina Maia do Carmo

Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília, Doutoranda do Programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1935-2992>. E-mail: m.maiacarmo@gmail.com.

Martine Chaumet

Psychologue clinicienne/ Psychothérapeute, Fondation Bon Sauveur de la Manche, Maison des adolescents de la Manche et du Calvados. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0825-0368>. E-mail: chaumart14@gmail.com.

Maurício Neubern

Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6971-0655>. E-mail: mauricio.neubern@gmail.com.

Renata Alves Monteiro

Psicóloga e nutricionista, doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Professora adjunta do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9188-235X>. E-mail: renatamonteiro@unb.br.

Sérgio Eduardo Silva de Oliveira

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2109-4862>. E-mail: sesoliveira@unb.br.

Silvia Renata Lordello

Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília, Docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8287-7257>. E-mail: srmlordello@gmail.com.

Simone Souza da Costa Silva

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Professora do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal de Belém-PA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0795-2998>. E-mail: symon.ufpa@gmail.com.

Teresa Rebelo

Doutora em Psicopatologia e Psicanálise pela Universidade Paris 5- René Descartes. Professora em Psicologia Clínica e Psicopatologia na Universidade de Rouen e Membro Titular do Laboratório CRFDP (Centre de Recherche sur les Fonctionnements et les Dysfonctionnements Psychologique), EA 7475 da Universidade de Rouen Normandie. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3380-0840>. E-mail: teresa.rebelo@univ-rouen.fr; tsvrebello@gmail.com.

SOBRE O LIVRO

Tiragem não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/11,5/13/16/18

Arial 8/8,5